univille

Universidade Comunitária
A Universidade de todos

Projeto Pedagógico do Curso

Farmácia

Campus Joinville

Aprovado pelo Parecer n.º 086/19 do Conselho Universitário do dia 01/08/19

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

REITORA

Sandra A. Furlan

VICE-REITOR

Alexandre Cidral

PRÓ-REITOR DE INFRAESTRUTURA

Gean Cardoso de Medeiros

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Sirlei de Souza

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Yoná da Silva Dalonso

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Therezinha Maria Novais de Oliveira

DIRETOR DO *CAMPUS* SÃO BENTO DO SUL

Gean Cardoso de Medeiros

2019

Elaboração

Reitoria

Vice-Reitoria

Pró-Reitoria de Infraestrutura

Pró-Reitoria de Ensino

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Curso de Graduação em Farmácia – Joinville

SUMÁRIO

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO 8

1.1 Mantenedora 8

1.2 Mantida 9

1.3 Missão, visão e valores da Univille 10

1.4 Dados socioeconômicos da região 11

1.4.1 Joinville 14

1.4.2 São Bento do Sul 22

1.4.3 São Francisco do Sul 28

1.5 Breve histórico da Furj/Univille 32

1.7 Estrutura organizacional 39

1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville 43

1.7.1.1 Conselho de Administração da Furj 43

1.7.1.2 Conselho Curador da Furj 46

1.7.1.3 Presidência da Furj 47

1.7.2 Universidade da Região de Joinville 49

1.7.2.1 Conselho Universitário da Univille 53

1.7.2.2 Reitoria 58

1.7.2.3 Campi e unidades 62

1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação stricto sensu 62

1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares 64

1.7.2.6 Educação a Distância (Unidade Ead - UNEaD) 65

1.7.2.8 Polo de apoio presencial em São Francisco do Sul 67

1.7.2.9 Polo de apoio presencial em Joinville na Unidade Centro 67

1.8.2 A estratégia 70

1.8.3 Objetivos estratégicos 71

1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso 72

2 DADOS GERAIS DO CURSO 73

2.1 Denominação do curso 73
2.1.1 Titularidade 73
2.2 Endereços de funcionamento do curso 73
2.3 Ordenamentos legais do curso 74
2.4 Modalidade 74
2.5 Número de vagas autorizadas 74
2.6 Conceito Enade e conceito preliminar de curso 74
2.7 Período (turno) de funcionamento 75
2.8 Carga horária total do curso 75
2.9 Regime e duração 75
2.10 Tempo de integralização 75
2.11 Formas de ingresso 75
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 77
3.1 Política institucional de ensino de graduação 77
3.2 Política institucional de extensão 81
3.3 Política institucional de pesquisa 89
3.4 Histórico do Curso 94
3.5 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional) 98
3.5.1 Mercado de trabalho e perspectivas 100
3.5.2 Aspectos diferenciais 101
3.6 Justificativa de reestruturação curricular 103
3.7 Proposta filosófica da instituição e do curso 105
3.7.1 Educação para o século XXI 105
3.7.2 Universidade 116
3.7.3 Concepção filosófica do Curso 118
3.8 Objetivos do curso 120
3.8.1 Objetivo geral do curso 120
3.8.2 Objetivos gerais do curso 121
3.9 Perfil profissional do egresso e campo de atuação 121
3.9.1 Perfil profissional do egresso 121
3.9.2 Campo de atuação profissional 122

3.10 Estrutura curricular e conteúdos curriculares 122
3.10.1 Matriz curricular 123
3.10.2 Ementas e referencial bibliográfico.....127
3.10.3 Integralização do curso.....153
3.10.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos 159
3.10.5 Atividades extracurriculares.....163
3.11 Metodologia de ensino-aprendizagem.....164
3.12 Inovação pedagógica e curricular 167
3.13 Flexibilização curricular 170
3.14 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem 171
3.15 Apoio ao discente 174
3.15.1 Central de Relacionamento com o Estudante 174
3.15.2 Central de Atendimento Acadêmico 176
3.15.3 Programas de Bolsa de Estudo 177
3.15.4 Crédito universitário.....182
3.15.5 Assessoria Internacional.....183
3.15.6 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil.....183
3.15.7 Coordenação ou área.....184
3.15.8 Outros serviços oferecidos 186
3.16 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa.....188
3.17 Atividades de tutoria 194
3.18 Conhecimento, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria ..198
3.19 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino aprendizagem 202
3.20 Ambiente Virtual de Aprendizagem 206
3.21 Material didático 207
3.22 Número de Vagas.....212
4. GESTAO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO 216
4.1 Gestão do curso 216
4.2 Colegiado do curso.....217
4.3 Coordenação do curso 218

4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso 221
4.5 Equipe Multidisciplinar 222
4.6 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes 225
4.7 Corpo docente do curso 226
4.8 Corpo de tutores do curso 227
5 INFRAESTRUTURA 230
5.1 *Campus* Joinville 231
5.2 Sala/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral 234
5.3 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos 235
5.4 Espaço para os professores do curso (sala dos professores) 236
5.5 Salas de aula 236
5.5.1 Campus Joinville 236
5.6 Acesso dos alunos a equipamentos de informática 238
5.7 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville) 242
5.7.1 Espaço físico, horário e Pessoal administrativo 243
5.7.2 Acervo 245
5.7.3 Serviços prestados/formas de acesso e utilização 246
5.7.4 Acesso a base de dados 247
5.7.5 Biblioteca virtual Minha Biblioteca 248
5.7.6 Acervo específico do curso 248
5.8 Laboratórios 248
5.8.1 Laboratórios de formação básica 252
5.8.2 Laboratórios de formação específica 253
5.9 Comitê de Ética em Pesquisa 254
5.10 Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA) 256
5.11 Biotérios 256

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1 Mantenedora

Denominação

Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ

CNPJ: 84.714.682/0001-94

Registro no Cartório Adilson Pereira dos Anjos do Estatuto e suas alterações:

- Estatuto da FURJ protocolo 21640, livro protocolo 7A, livro registro 1.º, fls. 002, Registro 2 em 25/5/1995;
- Primeira alteração, protocolo 70379, livro protocolo 48A, livro registro 9A, fls. 104, Registro 1304 em 14/3/2000;
- Segunda alteração, protocolo 121985, livro protocolo A92 em 21/12/2005;
- Terceira alteração, protocolo 178434, livro protocolo 140 em 6/6/2008;
- Quarta alteração, protocolo 190166, livro protocolo A062, fls. 147, Registro 15289 em 9/4/2015.

Atos legais da mantenedora

- Lei Municipal n.º 871 de 17 de julho de 1967 – autoriza o Prefeito a constituir a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje);
- Lei n.º 1.174 de 22 de dezembro de 1972 – transforma a Fundaje em Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func);
- Lei n.º 1.423 de 22 de dezembro de 1975 – modifica a denominação da Func para Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ).

Endereço da mantenedora

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

CEP 89219-710 – Joinville – SC
Telefone: (47) 3461-9201
www.univille.br

1.2 Mantida

Denominação

Universidade da Região de Joinville – Univille

Atos legais da mantida

- Credenciamento: Decreto Presidencial s/ n.º de 14/8/1996;
- Última avaliação externa que manteve o enquadramento como Universidade: Parecer do CEE/SC n.º 223, aprovado em 19/10/2010, publicado no DOE n.º 18.985 de 7/12/2010, Decreto do Executivo Estadual n.º 3.689 de 7 de dezembro de 2010.

Endereços

Campus Joinville

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

CEP 89219-710 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3461-9067

Fax: (47) 3461-9014

Campus São Bento do Sul

Rua Norberto Eduardo Weihermann, n.º 230 – Bairro Colonial

CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC

Telefone: (47) 3631-9100

Unidade Centro – Joinville

Rua Ministro Calógeras, n.º 439 – Centro

CEP 89202-207 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3422-3021

Unidade São Francisco do Sul

Rodovia Duque de Caxias, n.º 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba

CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC

Telefone: (47) 3471-3800

1.3 Missão, visão e valores da Univille

Missão

Promover formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente como uma universidade comunitária, sustentável, inovadora, internacionalizada e de referência em ensino, pesquisa e extensão.

Valores institucionais

Cidadania

Participação democrática, proatividade e comprometimento promovem o desenvolvimento pessoal e o bem-estar social.

Ética

Construção de relacionamentos pautados na transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos promovem o exercício da cidadania e da democracia.

Integração

Ação cooperativa e colaborativa com as comunidades interna e externa constrói o bem comum.

Inovação

Gerar e transformar conhecimento científico e tecnológico em soluções sustentáveis e aplicáveis contribui para o desenvolvimento socioeconômico.

Responsabilidade socioambiental

Gestão de recursos e ações comprometidas com o equilíbrio socioambiental favorecem a qualidade de vida.

1.4 Dados socioeconômicos da região

A mesorregião norte catarinense dispõe de uma área de 15.937,767 km² e uma população de 1.212.997 habitantes, conforme o Censo de 2010 (IBGE, 2016). Em sua área estão localizados 26 municípios de Santa Catarina agrupados em três microrregiões, conforme o quadro 1, no qual é apresentada a estimativa populacional do IBGE em 2015.

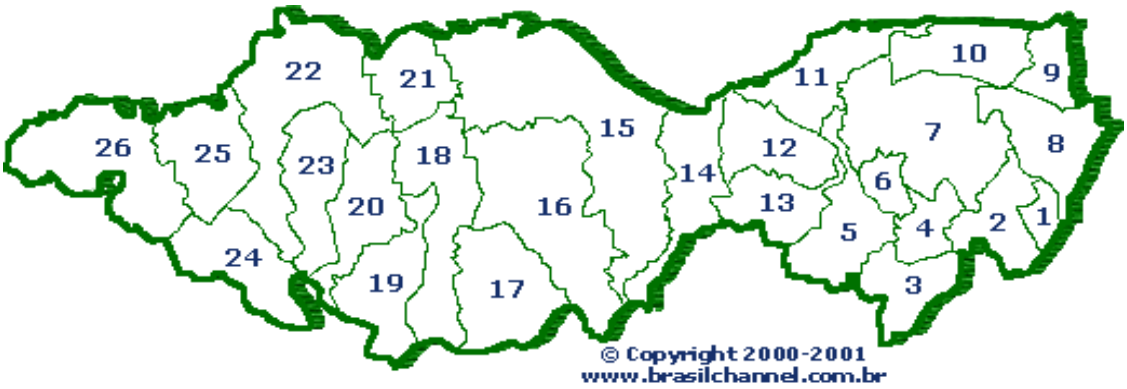
Quadro 1 – Municípios da mesorregião norte catarinense

Mesorregião Norte Catarinense		
Microrregião		
Município	**Área**	**População estimada em 2015**
Bela Vista do Toldo	583,13	6.248
Canoinhas	1.140,3	54.188
Irineópolis	589,55	10.989
Mafra	1.404,0	55.313
Major Vieira	525,49	7.899
Monte Castelo	573,58	8.475
Papanduva	747,86	18.793
Porto União	845,34	34.882
Santa Terezinha	715,26	8.864
Timbó Grande	598,47	7.632
Três Barras	437,55	18.945
Microrregião de Joinville		
Município	**Área**	**População estimada 2015**
Araquari	383,98	32.454
Balneário Barra do	111,28	9.828
Corupá	402,78	15.132
Garuva	501,97	16.786
Guaramirim	268,58	40.878
Itapoá	248,40	18.137
Jaraguá do Sul	529,44	163.735
Joinville	1.126,1	562.151
Massaranduba	374,07	16.024
São Francisco do	498,64	48.606
Schroeder	164,38	18.827
Microrregião de São Bento do Sul		
Município	**Área**	**População estimada 2015**
Campo Alegre	499,07	11.992
Rio Negrinho	907,31	41.602
São Bento do Sul	501,63	80.936

Fonte: IBGE (2016)

Atualmente a Universidade dispõe de unidades e *campi* nos municípios de Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul (figura 1).

Figura 1 – Região de atuação da Univille



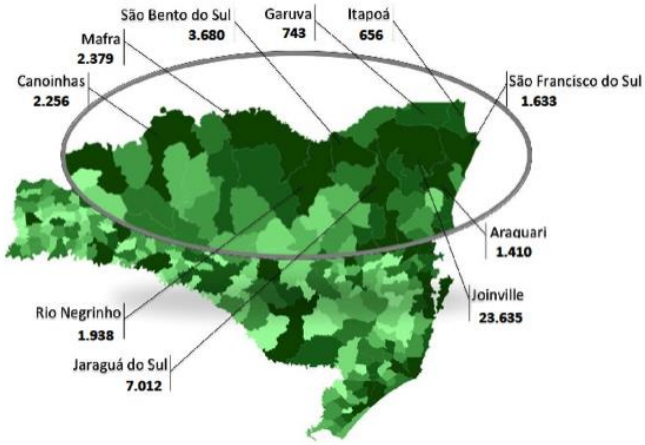
Legenda:

1. Balneário Barra do Sul	2. Araquari	3. Massaranduba	4. Guaramirim	5. Jaraguá do Sul	6. Schroeder
7. Joinville	8. São Francisco do Sul	9. Itapoá	10. Garuva	11. Campo Alegre	12. São Bento do Sul
13. Corupá	14. Rio Negrinho	15. Mafra	16. Itaiópolis	17. Santa Terezinha	18. Papanduva
19. Monte Castelo	20. Major Vieira	21. Três Barras	22. Canoinhas	23. Bela Vista do Toldo	24. Timbó Grande
25. Irineópolis	26. Porto União				

Fonte: Adaptado de Brasil Channel (2016)

Observa-se na figura 2, em que se tem o número de matrículas no ensino médio dos municípios selecionados, considerando o ano de 2017, que há potencial para a oferta do ensino superior na microrregião de Canoinhas, destacando-se esse município e Mafra. Evidencia-se também, pela oportunidade de oferta, o município de Jaraguá do Sul. Por outro lado, pensando na expansão para os municípios do entorno do porto de Itapoá, incluindo esse município e o de Garuva, observa-se que a quantidade de matrículas no ensino médio é baixa.

Figura 2 – Ensino: número de matrículas no ensino médio em 2017



Fonte: Inep (2018)

A seguir, apresentam-se as características econômicas e populacionais dos municípios apontados na figura 1 em que tem atuação do ensino presencial da Univille.

1.4.1 Joinville

O município de Joinville localiza-se no norte do estado de Santa Catarina (figura 3), a 180 km de Florianópolis, a capital do estado. Dispõe de uma área de 1.126,106 km^2 e uma população de 583.144 habitantes, conforme estimativa de 2018 (IBGE, 2018).

Figura 3 – Mapa de localização do município de Joinville

Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população de Joinville foi superior à do crescimento populacional do estado de Santa Catarina e do Brasil. Em Joinville, o percentual de crescimento do ano 2000 para 2016 foi de 33%, ou uma média de 1,8% anuais, estando acima do crescimento populacional de Santa Catarina, que foi de 29% (média anual de 1,6%), e do Brasil, que correspondeu a 22% (média anual de 1,2%) para o mesmo período (tabela 1).

Tabela 1 – Crescimento da população do Brasil, de Santa Catarina e de Joinville – 2000 a 2016

Ano	Brasil		SC		Joinville	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		429.000	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	515.000	20,0%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	562.000	9,1%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	569.000	1,2%

* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

A partir de 2015 a taxa de crescimento de Joinville começou a acompanhar a taxa de Santa Catarina, mas ainda ficou acima da taxa nacional. Isso evidencia o potencial que o município apresenta em relação ao crescimento populacional, que também

deve considerar a estratificação por faixa etária (tabela 2).

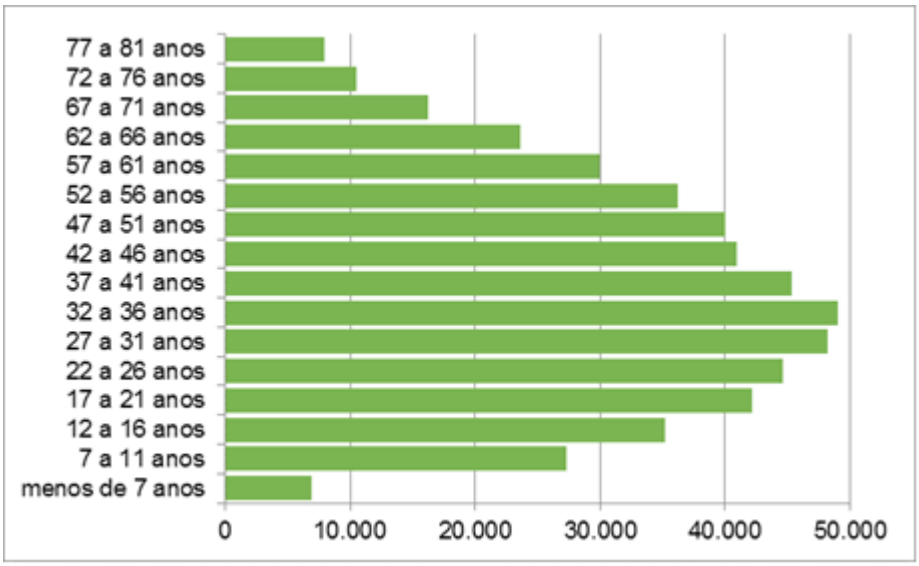
Tabela 2 – Participação de cada faixa etária na população de Joinville – 1970 a 2010

Ano	0-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	25-39 anos	40-59 anos	60 + anos
1970	37.098	14.174	8.272	5.349	-	24.471	17.417	6.670
1980	58.724	26.631	16.669	10.738	-	52.951	31.735	11.143
1991	77.375	37.631	19.734	13.683	-	91.851	53.379	18.980
2000	77.737	41.681	25.149	**17.682**	**40.553**	112.410	86.085	28.236
2010	69.539	42.207	26.514	**18.159**	**48.296**	135.394	129.818	45.404

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

Analisando a população por faixa etária e comparando os dados de 2010 em relação ao ano 2000 (IBGE, 2016), observa-se que a população de 18 a 24 anos aumentou 14% (8.220 pessoas), representando o total de 66.455 jovens. Em 2016 essa população tinha idade entre 24 e 30 anos.

Gráfico 1 – População por faixa etária – Joinville – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

A população de 10 a 14 anos aumentou apenas 1,26% e representa 42.207 jovens (IBGE, 2016). É importante considerar que a média da taxa de fecundidade total (filhos por mulher) em Joinville, segundo o IBGE (2016), reduziu de 2,6 filhos

(1991) para menos de 2 filhos (1,8) em 2010. Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 27 e 36 anos, conforme o gráfico 1.

Joinville vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem.

Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, por outro lado Joinville também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais diante da melhoria na expectativa de vida, tendo um aumento da participação da população com idade acima dos 40 anos. Ainda, observa-se que a população jovem, com idade até os 17 anos, vem reduzindo suas taxas de crescimento.

Esse cenário, em curto prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, no entanto, em um período mais longo, com a redução quantitativa de trabalhadores, para que a cidade possa continuar crescendo nos índices atuais, terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados. Obviamente isso remete à educação, tanto superior como técnica.

Em relação à atividade econômica, Joinville é a maior cidade catarinense, configurando o 3.º polo industrial da Região Sul do Brasil e responsável por cerca de 20% das exportações do estado. Encontra-se entre os 15 municípios com maior arrecadação de tributos e taxas municipais, estaduais e federais e concentra grande parte da atividade econômica na indústria, com destaque para os setores metalomecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico (IPPUJ, 2016). A atividade econômica pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R$ 18,2 bilhões (2010) para R$ 25,6 bilhões (2015), representando um crescimento de 40% nesse período, conforme apresenta a tabela 3.

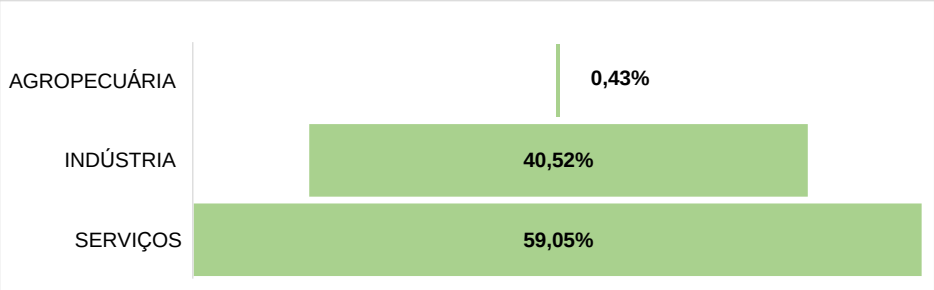
Tabela 3 – Produto Interno Bruto a preços correntes – Joinville – 2010 a 2015

Ano	Produto Interno Bruto a preços correntes (1.000 – R$)
2010	R$ 18.284.659,00
2011	R$ 18.728.516,00
2012	R$ 20.376.688,00
2013	R$ 21.979.954,00
2014	R$ 24.570.851,00
2015	R$ 25.599.407,00

Fonte: IPPUJ (2018)

A participação dos setores da economia no PIB de Joinville caracteriza-se por ser 40,5% da indústria, 59% de serviços e 0,4% da agropecuária, como se observa no gráfico 2.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto por setores de atividade (%) – Joinville – 2015



Fonte: IBGE (2018)

O segmento serviços apresentado no gráfico 2 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, na tabela 4, em que se tem o número de empresas em Joinville classificado pelos setores de atividade, pode-se notar que o comércio, a prestação de serviços e os autônomos são representativos, mas o parque industrial desempenha um importante papel na composição do PIB. Avaliando o período de 2005 a 2015, a atividade produtiva mantém-se em constante processo de crescimento, passando de 31 mil empresas para 47 mil (tabela 4).

Tabela 4 – Empresas por setor de atividade – Joinville – 2005 a 2015

	Comércio		Indústria da transformação		Prestação de serviços		Autônomos		TOTAL
Ano	**Qtde.**	**%**	**Qtde.**	**%**	**Qtde.**	**%**	**Qtde.**	**%**	**Qtde.**
2005	10.566	34,0	1.698	5,5	12.393	39,8	6.467	20,8	31.124
2010	12.466	32,9	1.661	4,4	17.477	49,7	6.267	16,6	37.871
2011	13.454	31,6	1.673	3,9	21.182	49,9	6.15	14,4	42.461
2012	15.545	31,6	1.855	3,7	25.436	51,2	6.88	13,8	49.719
2013	16.447	30,2	2.093	3,9	28.207	51,8	7.67	14,1	54.420
2014	16.161	29,2	2.195	4,0	29.851	53,9	7.13	12,9	55.344
2015	15.033	31,7	2.093	4,4	22.938	48,4	7.31	15,4	47.376

Fonte: IPPUJ (2016)

Observa-se que a taxa de crescimento de empresas instaladas em Joinville foi de 52%, considerando o período de 2005 a 2015. E, apesar de corresponder a 4,4% do número total de empresas, o setor da indústria de transformação tem papel significativo para a economia da cidade, como já observado pelo PIB. Ainda, segundo dados do IPPUJ (2016), a indústria de transformação foi responsável por 26% dos empregos, com destaque para a fabricação de produtos de borracha e de material plástico; fabricação de máquinas e equipamentos; e metalurgia. Tais atividades responderam por 89% do emprego da indústria de transformação de Joinville. Dessa forma, a cidade constitui um dos polos industriais mais importantes do país, status esse impulsionado pela presença de grandes indústrias no município, como Whirlpool, Embraco, Ciser, Lepper, Docol, Tigre, Tupy e General Motors.

Por outro lado, nos últimos anos tem-se observado o crescimento da participação dos setores de comércio e serviços na economia do município, com aproximadamente 15.000 e 22.900 empresas, respectivamente. O setor de serviços, que aparece com crescimento considerável, já é responsável atualmente por 42% dos empregos (IPPUJ, 2016).

A presença do emprego formal em Joinville reforça a importância da indústria de transformação e do setor de serviços no município, uma vez que são os setores que mais geram empregos formais. Ainda, é preciso destacar a perspectiva de ampliar a participação do setor terciário, especialmente comércio e prestação de serviços. O crescimento da participação desses setores na economia é um

movimento que está ocorrendo no país, e Joinville segue tal tendência. Na tabela 5, tem-se a população economicamente ativa (PEA), por setor de atividade.

Tabela 5 – Evolução da população economicamente ativa em Joinville por setor de atividade – 2010 a 2017

Setores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Primário	560	332	317	550	505	407	377	376
Secundário	87.793	46.929	45.090	48.222	46.702	31.676	26.446	28.409
Terciário	121.106	71.880	73.384	71.001	75.131	61.113	50.513	53.156
Total	209.459	119.149	118.791	119.773	122.338	93.196	77.336	81.941

Fonte: IPPUJ (2018)

Considerando os dados da Pesquisa Anual de Serviços do IBGE (2016), a maior parte das empresas do segmento de serviços no Brasil é voltada à prestação de serviços às famílias, incluindo hospitalidade, alimentação, atividades culturais, recreativas e esportivas, serviços pessoais e atividade de ensino continuado.

É no tocante ao mercado de trabalho que o IBGE (2016) aponta dados importantes com relação à PEA. Entre 2000 e 2010, o percentual da PEA de 18 anos ou mais passou de 68,2% para 74,2%. Isso aponta muito fortemente um perfil de público com disponibilidade para estudar à noite, pois a maioria das vagas de emprego em Joinville ainda é para o período diurno. Em 2010, da população ocupada, 59,4% possuíam ensino médio completo e 87% apresentaram rendimento de até 5 salários mínimos (IBGE, 2016). No mesmo ano, das pessoas ocupadas com 18 anos ou mais, 28,4% estavam empregadas na indústria de transformação, 41,5% no setor de serviços e 18,6% no comércio. Somando o setor de serviços e comércio, tem-se que 60% das pessoas ocupadas estão em atividades conhecidas como do setor terciário, que se dão predominantemente no horário comercial (diurno) e de segunda-feira a sábado.

Com base no estudo da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2015), os setores que mais geraram empregos na mesorregião norte no período de 2006 a 2011 foram: construção civil; alimentos; serviços para construção; máquinas e equipamentos; materiais elétricos; vestuário e acessórios; produção de minerais não metálicos; eletricidade e gás; têxteis e confecções; automotivo; saúde; produtos químicos e plásticos; e energia.

Chama a atenção, também, o fato de que muitas das áreas apontadas como tendências possuem sustentação na área de serviços. Segundo o IPPUJ (2016), no período de 2005 a 2015 esse foi o setor que apresentou um crescimento de 85% no número de empresas registradas, caracterizando-se como o de maior crescimento no município. O comércio cresceu 42%, a indústria 23% e o registro de autônomos 13%.

Em relação ao número de trabalhadores por atividade econômica em Joinville, observa- se que o setor terciário, em 2017, representou 64,9% dos empregados, com a oferta de 53 mil postos de trabalhos. Esse setor considera a administração pública, comércio e serviço. Entretanto a identidade da cidade ainda está relacionada ao setor secundário, que envolve indústria, serviço industrial e construção civil, com 28 mil postos de trabalho, representando 34,7% dos empregados no município (IPPUJ, 2018).

Outro fator a ser considerado é a proximidade com o Porto de São Francisco do Sul e o Porto de Itapoá, o que oferece condições de fortalecimento do parque industrial, não só de Joinville, como também das cidades vizinhas, caracterizando a região, também, como um centro de armazenamento e entreposto comercial.

Todo esse cenário de desenvolvimento, gerado pelo processo de industrialização, trouxe consigo problemas idênticos aos enfrentados pelas sociedades industriais de outras partes do mundo. A riqueza gerada e a crescente urbanização aliadas ao crescimento demográfico, que desde a década de 1980 vem se mantendo acima da média de Santa Catarina, têm agravado problemas de ordem social, ambiental e cultural.

Quanto ao aspecto ambiental, a região sofre as consequências da exploração dos recursos naturais, feita nem sempre de forma racional, podendo-se apontar: a poluição hídrica; a ocupação e a urbanização de mangues; a precariedade do sistema de esgoto; a produção do lixo urbano e industrial; a devastação da floresta que cobre a serra do mar; e a poluição atmosférica. Tais aspectos potencializam o papel da Universidade como instituição de pesquisa e de extensão que contribui para a análise dos problemas regionais e a construção de soluções em parceria com o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada

1.4.2 São Bento do Sul

O município de São Bento do Sul localiza-se a 88 km de Joinville e 251 km de Florianópolis (figura 4). Segundo dados do IBGE (2018), São Bento do Sul dispõe de uma área de 501,634 km^2 e uma população de 83.576 habitantes, conforme estimativa de 2018.

Figura 4 – Mapa de localização do município de São Bento do Sul

Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população do município de São Bento do Sul foi superior ao crescimento no Brasil, mas um pouco abaixo do crescimento no estado. O percentual de crescimento da população de São Bento do Sul do ano 2000 para 2016 foi de 26% (média anual de 1,5%), enquanto o crescimento populacional de Santa Catarina foi de 29% (média anual de 1,6%) e do Brasil foi de 22% (média anual de 1,2%), como demonstrado na tabela 6.

Tabela 6 – Crescimento da população no Brasil, em Santa Catarina e em São Bento do Sul – 2000 a 2016

	Brasi		SC		São Bento do Sul	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		64.928	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	74.801	15,2%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	80.936	8,2%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	81.893	1,2%

* Previsão até julho/2016
Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

Observa-se que, apesar de São Bento do Sul apresentar uma taxa de crescimento populacional um pouco abaixo da média estadual, o potencial de crescimento é positivo, tanto pelo espaço territorial para a instalação de novas empresas como pela proximidade com outros municípios do entorno que também estão se desenvolvendo. Na tabela 7, tem-se a participação de cada faixa etária.

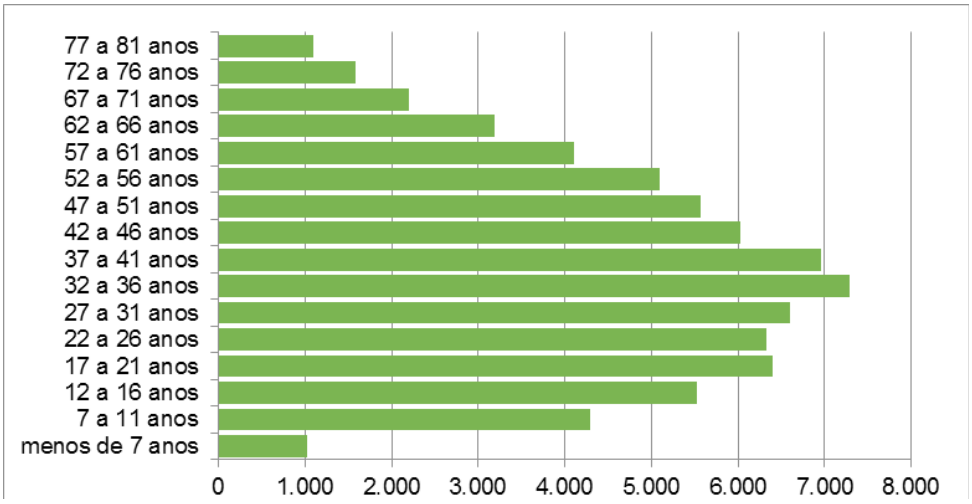
Tabela 7 – População residente por faixa etária – São Bento do Sul – 2000 e 2010

Ano	0-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	25-39 anos	40-59 anos	60 + anos
2000	6.201	6.311	6.340	3.881	**2.910**	**6.904**	16.927	11.927	4.036
2010	5.322	5.523	6.393	3.755	**2.576**	**6.604**	20.282	17.969	6.377

Fonte: IBGE (2016)

Analisando a população por faixa etária e comparando os dados de 2010 em relação ao ano 2000 (IBGE, 2016), observa-se que a população de 18 a 24 anos teve uma redução de 6,5% (634 pessoas), representando o total de 9.180 jovens. Em 2016 essa população tinha idade entre 24 e 30 anos. A população de 10 a 14 anos aumentou apenas 1% e representa 6.393 jovens (IBGE, 2016). Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 36 e 41 anos (gráfico 3).

Gráfico 3 – População por faixa etária – São Bento do Sul – 2017*



* Projeção com base no censo de 2010, sem considerar migrações
Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

São Bento do Sul vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem. Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, São Bento do Sul também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de vida, tendo um aumento da participação da população com idade acima dos 40 anos. Ainda, nota-se que a população jovem, com idade até os 16 anos, vem reduzindo suas taxas de crescimento. Assim como em Joinville, para São Bento do Sul tal cenário contribui com a redução quantitativa de trabalhadores e, para que o município possa continuar crescendo nos índices atuais, será necessário investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

Quanto à atividade econômica, São Bento do Sul é um município industrializado, atraindo pessoas de outras cidades, inclusive do estado do Paraná. A atividade econômica de São Bento do Sul pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R$ 1,89 bilhão (2010) para R$ 2,5 bilhões (2015), representando um crescimento de 33% nesse período (tabela 8).

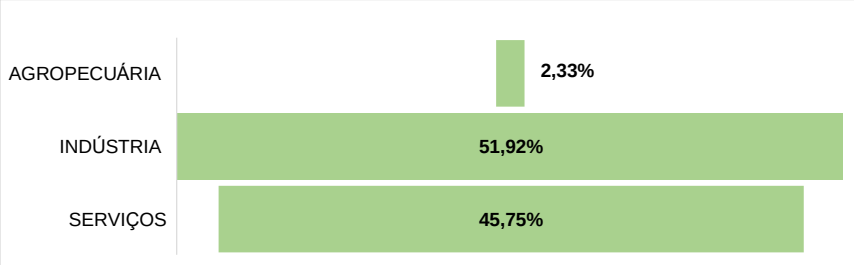
Tabela 8 – PIB a preços correntes – São Bento do Sul – 2010 a 2015

Ano	PIB a preços
2010	R$
2011	R$
2012	R$
2013	R$
2014	R$
2015	R$

Fonte: IBGE (2018)

A participação dos setores da economia no PIB de São Bento do Sul caracteriza-se por ser 51,9% da indústria, 45,7% de serviços e 2,3% da agropecuária, como se observa no gráfico 4.

Gráfico 4 – PIB por setores de atividade (%) – São Bento do Sul – 2015



Fonte: IBGE (2018)

Conforme dados da Associação Empresarial de São Bento do Sul (ACISBS, 2015), São Bento do Sul é o 12.º exportador de Santa Catarina, e 80% do produto exportado são móveis, o que justifica a participação da indústria no PIB da cidade. Na tabela 9, observa-se a balança comercial de São Bento do Sul.

Tabela 9 – Balança comercial – São Bento do Sul – 2007 a 2014

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	US$ FOB (A)		US$ FOB (B)		US$ FOB (A) -
2007	$188.130.896,00		$36.031.262,00		$152.099.634,00
2008	$162.705.195,00	-13,5%	$38.757.255,00	7,6%	$123.947.940,00
2009	$133.500.776,00	-17,9%	$48.868.360,00	26,1%	$84.632.416,00
2010	$141.479.553,00	6,0%	$70.903.007,00	45,1%	$70.576.546,00
2011	$123.125.722,00	-13,0%	$88.955.125,00	25,5%	$34.170.597,00
2012	$113.824.040,00	-7,6%	$87.795.881,00	-1,3%	$26.028.159,00
2013	$112.329.488,00	-1,3%	$58.901.128,00	-32,9%	$53.428.360,00
2014*	$57.370.037,00		$40.438.703,00		$16.931.334,00

* dados até junho/2014

Fonte: Denk e Westphal (2014)

As exportações de São Bento do Sul tiveram no período de 2007 a 2014 oscilações que confirmam a dependência do país quanto às políticas internas (comerciais e cambiais) e ao cenário econômico internacional. Destacam-se os triênios de 2007 a 2009 e 2011 a 2013, nos quais houve retração nas exportações em decorrência do cenário recessivo internacional.

Por outro lado, considerando dados até julho de 2014, observa-se que há uma recuperação positiva das exportações. No *ranking* estadual, móveis de madeira ocupam a décima posição entre os produtos catarinenses mais exportados, representando US$ 9,7 milhões, em janeiro de 2016. Mesmo considerando que as exportações de São Bento do Sul apresentaram retração nos triênios destacados, observa-se que o saldo da balança comercial sempre se apresenta como superavitário, diferentemente do saldo da balança comercial do estado, o qual desde 2010 vem apresentando valores negativos. Isso confirma a contribuição das exportações para o município.

São Bento do Sul é considerada a principal economia do planalto norte catarinense e conta com importante participação dos setores de higiene e limpeza; metalurgia; fiação e tecelagem; cerâmica; plástico; e comércio. A indústria de São Bento do Sul responde por aproximadamente 66% do valor adicionado do município, que é a diferença entre as entradas e saídas de uma empresa, ou seja, é o valor agregado ao produto. Em seguida vêm o comércio, com cerca de 13%, e os serviços,

com 7%. O valor adicionado da agropecuária corresponde a cerca de 1,5%. O restante do movimento vem de empresas registradas no Simples Nacional ou de setor não identificado. No setor industrial, o segmento metalomecânico já corresponde a 20,5% da atividade econômica são-bentense, seguido pelo segmento de madeira e móveis, com cerca de 15% (MORAES, 2015). Além das empresas moveleiras (tais como Rudnick), outros segmentos têm representatividade no município por meio de indústrias com renome nacional e internacional, destacando-se Tuper, Condor, Tecmatic, Oxford, Buddemeyer e Fiação São Bento.

Nessa direção, a ACISBS (2015) revela que diferentes setores compõem a cadeia produtiva e a economia do município, a qual em termos de indústria de transformação, como anteriormente mencionado, é regida pela cadeia de valor da indústria metalomecânica; do mobiliário; da indústria do plástico; da indústria da fiação e tecelagem; da indústria cerâmica. A referida publicação ainda expressou que, em número de empresas, há um crescimento nos setores de comércio e serviços, embora a indústria de manufatura tenha presença marcante no contexto do município, como apresenta a tabela 10.

Tabela 10 – Agrupamento dos principais segmentos econômicos – São Bento do Sul – 2014

Indústria	
Metalmecânica	
Metalurgia	
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e	
Fabricação de máquinas e equipamentos	
Fabricação de veículos automotores, reboques e	
Móveis/madeiras	
Fabricação de móveis	
Fabricação de produtos de madeira	
Comércio	
Comércio varejista	
Comércio e reparação de veículos automotores e	
Comércio por atacado	
Serviços	
Simples Nacional	

Fonte: ACISBS (2015)

Em 2014 o segmento industrial agrupava 67% do que movimentou a economia de São Bento do Sul, seguido pelo comércio, com 12,8%. É importante

destacar que o segmento de serviço, com 6,5%, tem potencial de crescimento, considerando o crescimento populacional do município e o seu desenvolvimento econômico.

1.4.3 São Francisco do Sul

O município de São Francisco do Sul está localizado na ilha de mesmo nome, a 37 km de Joinville e a 194 km da capital Florianópolis (figura 5). Segundo dados do IBGE (2018), São Francisco do Sul dispõe de uma área de 498,646 km^2 e uma população de 51.677 habitantes, conforme estimativa de 2018.

Figura 5 – Mapa de localização do município de São Francisco do Sul

Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população de São Francisco do Sul foi bem superior à do crescimento populacional de Santa Catarina e do Brasil. O percentual de crescimento da população do município do ano 2000 para 2016 foi de 58% (média anual de 2,9%), enquanto o crescimento populacional do estado foi de 29% (média anual de 1,6%) e o do Brasil foi de 22% (média anual de 1,2%), como se observa na tabela 11.

Tabela 11 – Crescimento da população no Brasil, em Santa Catarina e em São Francisco do Sul – 2000 a 2016

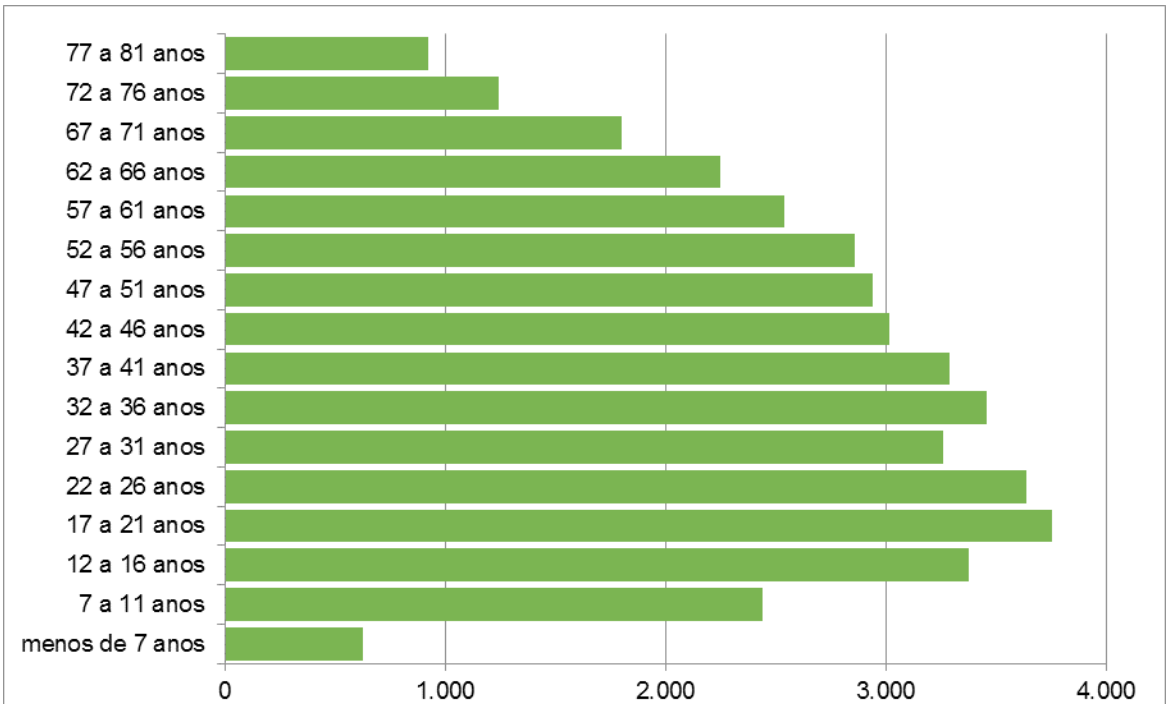
	Brasil		Santa Catarina		São Francisco do Sul	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		31.519	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	42.520	34,9%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	48.606	14,3%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	49.658	2,2%

* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

O crescimento populacional de São Francisco do Sul pode ser explicado pela implantação de novas empresas e empreendimentos, bem como pela previsão de implantação de novos terminais portuários e de um estaleiro. Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da faixa etária entre 21 e 26 anos, conforme gráfico 5.

Gráfico 5 – População por faixa etária – São Francisco do Sul – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

São Francisco do Sul vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem. Entretanto a população de São Francisco do Sul é mais jovem, mesmo que se observe uma desaceleração do crescimento populacional. Por outro lado, a cidade também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de vida. Ainda, observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, apresenta uma redução significativa na sua taxa de crescimento.

Esse cenário pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, tendo em vista que ainda há um número significativo de jovens a entrar no mercado de trabalho. Além disso, deve-se considerar a necessidade de investir em inovação e capacitação, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados. Obviamente isso remete à educação, tanto superior como técnica.

Em relação à atividade econômica, São Francisco do Sul é uma cidade portuária e turística. O Porto de São Francisco do Sul é o quinto maior do Brasil em movimentação de contêineres e o sexto em volume de cargas. O porto dispõe de acesso rodoviário a Joinville, pela BR-280, num percurso de 40 km, e as composições ferroviárias acessam o porto por meio da estrada de ferro 485, que liga São Francisco do Sul à cidade de Mafra, distante 167 km.

A atividade econômica do município pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R$ 2,1 bilhões (2010) para R$ 3,78 bilhões (2015), representando um crescimento de 79% nesse período (tabela 12).

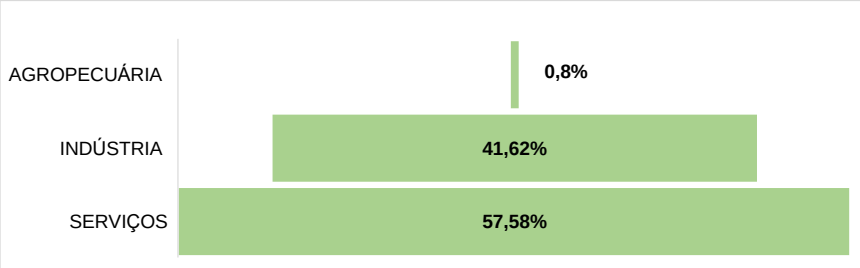
Tabela 12 – PIB a preços correntes – São Francisco do Sul – 2010 a 2015

Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R$)
2010	**R$ 2.107.730,00**
2011	**R$ 2.656.569,00**
2012	**R$ 2.892.368,00**
2013	**R$ 3.279.382,00**
2014	**R$ 3.566.016,00**
2015	**R$ 3.781.302,00**

Fonte: IBGE (2018)

A participação dos setores da economia no PIB de São Francisco do Sul caracteriza-se por ser 41,6% da indústria, 57,6% de serviços e 0,8% da agropecuária, como se observa no gráfico 6.

Gráfico 6 – PIB por setores de atividade (%) – São Francisco do Sul – 2015



Fonte: IBGE (2018)

Em São Francisco do Sul, tomando-se como referência dezembro de 2014, existiam 1.764 empresas formais, as quais geraram 11.405 postos de trabalho com carteira assinada (tabela 13). O setor terciário (serviços) é o mais representativo em número de empresas, assim como na geração de empregos.

Tabela 13 – Número de empresas no Cadastro Central de Empresas – São Francisco do Sul – 2010 a 2014

Número de empresa	
2010	1.794
2011	1.684
2012	1.719
2013	1.783
2014	1.764

Fonte: IBGE (2016)

A economia de São Francisco do Sul gira em torno do seu porto, que é essencialmente exportador. É o principal porto graneleiro do estado e movimenta aproximadamente 5,4 milhões de toneladas/ano. Os principais produtos exportados são soja, milho, madeira, papel, compressores, móveis, cerâmica, carne congelada, autopeças e têxteis. No porto há todo um conjunto de empresas da área de logística, além da rede ferroviária da América Latina Logística (ALL).

Há poucas indústrias instaladas no município, mas são representativas, em

função de seu porte e inserção nacional, com destaque para a indústria de laminação de chapas de aço Arcelor Mittal, a Bunge Alimentos S/A e a indústria de fertilizantes Fecoagro. Ressalta-se ainda a presença, há mais de 20 anos, de um terminal aquaviário da Petrobrás S/A, que opera recebendo petróleo de navios que o descarregam por uma monoboia. O produto é armazenado e enviado por meio de oleoduto até refinarias do Paraná.

A cidade de São Francisco do Sul também é reconhecida no estado de Santa Catarina e no País pelo seu patrimônio cultural e natural. Destaque pode ser dado ao conjunto arquitetônico de sua área central, que é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É possível citar, especialmente, o Museu Histórico Municipal, o Museu do Mar, o Forte Marechal Luz e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. Há ainda de se considerar a existência de praias e o estuário da Baía da Babitonga, com suas inúmeras ilhas e grande biodiversidade de interesse científico. Todas essas atrações tornam o turismo uma atividade relevante, observando-se maior fluxo turístico no verão, quando contingentes de turistas movimentam a economia do município.

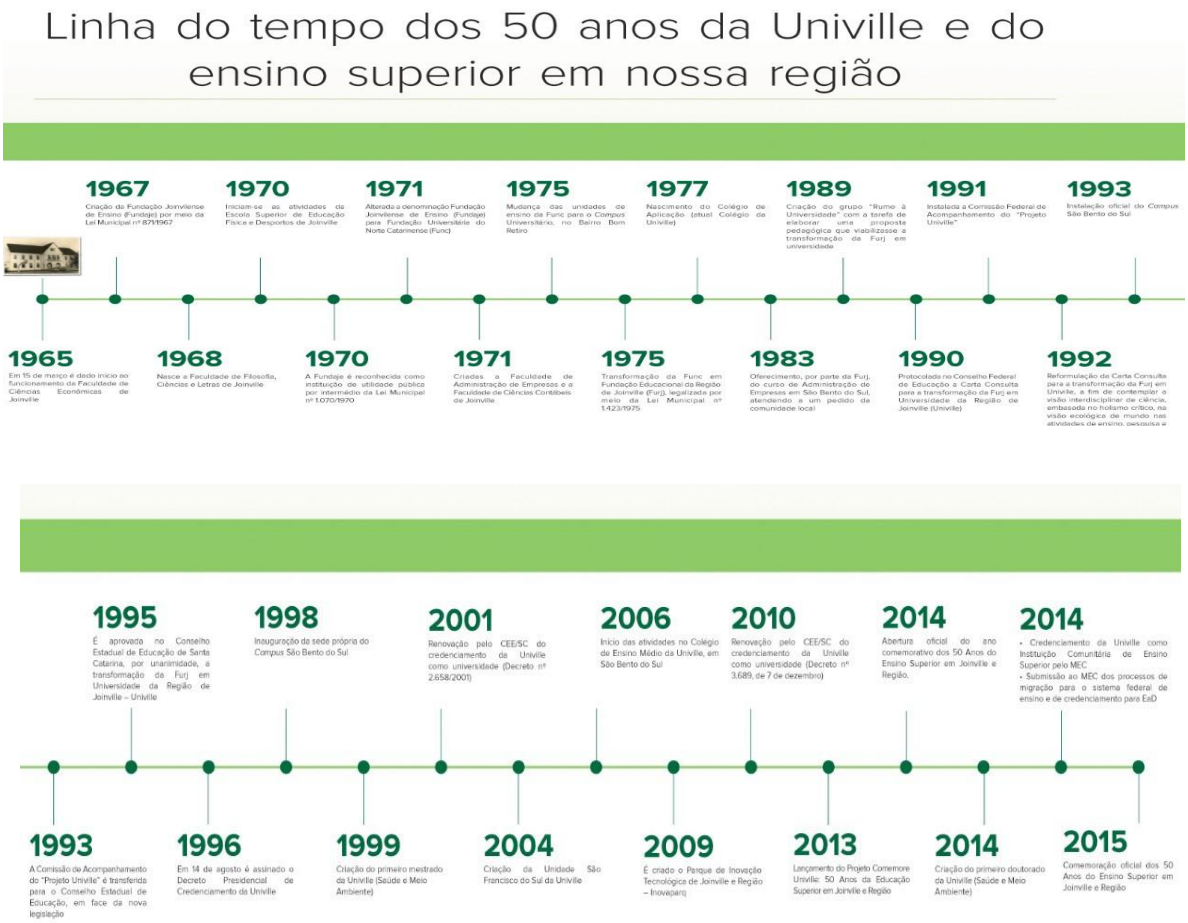
1.5 Breve histórico da Furj/Univille

A história da Universidade da Região de Joinville (Univille) confunde-se com o desenvolvimento da educação superior no norte catarinense. A implantação da Faculdade de Ciências Econômicas em 1965, que tinha como mantenedora a Comunidade Evangélica Luterana e atualmente é um dos cursos de graduação da Univille, deu início a essa história. Em 1967 a Lei Municipal n.º 871, de 17 de julho, originou a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje), com o objetivo de criar e manter unidades de ensino superior. Segundo Coelho e Sossai (2015), em 1971 o nome Fundaje foi alterado para Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func), pela Lei n.º 1.174, de 22 de dezembro. Em 1975 todas as unidades da Func foram transferidas para o *Campus* Universitário, em uma área do bairro Bom Retiro (atualmente pertencente à Zona Industrial Norte), e passaram a constituir a Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj), segundo a Lei Municipal n.º 1.423, de 22

de dezembro de 1975, que modificou sua denominação e alterou sua estrutura organizacional. Atualmente a Furj é a mantenedora da Univille.

Ao longo dos mais de 50 anos de atuação, a Instituição desenvolveu-se pelos esforços da comunidade e do poder público dos municípios, com o intuito de oportunizar aos jovens da região o acesso à educação superior. Os principais fatos dessa trajetória são ilustrados na linha do tempo apresentada na figura 6 e estão descritos nesta seção do PDI 2017-2021.

Figura 6 – Linha do tempo da educação superior em Joinville



Fonte: Coelho e Sossai (2015)

Em 1977 a educação básica começou a ser oferecida pela Instituição, em unidade específica chamada de Colégio de Aplicação, que em 2001 passou a funcionar em sede própria com a denominação de Colégio Univille. Em 1982 a área de ensino da Furj estendeu sua atuação até Jaraguá do Sul, com o curso de Ciências

Econômicas, e no ano seguinte também com o de Ciências Contábeis. Em 1984 começou a ofertar o curso de Administração de Empresas em São Bento do Sul.

A direção-geral da Instituição, desde sua criação, era exercida por nomeação feita pelo prefeito da cidade. Somente no fim de 1987, em um trabalho conjunto com a comunidade acadêmica, realizaram-se as primeiras eleições diretas para o cargo de diretor-geral. Em 6 de outubro de 1987 o prefeito de Joinville assinou a Lei n.º 5.660, a qual previa que o diretor-geral das Unidades Integradas de Ensino passaria a ser eleito (COELHO; SOSSAI, 2015). Desde então as eleições para o dirigente da Instituição ocorrem por votação secreta pelo Colégio Eleitoral da Instituição, composto pelos profissionais da educação, estudantes e pessoal administrativo. No início do ano letivo de 1989 aconteceram reuniões com lideranças comunitárias das áreas econômica e política do município e lideranças da comunidade acadêmica para rever o projeto institucional da Furj. Foi então criado o grupo Rumo à Universidade, com a tarefa específica de elaborar uma proposta pedagógica que viabilizasse a transformação da fundação em universidade. Em março de 1990 a Carta Consulta que delineava o perfil de uma universidade adequada às questões voltadas à microrregião, denominada Universidade da Região de Joinville, foi protocolada no Conselho Federal de Educação (CFE). O documento apresentava a proposta de uma universidade que contemplasse uma visão interdisciplinar de ciência, com ênfase em aspectos ambientais, concretizada por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Segundo Coelho e Sossai (2015, p. 35), a interdisciplinaridade foi preocupação do projeto pedagógico institucional e dos cursos “diante do desafio de religar saberes para responder aos complexos problemas regionais”. Em 1991 a Carta Consulta foi aprovada, e a implementação do Projeto Univille foi autorizada, com a posse solene da Comissão Federal de Acompanhamento do Projeto. Foram desenvolvidas ações no que diz respeito a capacitação docente, plano de cargos e salários, ampliação do acervo da biblioteca, ampliação das instalações físicas e construção de novos laboratórios (COELHO; SOSSAI, 2015). Em 1992 o Presidente da República assinou a homologação do parecer emitido pelo CFE. Em maio de 1993, diante de mudanças na legislação relacionada à educação superior, a responsabilidade pelo acompanhamento passou ao Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (CEE/SC).

Ainda em 1993 foi instalado oficialmente um *campus* em São Bento do Sul, embora as atividades pedagógicas dos cursos continuassem a ser desenvolvidas em espaços locados. Em março de 1998 a sede própria foi inaugurada. No ano seguinte, houve a construção do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa) Rugendas, em área localizada fora da região urbana da cidade de São Bento do Sul. Em 5 de dezembro de 1995, pelo Parecer n.º 214/95, o CEE/SC aprovou, por unanimidade, os documentos que normatizavam a estrutura da Instituição: Estatuto da mantenedora (Furj), Estatuto e Regimento da Univille, juntamente com o reconhecimento de todos os seus cursos. Em 14 de agosto de 1996 foi assinado o Decreto Presidencial de Credenciamento da Univille, publicado no Diário Oficial da União em 15 de agosto do mesmo ano. Esse credenciamento foi renovado em 2001 pelo CEE/SC pelo prazo de cinco anos (Parecer n.º 123 e Resolução n.º 032/2001).

Em 2004 a Univille passou a atuar em São Francisco do Sul em unidade própria na cidade, entretanto desde 1993 a Instituição já estava presente na região com a oferta de cursos de graduação e atividades de pesquisa e extensão. Em 1999 foi implantado o Cepa da Vila da Glória, visando desenvolver estudos e pesquisas ambientais na região da Baía da Babitonga.

Em 2005 foi criada uma unidade no Centro de Joinville que abriga salas de aula e laboratórios, bem como os ambulatórios universitários e a farmácia-escola, que atendem a população em convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS).

No ano de 2006 o Colégio Univille no *Campus* São Bento do Sul foi criado com o intuito de oferecer o ensino médio. A partir de 2012 o colégio passou a ofertar também as séries finais do ensino fundamental. No mesmo ano a Instituição criou o Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (Nipi), que tem entre seus objetivos o estímulo, a promoção e a valorização do conhecimento gerado na Universidade. Conforme Coelho e Sossai (2015), com as atividades desenvolvidas pelo Nipi a Univille passou a ter representatividade no Sistema Nacional para a Inovação e no projeto do Governo estadual de implantação e estruturação de núcleos de inovação tecnológica em Santa Catarina.

Em 2009, para fomentar as parcerias estratégicas entre a Univille, outras instituições de ensino, empresas e governos, o Conselho de Administração da Furj criou o Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região (Inovaparq). A Univille,

por meio do Inovaparq, participa do processo de estruturação e gestão de um ambiente que permite potencializar as atividades de pesquisa científica e tecnológica, a transferência de tecnologia e a introdução de inovação no ambiente produtivo e social, bem como favorecer a criação e a consolidação de empreendimentos que auxiliam no desenvolvimento de novas tecnologias, produtos, serviços e processos.

Em 2010 o CEE/SC realizou avaliação da Instituição e, mediante o Parecer n.º 223, sancionado em 19 de dezembro, aprovou o recredenciamento da Univille como universidade pelo prazo de sete anos. O Parecer n.º 223 foi homologado pelo Decreto do governador do estado de Santa Catarina n.º 3.689, de 7 de dezembro de 2010.

Desde 2007 as instituições comunitárias de ensino superior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina intensificaram a articulação política com o intuito de fortalecer o reconhecimento da categoria de universidades comunitárias pelo governo federal e pela sociedade. A Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) e outras entidades dedicaram-se ao fortalecimento da identidade das instituições comunitárias e à divulgação do papel desempenhado por essas universidades. O movimento resultou no encaminhamento de um projeto de lei com vistas à regulamentação das instituições comunitárias de educação superior. O projeto foi amplamente debatido e aprovado pelo Congresso Nacional por meio da Lei n.º 12.881, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das instituições comunitárias de ensino superior (Ices). Em 12 de novembro de 2014, pela Portaria n.º 676, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC qualificou como Ices a Univille, mantida pela Furj.

Em 2014, por decisão do Conselho Universitário, a Instituição aderiu ao Edital MEC/Seres n.º 4, de 1.º de julho daquele ano, permitindo a migração de instituições de ensino superior para o sistema federal de educação. Por meio desse processo de migração, quando do deferimento pelo órgão federal, a Univille passará a ser regulada, supervisionada e avaliada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo MEC e não mais pelo CEE/SC.

Também em 2014, com base na decisão do Conselho Universitário e levando em conta o previsto no PDI 2012-2016, a Univille encaminhou ao MEC o processo de credenciamento institucional para a oferta da educação a distância (EaD), incluindo o pedido de autorização para a oferta do primeiro curso de graduação nessa modalidade e o credenciamento de dois polos de apoio presencial, sendo um deles na Unidade da Universidade em São Francisco do Sul e outro no *Campus* em São Bento do Sul. Em 2015 ocorreu a visita de avaliação *in loco* para a autorização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos na modalidade EaD. No mesmo ano ocorreu a visita de avaliação *in loco* para o credenciamento do polo de apoio presencial em São Francisco do Sul. As visitas foram realizadas por comissões nomeadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do MEC, e atribuíram em ambos os casos a nota 4, ou seja, consideraram as condições de oferta “Muito boas”.

Ainda em relação à EaD, em 2016 e 2017 ocorreram mudanças na legislação, o que levou a um redimensionamento do Projeto Estratégico de Implantação da EaD pela Univille. O credenciamento para a oferta da modalidade EaD foi feito por meio da Portaria n.º 410, de 4 de maio de 2018, do MEC, publicada no Diário Oficial da União n.º 86, de 7 de maio de 2018. O início das operações da EaD-Univille ocorreu em outubro de 2018 com a oferta de dez cursos superiores de Tecnologia e 20 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Em 2018 implantaram-se quatro polos próprios: Polo *Campus* Joinville, Polo *Campus* São Bento do Sul, Polo Unidade São Francisco do Sul e Polo Unidade Centro Joinville. Além disso, foi implantado o Polo Itapoá por meio de uma parceria. Em 2016, a Seres deferiu o processo de migração da Universidade. Com esse deferimento, a Univille protocolou os processos referentes a reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em atividade, bem como o processo de recredenciamento da Universidade. Em continuidade ao Projeto Estratégico de Migração para o Sistema Federal, em 2017 e 2018 a Universidade recebeu a visita de avaliação *in loco*, promovida pelo Inep, para diversos cursos de graduação. A visita *in loco* para o recredenciamento institucional ocorreu em junho de 2018; a Univille recebeu nota 4. Em 2018 houve a ampliação da oferta de educação básica por meio da implantação do Colégio Univille em São Francisco do Sul, com a oferta das séries finais do ensino fundamental – do 6.º ao 9.º ano. O PPP foi concebido por uma equipe de educadores, envolvendo docentes

dos Colégios Univille de Joinville e de São Bento do Sul, dos cursos de licenciaturas da Univille, especialistas em educação ambiental e atores da comunidade local. Esse trabalho resultou numa proposta diferenciada, atendendo às características da cidade, com foco no conceito de Espaço Educador Sustentável.

1.6 Corpo dirigente

SANDRA APARECIDA FURLAN – Reitora

Titulação

Graduação: Engenharia Química – Faculdade de Engenharia de Lorena (1984)

Especialização: Operação e Gerência de Produtos de Usinas Alcooleiras – Faculdade de Engenharia de Lorena (1986)

Mestrado: Engenharia Química – Instituto Nacional Politécnico de Toulouse – França (1988)

Doutorado: Engenharia de Processos – Instituto Nacional Politécnico de Toulouse – França (1991)

ALEXANDRE CIDRAL – Vice-Reitor

Titulação

Graduação: Ciências da Computação – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1988)

Graduação: Psicologia – Associação Catarinense de Ensino – ACE (1995)

Mestrado: Psicologia – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1997)

Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC (2003)

SIRLEI DE SOUZA – Pró-Reitora de Ensino

Titulação

Graduação: História – Fundação Educacional da Região de Joinville – Furj (1995)

Mestrado: História do Brasil – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1998)

Doutorado: Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2019)

THEREZINHA MARIA NOVAIS DE OLIVEIRA – Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Titulação

Graduação: Engenharia Sanitária – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1989)

Mestrado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1993)

Doutorado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1998)

YONÁ DA SILVA DALONSO – Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Titulação

Graduação: Turismo e Hotelaria – Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI – (1998)

Mestrado: Ciências da Comunicação – Universidade de São Paulo – USP (2004)

Doutorado: Geografia – Universidade do UMinho (2015)

GEAN CARDOSO DE MEDEIROS – Pró-Reitor de Infraestrutura e Diretor-Geral do *Campus* São Bento do Sul

Titulação

Graduação: Ciências da Computação – Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul – 1996

Especialização: Empreendedorismo na Engenharia – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1999)

Mestrado: Ciências da Computação – UFSC (2002)

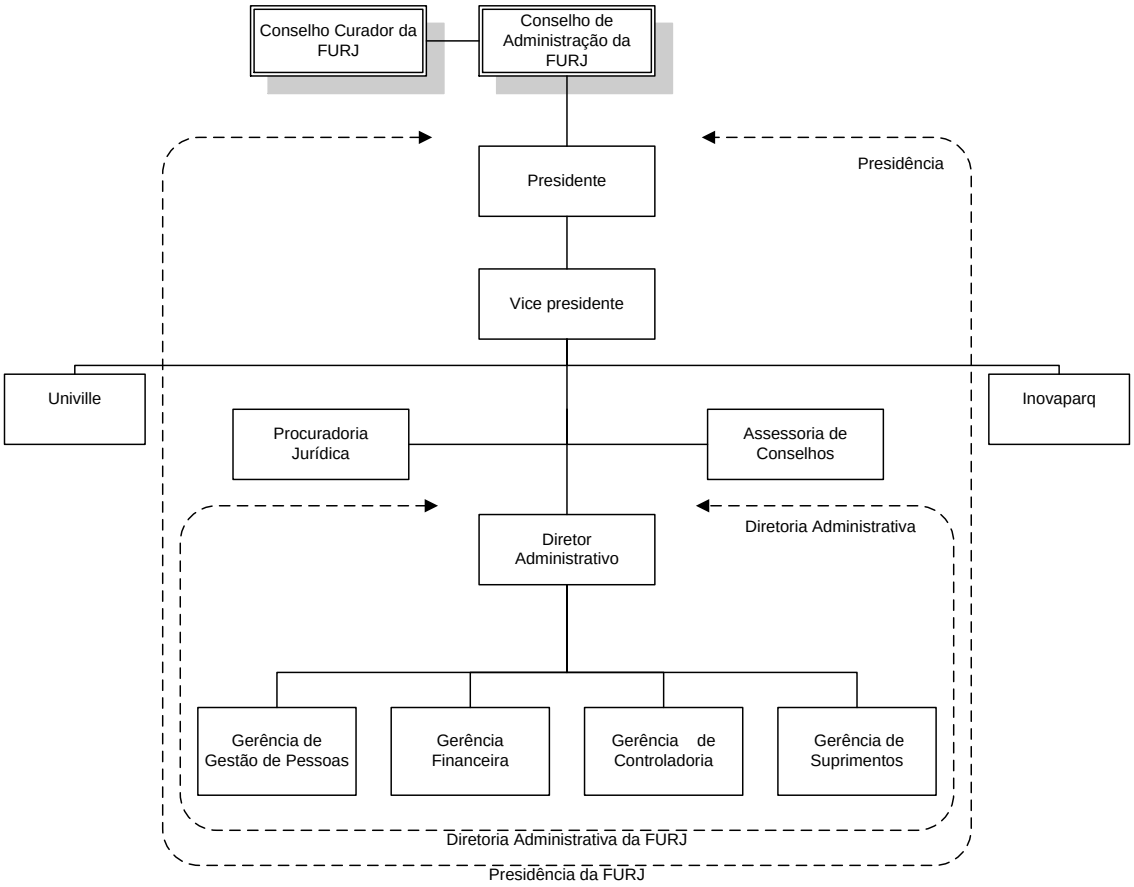
1.7 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional é a forma como uma instituição ou organização distribui a autoridade, as responsabilidades e as atividades com vistas a executar os processos de trabalho que proporcionam a implementação das estratégias e o alcance dos objetivos organizacionais. De acordo com Hall (2004), a estrutura organizacional consiste na maneira como ocorre a distribuição das pessoas entre posições sociais que

influenciam os relacionamentos de papéis desempenhados por elas. Essa estrutura implica a divisão de trabalho (distribuição das tarefas entre as pessoas) e a hierarquia (distribuição das pessoas em posições), atendendo a três funções básicas: viabilizar os processos, produtos e serviços organizacionais com o intuito de alcançar os objetivos e metas; minimizar as variações individuais sobre a organização; estabelecer o contexto no qual o poder decisório é exercido e as ações são executadas. Dessa forma, a estrutura organizacional é a soma de meios pelos quais o trabalho se divide em tarefas distintas e como se realiza a coordenação dessas tarefas (MINTZBERG, 2010), com implicações quanto à definição das instâncias deliberativas, executivas e consultivas e das relações hierárquicas entre as áreas na organização.

O organograma da Furj é apresentado na figura 7.

Figura 7 – Organograma da Furj

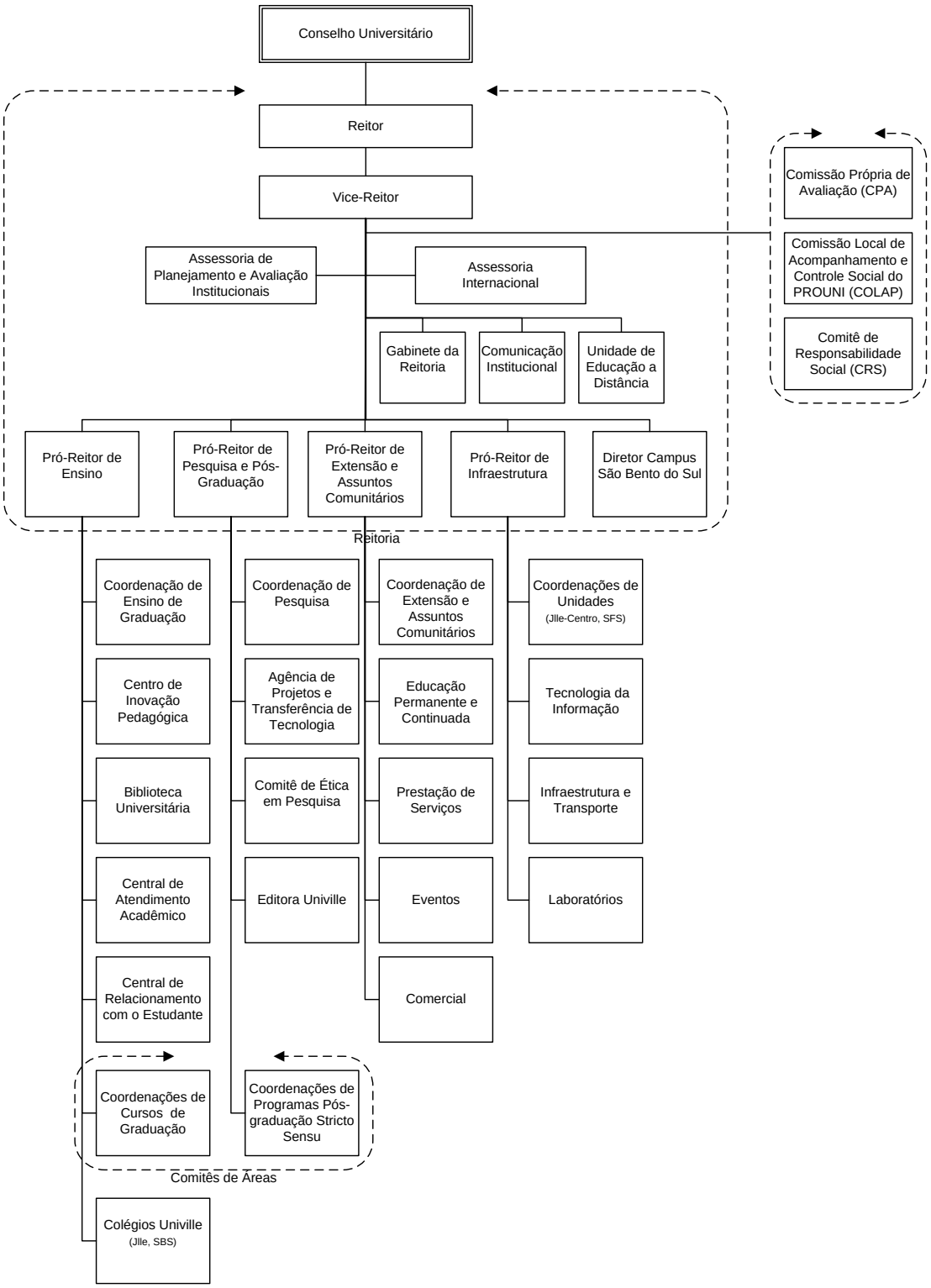


Fonte: PDI Univille (2017)

A Furj tem como órgão deliberativo superior o Conselho de Administração, e como órgão fiscalizador, o Conselho Curador. O órgão executivo da Furj é a presidência, da qual faz parte a diretoria administrativa. A Furj é mantenedora da Univille e do Inovaparq.

A administração da Univille está organizada em geral, dos *campi* e unidades, dos cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu* e dos órgãos complementares e suplementares (UNIVILLE, 2016). O organograma da Univille é apresentado na figura 8.

Figura 8 – Organograma da Univille



Fonte: PDI Univille (2017)

A seguir os órgãos que compõem a estrutura da Furj e da Univille são descritos. A administração de ambas é realizada por meio de órgãos deliberativos, consultivos e executivos previstos nos estatutos, regimentos e outras regulamentações institucionais.

1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville

A Fundação Educacional da Região de Joinville, instituída pela Lei n.º 871, de 17 de julho de 1967, com alterações posteriores, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didático-pedagógica, científica, tecnológica, administrativa, financeira e disciplinar, exercida na forma da lei e dos seus estatutos, com sede e foro na cidade de Joinville, Santa Catarina. As disposições atinentes à autonomia da Furj são regidas por seu estatuto, que passou por atualização aprovada em 2014 pelo Conselho de Administração, Conselho Curador e Ministério Público de Santa Catarina.

A Furj tem por finalidade manter a Univille e o Inovaparq. As instituições mantidas gozam de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação e regulamentos próprios.

São órgãos da administração da Furj:

- Conselho de Administração;
- Conselho Curador;
- Presidência.

1.7.1.1 Conselho de Administração da Furj

O Conselho de Administração, órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política administrativa e financeira da Furj, constitui-se dos seguintes membros (FURJ, 2014):

- Presidente da Furj;
- Vice-Presidente da Furj;
- Diretor Administrativo da Furj, sem direito a voto;
- Um indicado por unidade acadêmico-administrativa;
- Dois indicados pelo *Campus* São Bento do Sul;
- Um indicado por cada um dos demais *campi* da Univille;
- Um indicado pelos Colégios Univille;
- Um indicado pelos programas/cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Univille;
- Um discente indicado por DCE da Univille;
- Um indicado pelo Inovaparq;
- O último ex-presidente da Furj;
- Um indicado pelas APPs dos Colégios da Univille;
- Um indicado pela Affurj;
- Representantes da comunidade Regional:

✓ um indicado pelo Poder Executivo de cada município em que a FURJ tenha sede ou extensão;

✓ um indicado pelo Poder Legislativo de Joinville;

✓ um indicado pela Associação dos Municípios da Região Nordeste de Santa Catarina;

✓ um indicado da comunidade empresarial;

✓ um indicado da comunidade científica;

✓ um indicado das Centrais Sindicais de Joinville;

✓ um indicado pelo Conselho Municipal de Educação.

O presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma

recondução. A natureza do mandato dos conselheiros é definida pelo Estatuto da FURJ.

Ao Conselho de Administração compete (FURJ, 2014):

I - examinar, discutir e aprovar:

➢ o Estatuto e o Regimento da Furj e suas respectivas reformas;

➢ os regulamentos das instituições mantidas pela Furj e suas respectivas reformas, exceto da Univille, que se reportará ao Conselho Universitário dessa mantida;

➢ as estratégias de ação e as prioridades de investimento da Furj e de suas instituições mantidas;

➢ as diretrizes para investimentos da Furj;

➢ a criação e a extinção de estruturas administrativas da Furj;

➢ a criação e a extinção de instituição mantida pela Furj;

➢ a proposta orçamentária do ano subsequente para ser submetida ao Conselho Curador para análise e homologação;

➢ o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj, a serem submetidos ao Conselho Curador para análise e homologação;

➢ a prestação de contas anual da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;

➢ o relatório anual e o balanço geral da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;

➢ os critérios para definição de mensalidades, taxas, descontos e demais contribuições relativas às prestações de serviços executadas pelas instituições mantidas pela Furj;

➢ os valores das mensalidades ou anuidades escolares de cursos regulares;

➢ os critérios para contratação de serviços e aquisição de produtos e bens para consecução dos objetivos da Furj;

➢ o plano de cargos e salários do pessoal contratado pela Furj e suas alterações.

II - acompanhar a execução orçamentária;

III - estabelecer diretrizes para a execução de atividades relacionadas com:

- ➢ administração financeira, contábil e auditoria;
- ➢ administração patrimonial;
- ➢ administração de pessoal;
- ➢ avaliação das atividades da Furj.

IV - deliberar sobre os seguintes assuntos e submetê-los à homologação do Conselho Curador:

- ➢ os pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
- ➢ a aceitação de doações com encargo;
- ➢ os convênios, acordos e contratos que onerem o patrimônio da Furj;
- ➢ a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo, bem como organizar empresas cuja atividade interesse aos objetivos da Furj.

V - autorizar a alienação, a oneração ou a aquisição de bens e direitos pela Furj e encaminhar para homologação do Conselho Curador;

VI - escolher os membros e os suplentes do Conselho Curador;

VII - homologar o Estatuto e o Regimento Geral da Univille e suas respectivas reformas, aprovados pelos Conselhos da Univille;

VIII - homologar a diretoria administrativa indicada pelo presidente da Furj;

IX - conhecer outras matérias de interesse da Furj e deliberar sobre elas;

X - julgar em grau de recurso, em matéria de sua competência, as decisões tomadas pelas Instituições mantidas pela Furj;

XI - resolver os casos omissos neste Estatuto e no Regimento da Furj.

A sistemática de funcionamento das reuniões do Conselho de Administração é definida pelo Estatuto da Furj.

1.7.1.2 Conselho Curador da Furj

O Conselho Curador é o órgão de fiscalização e registro da administração econômico-financeira da Furj, e seus conselheiros e suplentes são indicados pelo Conselho de Administração da Furj, dentre pessoas que detenham capacidade e familiaridade com a área econômico-financeira, jurídica e/ou contábil. O Conselho

Curador é composto por dez membros, sendo cinco titulares e cinco suplentes. A natureza do mandato e a sistemática das reuniões são definidas pelo Estatuto da FURJ.

De acordo com o estatuto (Furj, 2014), compete ao Conselho Curador:

- homologar o ato do Conselho de Administração, que aprova:
  - a proposta orçamentária;
  - o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj;
  - contratos e convênios que onerem os bens patrimoniais da Furj;
  - pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
  - a aceitação de doações e/ou subvenções com encargo;
  - a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo;
  - a organização de empresas cujas atividades interessem aos objetivos da Furj.
- examinar, discutir e emitir parecer sobre a prestação de contas anual, o relatório anual e o balanço geral da Furj para aprovação do Conselho de Administração;
- homologar o ato do Conselho de Administração que autoriza a alienação, oneração ou aquisição de bens e direitos pela Furj.

1.7.1.3 Presidência da Furj

A presidência da Furj é composta por presidente, vice-presidente e diretoria administrativa. Os cargos de presidente e vice-presidente da Furj são exercidos respectivamente pelo reitor e vice-reitor da Univille.

De acordo com o Estatuto da Furj (Furj, 2014), compete ao presidente dessa fundação:

- promover a organização, a coordenação, a supervisão e o controle de todas as atividades da Furj, na forma da lei, do estatuto e das deliberações do Conselho de Administração;
- representar a Furj, ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- designar a diretoria administrativa da Furj;
- constituir advogado para defesa de interesse da entidade;
- determinar a execução das resoluções do Conselho de Administração;
- superintender os serviços administrativos da Furj;
- cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Furj;
- firmar contratos e convênios;
- captar recursos com instituições financeiras, órgãos de fomento e comunidade em geral;
- informar o Conselho de Administração e o Conselho Curador sobre a oneração de bens imóveis, decorrente de decisão em processo judicial;
- encaminhar a proposta orçamentária da Furj ao Conselho de Administração até o dia 30 de outubro do ano anterior ao exercício financeiro e até o dia 15 de dezembro do mesmo ano ao Ministério Público;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Conselho Curador;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Ministério Público até o dia 30 de junho do ano subsequente ao do exercício financeiro;
- exercer atribuições definidas em lei, no estatuto ou por deliberação do Conselho de Administração, e atribuições inerentes a sua competência legal.

Compete ao vice-presidente (Furj, 2014):

- representar a Furj em faltas e impedimentos temporários do presidente;
- coordenar ações administrativas delegadas pelo presidente.

A Diretoria Administrativa é responsável pela execução das atividades de planejamento, gerenciamento e controle dos recursos disponibilizados para a Furj e suas mantidas e pela avaliação dos resultados (FURJ, 2014).

1.7.2 Universidade da Região de Joinville

A Universidade da Região de Joinville é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão credenciada pelo MEC em 14 de agosto de 1996, mantida pela Furj. A Universidade goza de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação, seu estatuto e demais regulamentações institucionais. O Estatuto da Univille passou por atualização, aprovada em 2016 pelo Conselho Universitário e homologada pelo Conselho de Administração da mantenedora (UNIVILLE, 2016).

A Univille organiza sua atuação em *campi*, unidades e polos de apoio presencial à EaD, podendo criá-los e implantá-los segundo suas políticas e a legislação vigente. Atualmente a Universidade conta com:

- *Campus* Joinville, que é sua sede

  Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

  CEP 89219-710 – Joinville/SC

  Tel.: (47) 3461-9000

  e-mail: univille@univille.br

- *Campus* São Bento do Sul

  Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial

  CEP 89288-385 – São Bento do Sul/SC

  Tel.: (47) 3631-9100

  e-mail: nivillesbs@univille.br

- Unidade Centro – Joinville

  Rua Ministro Calógeras, 439 – Centro

  CEP 89202-207 – Joinville/SC

  Tel.: (47) 3422-3021

e-mail: univillecentro@univille.br

- Unidade São Francisco do Sul

  Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba

  CEP 89240-000 – São Francisco do Sul/SC

  Tel.: (47) 3471-3800

  e-mail: niville.sfs@univille.br

A Univille tem como finalidade promover e apoiar a educação e a produção da ciência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a sólida formação humanística e profissional, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade (UNIVILLE, 2016). A educação e a produção da ciência são desenvolvidas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que envolvem a arte, a cultura, o esporte, o meio ambiente, a saúde, a inovação, a internacionalização e o empreendedorismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade e da comunidade regional.

Para alcançar suas finalidades, a Univille propõe-se a (UNIVILLE, 2016):

- promover o ensino voltado à habilitação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para participarem do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, contribuindo assim para o desenvolvimento humano em suas dimensões política, econômica e social;

- promover, estimular e assegurar condições para a pesquisa científica, tecnológica, artística, esportiva, cultural e social, comprometida com a melhoria da qualidade de vida da comunidade regional e com a inovação em todas as áreas do saber;

- promover a extensão por meio do diálogo com a comunidade, objetivando conhecer e diagnosticar a realidade social, política, econômica, tecnológica, artística, esportiva e cultural de seu meio, bem como compartilhar conhecimentos e soluções relativos aos problemas atuais e emergentes da comunidade regional.

Conforme seu estatuto (UNIVILLE, 2016), no cumprimento de suas finalidades, a Univille adota os princípios de respeito à dignidade da pessoa e de seus direitos fundamentais, proscrevendo quaisquer tipos de preconceito ou discriminação. Além disso, na realização de suas atividades, a Univille considera:

- a legislação aplicável e a legislação específica educacional;
- o seu estatuto e o estatuto e regimento da mantenedora;
- o seu regimento;
- as resoluções do Conselho de Administração da Furj e do Conselho

Universitário da Univille;

- as demais regulamentações oriundas dos Conselhos Superiores e das Pró-Reitorias.

A autonomia didático-científica da Universidade, obedecendo ao artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- estabelecer suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e demais políticas necessárias ao cumprimento de suas finalidades;
- criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação e cursos/programas de pós-graduação, observadas a legislação vigente, as demandas do meio social, econômico e cultural e a viabilidade econômico-financeira;
- fixar os currículos de seus cursos e programas, obedecidas as determinações legais;
- criar, organizar, modificar e extinguir programas e projetos de pesquisa científica, de extensão e de produção artística, cultural e esportiva;
- estabelecer a organização e o regime didático-científico da Universidade;
- promover avaliações, realizando mudanças conforme seus resultados;
- elaborar, executar e acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por meio do processo participativo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI);

- promover a capacitação de seus profissionais em sintonia com as normas e necessidades institucionais;
- conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.

A autonomia administrativa consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- propor a reforma do Estatuto e do Regimento da Univille;
- elaborar, aprovar e reformar o Regimento do Conselho Universitário;
- propor critérios e procedimentos sobre admissão, remuneração, promoção e dispensa do pessoal administrativo e dos profissionais da educação, para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- eleger os seus dirigentes, nos termos da legislação vigente, do seu Estatuto e do Regimento da Univille;
- utilizar o patrimônio e aplicar os recursos da Furj, zelando pela conservação, otimização e sustentabilidade, de forma a assegurar a realização de suas finalidades e seus objetivos;
- elaborar a proposta orçamentária para o ano subsequente encaminhando-a para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- executar o orçamento anual aprovado, prestando contas de sua realização à mantenedora;
- firmar acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille.

A autonomia disciplinar consiste na faculdade de aplicar sanções ao corpo diretivo, aos profissionais da educação, ao corpo discente e ao pessoal administrativo, na forma da Lei, do Regimento da Univille e do Regime Disciplinar dos Empregados da Furj (UNIVILLE, 2016).

Para atingir os seus fins, a Univille segue princípios de organização (UNIVILLE, 2016):

- Unidade de administração, considerando missão, visão, princípios e valores institucionais, bem como Plano de Desenvolvimento Institucional, únicos;
- Estrutura orgânica com base nos cursos, em sua integração e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- Racionalidade de organização para integral utilização dos recursos humanos e materiais;
- Universalidade do saber humano, por meio da atuação nas diferentes áreas do conhecimento;
- Flexibilidade de métodos e diversidade de meios, pelos quais as atividades de ensino, pesquisa, extensão e serviços oferecidos possam melhor atender às diferentes necessidades dos públicos e das comunidades em que a Universidade atua.

Conforme seu estatuto (Univille, 2016), a administração geral da Univille organiza-se da seguinte forma:

- Órgão deliberativo superior: Conselho Universitário, que dispõe de quatro câmaras consultivas:

Câmara de Ensino; Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação; Câmara de Extensão; Câmara de Gestão.

- Órgão executivo superior: Reitoria;
- Órgãos consultivos.

Os órgãos consultivos da administração geral são constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

1.7.2.1 Conselho Universitário da Univille

O Conselho Universitário, órgão máximo consultivo, deliberativo, normativo e jurisdicional da Univille em assuntos de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração universitária e política institucional, é constituído pelos seguintes membros:

- reitor como presidente;
- pró-reitores;
- último ex-reitor;

- diretores de *campi*;
- coordenadores de cursos de graduação e de programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- coordenadores das áreas de pós-graduação *lato sensu*, ensino, pesquisa e extensão;
- diretores dos órgãos complementares; • um representante do pessoal docente;
- representação discente, composta por:
    - dois representantes da graduação por *campus*;
    - um representante da graduação por unidade;
    - um representante da pós-graduação *lato sensu*;
    - um representante da pós-graduação *stricto sensu*.
- um representante do pessoal administrativo;
- um representante da Associação de Pais e Professores dos Colégios da Univille.

A natureza do mandato dos conselheiros e a sistemática das reuniões do Conselho Universitário são definidas pelo Estatuto da Univille.

Conforme tal estatuto, compete ao Conselho Universitário (UNIVILLE, 2016):

- zelar pelo patrimônio material e imaterial, tangível e intangível da Furj;
- zelar pela realização dos fins da Univille, exercendo a jurisdição superior da Universidade em matéria acadêmica e administrativa, incluindo a fiscalização no âmbito de suas atribuições, e a proposição de medidas de natureza disciplinar preventiva, corretiva ou repressiva, quando necessário;
- deliberar, em última instância, em matéria de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração geral e política institucional;

- homologar instruções normativas da Reitoria e dos órgãos complementares e suplementares;
- instituir símbolos, insígnias e bandeiras no âmbito da Univille;
- deliberar sobre a aprovação da concessão de títulos honoríficos, por maioria qualificada de no mínimo 2/3 (dois terços) do total de seus membros;
- deliberar sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- deliberar sobre as políticas institucionais da Univille;
- deliberar sobre a proposta orçamentária da Univille para o ano subsequente e, quando for o caso, sobre a proposta orçamentária revisada, encaminhando-a à diretoria administrativa da mantenedora para compor a proposta orçamentária da Furj, a ser apreciada pelo Conselho de Administração;
- deliberar sobre a proposta de orçamento plurianual da Univille, encaminhando-a à diretoria administrativa da mantenedora para apreciação do Conselho de Administração da Furj;
- apreciar o Demonstrativo de Resultados da realização orçamentária do exercício anterior da Univille, encaminhando parecer à diretoria administrativa da mantenedora para compor a prestação de contas da

  Furj;
- emitir parecer a respeito de proposta de extinção da Univille, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, encaminhando-o ao Conselho de Administração da Furj;
- deliberar sobre a criação, a extinção ou a fusão de *campi*, unidades e polos de apoio presencial para a Educação a Distância;
- deliberar sobre a criação, o desmembramento, a fusão ou a extinção de coordenações de cursos, comitês de área, setores e de órgãos complementares e suplementares;

- deliberar sobre acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille, encaminhando-os para a homologação do Conselho de Administração da Furj;
- aprovar o regulamento para eleição do reitor;
- aprovar alterações deste estatuto;
- aprovar o Regimento da Univille;
- fixar normas complementares ao Regimento da Univille sobre processo seletivo, projetos pedagógicos de cursos de graduação ou programas de pós-graduação, bem como sobre calendário acadêmico, horários das aulas, matrícula, transferência de alunos, verificação de rendimento escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos e outros assuntos pertinentes à sua esfera de competência;
- estabelecer critérios para a distribuição de bolsas de estudo, quando se tratar de recursos próprios;
- aprovar a criação, o projeto de autorização, o projeto pedagógico, o desmembramento ou a extinção de cursos de graduação;
- aprovar a criação, o projeto e o regimento, bem como a extinção dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- aprovar os projetos de cursos *lato sensu*;
- deliberar sobre o número de vagas iniciais de cursos de graduação e de pós-graduação novos e alteração do número de vagas dos cursos existentes;
- homologar os resultados dos editais dos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão;
- homologar os resultados dos processos seletivos para admissão de professores adjuntos;
- estabelecer normas sobre credenciamento, descredenciamento e recredenciamento dos profissionais da educação superior;
- deliberar sobre pedido de afastamento docente;

- apreciar e emitir parecer sobre os Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Superior e do Pessoal Administrativo, com as respectivas remunerações, para posterior deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- julgar, em grau de recurso, os processos cuja decisão final tenha sido proferida pela Reitoria, em suposta situação de infringência à lei ou às regulamentações internas;
- deliberar, em grau de recurso, sobre decisões administrativas da Reitoria, de outros órgãos ou de outras autoridades universitárias;
- deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva;
- apurar responsabilidade do reitor, quando incorrer em falta grave, ou quando, quer por omissão, quer por tolerância, permitir ou favorecer o não cumprimento deste estatuto, do Regimento da Univille e da legislação educacional;
- deliberar, após sindicância, sobre a intervenção em qualquer instância acadêmica ou administrativa da Univille por motivo de infringência da legislação, deste estatuto e do Regimento da Univille, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros;
- deliberar sobre a criação e o funcionamento de comissões temporárias e grupos de trabalho para tratar de assuntos de sua competência;
- emitir parecer a respeito de agregação de estabelecimentos isolados de ensino ou de pesquisa, localizados na área de atuação da Universidade, mediante aprovação por 2/3 (dois terços) de seus membros;
- deliberar sobre questões omissas neste estatuto e no Regimento da Univille.

Compete ao presidente do Conselho Universitário (UNIVILLE, 2016):

- convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- constituir comissões temporárias e grupos de trabalho;

- distribuir processos e designar relator para exame e parecer;
- cumprir o Estatuto da Furj e o Estatuto da Univille;
- encaminhar à Furj as deliberações e os pareceres que necessitem da sua apreciação e/ou homologação;
- exercer atribuições definidas em lei, neste estatuto ou por deliberação do Conselho Universitário.

1.7.2.2 Reitoria

A Reitoria, órgão executivo superior da Univille que coordena, superintende e fiscaliza todas as suas atividades, é constituída de (UNIVILLE, 2016):

- reitor;
- vice-reitor;
- pró-reitor de ensino;
- pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- pró-reitor de infraestrutura;
- pró-reitor de extensão e assuntos comunitários;
- diretor de *campi*.

A eleição para os cargos de reitor e vice-reitor ocorre de acordo com regulamento próprio, e o mandato é de quatro anos. O colégio eleitoral compõe-se de profissionais da educação, pessoal administrativo e estudantes regularmente matriculados na Universidade. Os candidatos aos cargos de reitor e vice-reitor devem pertencer ao quadro de carreira da Univille e comprovar o exercício de docência na Instituição por, no mínimo, quatro anos, além de apresentar uma proposta de gestão universitária.

Conforme o estatuto (UNIVILLE, 2016), compete à Reitoria planejar, superintender, coordenar, fiscalizar e avaliar todas as atividades da Univille, especialmente:

- coordenar a elaboração de projetos de criação e de projetos pedagógicos de cursos de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e de pós-graduação *stricto sensu* a serem submetidos ao Conselho Universitário, considerando o previsto no PDI;
- propor normas e critérios para a elaboração e a execução de planos, programas, projetos, editais e fundos para atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- supervisionar as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitária, realizando as mudanças que se fizerem necessárias, com base nos processos avaliativos;
- supervisionar planos, programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, avaliando os seus resultados;
- elaborar as políticas institucionais a serem submetidas ao Conselho Universitário;
- promover e deliberar sobre iniciativas de interação da Univille com a comunidade, com instituições congêneres e com organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que possam contribuir para o alcance das finalidades institucionais;
- coordenar o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Universidade com vistas a elaborar e atualizar o PDI, a ser submetido ao Conselho Universitário;
- elaborar o Relatório Anual de Atividades da Univille;
- administrar os recursos humanos, financeiros e materiais da Univille, colocados à sua disposição pela Furj, visando ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento de suas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitária;

- propor alterações nas atribuições e competências dos órgãos que integram a estrutura administrativa da Universidade, observando o Estatuto e o Regimento da Univille;
- formular a proposta orçamentária da Univille para o ano subsequente, submetendo-a à apreciação do Conselho Universitário, e posteriormente encaminhá-la à diretoria administrativa da mantenedora para compor a proposta orçamentária da Furj para o ano seguinte;
- formular o orçamento anual e o orçamento plurianual da Univille com base na revisão da proposta orçamentária aprovada no ano anterior pelo Conselho de Administração da Furj;
- acompanhar a execução do orçamento anual e do orçamento plurianual da Univille, decidindo sobre as alterações que se fizerem necessárias, obedecidos os critérios estabelecidos pela Furj;
- elaborar o Demonstrativo de Resultados da Univille, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário até 15 de abril do ano subsequente, e posteriormente encaminhá-lo à diretoria administrativa da mantenedora para compor a prestação de contas da Furj;
- exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Furj, por este estatuto, pelo Regimento da Univille e por resoluções, convênios e outros atos decorrentes de competência legal.

São atribuições do reitor (UNIVILLE, 2016):

- representar a Univille em juízo ou fora dele, administrar, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;
- convocar e presidir o Conselho Universitário;
- promover, em conjunto com as pró-reitorias e diretorias de *campi*, a integração no planejamento e a harmonização na execução das atividades da Univille;
- encaminhar ao Conselho Universitário, nos prazos estabelecidos: o Plano de Desenvolvimento Institucional; a Proposta Orçamentária Anual; a

Proposta Orçamentária revisada, quando for o caso; a Proposta do Orçamento Plurianual e o Demonstrativo de Resultados da Univille;

- zelar pela fiel observância da legislação educacional, deste estatuto e do Regimento da Univille;
- conferir grau aos formandos da Univille ou delegar essa atribuição aos pró-reitores ou aos diretores de *campi*;
- assinar os diplomas de graduação, juntamente com o pró-reitor de ensino;
- assinar os diplomas de pós-graduação, juntamente com o pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- exercer o poder disciplinar na esfera de sua competência;
- firmar acordos e convênios entre a Univille e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, excetuando-se aqueles privativos da mantenedora;
- designar, indicar, delegar ou atribuir atividades ou representações de forma individual ou coletiva a membros da Reitoria;
- decidir, em caso de urgência, *ad referendum* do Conselho Universitário;
- baixar portarias;
- exercer outras atribuições inerentes a sua competência legal.

Das decisões do reitor cabe recurso ao Conselho Universitário, na forma estabelecida pelo Regimento da Univille.

A Vice-Reitoria é exercida pelo vice-reitor, eleito com o reitor. Além das atribuições estatutárias de substituto eventual do reitor, o vice-reitor executa atribuições delegadas pelo reitor.

Os pró-reitores e diretores de campi são nomeados pelo reitor, devendo esse ato ser homologado pelo Conselho Universitário. São condições para a investidura nos cargos de pró-reitor e diretor de campus ter experiência no magistério superior na Univille de, no mínimo, quatro anos e a disponibilidade de 40 horas semanais.

As competências das pró-reitorias e das diretorias de *campi* são definidas no Regimento da Univille. O reitor pode remanejar competências das pró-reitorias de acordo com as necessidades administrativas. No caso de exoneração de pró-reitor ou diretor de *campus*, o reitor pode designar outro pró-reitor ou o vice-reitor para responder temporariamente pela pró-reitoria ou diretoria de *campus*.

As funções não eletivas de assessoria, coordenação, gerência e diretoria são feitas por nomeação do reitor.

1.7.2.3 Campi e unidades

A administração dos *campi* organiza-se da seguinte forma (UNIVILLE, 2016):

- Órgão executivo: direção do *campus*, que poderá contar com assessorias de ensino, pesquisa e extensão e pessoal administrativo necessário às atividades-fim;
- Órgãos consultivos: constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

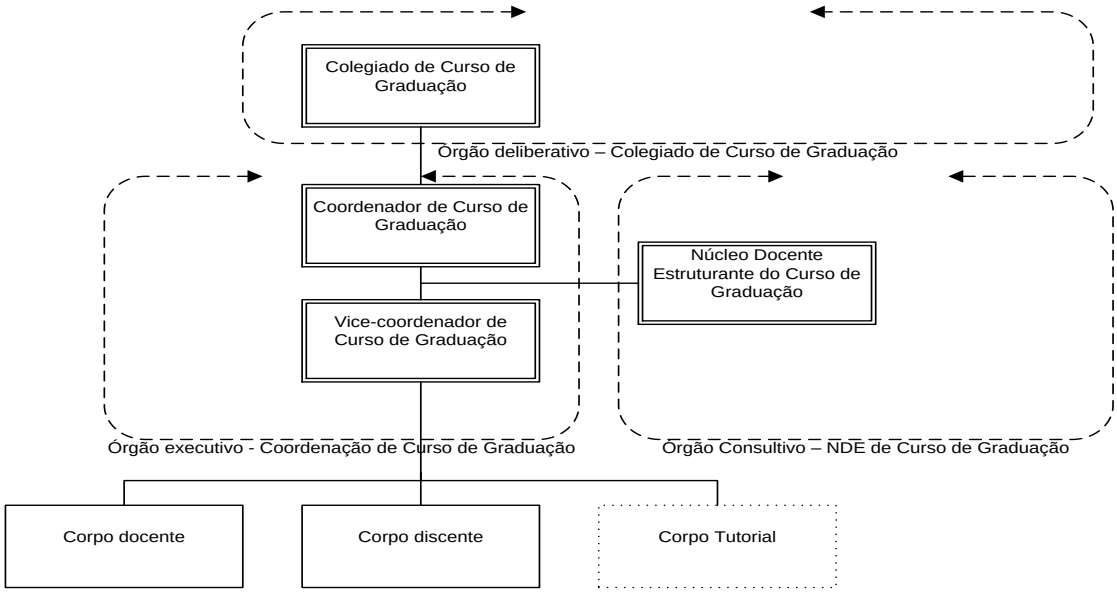
A administração das unidades é organizada por coordenações que podem dispor de pessoal administrativo necessário às atividades-fim.

1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação stricto sensu

A administração dos cursos de graduação organiza-se da seguinte forma (figura 9):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação;
- Órgão consultivo: Núcleo Docente Estruturante (graduação).

Figura 9 – Estrutura organizacional de cursos de graduação da Univille

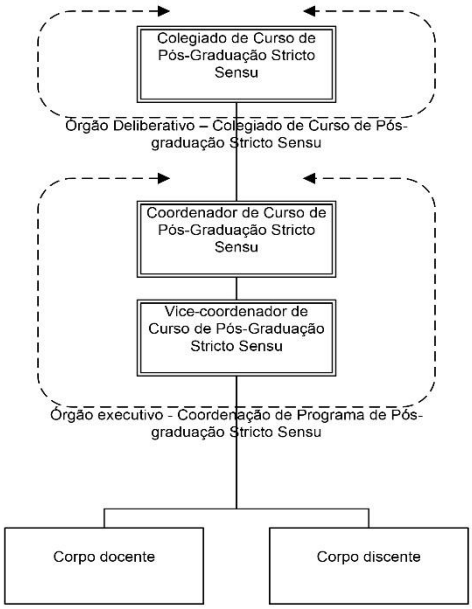


Fonte: PDI Univille (2017)

A administração dos programas de pós-graduação *stricto sensu* organiza-se da seguinte forma (figura 10):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação.

Figura 10 – Estrutura organizacional de programas de pós-graduação *stricto sensu* da Univille



Fonte: PDI Univille (2017)

O estatuto (UNIVILLE, 2016) prevê a constituição de comitês de área. Um comitê de área compreende um conjunto de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*, integrados por meio de ações compartilhadas voltadas ao alcance de objetivos, metas e estratégias previstos no PEI e no PDI.

1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares

Os órgãos complementares e suplementares são normatizados pelo Conselho Universitário em regulamento próprio, que dispõe sobre sua criação, estrutura, funcionamento, fusão e extinção.

São órgãos complementares da Universidade:

- Colégio Univille – Joinville;
- Colégio Univille – São Bento do Sul.
- Colégio Univille – São Francisco do Sul.

Os órgãos suplementares da Universidade são:

- Biblioteca Universitária;
- Editora Univille.

O quinto capítulo caracterizou a organização administrativa da Instituição. Primeiramente os organogramas da Furj e da Univille foram apresentados. A seguir, os órgãos da administração da Furj foram descritos considerando o estatuto da fundação mantenedora (FURJ, 2014): Presidência, Conselho de Administração e Conselho Curador. Por fim, a estrutura administrativa da Univille foi detalhada, considerando o disposto em seu estatuto (UNIVILLE, 2016): Conselho Universitário, Reitoria e demais instâncias da Instituição.

1.7.2.6 Educação a Distância (Unidade Ead - UNEaD)

Com a criação da Unidade de Educação a Distância da Univille (EaD UNIVILLE) responsável por planejar, coordenar e articular, interna e externamente, as ações de educação a distância, organizando-se uma estrutura tecnológica, financeira e de recursos humanos necessária à sua plena viabilização.

Em 2005, a Univille instala uma comissão para iniciar os estudos para viabilizar a oferta de educação a distância. Nos anos seguintes, investe na formação de professores implanta o ensino semipresencial nos cursos de Sistema de Informação e Pedagogia. Também oferece a disciplina de Metodologia da Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior e cursos lato sensu.

Em 2013, o Centro de Inovação Pedagógica com uma equipe de mais dois professores fica responsável em elaborar o projeto EaD da Univille, com vistas a solicitar o credenciamento junto ao Ministério de Educação.

No ano de 2014 a Univille realizou o protocolo de credenciamento a oferta de cursos a distância no MEC.

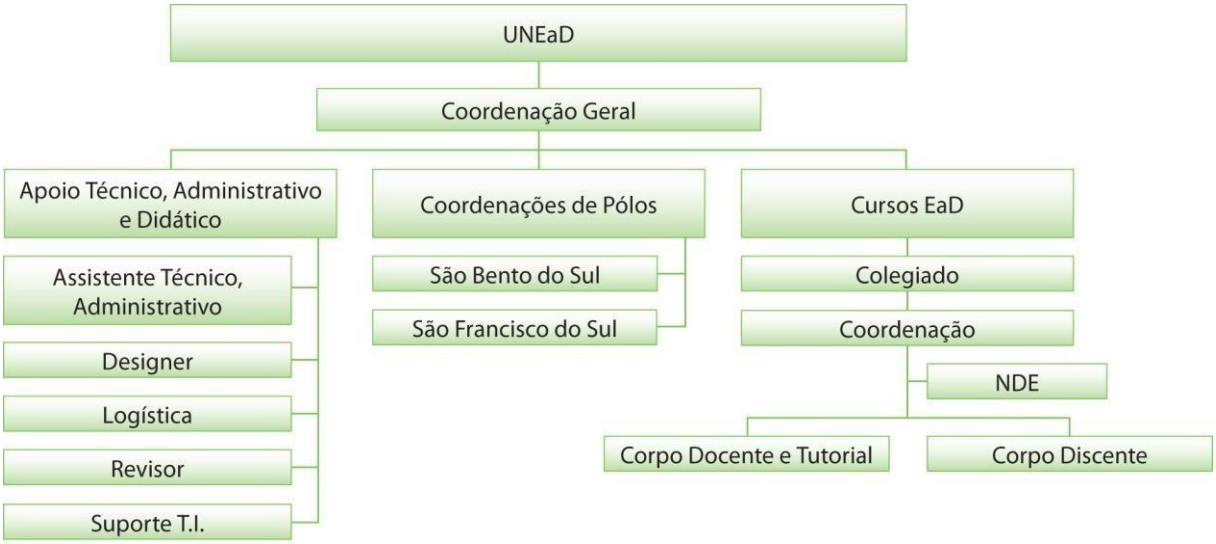
Em 2015 a Univille recebeu a comissão do MEC para o credenciamento da IES na sede em Joinville e no polo de São Francisco do Sul.

No ano de 2017 a Univille implantou mais de 50 disciplinas na modalidade semipresencial nos seus cursos de graduação presenciais. Com a mudança da legislação (Decreto N.º 9.057/2017), a Univille aguarda a autorização para a oferta dos cursos a distância.

A proposta da Univille, quando do seu credenciamento, irá dar continuidade às ações de expansão, considerando o previsto no PDI, e aperfeiçoar continuamente os processos acadêmicos, pedagógicos e administrativos na perspectiva do fortalecimento das condições de oferta de cursos.

O gerenciamento das atividades a distância é da responsabilidade da Unidade EaD (UNEaD), sendo vinculada à Vice-reitoria, sob a supervisão da Próreitoria de Ensino (Figura 11).

Figura 11 – Organograma da Unidade Ead



Fonte: PDI Univille (2017)

A UNEaD atua na implementação das políticas institucionais para a educação a distância de forma articulada com as pró-reitorias, coordenadores dos cursos e coordenadores de cursos. A UNEaD tem na sua estrutura organizacional: coordenação geral; designer; suporte de TI; logística; revisor; assistente técnico, administrativo.

A base de trabalho do UNEaD é a sede da Universidade, que está localizada no Bloco B, sala 11, no Campus de Joinville, a partir da qual são mantidas articulações com as coordenações de curso, dos polos, docentes e tutores.

1.7.2.7 Polo de apoio presencial em São Bento do Sul

O Campus São Bento do Sul é base física integrada à UNIVILLE que desenvolve atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão e está situado na cidade de São Bento do Sul na Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 - Bairro Colonial, CEP: 89288-385; tel.: (47) 3631-9100; e-mail: univillesbs@univille.br. Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial em São Bento do Sul.

1.7.2.8 Polo de apoio presencial em São Francisco do Sul

Uma Unidade é uma base física integrada à UNIVILLE que desenvolve atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão sem dispor de status de Campus. Atualmente a UNIVILLE conta com duas Unidades, sendo uma delas em São Francisco do Sul na Rodovia Duque de Caxias, 6.365 - Poste 128 – km 8 – Bairro Iperoba, CEP 89240-000; tel.: (47) 3471-3800; e-mail: univille.sfs@univille.br. Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial em São Francisco do Sul.

1.7.2.9 Polo de apoio presencial em Joinville na Unidade Centro

A Unidade Centro de Joinville está localizada na Rua Ministro Calógeras, 439, no Bairro Centro, CEP 89202-207; tel: (47) 3431 0600; e-mail: unidadecentro@univille.br. Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial na Unidade Centro.

1.7.2.10 Polo de apoio presencial em Joinville na Unidade Bom Retiro

A sede também será um polo de apoio presencial da Univille. Localizada na rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial Norte, Joinville – SC. CEP 89219-710.

1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI)

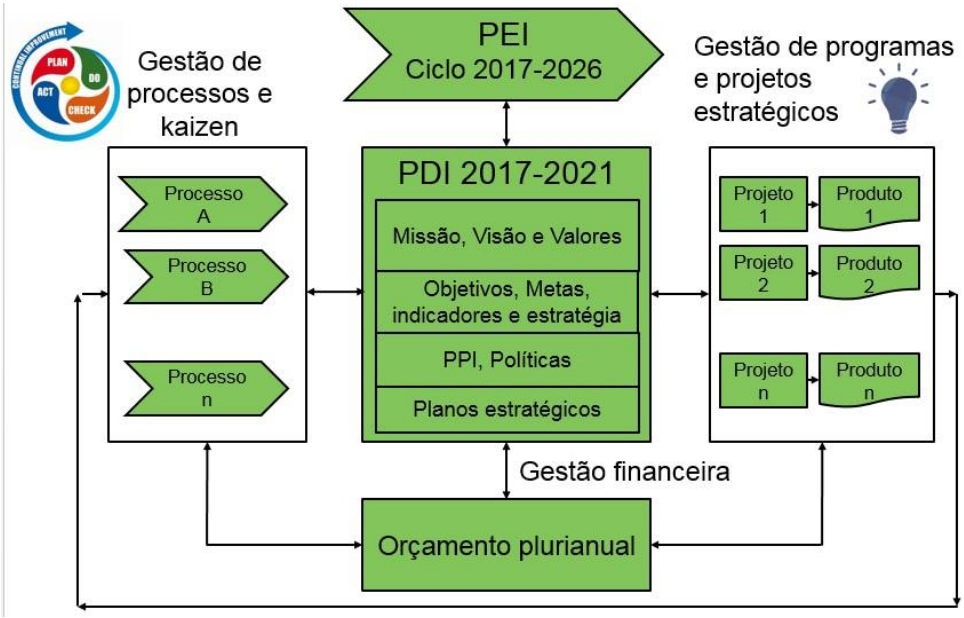
A organização e a coordenação do PEI é competência da Reitoria (UNIVILLE, 2016), que as delegou à Vice-Reitoria e contou com a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais (Apai) na execução das atividades. Uma das diretrizes adotadas foi propiciar a participação ativa dos gestores dos diferentes níveis decisórios da Instituição por meio de coleta e análise de dados, reuniões, *workshops* e atividades do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG). Outra diretriz esteve relacionada a divulgar e comunicar amplamente as atividades do PEI e

proporcionar meios para que os membros dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica pudessem conhecer o processo e encaminhar sugestões.

1.8.1 A metodologia

O PEI para o ciclo 2017-2026 é um processo que resulta em um plano estratégico, que abrange dois quinquênios. Para o primeiro quinquênio foi elaborado o PDI 2017-2021, contemplando programas e projetos com vistas ao alcance dos objetivos e metas institucionais (figura 12).

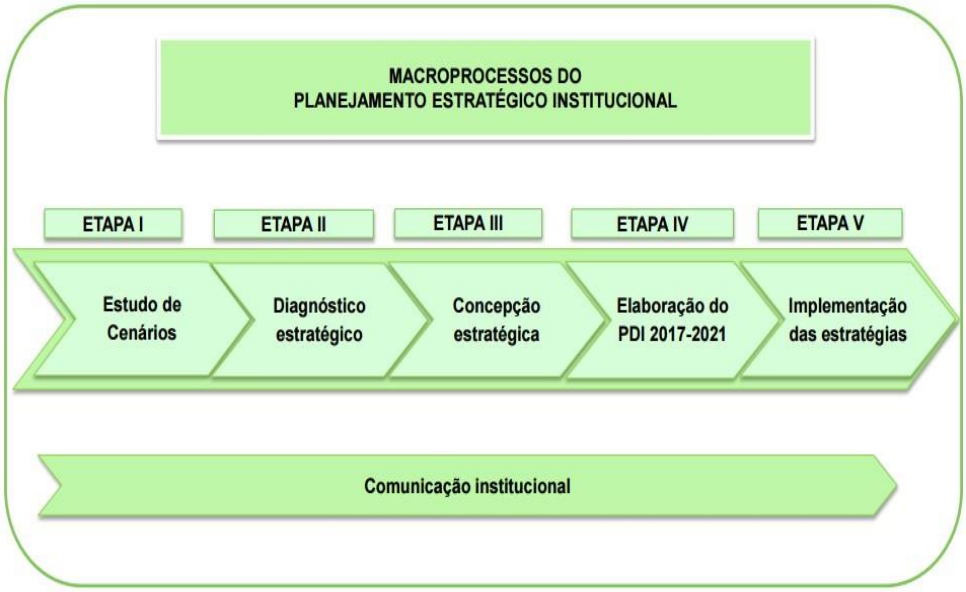
Figura 12 – *Framework* do PEI e sua relação com o PDI



Fonte: PDI Univille (2017)

A metodologia tomou por base a sistemática adotada no ciclo anterior e uma fundamentação teórica sobre planejamento estratégico, considerando as especificidades de uma Instituição Comunitária de Educação Superior.

Figura 13 – Metodologia do PEI ciclo 2017-2026



Fonte: PDI Univille (2017)

A metodologia está organizada em etapas (figura 13), e cada uma delas consiste em um macroprocesso. Cada macroprocesso abrange um conjunto de atividades que produz um resultado a ser utilizado na etapa seguinte, com base em determinados dados e informações. As etapas do PEI são:

- **Etapa I – Estudo de cenários:** a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais, por meio de um processo de inteligência competitiva, elaborou questões que, após validação pela Reitoria, propiciaram a coleta de dados sobre determinados temas estratégicos. A análise dos dados permitiu o delineamento de cenários que constituíram a base para o diagnóstico estratégico;
- **Etapa II – Diagnóstico estratégico:** foram realizados *workshops* com os gestores da Universidade (Reitoria, coordenadores de cursos de graduação, coordenadores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, diretores, coordenadores, gerentes e assessores). Nestes *workshops*, os dados e informações obtidos no estudo de cenários foram compartilhados com os gestores e foi promovida a análise do ambiente interno e do ambiente externo por meio da técnica *Strengths-Weaknesses Opportunities-Threats* (SWOT) cruzado. Tal análise proporcionou a identificação de oportunidades e ameaças no ambiente externo e forças e

fragilidades institucionais. Com base nisso, os gestores puderam discutir os possíveis objetivos e estratégias a serem adotados e dispor de dados e informações para definir a concepção estratégica institucional;

- **Etapa III – Concepção estratégica:** nessa etapa foram realizados *workshops* com a finalidade de discutir e propor a missão, a visão, os valores, os objetivos e as metas institucionais para o novo ciclo do PEI. As atividades contaram com a participação dos gestores da Universidade e também incluíram a proposição de programas e projetos a serem desenvolvidos para a implementação da estratégia definida para o ciclo compreendido de 2017 a 2026;
- **Etapa IV – Elaboração do PDI 2017-2021:** o plano estratégico para o período de 2017 a 2026 foi desdobrado em dois períodos de cinco anos com o intuito de propiciar um melhor acompanhamento de sua execução e atender à exigência legal de que o PDI seja quinquenal. Assim, a elaboração do PDI para o período de 2017 a 2021 foi priorizada e contemplou as informações do PEI 2017-2026 com base nas exigências previstas pelo Sinaes e pelos procedimentos regulatórios do MEC;
- **Etapa V – Implementação das estratégias:** é a etapa que ocorre a partir da aprovação do PDI pelo Conselho Universitário e corresponde à execução de ações, projetos e programas previstos no PDI sob a coordenação da GI. Além disso, tal etapa também abrange processos de acompanhamento, controle e avaliação da execução do PDI por meio dos processos de AI.

Por fim, a metodologia considera um processo transversal de Comunicação Institucional, o qual tem o objetivo de socializar dados e informações sobre o PEI, bem como mobilizar a comunidade acadêmica para o engajamento em ações, projetos e programas que visam ao alcance dos objetivos e metas estratégicos.

1.8.2 A estratégia

O PEI propôs como estratégia para a Univille no período de 2017 a 2026:

Estratégia

Desenvolvimento institucional por meio da gestão do ensino, da pesquisa e da extensão com foco na qualidade com inovação, considerando a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

A estratégia proposta está articulada à identidade institucional, expressa pela missão, visão e valores, e enfatiza o compromisso com a qualidade e com a inovação no ensino, na pesquisa e na extensão (figura 14).

Figura 14 – Síntese da estratégia da Univille para o período 2017-2026

Fonte: PDI Univille (2017)

1.8.3 Objetivos estratégicos

O PEI propôs os seguintes objetivos estratégicos para o ciclo 2017-2026:

- Melhorar a qualidade e o desempenho institucional e dos cursos no

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);

- Melhorar o desempenho econômico e financeiro institucional;
- Aumentar a produção científica qualificada, bem como a produção tecnológica, esportiva, artística e cultural da Univille, intensificando a relação entre ensino, pesquisa e extensão;
- Fortalecer a qualidade institucional perante os públicos interno e externo;
- Fortalecer a inserção da Univille como universidade comunitária e promotora da sustentabilidade socioambiental;
- Ampliar a representatividade da Univille na comunidade regional e na comunidade acadêmico-científica;
- Fortalecer a Univille como universidade inovadora e empreendedora.

1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso

O Curso integra a Coordenação e a Área, sendo de responsabilidade da Pró-Reitoria de ensino.

A Coordenação promove o desdobramento tático e operacional de objetivos e estratégias institucionais na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.

Este capítulo apresentou a caracterização geral da instituição, buscando evidenciar os principais aspectos referentes a: identidade da mantenedora e da mantida, inserção regional e o contexto educacional de atuação, histórico da instituição, composição do corpo dirigente, estrutura organizacional da mantenedora e da mantida e, por fim, o planejamento estratégico institucional.

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Este capítulo apresenta a caracterização geral do curso. Neste sentido, os dados referentes à denominação, modalidade, vagas, carga horária, regime e duração, bem como período de integralização são apresentados. A seguir são indicados o endereço de funcionamento, os ordenamentos legais e a forma de ingresso.

2.1 Denominação do curso

Curso de Graduação em Farmácia.

2.1.1 Titularidade

O egresso do curso de Farmácia obterá o título de Farmacêutico.

2.2 Endereços de funcionamento do curso

O curso de graduação em Farmácia tem seu funcionamento parte no *Campus* Joinville e parte na Unidade Centro, localizados, respectivamente, à Rua Paulo Malschitzki, n.º 10, *Campus* Universitário, Zona Industrial; e Rua Ministro Calógeras, n.º 439, Centro, ambos em Joinville (SC). *e-mail*: farmacia@univille.br

2.3 Ordenamentos legais do curso

Criação: Resolução n.º 03/97 do Conselho Universitário, de 14 de julho de 1997.
Autorização de funcionamento: Parecer Cepe n.º 178/97, de 14 de julho de 1997.
Reconhecimento: Parecer n.º 348/01/CEE, de 6 de novembro de 2001, Resolução n.º 119/01/CEE, de 6 de novembro de 2001, Decreto n.º 3.686, de 17 de dezembro de 2001, e Parecer Ceds n.º 024, de 19 de fevereiro de 2002.
Renovação de reconhecimento: 1) Parecer n.º 125/CEE, de 22 de maio de 2007, Resolução n.º 030, de 22 de maio de 2007, e Decreto n.º 399, de 25 de junho de 2007, publicados no DOE/SC 18.149, de 25 de junho de 2007; 2) Parecer n.º 124 e Resolução n.º 063, aprovados em 5 de junho de 2012, homologados pelo Decreto Executivo n.º 1.257, de 20 de novembro de 2012, publicado no DOE/SC n.º 19.462, de 22 de novembro de 2012.

2.4 Modalidade

Presencial.

2.5 Número de vagas autorizadas

O curso possui autorização para 48 vagas para o turno matutino e 48 vagas para o noturno, totalizando 96 vagas.

2.6 Conceito Enade e conceito preliminar de curso

O curso possui conceito Enade 4 e CPC 3, obtidos no ciclo avaliativo de 2016.

2.7 Período (turno) de funcionamento

O curso funciona no turno matutino, das 7h40 às 12h05, de segunda a sexta, com ingresso no primeiro semestre do ano letivo, e no noturno, das 18h05 às 22h30, de segunda a sexta, com ingresso no segundo semestre do ano letivo.

2.8 Carga horária total do curso

O curso possui 4.000 horas, equivalentes a 4.800 horas/aula.

2.9 Regime e duração

O regime do curso a partir de 2020 será o seriado semestral, com duração de 10 semestres.

2.10 Tempo de integralização

Mínimo: 10 semestres.

Máximo: 15 semestres.

2.11 Formas de ingresso

O ingresso no curso Farmácia da Univille pode dar-se de diversas maneiras:

a) Vestibular: é a forma mais conhecida e tradicional. Constitui-se de redação e questões objetivas de diversas áreas do conhecimento. Na Univille o processo vestibular é operacionalizado pelo Sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais);

b) Processo Seletivo: a Instituição destina vagas específicas para ingresso por meio da análise do desempenho do estudante;

c) Transferência: para esta modalidade é necessário que o candidato possua vínculo acadêmico com outra instituição de ensino superior. São disponibilizadas também transferências de um curso para outro para acadêmicos da própria Univille;

d) Portador de diploma: com uma graduação já concluída o candidato poderá concorrer a uma vaga sem precisar realizar o tradicional vestibular, desde que o curso pretendido tenha disponibilidade de vaga;

e) ProUni: Para participar desse processo o candidato deve ter realizado o ensino médio em escola pública ou em escola particular com bolsa integral e feito a prova do Enem;

f) Reopção de curso: Os candidatos que não obtiverem o desempenho necessário no vestibular Acafe/Univille para ingressar na Universidade no curso prioritariamente escolhido poderão realizar inscrição para outro curso de graduação que ainda possua vaga, por meio de seu desempenho no vestibular. A seleção desses candidatos acontece pela avaliação do boletim de desempenho no vestibular;

g) Reingresso: O reingresso é a oportunidade de retorno aos estudos para aquele que não tenha concluído seu curso de graduação na Univille. Ao retornar, o estudante deverá se adaptar à matriz curricular vigente do curso.

Este capítulo caracterizou os aspectos gerais do curso, dentre eles: denominação, modalidade, vagas, carga horária, regime e duração, bem como período de integralização. Por fim, foram indicados o endereço de funcionamento, os ordenamentos legais e a forma de ingresso.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Este capítulo caracteriza a organização didático-pedagógica do curso. Inicialmente são apresentadas as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão. A seguir são caracterizadas a justificativa social e a proposta filosófica do curso. Na sequência são descritos os objetivos, perfil profissional do egresso, estrutura, conteúdos e atividades curriculares do curso. Também são apresentados aspectos relacionados à metodologia de ensino, processo de avaliação da aprendizagem, serviços de atendimento aos discentes e processos de avaliação do curso. Por fim, são caracterizadas as tecnologias da informação e comunicação.

3.1 Política institucional de ensino de graduação

A Política de Ensino da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade nos diversos níveis e modalidades do ensino e que propiciam a consecução dos objetivos estratégicos e o alcance das metas institucionais.

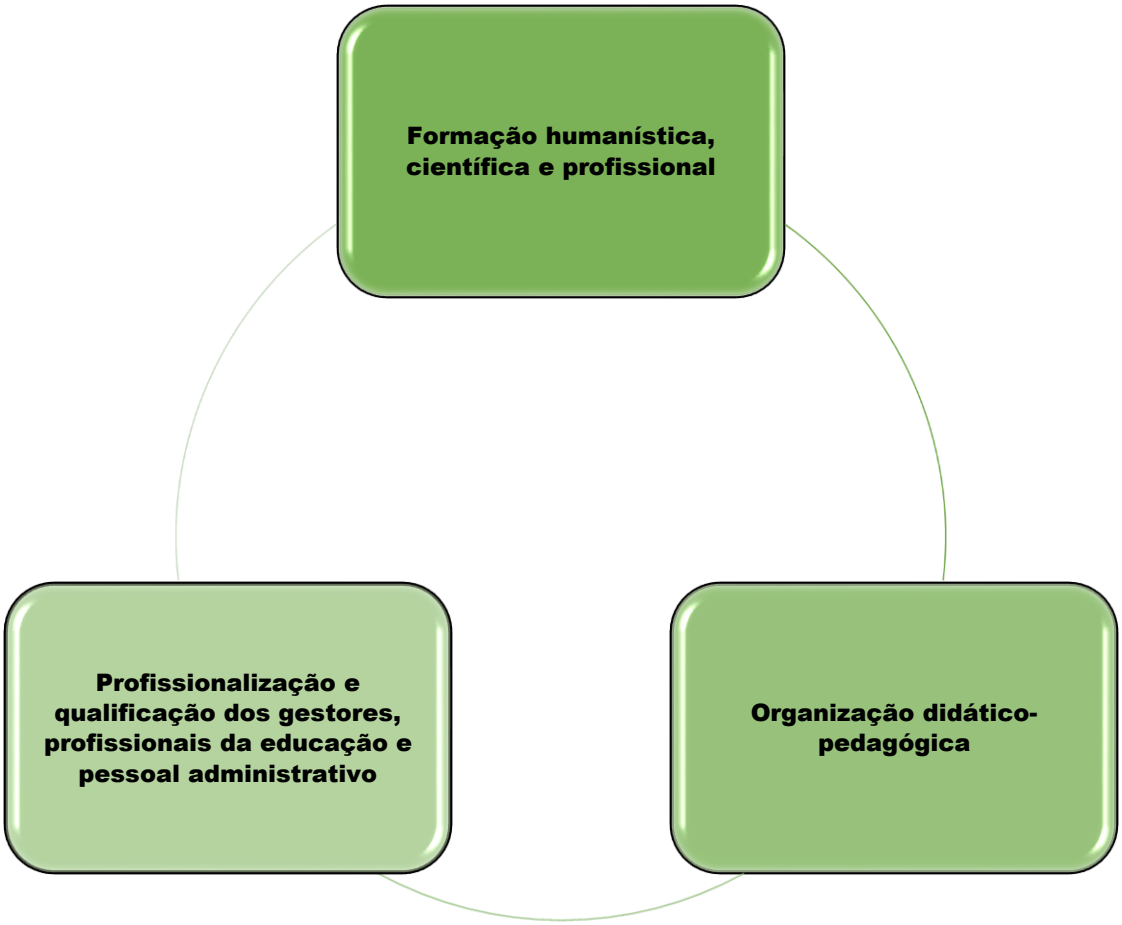
O público-alvo contemplado por essa política é constituído por gestores e demais profissionais da Instituição. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino da Univille.

Essa política institucional considera três macroprocessos (figura 15):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Organização didático-pedagógica;

- Profissionalização e qualificação de gestores, profissionais da educação e pessoal administrativo.

Figura 15 – Macroprocessos do ensino



Fonte: PDI Univille (2017)

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do

funcionamento do ensino alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;

- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;

- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam a integridade intelectual e física dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;

- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;

- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;

- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de ensino, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou

aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazo as condições de trabalho e a execução das atividades de ensino.

O curso de Farmácia busca continuamente o alinhamento do seu PPC aos princípios e objetivos do ensino, constantes da política institucional. A articulação dessa política com a gestão do curso tem sido realizada estrategicamente para melhorar a estrutura e o funcionamento do curso de Farmácia. Concretizar a política institucional de ensino de graduação no âmbito do curso é um desafio contínuo que tem sido encarado de forma coletiva, com a participação decisiva do NDE e do Colegiado do curso.

O curso considera que a elaboração e aplicação de atividades de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão, são fundamentais para uma formação cidadã, humanística e ética e ambas potencializam a capacidade investigativa e crítica do discente, além de estimular sua autonomia. Desse modo, o corpo docente do curso busca promover a integração da matriz curricular com a pesquisa e extensão por meio de interações entre as disciplinas e os conteúdos trabalhados por essas atividades: organizam Trabalhos de Conclusão de Curso articulados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), para permitir que os alunos tenham possibilidade e estímulo para realizar a iniciação científica; há o estímulo à participação direta dos estudantes nesses projetos por sua valorização como atividades complementares (ATC); e os acadêmicos podem fazer o Estágio Curricular Obrigatório em pesquisa em diversas universidades no Brasil e exterior.

Como parte do Programa de Estágios, o curso oferece estágios nos laboratórios do curso exclusivamente para alunos de Farmácia, e essas atividades são computadas nas ATC.

Com base na organização estudantil prevista pela Instituição, o curso incentiva a representação discente por intermédio de representantes de classe e da participação nas reuniões de Colegiado, da organização do Centro Acadêmico (CA), apoiando suas

ações, como a Semana Acadêmica de Farmácia (SAF), e da participação na representação do Diretório Central dos Estudantes.

O curso busca com os egressos subsídios para atualizar/reestruturar o curso, fazendo pesquisas e convidando-os para palestrar na SAF. Muitos dos egressos atuam como supervisores locais nos campos de estágio.

A integração do curso de Farmácia e da pós-graduação ocorre mediante a inserção dos acadêmicos nos projetos de pesquisa dos programas de mestrado e doutorado da Univille.

3.2 Política institucional de extensão

A Política de Extensão da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam: o planejamento, a organização, o gerenciamento, a execução e a avaliação dos cursos de extensão; prestação de serviços; eventos; atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer; participação em instâncias comunitárias; projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à extensão universitária.

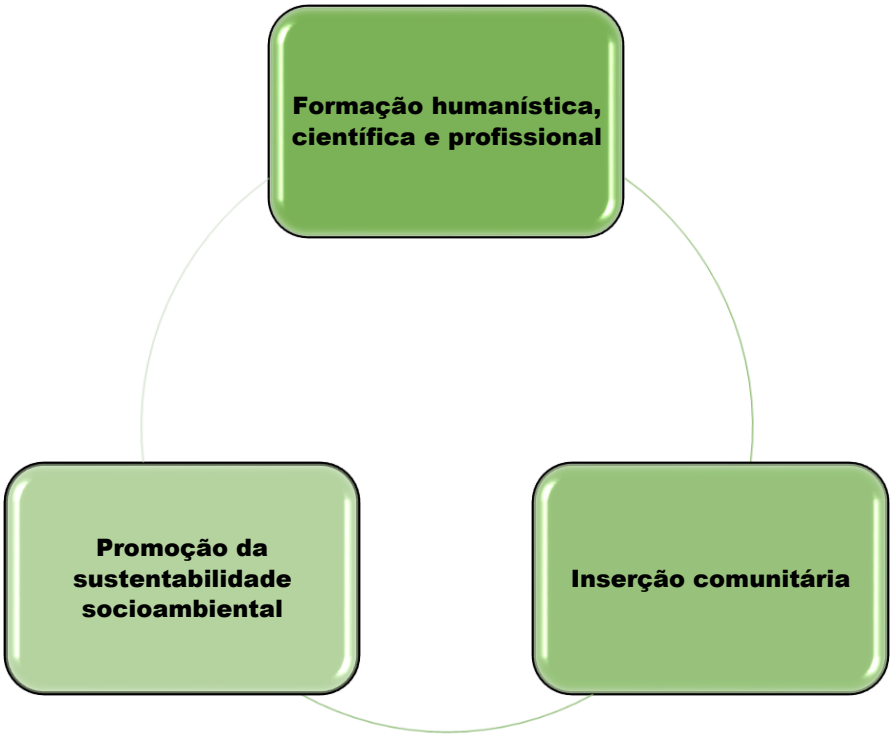
O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille. O público-alvo dessa política engloba ainda, indiretamente, a comunidade externa envolvida nas atividades de extensão da Universidade.

Essa política considera três macroprocessos (figura 16):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Inserção comunitária;
- Promoção da sustentabilidade socioambiental.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, causando impacto significativo no cumprimento da missão e na realização da visão e proporcionando uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da extensão, alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 16 – Macroprocessos da extensão



Fonte: PDI Univille (2017)

Nas seções seguintes deste documento, cada um dos macroprocessos é descrito e são identificadas diretrizes específicas. Entretanto considera-se que existem diretrizes gerais a serem observadas, que se encontram descritas a seguir:

- **INDISSOCIABILIDADE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;

- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas, considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;

- **CONDUTA ÉTICA:** zelar pela construção de relacionamentos pautados em princípios éticos, de transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental;

- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;

- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;

- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de extensão, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de extensão;

- **AUTONOMIA:** promover, de forma sistematizada, o protagonismo social por meio do diálogo com a comunidade;

- **PLURALIDADE:** reconhecer a importância de uma abordagem plural no fazer extensionista que considere os múltiplos saberes e as correntes transculturais que irrigam as culturas**.**

O curso de Farmácia desenvolve atividades de extensão por meio da participação de seus professores e estudantes em programas institucionais de extensão, projetos de extensão do próprio curso ou de outros cursos da Univille, bem como na organização e participação em eventos e cursos. A seguir atividades voltadas para a Extensão na Univille de que o curso Farmácia pode participar:

a) Anualmente são abertos editais internos com vistas a selecionar propostas de projetos a serem operacionalizados no ano seguinte e financiados pelo Fundo de Apoio à Extensão da Univille. Os professores podem submeter propostas por meio do Edital Interno de Extensão. Além disso, professores e estudantes podem submeter projetos a editais externos divulgados pela Área de Extensão da Univille, projetos de demanda externa em parceria com instituições e organizações e também projetos voluntários;

b) Semana Univille de Ciência, Sociedade e Tecnologia (SUCST): por acreditar que os resultados de Ensino, Pesquisa e Extensão constituem uma criação conjunta entre professores e acadêmicos, anualmente a Univille promove um seminário institucional com o intuito de apresentar as ações relativas a projetos nessas áreas e promover uma reflexão sobre sua indissociabilidade e os desafios da multidisciplinaridade. As atividades incluem palestras e relato de experiências por parte de professores e estudantes engajados em

diferentes projetos da universidade. Os estudantes do curso podem participar desse evento por meio da apresentação de trabalhos ou assistindo a sessões técnicas e palestras;

c) Semana da Comunidade: anualmente a Univille realiza um evento comemorativo de seu credenciamento como Universidade. Durante a semana são promovidas diversas ações com vistas a oferecer à comunidade externa a oportunidade de conhecer instituições e sua ação comunitária. O curso participa por meio de um estande na Feira das Profissões, oferecendo à comunidade informações sobre o curso e a carreira na área do curso. Também são apresentados os protótipos e os modelos dos projetos permanentes apoiados pelo curso. Além disso, durante a semana, os estudantes podem participar de palestras com os mais diversos temas: empregabilidade, mobilidade acadêmica, saúde, cidadania, direitos humanos;

d) Programa Institucional Estruturante de Empreendedorismo: o programa tem por objetivo articular as ações de formação empreendedora existentes nos diferentes cursos de extensão em articulação com o Parque de Inovação Tecnológica da Região de Joinville (InovaParq). As ações do programa incluem articulação dos professores que lecionam as disciplinas na área de empreendedorismo, a promoção de eventos de sensibilização e formação em empreendedorismo;

e) Realização de eventos: o curso promove eventos relacionados à área de formação, tais como palestras, cursos e oficinas, os quais ocorrem ao longo do ano e atendem os estudantes e a comunidade externa. Alguns desses eventos são realizados por meio de parcerias estabelecidas pelo curso;

f) Prestação de Serviços: por meio da Área de Prestação de Serviços da Univille, o curso está apto a oferecer treinamentos, assessorias e consultorias a instituições, organizações e comunidade externa na área do curso, de acordo com as competências existentes;

g) Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região: o InovaParq é uma iniciativa liderada pela Univille com o intuito de constituir um hábitat de inovação. O parque foi instalado no *Campus* Joinville e conta com uma incubadora de empresas. O projeto prevê a instalação de empresas e a articulação de projetos com a Univille.

Os seguintes projetos e programas de extensão estão em andamento ou foram executados, sob coordenação ou coparticipação de professores do curso de Farmácia da Univille:

- 2008 – 2011 PRÓ- SAÚDE II - “A universidade a serviço da saúde”, programa nacional de reorientação da formação profissional em saúde, teve como objetivo a integração ensino-serviço, com a inserção dos estudantes na Rede do Sistema Único de Saúde e proporcionar à sociedade, profissionais habilitados para responder às necessidades da população brasileira e à operacionalização do Sistema Único de Saúde. Farmácia e Odontologia foram os cursos envolvidos.

- 2011-2017 Pró-Saúde III PET-Saúde Redes de Atenção, com o objetivo do fortalecimento da integração ensino-serviço no município e a implantação de uma disciplina “Práticas Interprofissionais em Saúde”, comum aos seis cursos de graduação da área da saúde (Medicina, Odontologia, Farmácia, Psicologia, Educação Física e Enfermagem). Foram investidos R$ 900.000,00 para compra de equipamentos e materiais de consumo para as UBS onde o projeto se desenvolveu.

- 2016-2018, PETSaúde/GraduaSUS, com o objetivo de criação e implementação de disciplina de Práticas Interprofissionais em Saúde como eixo transversal na formação do profissional de saúde, visando aprendizagem ativa interprofissional, ao longo do processo de graduação, inserindo o aluno nas Redes de Atenção Saúde (RAS). Co-gestão da inserção de acadêmicos e residentes na rede municipal de saúde concretizando uma política comum que atenda às necessidades de todas as instituições participantes. Envolvimento dos seis cursos de graduação da área da saúde (Medicina, Odontologia, Farmácia, Psicologia, Educação Física e Enfermagem).

- 2019 até o momento, o Projeto PET-SAÚDE Interprofissionalidade constitui-se um projeto em desenvolvimento conjunto, pelos cursos de Farmácia, Educação Física, Enfermagem, Medicina, Odontologia e Psicologia, que tem como propósito contribuir para reorientar a formação dos profissionais da área da saúde, capacitando-os para atuar de forma integrada e convergente à integralidade da atenção, e à universalidade e equidade do acesso à saúde. Busca articular os saberes de cada profissão com o intuito de prover competências que viabilizem o trabalho colaborativo, a partir de uma concepção ampliada de cuidado em saúde, orientado à comunidade.

- 2009 – 2010 Projeto Tiarajú Yvy Marãey: em Busca da Terra sem Males: o projeto de extensão Tiarajú Yvy (terra) Marãey (que não acaba, não estraga, não adoece), cujo nome significa a busca da terra sem males, desenvolveu um trabalho de promoção à saúde e prevenção à doença na comunidade indígena Tiarajú Guarani Mbyá, localizada no município de Araquari. Este projeto teve como proposta trabalhar a interdisciplinaridade dos cursos da saúde (Farmácia, Medicina e Odontologia) e a realidade socioeconômica cultural (curso de História) das comunidades indígenas guaranis, proporcionando a interação entre o saber científico e comunitário e a organização do sistema de saúde;

- 2005 até o momento, Programa Uso Racional de Plantas Medicinais: o projeto, em execução desde 2005, atende a população de Joinville por meio de palestras, oficinas, exposições e jogos, sempre levando à comunidade, além de informações de diversas fontes, o conhecimento produzido na Univille. Informações mais detalhadas estão disponíveis no endereço www.facebook.com/PEURPM?fref=ts e urpm.blogspot.com;

- 2006 até o momento, Projeto Riscos da Automedicação: Tratando o Problema com Conhecimento: o projeto tem como objetivos conscientizar a população estudantil da rede de ensino do município de Joinville e a comunidade em geral sobre os riscos da automedicação; sistematizar, elaborar e disponibilizar informações sobre medicamentos; avaliar como a população adquire, armazena e utiliza os medicamentos; contribuir para a redução dos casos de intoxicação por medicamentos; e abordar os cuidados relativos ao uso correto desses produtos para o público-alvo.

- 2015 Projeto Yakã Porã: Aldeias Yakã Porã e Conquista – entre duas lógicas: o projeto teve por objetivo trabalhar as questões relacionadas à cultura e à educação indígena, incluindo prevenção de doenças, a promoção de saúde e os reflexos na sociedade atual.

- 2019 - *Game On: Estratégias de gamificação para a educação*, foi aprovado como Projeto Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão e também como Projeto FAEG. Este projeto tem por objetivo desenvolver atividades gamificadas a partir de demandas de professores atuantes nas redes de ensino públicas e privadas na educação básica, ensino fundamental e médio, ensino técnico e graduação. A gamificação tornou-se uma estratégia muito utilizada tanto em ambientes corporativos quanto educacionais para envolver os educados em um processo de aprendizagem baseada em desafios, em casos, em problemas ou em projetos. Enquanto ferramenta, a gamificação fornece a logística necessária para aliar o comportamento competitivo e tornar a busca pelo conhecimento e sua sedimentação em algo prazeroso e compensatório, uma vez que

os gatilhos fisiológicos associados ao jogo atuam diretamente na produção de sensações de prazer, êxtase e felicidade.

- 2019 – ECOSAM: trata-se de um projeto integrado envolvendo ensino/pesquisa/extensão realizado em conjunto pelos cursos de Farmácia e Enfermagem. Surgiu a partir dos conhecimentos obtidos pelo então grupo de pesquisa ECOSAM, no qual se evidenciou os riscos à saúde e meio ambiente advindos dos resíduos de saúde descartados, como medicamentos e efluentes de laboratórios de análises clínicas. O projeto integrado ECOSAM tem por intuito dar continuidade as pesquisas e criar multiplicadores do saber, de forma a ajudar no enfrentamento da questão dos impactos ambientais emergentes nas esferas educacionais, políticas e culturais; além de capacitar os docentes com as experiências obtidas neste projeto. O ensino estará presente por meio das disciplinas: *[1]* Química Farmacêutica Medicinal da Farmácia (unidade IV que aborda riscos ambientais de compostos advindos da saúde), *[2]* Saúde, Meio Ambiente e Biossegurança do curso de Enfermagem (unidade VI que aborda gestão de resíduos de saúde) e *[3]* Gerenciamento e Empreendedorismo (unidade VII que aborda criação e gestão de clínicas de saúde), também do curso de Enfermagem.

3.3 Política institucional de pesquisa

A Política de Pesquisa da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à pesquisa.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange ainda os

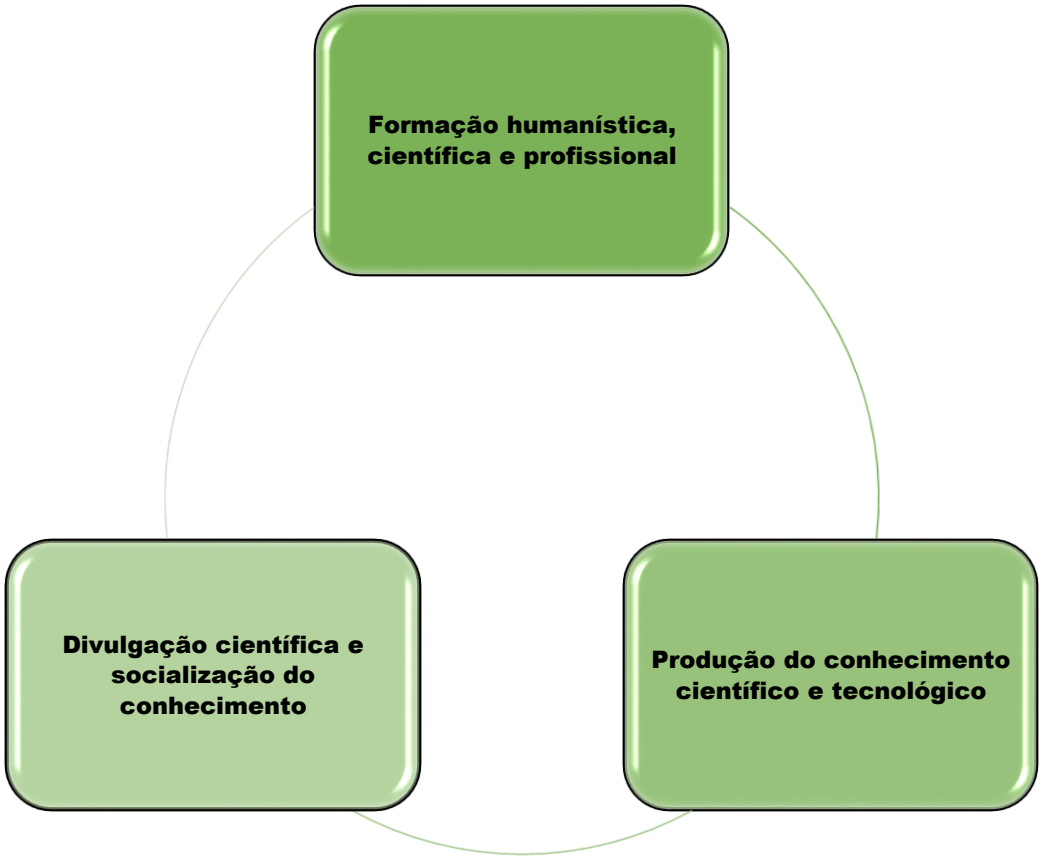
estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille.

Essa política considera três macroprocessos (figura 17):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Produção do conhecimento científico e tecnológico;
- Divulgação científica e socialização do conhecimento.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da pesquisa alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 17 – Macroprocessos da pesquisa



Fonte: PDI Univille (2017)

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;

- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;

- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam integridade intelectual e física dos envolvidos na ação de pesquisar e fidelidade no processamento e na demonstração de resultados com base nas evidências científicas;

- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;

- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;

- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de pesquisa, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de pesquisa científica;

- **ARTICULAÇÃO SOCIAL:** busca de soluções científicas e tecnológicas para o desenvolvimento e a valorização das atividades econômicas, culturais e artísticas da região por meio de parceria entre a Universidade e a comunidade externa;

- **RELEVÂNCIA:** projetos e programas de pesquisa devem estar alinhados ao PDI, aos PPCs e às linhas dos PPGs, visando ao impacto social e inovador da pesquisa.

O curso Farmácia desenvolve atividades de pesquisa por meio da participação de seus professores e estudantes em programas institucionais de pesquisa. A seguir atividades voltadas para a Pesquisa na Univille de que o curso participa:

a) Anualmente são abertos editais internos com vistas a selecionar propostas de projetos a serem operacionalizados no ano seguinte e financiados pelo Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da Univille. Os alunos podem submeter propostas por meio do Edital Pibic, e os professores, por meio do Edital Interno de Pesquisa. Além disso, professores e estudantes podem submeter projetos a editais externos divulgados pela Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (Agitte) da Univille, projetos de demanda externa em parceria com instituições e organizações e também projetos voluntários. Os acadêmicos do curso podem vincular seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ao edital Pibic;

b) Semana Univille de Ciência, Sociedade e Tecnologia (SUCST): participação do corpo docente e discente do curso de Farmácia nesse seminário como ouvinte e/ou como palestrante.

Grupos de Pesquisa e/ou Estudos nos quais há participação de docentes:

- Estudos de utilização de medicamentos (Prof. Luiz Paulo de Lemos Wiese, Prof. Januaria Ramos Pereira, Prof. Eduardo Manoel Pereira, Prof. Vivia Buzzi, Prof. Silvia Aparecida Ramos);
- Desenvolvimento e Qualidade de Produtos Farmacêuticos (Prof. Melissa Zétola e Prof. Luciano Soares);
- Desenvolvimento de Sistemas de Encapsulação de Ativos (Prof. Denise Abatti Kasper Silva e Prof. Vivia Buzzi);
- Inovação Tecnológica (Prof. Denise Abatti Kasper Silva);
- Materiais Poliméricos (Prof. Andréa Lima dos Santos Schneider);

- Segurança Alimentar (Prof. Andréa Lima dos Santos Schneider);
- Epidemiologia em doenças cerebrovasculares (Prof. Paulo Henrique Condeixa de França);
- Processos Biotecnológicos (Prof. Eduardo Manoel Pereira e Prof. Andréa Lima dos Santos Schneider);
- Diagnóstico em Biologia Molecular (Prof. Paulo Henrique Condeixa de França, Prof. Roseneide Campos Deglmann, Prof. Vanessa Cristine Kobs, Prof. Leslie Ecker Ferreira);
- Mecanismos de Saúde e Doença (Prof. Eduardo Manoel Pereira).

3.4 Histórico do Curso

O Curso de Graduação em Farmácia da Universidade da Região de Joinville teve sua implantação aprovada pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, através do Parecer CEPE nº. 178/97 de 14 de julho de 1997, sendo seu funcionamento autorizado pela Resolução nº. 03/97 do Conselho Universitário da Universidade, na mesma data. As atividades didático-pedagógicas iniciaram efetivamente a partir de março de 1998.

O curso foi concebido com as seguintes características:

a. Habilitações Bioquímica e Industrial;

b. Regime anual seriado, com 40 vagas em cada habilitação;

c. Período de funcionamento integral;

d. Carga horária total de 4064 horas com integralização em 4 anos;

e. Valor proposto para a mensalidade: R$ 534,96.

Em 22 e 23 de março de 2000, o curso de Farmácia foi avaliado pela Comissão de Avaliação constituída no Conselho Estadual de Educação (CEE), tendo como membros a Profa. Dra. Irene Trippia Cecy e a Profa. Dra. Tomoe Nakashima. O reconhecimento do curso pelo CEE aconteceu no dia 19 de fevereiro de 2002, através da emissão do parecer CEDS nº 024.

No ano de 2000, foi assinado o convênio entre a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE e a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina para a estruturação do Laboratório Didático de Análises Clínicas e do Laboratório de Farmacotécnica, nas dependências do Hospital Regional Hans Dieter Schimidt.

Neste mesmo ano, no mês de novembro foi criado o Grupo Interdisciplinar de Estudo de Plantas Medicinais (GIEP), no qual vários projetos de pesquisa com enfoque farmacêutico foram desenvolvidos, havendo a inserção de diversos estudantes do Curso de Farmácia, o qual apoiou e financiou as pesquisas iniciais do grupo. Com o crescimento do grupo, em julho de 2003 houve a formação do núcleo institucional denominado “Núcleo de Pesquisa em Produtos Naturais Prof. Ricardo Alessandro Vieira” – NUPRAV, sendo também inserido como grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O curso contava ainda com mais 3 grupos no CNPq, Grupo de pesquisa em desenvolvimento e qualidade de produtos farmacêuticos, Saúde pública e biossegurança e Neurociência.

Para a realização de Estágio Curricular Supervisionado em Farmácia Comunitária (ECSFC) foi firmado em maio de 2001, o convênio entre a Univille e a Secretaria Municipal da Saúde de Joinville (SMSJ), visando a criação da Farmácia Escola (FAE). Para o mesmo fim, foram ainda celebrados convênios com diversas Farmácias Comunitárias privadas em Joinville.

O ECSFC na rede ambulatorial da SMSJ iniciou em unidades de saúde que apresentavam farmacêuticos em seus quadros, no horário de realização do estágio. As unidades que constituiam os locais de ECSFC eram a FAE, Pronto Atendimento 24 Horas, Posto de Saúde do Jarivatuba e Posto de Saúde do Floresta. O convênio para ECSFC permitiu a abertura da FAE no período vespertino, beneficiando a comunidade

com a ampliação do atendimento. O ECSFC era coordenado e supervisionado pelos professores do Curso de Farmácia, que administravam os aspectos pedagógicos e organizacionais.

No ECSFC, os estagiários desenvolviam atividades do âmbito farmacêutico como a dispensação de medicamentos no contexto da atenção farmacêutica, programação de medicamentos, controle de estoque e armazenamento, atividades de gestão, controle dos medicamentos da Portaria n° 344 da ANVISA, procedimentos de registro, entre outros.

Para a realização do Estágio Curricular Supervisionado nas habilitações, o curso de Farmácia firmou convênio com Laboratórios de Análises Clínicas e Indústrias Farmacêuticas em Joinville, no estado de Santa Catarina e em diversas cidades do país, visando ofertar aos estudantes estágios de qualidade e disponibilizar todas as vagas necessárias.

No ano de 2003, depois de formada a primeira turma, o colegiado do curso solicitou a ampliação do período de integralização do curso para 4 anos e 6 meses, justificando o pedido em função das dificuldades na realização dos Estágios Curriculares em Farmácia Comunitária, bem como do Trabalho de Conclusão de Curso, concomitantemente às disciplinas da quarta série, com a realização dos estágios curriculares na habilitação no segundo semestre.

Neste mesmo ano, em agosto, foi criado o Herbário Joinville, vinculado aos cursos de Farmácia, Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental, tendo como objetivo abrigar e identificar coleções botânicas da flora local, regional, estadual e de estados vizinhos, e apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão da Univille.

A regulamentação dos Estágios Curriculares e Trabalhos de Conclusão do Curso (TCC) foi elaborada considerando a regulamentação institucional de estágio e TCC resoluções n°11/01 e nº 02/99 do CEPE, a Lei n° 6.494/77 e Decreto 87.497/82.

O projeto pedagógico do curso passou por um processo de reestruturação com base nas "Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Farmácia"

aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação mediante a Resolução CNE/CES nº. 2, de 19/02/2002. Em função das diretrizes e da necessidade de disponibilizar à sociedade profissionais farmacêuticos com formação generalista, o curso de Farmácia apresentou este projeto ao CEPE e do Conselho Universitário.

As diretrizes curriculares do curso de graduação em Farmácia foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2002, por meio da Resolução CNE/CES 2/2002. Porém, essa resolução não definiu a carga horária total do curso ou sua duração. A partir disso, o curso de Farmácia da UNIVILLE reformulou seu projeto pedagógico de acordo as novas diretrizes e iniciou a nova matriz em 2005. A carga horária projetada foi de 4468 horas/aula com uma duração mínima de 5 anos.

No ano de 2007, foi instituído na Univille que as cargas horárias das disciplinas devem ser distribuídas em 36 ou 38 semanas (Resolução 10/07 do CEPE), em atendimento à definição do CNE de que as cargas horárias dos cursos de graduação devem ser mensuradas em horas, ou seja, aulas de 60 minutos (Resolução CNE/CES 03/07).

Em 2007, a resolução CNE/CES 02/07 definiu que cursos com carga horária entre 3600-4000 horas devem ser integralizados em no mínimo 5 anos e, em 2008, o parecer CNE/CES 213/08 estabeleceu a carga horária mínima dos cursos de Farmácia em 4000 horas, tendo sido homologado em 2009 (Resolução n° 4 de 06 de abril de 2009).

Os Cursos de Farmácia e Odontologia da Univille aprovaram um projeto em 2008, para implantação no triênio 2009-2011, do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), fomentado pelos ministérios da Saúde e da Educação. O objetivo do Pró-Saúde era promover a reestruturação da educação superior dos cursos da área de saúde, tendo como eixo o novo paradigma do processo saúde e doença, a integralidade das ações de saúde e a integração ensino-serviço.

Considerando o contexto acima apresentado, a reestruturação do curso de Farmácia da Univille tornou-se necessária para:

- Efetuar a conversão da carga horária do curso de 32 para 36 semanas.
- Cumprir a carga horária mínima homologada pelo CNE.
- Incorporar os princípios de formação e os cenários de práticas desenvolvidos no Pró-Saúde à formação no curso.
- Corrigir os problemas identificados pela avaliação da coordenação, do colegiado, dos professores e estudantes no funcionamento e organização do curso.
- Oferecer o curso de graduação em Farmácia com excelência e diferenciais de qualidade, o que requer constante evolução.

A partir das novas "Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Farmácia" aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação mediante a Resolução CNE/CES nº.6, de 19/10/2017, o curso de Farmácia reestruturou sua matriz curricular para atender às demandas destas diretrizes que estão apresentadas neste PPC.

3.5 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional)

Joinville está situada no nordeste do estado de Santa Catarina, contando com uma população estimada de 583.144 habitantes, em 2018 (IBGE Cidades, 2019). O IDH de 0,809 é o 4º em Santa Catarina e o 21º brasileiro. O Produto Interno Bruto (PIB) de Joinville é o maior do estado de Santa Catarina, e o 29º do país, em torno de 25 bilhões de reais, de acordo com os dados do IBGE Cidades, de 2016. Entretanto, o PIB per capita é apenas o 30º no estado e o 420º no Brasil, indicando uma desigualdade econômica relevante. A cidade concentra grande parte de sua atividade econômica no setor industrial, com destaque para as indústrias metalmecânica, têxtil, plástico, madeireira, tecnologia da informação. Joinville sedia a maior indústria farmacêutica de Santa Catarina. O município é o 25º polo industrial do Brasil e está entre os 30 maiores arrecadadores de tributos e taxas municipais, estaduais e federais no país.

A mortalidade infantil do município de Joinville é 8,78 óbitos por mil nascidos vivos, com um índice de pobreza de 27,95%, e um índice Gini de 0,39. O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,9 salários mínimos, e cerca de 40% da população está ocupada. Em termos absolutos, a principal causa de óbito, em 2017, foram as doenças do aparelho circulatório, sendo o município com maior número de casos em Santa Catarina. Em seguida, os óbitos ocorreram mais frequentemente por neoplasmas e por causas externas, sendo que esta última matou quatro vezes mais homens do que mulheres. Dados de 2012 colocam Joinville em primeiro lugar no estado em notificações de dengue registradas (IBGE Cidades, 2019).

A rede de assistência à saúde de Joinville conta com 1405 estabelecimentos de saúde, sendo 86 da esfera de administração pública municipal, entre os quais 58 Unidades Básicas de Saúde, 4 Centros de Atenção Psicossocial, 8 Ambulatórios Especializados, 3 Unidades de Pronto Atendimento, e 2 Farmácias, além daquelas existentes nas unidades de saúde. Em 2018 foram cerca de 6 milhões de procedimentos ambulatoriais realizados pelo SUS em Joinville (quase 70% dos procedimentos deste tipo registrado em Joinville), e mais de 35 mil internações (quase 80% das internações realizadas no município). Dos 589 leitos hospitalares de natureza pública, 414 são da esfera estadual e 175 administrados pelo município, com 320 leitos privados atendendo ao SUS. A administração pública de Joinville tem 4.151 profissionais de saúde, dentre os mais de 12 mil profissionais registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, em 2019 (IBGE Cidades, 2019; DATASUS, 2019). Os serviços de apoio diagnóstico e terapêutico são realizados no Laboratório Municipal de Análises Clínicas, que atende cerca de 50% da necessidade dos usuários do SUS.

Os serviços públicos de assistência farmacêutica em Joinville compõem-se de uma Farmácia-Escola (FAE), uma parceria da Secretaria Municipal de Saúde com o curso de Farmácia da Univille para a dispensação de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica; uma Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF); as farmácias das unidades de saúde e dos ambulatórios especializados (Joinville, 2019). Além disso, em 2019, Joinville conta com cerca de

90 farmácias cadastradas no programa Farmácia Popular do Ministério da Saúde (BRASIL, 2019).

3.5.1 Mercado de trabalho e perspectivas

O cenário da área de farmácia no Brasil mostra algumas fortes tendências oriundas de fatores como o aumento significativo no número de estabelecimentos farmacêuticos, a fusão de empresas do setor em grandes redes ou indústrias, a pressão dos usuários por melhor atendimento e maior confiabilidade, e o incremento na utilização de medicamentos e cosméticos manipulados.

A demanda por profissionais em farmácias e drogarias é constante em função da exigência legal da presença de farmacêuticos em todos os estabelecimentos, conforme a Lei n.º 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Mais recentemente, a Lei 13.021, de 08 de agosto de 2014, caracterizou a Farmácia como estabelecimento de saúde, na qual a assistência farmacêutica deve ser provida de acordo com os princípios e diretrizes do SUS, de universalidade, equidade e integralidade. Neste contexto, cabe ao farmacêutico garantir a eficácia e a segurança da terapêutica prescrita por meio do exercício profissional da dispensação de medicamentos.

Segundo dados institucionais do Conselho Regional de Farmácia (CRF) de Santa Catarina, neste estado há registrados 494 farmácias públicas, 3.638 farmácias privadas (das quais 2.445 são propriedades de farmacêuticos), 352 farmácias de manipulação, 75 indústrias farmacêuticas, 81 laboratórios públicos de análises clínicas e 1.058 laboratórios privados, e 272 distribuidoras de medicamentos. Tal contingente de estabelecimentos necessita do exercício profissional do farmacêutico para o desenvolvimento de suas atividades, assegurando a empregabilidade plena observada no setor. No total, são 10.504 farmacêuticos inscritos no CRF de Santa Catarina.

Embora a empregabilidade dos farmacêuticos permaneça elevada no atual cenário de recessão econômica, a realidade do mercado de trabalho brasileiro foi alterada pela reforma trabalhista de 2017, afetando a organização sindical dos trabalhadores farmacêuticos, as condições de trabalho no campo da farmácia, e a valorização do trabalho como um todo. As inovações tecnológicas, na esteira da revolução industrial 4.0, vem modificando drasticamente o fazer profissional do farmacêutico na indústria farmacêutica, nos laboratórios de análises clínicas e nas farmácias.

No contexto descrito, desafios e oportunidades estão presentes nas áreas clássicas e privativas do exercício profissional, visando concretizar a clínica farmacêutica, ou assegurar a soberania nacional no desenvolvimento e produção de fármacos e medicamentos; na atuação de forma inovadora nas análises clínicas e toxicológicas; e em áreas como a biotecnologia e biologia molecular, na estética e emprego de cosméticos, no tratamento e controle de águas para consumo humano e indústria, no controle da poluição atmosférica e tratamento de dejetos industriais.

3.5.2 Aspectos diferenciais

O curso de Farmácia da Univille compreende a formação do profissional farmacêutico voltado ao desenvolvimento da assistência farmacêutica, no âmbito do SUS, visando à promoção e recuperação da saúde e à prevenção e cura de doenças, buscando melhorar a vida da população brasileira. Isto envolve desde o desenvolvimento, produção e controle de fármacos, medicamentos e outros produtos farmacêuticos ao desenvolvimento e provisão de serviços farmacêuticos, articulados às análises clínicas e toxicológicas.

No sentido de alcançar a formação proposta, o curso apresenta aspectos diferenciais que promovem o desenvolvimento profissional para a realidade da atenção à saúde e da assistência farmacêutica, em todos os âmbitos de atuação dos

farmacêuticos, com o objetivo de implementar e aprimorar o SUS, na íntegra de suas concepções e de seus princípios.

Alguns aspectos diferenciais podem ser destacados:

1) Componentes curriculares integradores, em um arranjo pedagógico longitudinal, permeando o curso como um todo, e promovendo a integração dos conhecimentos, habilidades e valores, contribuindo para o desenvolvimento das competências profissionais pretendidas na graduação do farmacêutico da Univille, e contribuindo para a formação de estudantes com espíritos crítico-reflexivos, fundados no raciocínio científico e na criatividade como força motriz da atuação na área farmacêutica.

2) Componente interprofissional, denominado de Práticas Interprofissionais em Saúde, realizado em turmas mistas compostas por estudantes dos cursos da área da saúde da Univille, empregando estratégia de integração ensino-serviço, articulando o fazer profissional de preceptores do SUS de Joinville à reflexão crítica como percurso pedagógico para o desenvolvimento de práticas colaborativas de cuidado em saúde orientado à comunidade.

3) Valorização do estudo autônomo por meio da previsão de carga-horária curricular e de instrução didática, visando orientar e desenvolver competências autodidatas, proporcionando a complementação dos estudos acadêmicos e a construção individual de um profissional que é aprendiz permanente, refletindo um princípio definido nas DCN, no qual a estrutura do curso deve “ser organizada, de forma que haja disponibilidade de tempo para a consolidação dos conhecimentos e para as atividades complementares, objetivando, assim, progressiva autonomia intelectual do aluno”.

4) Componentes curriculares estruturados de forma a trabalhar transversalmente competências relacionadas às ciências humanas e sociais, visando desenvolver no estudante a compreensão das dimensões da relação indivíduo/sociedade, ampliando o entendimento dos determinantes socioeconômicos e culturais do processo saúde-

doença-cuidado, no âmbito profissional da saúde, e de suas influências sobre o trabalho farmacêutico;

5) Estruturação de competências profissionais para a prática da clínica farmacêutica, na orientação do usuário para a farmacoterapia, no contexto da assistência farmacêutica, o que compreende o desenvolvimento pelo estudante de conceitos e de valores, articulados à aplicação de metodologias, com vistas a contribuir para a resolutividade dos problemas de saúde da população, com inserção na equipe de saúde;

6) Farmácia Escola mantida pela Univille, em parceria com a SMS/Joinville, estruturada para a dispensação de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, cuja organização foi concebida em um modelo pedagógico de integração ensino-serviço, em que as atividades didático-assistenciais permitem aos estudantes em estágio obrigatório desenvolverem competências relacionadas à clínica farmacêutica e à gestão da assistência farmacêutica.

3.6 Justificativa de reestruturação curricular

A resolução CNE/CES nº 6, de 19 de outubro de 2017 institui novas diretrizes a serem observadas na organização, desenvolvimento e avaliação dos Cursos de Farmácia no Brasil. As Diretrizes Curriculares Nacionais orientam a construção dos projetos pedagógicos dos cursos no Brasil e constituem subsídios para o ENADE, principal componente da avaliação da educação superior. As DCN de 2017 modificaram substancialmente os princípios, os fundamentos, as condições e os procedimentos da formação de Farmacêuticos.

As novas DCN caracterizam o perfil dos farmacêuticos egressos dos cursos de Farmácia como um profissional de saúde, tendo sua formação centrada nos fármacos,

nos medicamentos e na assistência farmacêutica, em uma perspectiva humanista, crítica, reflexiva e generalista, com o propósito do cuidado em saúde de indivíduos, famílias e comunidades. De forma integrada, estão a formação em análises clínicas e toxicológicas, em cosméticos e em alimentos.

A formação foi estruturada em três eixos, a serem contemplados nas proporções definidas pelas DCN, indicando que ao menos 50% da carga-horária devem corresponder aos conteúdos de Ciências Farmacêuticas. Os estágios curriculares são reafirmados como obrigatórios para a formação, inseridos de forma precoce no curso, sendo que as áreas de fármacos, cosméticos, medicamentos e assistência farmacêutica devem corresponder a 60% da carga-horária e as análises clínicas, genéticas e toxicológicas, e alimentos a 30%. O SUS ganha destaque no estágio, devendo-se contemplar os diferentes níveis de atenção à saúde. A Farmácia Escola é definida como cenário de prática obrigatório.

As DCN estabelecem a necessidade de constituição de um projeto pedagógico onde a aprendizagem do estudante é central, e o professor constitui um facilitador e mediador do processo de ensino-aprendizagem, visando a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nestas DCN, as competências se destacam como princípio norteador da formação dos estudantes, envolvendo a articulação de conhecimentos, habilidades e valores/atitudes que permitam uma atuação profissional em sua plenitude, servindo à sociedade em suas necessidades de saúde. Nesse sentido, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve ser coerente, medindo o efetivo desenvolvimento de competências, superando o modelo somativo de testar a aquisição de conhecimentos.

Na construção do presente PPC, as novidades trazidas pelas novas DCN, os contextos da saúde, da economia, do trabalho e da sociedade como um todo, nos níveis local, estadual e nacional, articulados à experiência curricular que o curso de Farmácia da Univille desenvolveu ao longo dos 20 anos de sua existência, justificam a reformulação curricular, buscando-se não apenas a atender as novas DCN, mas também atualizar o currículo para o contexto corrente, para os desafios impostos e

para as diversas perspectivas consolidadas pelo corpo docente, estudantes, corporação e sociedade.

3.7 Proposta filosófica da instituição e do curso

3.7.1 Educação para o século XXI

Desde a década de 1990 ocorrem discussões nacionais e internacionais sobre a educação para o século XXI e o compromisso com a aprendizagem dos estudantes, compreendida como o processo de desenvolvimento de competências para fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Em termos gerais, com base nos pilares delineados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) para a educação do século XXI, pode-se considerar que tais competências incluem, de forma não exclusiva, a capacidade do estudante de (DELORS, 2000):

- **Aprender a conhecer:** inclui as capacidades de formular problemas, definir objetivos e especificar e aplicar metodologias, técnicas e ferramentas na solução de problemas;
- **Aprender a fazer:** implica ser capaz de empregar conceitos, métodos, técnicas e ferramentas próprios de determinado campo profissional;
- **Aprender a conviver:** abrange a capacidade de se comunicar de forma eficaz, trabalhar em equipe, respeitar as normas de convívio social levando em conta os direitos e deveres individuais e coletivos;
- **Aprender a ser:** diz respeito a ser capaz de agir eticamente e comprometido com o respeito aos direitos humanos.

Decorridas quase duas décadas do início do século XXI, a proposição dos pilares precisa considerar as transformações pelas quais o mundo do trabalho vem passando e as novas exigências em termos de competências para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho contemporâneo. Entre os estudos internacionais que discutem tais mudanças, é possível citar o realizado pelo Institute for The Future (IFTF), um grupo ligado à University of Phoenix que se dedica a pesquisas sobre mudanças sociais e no mercado de trabalho. O relatório *Future work skills 2020* apontou seis grandes indutores de mudanças disruptivas com impactos sobre as habilidades para o trabalho no século XXI (IFTF, 2011):

- **Extrema longevidade:** ocorre um aumento da população com idade acima dos 60 anos, sobretudo nos Estados Unidos, na Europa e em países como o Brasil. A perspectiva é de que tal fenômeno influencie as percepções sobre idade/velhice, bem como sobre as carreiras profissionais, a inserção no mercado de trabalho e a forma de prover serviços de saúde e de bem-estar na sociedade;
- **Ascensão de sistemas e máquinas inteligentes:** o avanço tecnológico, especialmente da microeletrônica e da tecnologia da informação e de comunicação, proporciona a disponibilização de um grande número de máquinas e sistemas inteligentes (*smart*) não apenas nas fábricas e escritórios, mas também nos serviços médico-hospitalares e educacionais, nos lares e na vida cotidiana. Isso implicará um novo tipo de relacionamento dos seres humanos com as máquinas e sistemas, o que exigirá domínio de habilidades tecnológicas e compreensão das modalidades de relacionamentos sociais mediadas por essas tecnologias;
- **Mundo computacional:** a difusão do uso de sensores para a captação de dados e o incremento no poder de processamento e de comunicação por meio de diferentes objetos de uso cotidiano (*internet of things* – IoT) abrem a oportunidade de desenvolvimento de sistemas pervasivos e ubíquos em uma escala que anteriormente era impossível. Uma das consequências

disso é a disponibilização de uma enorme quantidade de dados (*big data*) que por meio de modelagem e simulação propiciam a compreensão de uma variedade de fenômenos e problemas nas mais diferentes áreas e em diferentes níveis de abrangência. Isso exige a capacidade de coletar e analisar grandes volumes de dados com o intuito de identificar padrões de relacionamento e comportamento, tomar decisões e projetar soluções;

- **Ecologia das novas mídias:** novas tecnologias de multimídia transformam as formas de comunicação, desenvolvendo novas linguagens e influenciando não apenas a maneira com que as pessoas se comunicam, mas também como se relacionam e aprendem. Tais mudanças exigem outras formas de alfabetização além da textual e uma nova compreensão dos processos de aprendizagem e construção do conhecimento;
- **Superestruturas organizacionais:** novas tecnologias e plataformas de mídia social estão influenciando a forma como as organizações se estruturam e como produzem e criam valor. O conceito de rede passa a ser uma importante metáfora para a compreensão da sociedade e das organizações. Essa reestruturação implica ir além das estruturas e dos processos tradicionais para considerar uma integração em escala ainda maior, ultrapassando as fronteiras organizacionais e físicas com o objetivo de propiciar a colaboração entre pessoas, grupos e instituições. Isso influencia e transforma conceitos organizacionais e de gestão, que passam a considerar aspectos das áreas de *design*, computação, neurociências, psicologia, antropologia cultural e sociologia;
- **Mundo conectado globalmente:** o aumento da interconectividade global faz repensar as relações entre as nações, e um novo contexto social e político desenha-se à medida que Estados Unidos e Europa deixam de ser lideranças em termos de criação de empregos, inovação e poder político e econômico. As organizações multinacionais já não têm necessariamente suas sedes na Europa, no Japão e nos EUA e, além disso, passam a usar

a conectividade global para potencializar o papel de suas subsidiárias em países como Índia, Brasil e China. Como algumas das consequências dessa transformação, cresce a importância de saber lidar com a diversidade humana em todos os seus aspectos e dispor da capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais e culturais.

O IFTF (2011) identificou um conjunto de habilidades para o mundo do trabalho com base nas mudanças caracterizadas anteriormente. Tais habilidades são representadas na figura 18:

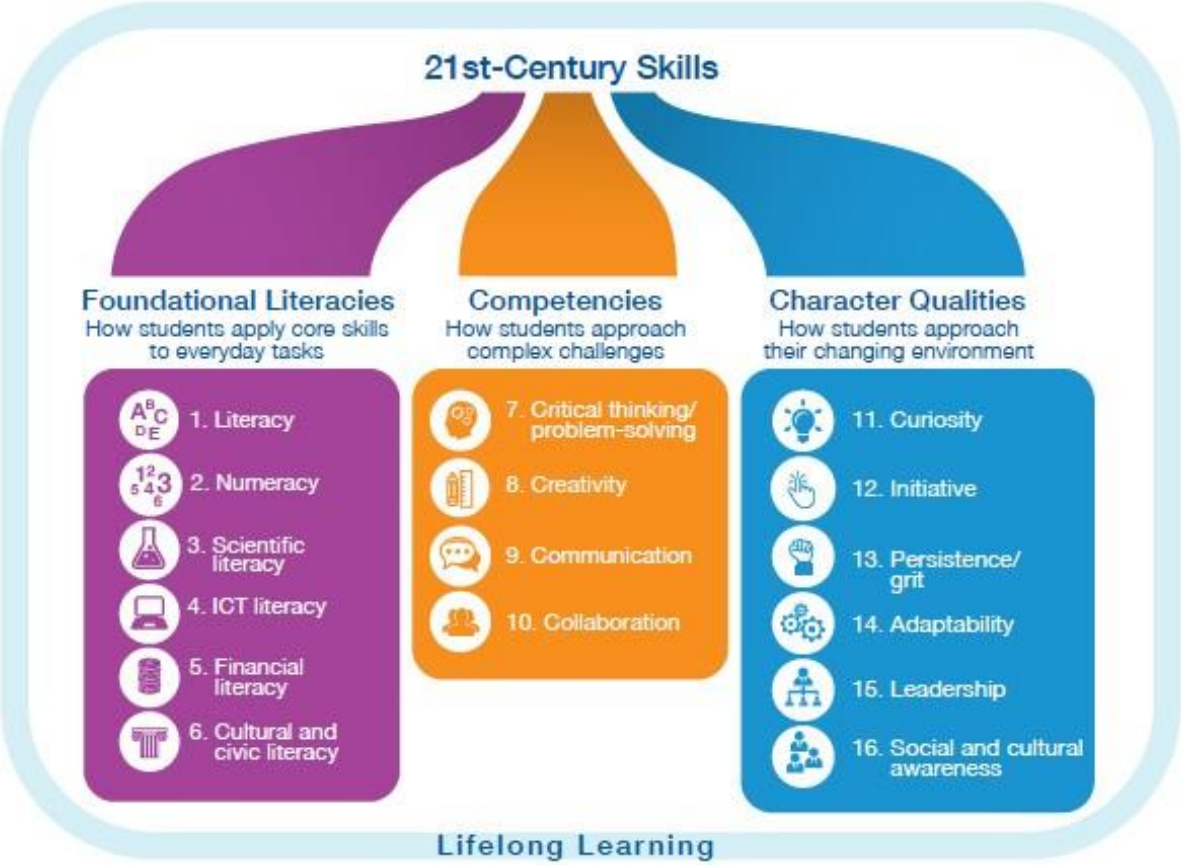
Figura 18 – Dez habilidades para a força de trabalho no futuro

Fazer sentido	•Ser capaz de determinar o sentido ou significado mais profundo do que está sendo expresso
Inteligência social	• Ser capaz de se conectar aos outros de uma forma direta e profunda para sentir e estimular reações e interações desejadas
Pensamento inovador e adaptativo	• Ser capaz de pensar e propor soluções e respostas para além do que é baseado em regras
Competência transcultural	• Ser capaz de agir em diferentes contextos culturais
Pensamento computacional	• Ser capaz de traduzir uma grande quantidade de dados em conceitos abstratos e raciocinar baseado em dados
Fluência em novas mídias	• Ser capaz de avaliar e desenvolver criticamente conteúdo para uso em novas formas de mídia e empregar em comunicação persuasiva
Transdisciplinaridade	• Ser capaz de entender conceitos transversais a múltiplas disciplinas
Mentalidade projetual	• Ser capaz de representar e desenvolver tarefas e processos de trabalho para a obtenção de resultados desejados
Gestão da carga cognitiva	• Ser capaz de discriminar e filtrar informação pela análise de sua importância, e entender como maximizar o funcionamento cognitivo usando diversas ferramentas e técnicas
Colaboração virtual	• Ser capaz de trabalhar produtivamente, engajar-se e demonstrar presença em uma equipe virtual

Fonte: Adaptado de IFTF (2011)

Mais recentemente, o Fórum Econômico Mundial (WEFORUM, 2015), publicou um estudo sobre uma nova visão para a educação, com o emprego de novas metodologias e tecnologias de aprendizagem. O estudo enfatiza a concepção de uma educação ao longo de toda a vida que tem por objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades (figura 19) necessárias para enfrentar as transformações no mundo do trabalho e no contexto social (WEFORUM, 2015).

Figura 19 – Competências e habilidades para o século XXI



Fonte: WEFORUM (2015)

Conforme o Weforum (2015), as competências e habilidades para o século XXI abrangem três grupos:

- **Habilidades fundamentais** – relacionadas às habilidades aplicadas no cotidiano e que podem ser subdivididas em: leitura e escrita; numéricas; aplicação do pensamento científico; utilização de tecnologias da informação e comunicação; gestão das finanças pessoais; e atuação no contexto cultural e no exercício da cidadania;
- **Competências** – relacionadas à abordagem de problemas complexos que incluem: pensamento **c**rítico e solução de problemas; **c**riatividade; **c**omunicação; **c**olaboração (os quatro cês);
- **Características pessoais** – dizem respeito a atitudes e habilidades empregadas em situações de mudança e que abrangem: curiosidade; iniciativa; persistência e resiliência; adaptabilidade; liderança; consciência social e cultural.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) é referência importante na discussão sobre educação. Foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014a), tem vigência de dez anos e conta com as seguintes diretrizes:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;

- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- valorização dos profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PNE é um conjunto de compromissos com o intuito de: eliminar desigualdades por meio de metas orientadas para enfrentar as barreiras de acesso e permanência à educação; erradicar as desigualdades educacionais levando em conta as especificidades regionais; promover a formação para o trabalho com base nas realidades locais; e fomentar o exercício da cidadania (BRASIL, 2014b). O PNE foi elaborado com base em um amplo debate promovido pela Conferência Nacional de Educação ocorrida em 2010 e pelas discussões no Congresso Nacional, resultando em 20 metas (quadro 2):

Quadro 2 – Metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024

Meta		Tema
1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na préescola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até 3 anos até o fim da vigência deste PNE	Educação infantil
2	Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE	Ensino fundamental
3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o fim do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento	Ensino médio

4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados	Educação especial
5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental	Alfabetização de crianças
6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica	Tempo integral
7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: - Ensino fundamental séries iniciais: 2015/5,2; 2017/5,5; 2019/5,7; 2021/6,0; - Ensino fundamental séries finais: 2015/4,7; 2017/5,0; 2019/5,2; 2021/5,2; - Ensino médio: 2015/4,3; 2017/4,7; 2019/5,0; 2021/5,2	Qualidade da educação básica/Ideb
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos
9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o fim da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional	Alfabetização da população com 15 anos ou mais / Erradicação do analfabetismo absoluto

10	Oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional	Educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional
11	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público	Educação profissional técnica de nível médio
12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público	Acesso à educação superior
13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores	Qualidade da educação superior / Titulação do corpo docente
14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pósgraduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.	Acesso à pós-graduação *stricto sensu* / Ampliação do número de titulados
15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do *caput* do art. 61 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam	Formação dos profissionais da educação/professores da educação básica com formação específica de nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam)
16	Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino	Formação, em nível de pós-graduação, dos professores da educação básica / Formação continuada na área de atuação

17	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE	Equiparação, até o final de 2019, do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente
18	Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal	Planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino / Piso salarial nacional para profissionais da educação básica pública – referenciados na Lei do Piso
19	Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto	Gestão democrática da educação
20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio	Investimento público em educação pública

Fonte: Adaptado de Brasil (2014b)

Em uma análise transversal, é possível agrupar as metas com o intuito de compreender a articulação proposta pelo PNE. A figura 20 apresenta o agrupamento das metas conforme proposto pelo documento "*Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação"* (MEC 2014):

Figura 20 – Agrupamento das metas do PNE 2014-2024

Metas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11	•Metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.
Metas 4 e 8	• Metas que dizem respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade.
Metas 15, 16, 17, 18	• Metas que dizem respeito à valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as demais metas sejam atingidas.
Metas 12, 13 e 14	•Metas que dizem respeito ao ensino superior.
Metas 19 e 20	•Metas que dizem respeito a gestão, financiamento e investimento na educação.

Fonte: PDI Univille (2017)

É importante destacar o papel das universidades para o alcance das metas relacionadas ao ensino superior. As ações a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino superior incluem:

- Expansão do acesso à graduação pela oferta de vagas em diferentes modalidades de ensino com o intuito de contribuir para o aumento das taxas de matrícula;
- Expansão do acesso à pós-graduação *stricto sensu* pela oferta de vagas com o intuito de contribuir para o aumento do número de mestres e doutores e a consequente melhoria da pesquisa no país;

- Melhoria da qualidade da educação superior pelo investimento em: qualificação e profissionalização dos profissionais da educação; inovação pedagógica e curricular; e infraestrutura.

Dessa forma, a partir da contextualização dos desafios da educação para o século XXI e das metas do PNE 2014-2024, é possível discutir o papel da Univille e do Curso de Farmácia, enquanto Universidade, e seus compromissos com uma formação humanística, científica e profissional perante os desafios do mundo contemporâneo.

3.7.2 Universidade

Inicialmente, é importante que se ratifique a importância da formação humanística, científica e profissional ofertada pela Univille nesses seus 50 anos de existência. Isso permite compreender o conhecimento sempre como possibilidade de discussão e de diálogo para a formação inicial, integral e continuada, de todos os sujeitos envolvidos nesse processo: estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e comunidade externa. Como diz Morin (2004, p. 55), “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”. Daí a importância de analisar e perceber os movimentos da sociedade e como vêm se configurando nos tempos atuais.

Para tanto é necessário pensar como o conhecimento tem sido tratado nas instituições formadoras, pois a Universidade deve oportunizar aos seus estudantes e profissionais um processo de aprendizagem por meio da relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Tal relação permite que a Universidade se alimente e retroalimente com os resultados dos conhecimentos gerados por ela mesma e pela comunidade de sua região de abrangência, como forma de se manter sintonizada

com essa comunidade e de construir um relacionamento colaborativo e relevante com ela.

A posição de Santos (1989) aproxima-se da concepção da Universidade sobre formação:

> A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalisador da progressiva fusão das ciências naturais e ciências sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, ao contrário das humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. Não há natureza humana porque toda a natureza é humana.

Assim, a educação precisa contribuir para a formação integral da pessoa e para a prática de sua cidadania. “Ser cidadão significa ter uma visão crítico-reflexiva, traduzido em prática transformadora da realidade, de forma autônoma, responsável e ética” (FREIRE, 1998). Eis o caráter estratégico da universidade, na medida em que a formação por ela propiciada contribui para o desenvolvimento, pelo estudante, das competências necessárias para sua atuação no contexto social e profissional. A Univille, dessa forma, concebe a educação como uma ação comprometida também com o desenvolvimento de competências:

> A competência é entendida como o conjunto de aprendizagens sociais e comunicacionais nutridas a montante pela aprendizagem e formação e a jusante pelo sistema de avaliações. [...] competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado (FLEURY e FLEURY, 2001).

Possibilitar ao estudante, e ao futuro profissional, a oportunidade de pensar ambientalmente a sociedade, em sua dimensão totalizadora, isto é, o ser humano inserido no meio ambiente, faz com que o uso de seus conhecimentos e habilidades ajude a construir uma sociedade socioambientalmente responsável.

Como instituição comunitária, a Univille percebe a necessidade urgente de promover uma educação com caráter dialógico e integrador, para que as relações estabelecidas entre os atores sociais que a compõem pensem criticamente no seu papel, com base em valores que incluem cidadania, ética e integração, considerando a importância da inovação e da responsabilidade socioambiental.

3.7.3 Concepção filosófica do Curso

A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa, na ascensão da condição humana, da vida e da cidadania. Um cidadão é entendido por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria (MORIN, 2001). Ele tem de apresentar consciência de seus deveres para reivindicar o pleno exercício de seus direitos.

A maior contribuição para o conhecimento do século XX foi a consciência dos limites do conhecimento. A maior certeza que nos foi dada é a da indestrutibilidade das incertezas, não somente na ação, mas também no conhecimento (MORIN, 2001).

O indivíduo autônomo não possui liberdade absoluta, porém está inserido em seu meio ambiente biológico, social e cultural; trabalha e despende energia. O ser humano cultural e social só é autônomo com uma dependência original quanto à cultura, a uma língua, a um saber (MORIN, 2001).

Assim, o curso de graduação em Farmácia da Univille busca a formação de um profissional farmacêutico com autonomia e competência para buscar soluções e atuar nos mais diversos âmbitos da atenção à saúde, na assistência farmacêutica e no que tange a sua capacitação.

Nesse sentido, imputou-se como importante levar em conta as expectativas, os interesses, as oportunidades, as possibilidades e as condições que os estudantes têm

para aprender. Considera-se que o professor deve atuar como mediador dos processos de aprendizagem, incentivando e orientando os acadêmicos a expressarem suas próprias ideias, a fazer investigações de forma autônoma e sistemática, identificando os meios para seu desenvolvimento individual e social, balizando o processo de construção do conhecimento.

Ao ver o estudante como o centro do processo de ensino-aprendizagem, o projeto curricular do curso de Farmácia fundamenta-se numa perspectiva humanista de educação, valorizando aspectos relacionados à interdisciplinaridade e à flexibilidade nos conteúdos e métodos de formação.

As opções e possibilidades de trajetórias distintas no interior do curso, de acordo com as necessidades e particularidades dos acadêmicos, apoiam-se no pressuposto de que os conhecimentos devem ser construídos tendo como base, não apenas os conteúdos já sistematizados, mas também, as experiências dos discentes, suas aspirações e o compromisso com uma formação voltada para o desenvolvimento pleno de sua cidadania e do conjunto da coletividade.

O curso de Farmácia pretende enfatizar ações interdisciplinares em um currículo multidisciplinar, também procurando orientar o estudante a realizar a integração dos conhecimentos construídos nas diversas disciplinas, de modo a explicar a realidade de forma globalizada, como postulado por Anastasiou e Alves (2003).

A eleição de determinadas atividades na construção curricular, em detrimento de outras, resulta da função que deve ter o sistema educativo, e do tipo de cidadão que o ensino precisa contribuir para formar. Atualmente, na sociedade, se desenvolvem dois caminhos antagônicos: o da superespecialização e o da busca de modelos sistêmicos e integradores com diferentes graus de interdisciplinaridade (ZABALA, 2002).

Nesse contexto, o enfoque globalizador propõe uma visão holística e integradora da realidade, que enfoca os conteúdos como meios para conhecer questões pragmáticas no contexto de diferentes experiências de vida ou para

responder a elas. Baseia-se na metadisciplinaridade, que se refere à ação de se aproximar dos objetos de estudo por intermédio de uma ótica global que tenta reconhecer sua essência e na qual as disciplinas não são o ponto de partida tampouco o fim, mas o meio disponível para conhecer uma realidade, que é global ou holística (ZABALA, 2002), e as perspectiva de ação sobre ela.

Assim, é essencial para o desenvolvimento do curso o exercício de reflexão do corpo docente acerca desses princípios filosóficos. Isso tornou-se fundamental para o enfrentamento dos desafios atuais em educação e para a repercussão positiva desses princípios entre professores, que precisam traduzi-los em práticas docentes diferenciadas, problematizadoras da realidade e instigantes na busca de soluções, fomentando o desenvolvimento do pensamento abstrato, complexo e analítico dos estudantes.

Finalmente, de forma consonante às proposições deste projeto, considera-se as competências um ativo do trabalhador, o que nos impõe a responsabilidade de pensar as relações entre educação e trabalho de forma a assegurar que a formação por competências contribua para a emancipação e valorização dos trabalhadores, e que não se configure como um instrumento a legitimar a flexibilização e a desregulamentação do trabalho.

3.8 Objetivos do curso

3.8.1 Objetivo geral do curso

Atuar profissionalmente de forma centrada nos fármacos, medicamentos e na assistência farmacêutica de forma integrada às análises clínicas e toxicológicas, à cosmetologia e aos alimentos em prol do cuidado em saúde do indivíduo, família e comunidade, trabalhando em todos os níveis de atenção à saúde, em atividades de prevenção de doenças, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma

humanista, crítica e reflexiva, pautada na ética e no rigor científico por meio da pesquisa e do desenvolvimento de serviços e de produtos para a saúde.

3.8.2 Objetivos gerais do curso

- Identificar e analisar as necessidades de saúde do indivíduo, família e comunidade considerando a autonomia do indivíduo, sua singularidade e o contexto em que vive, realizado por meio da promoção, proteção e recuperação de saúde e prevenção de doenças.
- Atuar para desfecho positivo na saúde individual e coletiva por meio do uso de conhecimentos científicos, empíricos ou intuitivos na pesquisa, desenvolvimento, produção e provisão de bens e serviços com uso de tecnologia e inovação na solução de problemas tecnológicos buscando a melhoria de processos de produtos e serviços.
- Conduzir o processo técnico, político e social, integrando recursos e ações para a produção de resultados.
- Conduzir relações humanas com os diversos atores do setor público e privado baseado em ética, empatia, humanização e respeito por meio de liderança positiva, proatividade e resiliência.
- Atuar na assistência farmacêutica dos usuários do SUS com base nas diretrizes preconizadas pelo sistema.

3.9 Perfil profissional do egresso e campo de atuação

3.9.1 Perfil profissional do egresso

O farmacêutico egresso da Univille é um profissional de Saúde comprometido com o SUS, com competências para atuação centrada nos fármacos, medicamentos e na assistência farmacêutica de forma integrada às análises clínicas e toxicológicas, à

cosmetologia e aos alimentos em prol do cuidado em saúde do indivíduo, família e comunidade. O egresso do Curso de Graduação em Farmácia da Univille será um profissional capaz de trabalhar em todos os níveis de atenção à saúde, em atividades de prevenção de doenças, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma humanista, crítica e reflexiva, pautada na ética e no rigor científico por meio da pesquisa e do desenvolvimento de serviços e de produtos para a saúde.

3.9.2 Campo de atuação profissional

O egresso do curso de Farmácia poderá atuar em:

- farmácia comunitária;
- farmácia hospitalar;
- farmácia magistral;
- indústria farmacêutica;
- indústria de cosméticos;
- indústria de alimentos;
- indústria de domissanitários;
- indústria de correlatos;
- indústria de reagentes e equipamentos para diagnóstico;
- distribuidora de insumos farmacêuticos;
- laboratório de análises clínicas;
- hemocentros;
- instituto geral de perícia;
- vigilância epidemiológica e vigilância sanitária;
- institutos de pesquisa.

3.10 Estrutura curricular e conteúdos curriculares

A estrutura e os conteúdos curriculares dos cursos da Univille, de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional, têm como principal função materializar as intenções e funções sociais das profissões e, consequentemente, dos cursos. Diante

de uma sociedade em contínua transformação e das demandas sociais, os currículos devem proporcionar uma formação que permita ao estudante:

- uma visão ampla e contextualizada da realidade social e profissional; o desenvolvimento de competências profissionais e humanas;
- o contato com diferentes conteúdos e situações de aprendizagem por meio da flexibilização curricular, incluindo-se aqui a curricularização da extensão;
- a construção do pensamento crítico e reflexivo;
- o aprimoramento de uma atitude ética comprometida com o desenvolvimento social;
- o acesso a diferentes abordagens teóricas e a atualizações e inovações no campo de saber do curso;
- o contato com diferentes realidades sociais e profissionais por intermédio da internacionalização curricular.

As intenções curriculares deste Projeto Pedagógico do Curso (PPC), construído coletivamente por professores, estudantes e comunidade, estão em sintonia com o Projeto Pedagógico Institucional, as diretrizes curriculares nacionais e outras orientações legais.

3.10.1 Matriz curricular

Quadro 3 – Matriz curricular do Curso Farmácia

Semestre	Componente curricular	CHT (h/a) semana	CHP (h/a) semana	Auto Estudo (h/a) semanal	Total (h/a)	Total (horas)	CHOP (h/a)	Semi (%=h/a)	Eixos (h/a) C	Eixos (h/a) T	Eixos (h/a) G
1º	Fundamentos de Matemática			1	18	15	0		6	6	6
	Fundamentos de Português			1	18	15	0		6	6	6

	Fundamentos de Química			2	36	30	0		12	12	12
	Anatomia Humana	2	2		72	60	72		50	22	
	Biologia Celular e Histologia		2		36	30	36		18	18	
	Análise Farmacopéica		2		36	30	36			36	
	Farmácia: Ciência e Profissão		3		54	45	54		18	18	18
	Saúde Coletiva I	2		1	54	45	36		36		18
	Química Orgânica	2			36	30	36		4	32	
	Projeto Integrador I	1			18	15	18		9	7	2
	Total da carga horária	**7**	**9**	**5**	**378**	**315**	**288**	**0**	**159**	**157**	**62**
2º	Genética e Embriologia	2			36	30	36		26	10	
	Serviços Farmacêuticos		3		54	45	54		50	4	
	Química Farmacêutica I	3		1	72	60	54		7	65	
	Homeopatia	2			36	30	36	22,22=8	26	10	
	Desenvolvimento de Pesquisa em Farmácia	2			36	30	36	22,22=8	12	12	12
	Análise de Medicamentos		2		36	30	36			36	
	Fisiologia	3			54	45	54		40	14	
	Saúde Coletiva II	2			36	30	36		30		6
	Projeto Integrador II	1			18	15	18		9	7	2
	Total da carga horária	**15**	**5**	**1**	**378**	**315**	**360**	**16**	**200**	**158**	**20**
2ª. série	Práticas Interprofissionais em Saúde (PIS)* - componente anual que acontecerá no segundo ano do curso		2		36	30	72				
	Estágio Curricular Obrigatório I (ECO I) * componente anual que acontecerá no segundo ano do curso		2		36	30	36				
	Total da carga horária		**4**		**72**	**60**	**108**				
3º	Bioquímica	3			54	45	54		40	14	
	Patologia	3			54	45	54		40	14	
	Assistência Farmacêutica I	2			36	30	36	50=18	21	5	
	Farmacologia	2			36	30	36		30	6	
	Química Farmacêutica II	3			54	45	54	50=27	4	50	
	Tecnologia de Alimentos e Bromatologia		2		36	30	36		6	30	
	Cosmetologia e Formulações aplicadas em Estética		2		36	30	36		18	18	
	Físico-química	2			36	30	36			36	
	Projeto Integrador III	1			18	15	18				
	Total da carga horária	**16**	**4**	**0**	**360**	**300**	**360**	**45**	**159**	**173**	**0**
4º	Farmacologia Clínica I	3			54	45	54		36	18	
	Assistência Farmacêutica II	2			36	30	36	50=18	21	5	10
	Farmacotécnica I	2	2		72	60	72			65	7

	Farmacognosia I	2	2	1	90	75	72		20	70	
	Imunologia	3			54	45	54		40	14	
	Introdução a Microbiologia	1	2		54	45	54		40	14	
	Projeto Integrador IV	1			18	15	18		9	7	2
	Total da carga horária	**14**	**6**	**1**	**378**	**315**	**360**	**18**	**166**	**193**	**19**
5º	Farmacognosia II	2	2	1	90	75	72		20	70	
	Fitoterapia - Uso Racional de Plantas Medicinais	2			36	30	36		36		
	Controle de Qualidade de Produtos Farmacêuticos		2		36	30	36			18	18
	Farmacotécnica II	2	2		72	60	72			68	4
	Bioquímica Clínica I	1	2		54	45	54		44	10	
	Farmacologia Clínica II	4			72	60	72		54	18	
	Parasitologia Clínica	2	2		72	60	72		72		
	Projeto Integrador V	1			18	15	18		9	7	2
	Total da carga horária	**14**	**10**	**1**	**450**	**375**	**432**	**0**	**235**	**191**	**24**
6º	Farmacotécnica e Cosmetologia		2		36	30	36			36	
	Controle de Qualidade Microbiólogico		2		36	30	36			36	
	Bioquímica Clínica II	1	2		54	45	54		50	4	
	Micologia Clínica	2	2		72	60	72		70	2	
	Farmacologia Clínica III	4			72	60	72	25= 18	54	18	
	Dispensação Farmacêutica I	3			54	45	54		40		14
	Deontologia e Legislação Farmacêutica	2			36	30	36				36
	Empreendedorismo - Desenvolvimento Individual	2		1	54	45	36			27	27
	Projeto Integrador VI	1			18	15	18		9	7	2
	Estágio Curricular Obrigatório II (ECO II)		7		120	100	68		-	-	-
	Total da carga horária	**15**	**15**	**1**	**552**	**460**	**482**	**18**	**223**	**130**	**79**
7º	Controle de Qualidade de Líquidos		2		36	30	36			36	
	Tecnologia Farmacêutica I	2	2		72	60	72	11,11=8		72	
	Imunologia Clínica I	1	2		54	45	54		44	10	
	Urinálise		2		36	30	36		32	4	
	Bacteriologia I	2	2		72	60	72		64	8	
	Hematologia e Citologia Clínica	2	2		72	60	72		62	10	
	Dispensação Farmacêutica II	3			54	45	54	27,78=15	50		4
	Estágio Curricular Obrigatório III (ECO III)		7		120	100	68		-	-	-
	Total da carga horária	**10**	**19**	**0**	**516**	**430**	**464**	**23**	**252**	**140**	**4**
	Tecnologia Farmacêutica II	2	2		72	60	72	11,11=8		72	
8º	Bacteriologia II	2	2		72	60	72		64	8	

	Hematologia Clínica	2	2		72	60	72		62	10	
	Imunologia Clínica II	1	2		54	45	54		44	10	
	Toxicologia Clínica e Forense	2	2		72	60	72		62	10	
	Cuidado Farmacêutico I	2		1	54	45	36	22,22=12	45		9
	Controle de Qualidade de sólidos e semissólidos		2		36	30	36			36	
	Total da carga horária	**11**	**12**	**1**	**432**	**360**	**414**	**20**	**277**	**146**	**9**
9º	Farmácia Hospitalar	4			72	60	72		42	10	20
	Empreendedorismo - Mercado de Trabalho	2		2	72	60	36				72
	Cuidado Farmacêutico II	3		1	72	60	54		65		7
	Tecnologia Farmacêutica III	2			36	30	36			36	
	Biologia Molecular	1	2		54	45	54		46	8	
	Projeto Integrador VII	1			18	15	18		9	7	2
	Estágio Curricular Obrigatório IV (ECO IV)		16		288	240	102		-	-	-
	Total da carga horária	**13**	**18**	**3**	**612**	**510**	**372**	**0**	**162**	**61**	**101**
10º	Estágio Curricular Obrigatório V (ECO V)		22		396	330	264		-	-	-
	Total da carga horária		**22**		**396**	**330**	**264**	**0**			
	Eletiva				72	60	0		72	-	-
	Trabalho de Conclusão de curso				60	50	36		20	20	20
	Atividades Complementares				144	120	36		-	-	-
	Total da carga horária do curso				**4800**	**4000**	**3976**	**140**	**1952**	**1376**	**368**

CHT = carga horária teórica; CHP = carga horária prática; (h/a) = horas aula; Semi = semipresencial; C = eixo cuidado em saúde; T = eixo tecnologia e inovação em saúde; G = eixo gestão em saúde; * = PIS e ECO I serão divididos em duas turmas, uma em cada semestre, ou seja, mesmo o curso sendo semestral, estes dois componentes serão anualizados.

A distribuição da carga horária das disciplinas nos eixos descritos pelas DCN foi designada a partir de consenso dentro do NDE sobre a influência dos conteúdos na formação do egresso dentro das temáticas: Cuidado em Saúde, Tecnologia e Inovação em Saúde e Gestão em Saúde. Algumas disciplinas estão completamente voltadas à formação por competências em um eixo específico, enquanto outras contribuem para a formação em dois ou mais, e portanto, foram proporcionalizadas de acordo com o impacto transmitido para cada um dos eixos.

3.10.2 Ementas e referencial bibliográfico

A seguir estão descritas a ementa e a referência básica de cada componente curricular.

Componente curricular		**Fundamentos de Matemática**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
1.ª	18 h/a	Potenciação. Radiciação. Estudo de Funções. Gráficos de Funções Reais. Função exponencial. Função logarítmica. Unidade de Medida e o Sistema Internacional. Regra de três. Algarismos significativos. Porcentagem.
Referências		BIANCHINI, E.; PACCOLA, H. **Curso de matemática**: volume único. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2000. **CADERNOS do Mathema ensino médio**: jogos de matemática de 1º a 3º ano. Porto Alegre: ArtMed, 2011. SIQUEIRA, J.O. **Fundamentos para cálculos**. São Paulo: Saraiva, 2007.

Componente curricular		**Fundamentos de Português**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
1.ª	18 h/a	Articulação de ideias e expressão textual. Redação e interpretação de textos. Ortografia. Pontuação. Gramática.
Referências		ALMEIDA, N. M. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 44.ed. São Paulo: Saraiva 1999. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto:** leitura e redação. 15.ed São Paulo: Ática, 1999. MOYSÉS, C.A. **Língua portuguesa**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Componente curricular		**Fundamentos de Química**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
1.ª	36 h/a	Estrutura atômica. Classificação periódica. O carbono e suas ligações. Ligações químicas e seus parâmetros: energia, comprimento e ângulo das ligações. Nomenclatura e fórmula química de compostos inorgânicos. Funções inorgânicas e reações químicas. Teorias ácido-base. pH e sistema tampão. Estequiometria. Equilíbrio químico. Forças intermoleculares.

Referências	ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de química**. Porto Alegre: Artmed, 2001. ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Farmacopeia Brasileira**, 5.ed. Brasília, 2010. v.1. GARRITZ, A.; CHAMIZO, J. A. **Química**. São Paulo: Pearson Education, 2003.

Componente curricular		**Anatomia Humana**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
1.ª	72 h/a	Constituição anatômica do corpo humano. Estudo da morfologia dos órgãos que compõem os aparelhos e sistemas cardiovascular, respiratório, digestório, músculo-esquelético, urinário, genital, sensorial, endócrino e nervoso do ser humano.
Referências		DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana básica dos sistemas orgânicos:** com descrição dos ossos, junturas, vasos e nervos. São Paulo: Atheneu, 2002. NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. TORTORA, G. J. **Corpo humano:** fundamentos de anatomia e fisiologia. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Componente curricular		**Biologia Celular e Histologia**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
1.ª	36 h/a	Avaliação celular por microscopia. Estudo dos tipos celulares, estrutura e organização celular, função das organelas e da membrana celular. Multiplicação celular. Características morfológicas, funções e histofisiologia dos tecidos.
Referências		JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. **Biologia celular e molecular**. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. **Histologia básica:** texto e atlas. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. GARTNER, Leslie P.; HIATT, James L. **Atlas colorido de histologia**. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

Componente curricular		**Análise Farmacopéica**
Semestre	**Carga**	**Ementa**

1.ª	36 h/a	Boas práticas de laboratório. Manuseio de farmacopeias. Tipos de misturas e métodos de separação. Tipos de água de uso farmacêutico e avaliação físico-química. Cálculos de concentração, preparação de soluções e diluições. Avaliação da viscosidade e densidade de produtos farmacêuticos. Ponto de fusão, solubilidade, ponto de ebulição, pH, ensaios de chama, índice de refração de fármacos e adjuvantes. Fundamento das técnicas utilizadas.
Referências		ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Farmacopeia Brasileira**, volume 1. 5.ed. Brasília, 2010. v.1.e 2. ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de química**. Porto Alegre: Artmed, 2001. THE UNITED STATES PHARMACOPEIA. 34. ed. Rockville: United States Pharmacopeial Convention, 2011.

Componente curricular		**Farmácia: Ciência e Profissão**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
1.ª	54 h/a	A Univille. O Curso de Farmácia da Univille. Histórico da profissão farmacêutica. Campos de atuação profissional. Conceitos básicos nas áreas de saúde e de farmácia. Fontes de informação nas áreas de saúde e de farmácia. Introdução à ética e legislação farmacêutica. Entidades relacionadas à profissão farmacêutica. Função social do farmacêutico. Categorias de medicamentos. Classificação das formas farmacêuticas. Noções sobre utilização de medicamentos: bulas, rótulos, informação ao usuário, administração, armazenamento doméstico e regime terapêutico.
Referências		SANTOS, M.R.C. **Profissão Farmacêutica no Brasil. História, Ideologia e Ensino.** Ribeirão Preto: Holos, 1999. BRAGHIROLLI, I. D. **Introdução à profissão: Farmácia.** Porto Alegre: Sagah Educação, 2017. STORPIRTIS, S.; GONÇALVES, E., J.; CHIANN, C.; GAI, N. M. **Ciências Farmacêuticas - Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

Componente curricular		**Saúde Coletiva I**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
1.ª	54 h/a	Estratificação social, relações étnico-raciais e direitos humanos. Fundamentos sociológico, antropológico, histórico e político e os fenômenos do processo saúde-doença-cuidado, dos determinantes sociais da saúde, e da saúde como direito. Organização da atenção à saúde e as políticas públicas. Modelos assistenciais. Sistema Único de Saúde. Financiamento e controle social.

Referências	FORATTINI, O. P. **Ecologia, epidemiologia e sociedade.** São Paulo: Artes Médicas/Edusp, 1992. LAURENTI, R. et al. **Estatísticas de saúde**. 2.ed. São Paulo: EPU, 2005. ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia e saúde.** 6.ed. Rio de Janeiro: Meds, 2003.

Componente curricular		**Química Orgânica**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
1.ª	36 h/a	Funções orgânicas de interesse farmacêutico: nomenclatura, propriedades físicas e químicas. Polaridade e solubilidade dos compostos orgânicos. Ressonância e aromaticidade. Isomeria constitucional e estereoisomeria.
Referências		MCMURRY, J. **Química orgânica**. 6.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. MORRISON, R. T.; BOYD, R. N. **Química orgânica**. 13.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. SOLOMONS, T. W. G. **Química orgânica**. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Componente curricular		**Genética e Embriologia**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
2.º	36 h/a	Código genético. Aspectos genéticos da síntese proteica e dos erros inatos do metabolismo. Hereditariedade: Noções, leis e teorias cromossômicas. Genética do sistema ABO e Rh. Teratogênese. Gametogênese e fecundação. Caracterização dos períodos de desenvolvimento embrionário humano. Anexos embrionários.
Referências		SADLER, T.W. L. **Embriologia médica**. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. SCHAEFER, G, B.; THOMPSON JR, J. **Genética médica, uma abordagem integrada**. Porto Alegre: AMGH editora Ltda, 2015. BROWN T.A. **Genética, um enfoque molecular**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

Componente curricular		**Serviços Farmacêuticos**
Semestre	**Carga**	**Ementa**

2.º	54 h/a	Administração de medicamentos. Protocolos de suporte básicos de vida. Noções sobre aferição de parâmetros biológicos e bioquímicos: pressão arterial e testes rápidos. Noções de serviços farmacêuticos de orientação e de organização de farmacoterapia.
Referências		CORRER, C.J. **Farmácia Clínica e prestação de serviços farmacêuticos.** Curitiba: Editora Practice, 2016. FERRACINI, T. F., ALMEIDA, S. M., FILHO, B. W. M. **Farmácia Clínica.** São Paulo: Manole, 2014. CFF - Conselho Federal de Farmácia – Resolução. RE. nº 499 de 17 de dezembro de 2008. Disponível em: *http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/499.pdf*

Componente curricular		**Química Farmacêutica I**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
2.º	72 h/a	Introdução à química farmacêutica medicinal. Desenvolvimento, modelagem molecular, síntese e purificação de fármacos e seus fundamentos químicos. Relação estrutura-atividade biológica e relação estrutura-propriedades físico-químicas de fármacos anti-inflamatórios esteroidais e não esteroidais, e anti-histamínicos.
Referências		GOODMAN, L. S. et al. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 10. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003. KOROLKOVAS, A.; BURCKHALTER, J. H. **Química farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. WILLIAMS, D. A.; LEMKE, T. L.; FOYE, W. O. **Foye's Principles of Medicinal Chemistry.** 5.ed. Londres: Lippincott Williams & Wilkins, 2002.

Componente curricular		**Homeopatia**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
2.º	36 h/a	Homeopatia como Prática Integrativa e Complementar para o SUS. Introdução e princípios da homeopatia. Conceitos de dinamização de medicamentos. Noções de farmacotécnica homeopática. Estudo da matéria médica. Dispensação de medicamentos homeopáticos.
Referências		FARMACOPÉIA **Homeopática Brasileira**. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2011. FONTES, O. L. **Farmácia homeopática: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2009. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FARMACÊUTICOS HOMEOPATAS (ABFH). **Manual de normas técnicas para farmácia homeopática:**

	ampliação dos aspectos técnicos e práticos das preparações homeopáticas. 4.ed. 2003.

Componente curricular		Desenvolvimento de Pesquisa em Farmácia
Semestre	**Carga**	**Ementa**
2.º	36 h/a	Os princípios filosóficos do conhecimento. A natureza da investigação científica. Conceitos básicos em pesquisa: problema, hipótese, confiança e validade. Tipos de pesquisa. Tipos de dados. Levantamento, seleção e organização da literatura. Desenho experimental. Análise estatística. Elaboração de um projeto e trabalho de pesquisa.
Referências		BOLTON, S. **Pharmaceutical Statistics:** practical and clinical applications. 3.ed. Nova York: Marcel Dekker, 1997. MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 2000. VIEIRA, S. **Introdução a bioestatística.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Componente curricular		Análise de Medicamentos
Semestre	**Carga**	**Ementa**
2.º	36 h/a	Metodologias aplicadas à análise farmacêutica: titulometria, espectrofotometria de absorção na região do ultravioleta, espectroscopia no infravermelho e métodos cromatográficos.
Referências		COLLINS, C. H.; BRAGA, G. L. **Introdução a métodos cromatográficos**. 7.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. SILVERSTEIN, R. M.; BASSLER, G. C.; MORRILI, T. C. **Identificação espectrométrica de compostos orgânicos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1994. VOGEL, A. **Análise química quantitativa**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1992.

Componente curricular		Fisiologia
Semestre	**Carga**	**Ementa**
2.º	54 h/a	Eletrofisiologia da membrana celular. Potenciais de repouso e ação, despolarização, neurotransmissão. Fisiologia dos sistemas: nervoso central e periférico, endócrino, cardiovascular, digestório, respiratório, geniturinário e locomotor.
		BERNE, R. M.; LEVY, M. N. **Fisiologia**. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

Referências	GUYTON, A. C. **Fundamentos de Guyton:** tratado de fisiologia médica. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. MCPHEE, Stephen J.; Hammer, Gary D. **Fisiopatologia da Doença – Uma introdução à medicina** clínica. 7.ed. Mc. Graw Hill, 2015.

Componente curricular		**Saúde Coletiva II**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
2.º	36 h/a	Caracterização da situação e das necessidades em saúde da população brasileira. Epidemiologia: conceitos, causalidade, indicadores e instrumentos. Tipologias de estudos epidemiológicos. Metodologias observacional e experimental. Medidas de frequência, medidas de efeito e de associação em estudos epidemiológicos. Planejamento, avaliação e gestão em saúde. Vigilância em saúde.
Referências		FORATTINI, O. P. **Ecologia, epidemiologia e sociedade**. São Paulo: Artes Médicas/Edusp, 1992. LAURENTI, R. et al. **Estatísticas de saúde**. 2.ed. São Paulo: EPU, 2005. ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia e saúde**. 6.ed. Rio de Janeiro: Meds, 2003.

Componente curricular		**Práticas Inteprofissionais em Saúde (PIS)**
série	**Carga**	**Ementa**
2ª	36 h/a	Práticas interprofissionais em saúde. Comunicação entre os profissionais de saúde. Funcionamento das equipes de saúde no Sistema Único de Saúde - SUS. Liderança colaborativa. Cuidado compartilhado e orientado à comunidade. Ética interprofissional.
Referências		Canadian Interprofessional Health Collaborative. College of Health Disciplines. University of British Columbia.Canada. **A National Interprofessional Competency Framework.** February 2010. Lacerda, J T; Pires, R O M. **Processo de trabalho na Atenção Básica** (recurso eletrônico). 2.ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Versão adaptada do curso de Especialização Multiprofissional em Saúde da Família. Modo de acesso: www.unasus.ufsc.br WORLD HEALTH ORGANIZATION. Departamento de Recursos Humanos para a Saúde. **Marco para Ação em Educação Interprofissional e Prática Colaborativa.** Disponível em: http://www.who.int/hrh/nursing_midwifery/NursingMidwiferyProgressReport.pdf

Componente curricular		Bioquímica
Semestre	**Carga**	**Ementa**
3.ª	54 h/a	Estrutura, função biológica, propriedades e metabolismo de proteínas, carboidratos, lipídeos, nucleotídeos e ácidos nucleicos. Enzimas e cinética enzimática. Geração e armazenamento da energia metabólica.
Referências		CAMPBELL, M. K.; FARRELL, S. O. **Bioquímica**. 8.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. NELSON, D.L.; COX, M. M. **Princípios de bioquímica de Lehninger.** 6.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2014. VOET, D.; VOET, J. G; PRATT, C. W. **Fundamentos de bioquímica:** a vida de nível molecular. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Componente curricular		Patologia
Semestre	**Carga**	**Ementa**
3.ª	54 h/a	Processos de adaptação, lesão e morte celular. Adaptações, acúmulos intracelulares, envelhecimento celular. Reparo dos tecidos: crescimento celular, fibrose e cicatrização. Mecanismos fisiológicos dos diferentes tipos de dor. Disfunções e distúrbios não infecciosos e não autoimunes dos sistemas: nervoso central e periférico, endócrino, cardiovascular, digestório, respiratório, geniturinário e locomotor. Neoplasias.
Referências		MCPHEE, Stephen J.; Hammer, Gary D. **Fisiopatologia da Doença – Uma introdução à medicina** clínica. 7.ed. Mc. Graw Hill, 2015. KUMAR, V. et al. **Patologia:** bases patológicas das doenças. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. COTRAN, R. S.; COLLINS, T.; KUMAR, V. **Patologia estrutural e funcional**. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Componente curricular		Assistência Farmacêutica I
Semestre	**Carga**	**Ementa**
3.ª	36 h/a	Aspectos técnicos, econômicos e socioculturais de medicamentos aplicados à assistência farmacêutica. Acesso a medicamentos: histórico, concepções e políticas. Gestão da assistência farmacêutica.
		FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L.; FERREIRA, M. B. C. **Farmacologia clínica e terapêutica** 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Referências	MARIN, N. et al. **Assistência farmacêutica para gerentes municipais**. Rio de Janeiro: Opas/OMS, 2003. Disponível em: <http://www.opas.org.br/medicamentos>. DIEHL, E.E.; Santos, R.I.; Schaefer, S.C. **Logística de Medicamentos**. Assistência Farmacêutica no Brasil – Política, Gestão e Clínica (coleção). Florianópolis: Editora UFSC, 2016. v. IV

Componente curricular		**Farmacologia**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
3.ª	36 h/a	Absorção, distribuição, biotransformação e excreção de fármacos e fatores que as influenciam. Parâmetros farmacocinéticos quantitativos. Agonistas e antagonistas. Tipos de receptores, mecanismo de transdução de sinal e segundos mensageiros intracelulares. Regulação de receptores. Curva dose-resposta, potência, eficácia, índice terapêutico. Tipos de antagonismo. Neurotransmissão autonômica, receptores e mecanismos de transdução de sinal. Mecanismo de ação, aspectos farmacocinéticos, indicações e efeitos adversos de agonistas e antagonistas muscarínicos, adrenérgicos e nicotínicos.
Referências		HARDMAN, J. G. et al. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 9.ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003. KATZUNG, Bertram G**. Farmacologia: básica e clínica**. 6.ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. RITTER, J. M. et al. **Farmacologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Componente curricular		**Química Farmacêutica II**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
3.ª	54 h/a	Relação estrutura-atividade biológica e relação estrutura-propriedades físico-químicas e seus fundamentos químicos de fármacos, antimicrobianos, antineoplásicos, hipoglicemiantes, fármacos com ação nos sistemas cardiovascular, respiratório e nervoso central.
Referências		GOODMAN, L. S. et al. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 10.ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003. KOROLKOVAS, A.; BURCKHALTER, J. H. **Química farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. WILLIAMS, D. A.; LEMKE, T. L.; FOYE, W. **O. Foye's principles of medicinal chemistry.** 5.ed. Londres: Lippincott Williams & Wilkins, 2002.

Componente curricular		Tecnologia de Alimentos e Bromatologia
Semestre	**Carga**	**Ementa**
3.ª	36 h/a	Princípios da tecnologia de alimentos. Métodos de conservação, aditivos alimentares e fatores que afetam o desenvolvimento microbiano dos alimentos. Deterioração de alimentos. Bactérias patogênicas encontradas nos alimentos. Higiene na indústria de alimentos. Análises bromatológicas. Processamento de alimentos. Tecnologia de carnes, pescados, leite e derivados. Processamento mínimo de frutas e hortaliças. Embalagens em alimentos. Alimentos alergênicos. Análise sensorial.
Referências		FORSYTHE, Stephen J. **Microbiologia da segurança dos alimentos.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. NESPOLO, C. **Práticas de Tecnologia de Alimentos**. Porto Alegre: Artmed, 2015. CAMPBELL, P. G. **Ciência e tecnologia de alimentos**. São Paulo: Manole, 2015.

Componente curricular		Cosmetologia e Formulações aplicadas em Estética
Semestre	**Carga**	**Ementa**
3.ª	36 h/a	Evolução da Cosmetologia. Perfumes e águas aromáticas, sabonetes e outros produtos para banho, produtos para as unhas, depilatórios, desodorantes e antitranspirantes, produtos capilares e protetores solares. Tendências em cosmetologia. Ativos e formulações utilizados em Estética.
Referências		LEONARDI, G. R. **Cosmetologia aplicada**. São Paulo: Medfarma, 2004. KAMIZATO, K. K.; BRITO, G.S. **Técnicas estéticas faciais**. São Paulo: Érica, 2014. PEREZ, E.; VASCONCELOS, G, M. **Técnicas estéticas corporais**. São Paulo: Érica, 2014.

Componente curricular		Físico-química
Semestre	**Carga**	**Ementa**
3.ª	36 h/a	Propriedades do estado sólido. Cristalinidade e polimorfismo. Propriedades de fármacos em solução. Estabilidade de fármacos: cinéticas de reação. Físico-química de superfícies. Polímeros. Difusão de fármacos e leis de Fick. Propriedades de emulsões e suspensões. Propriedades reológicas.

Referências	FLORENCE, A. T.; ATTWOOD, D. **Princípios físico-químicos em farmácia**. São Paulo: Edusp, 2003. MARTIN, A. **Physical Pharmacy**. 4.ed. Baltimore: Lippincott Williams & Wilkins, 1993. NETZ, D. A.; ORTEGA, G. G. **Fundamentos de físico-química:** uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Componente curricular		**Farmacologia Clínica I**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
4.ª	54 h/a	Mecanismo de ação, aspectos farmacocinéticos, efeitos adversos, interações medicamentosas e evidências clínicas de medicamentos constantes na RENAME utilizados para tratamento de dor, febre, inflamação e distúrbios do trato gastrointestinal.
Referências		HARDMAN, J. G. et al. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 9.ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003. KATZUNG, Bertram G**. Farmacologia: básica e clínica**. 6.ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. RITTER, J. M. et al. **Farmacologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Componente curricular		**Assistência Farmacêutica II**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
4.ª	36 h/a	Seleção de medicamentos. Programação, aquisição, distribuição e armazenamento de medicamentos. Uso racional de medicamentos. Vigilância Sanitária. Princípios da farmacovigilância. Farmacoepidemiologia.
Referências		FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L.; FERREIRA, M. B. C. **Farmacologia clínica e terapêutica** 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. MARIN, N. et al. **Assistência farmacêutica para gerentes municipais**. Rio de Janeiro: Opas/OMS, 2003. Disponível em: <http://www.opas.org.br/medicamentos>. DIEHL, E.E.; SANTOS, R.I.; SCHAEFER, S.C. **Logística de Medicamentos**. Assistência Farmacêutica no Brasil – Política, Gestão e Clínica (coleção). Florianópolis: Editora UFSC, 2016. v.IV.

Componente curricular	**Farmacotécnica I**

Semestre	Carga	Ementa
4.ª	72 h/a	Evolução da farmácia galênica. Formas farmacêuticas. Adjuvantes farmacotécnicos e formulações farmacêuticas. Estabilidade e prazo de validade de formulações magistrais. Operações farmacêuticas. Manipulação de pós, granulados, cápsulas, supositórios, óvulos: cálculos farmacotécnicos, fármacos e adjuvantes, incompatibilidades farmacotécnicas, acondicionamento e rotulagem. Boas práticas de manipulação em farmácia e legislação aplicada ao setor magistral.
Referências		ALLEN JR., L. V.; POPOVICH, N. G.; ANSEL, H. C. **Farmacotécnica:** formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. FERREIRA, A. O. **Guia prático da farmácia magistral**. 2.ed. São Paulo: Pharmabooks, 2002. GENNARO, A. R. (Org.). **Remington:** the science and practice of pharmacy. 20.ed. Filadélfia: Lippincott Williams & Wilkins, 2000.

Componente curricular		**Farmacognosia I**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
4.ª	90 h/a	Introdução à farmacognosia. Análise farmacobotânica de plantas medicinais e drogas vegetais. Etnofarmacologia e outras abordagens de bioprospecção. Obtenção e controle de qualidade de drogas vegetais e medicamentos fitoterápicos. Análise fitoquímica. Aspectos regulatórios relacionados à farmacognosia. Metabolismo vegetal secundário.
Referências		EVANS, W. C. **Trease and evans' pharmacognosy**. 15.ed. Londres: W. B. Saunders, 2002. OLIVEIRA, F.; AKISSUE, G. **Fundamentos de farmacobotânica**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1998. SIMÕES, C. M. O. et al. **Farmacognosia:** da planta ao medicamento. 5.ed. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/Editora da UFSC, 2004.

Componente curricular		**Imunologia**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
4.ª	54 h/a	Resposta imune inata e sistema complemento. Anticorpo e antígeno. Anticorpos monoclonais. Resposta imune celular e humoral. Imunoprofilaxia. Reações de hipersensibilidade. Imunologia do transplante. Imunidade tumoral. Imunologia de mucosas. Doenças autoimunes.
		MONTENEGRO, M. R.; FRANCO, M. **Patologia:** processos gerais. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 1999.

Referências	ROITT, I.; BROSTOFF, J.; MALE, D. **Imunologia**. 5.ed. São Paulo: Manole, 1999. TERR, A. I.; PARSLOW, T. G.; STITES, D. P. **Imunologia médica**. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Componente curricular		**Introdução a Microbiologia**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
4.ª	54 h/a	Morfologia, estrutura celular e fisiologia dos microrganismos procariotos e eucariotos. Metabolismo e reprodução. Cultivo microbiano. Controle do crescimento dos microrganismos. Microbiota humana. Noções de isolamento de microrganismos. Biossegurança aplicada à microbiologia.
Referências		PELCZAR, M.; CHAN, E.; KRIEG, N. **Microbiologia:** conceitos e aplicações. 2.ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1996. v.1 e 2 TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. TRABULSI, L. R.; ALTHERTHUM, F. **Microbiologia**. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

Componente curricular		**Farmacognosia II**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
5.ª	90 h/a	Composição química, propriedades farmacológicas, relação estrutura-atividade, fundamentos químicos de fitofármacos. Aspectos farrmacológico-clínicos de drogas vegetais e de fitoterápicos contendo polissacarídeos, derivados fenólicos, derivados terpênicos e esteroidais, alcaloides e derivados.
Referências		EVANS, W. C. **Trease and Evans' Pharmacognosy**. 15.ed. Londres: W. B. Saunders, 2002. OLIVEIRA, F.; AKISSUE, G. **Fundamentos de Farmacobotânica**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1998. SIMÕES, C. M. O. et al. **Farmacognosia:** da planta ao medicamento. 5.ed. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/Editora da UFSC, 2004.

Componente curricular		**Fitoterapia - Uso Racional de Plantas Medicinais**
Semestre	**Carga**	**Ementa**

5.ª	36 h/a	Histórico, concepções e princípios terapêuticos do uso de plantas medicinais. Uso racional de plantas medicinais. Políticas Públicas de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Cuidados com as plantas medicinais, noções de processamento, conservação de plantas medicinais e formas de preparo. Plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. Indicações e manejo terapêutico de plantas medicinais e de medicamentos fitoterápicos.
Referências		BISSET, N.G.; WICHTL, M. **Herbal Drugs and Phytopharmaceuticals:** a handbook for practice on a scientific basics. 2.ed. Stuttgart: Medpharm, 2001. MARTINS, E.R. et al. **Plantas medicinais**. Viçosa: UFV, 2000. SCHULZ, V.; HÄNSEL, R.; TYLER, V. E. **Fitoterapia Racional:** Um guia de fitoterapia para as ciências da saúde. Barueri: Manole, 2002.

Componente curricular		**Controle de Qualidade de Produtos Farmacêuticos**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
5.ª	36 h/a	Controle de qualidade físico-químico de fármacos, adjuvantes farmacêuticos, materiais de embalagem e instalações farmacêuticas. Técnicas e procedimentos de amostragem. Amostragem, analise, interpretação de resultados e emissão de laudos. Legislação aplicada. Gerenciamento de Resíduos.
Referências		ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Farmacopeia Brasileira**. 5.ed. Brasília, 2010. v.1 e 2. PINTO, T. J. A.; KANEKO, T. M.; OHARA, M. T. **Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos**. São Paulo: Atheneu, 2000. WATSON, D. G. **Pharmaceutical Analysis:** a textbook for pharmacy students and pharmaceutical chemists. Londres: Churchill Livingstone, 1999.

Componente curricular		**Farmacotécnica II**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
5.ª	72 h/a	Manipulação de soluções, xaropes, suspensões, emulsões, géis, pastas, pomadas e suplementos alimentares: cálculos farmacotécnicos, fármacos e adjuvantes, incompatibilidades farmacotécnicas, acondicionamento e rotulagem. Avaliação farmacotécnica de prescrições. Transformação de formas farmacêuticas.
Referências		ALLEN JR., L. V.; POPOVICH, N. G.; ANSEL, H. C. **Farmacotécnica:** formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

	FERREIRA, A. O. **Guia prático da farmácia magistral**. 2.ed. São Paulo: Pharmabooks, 2002. GENNARO, A. R. (Org.). **Remington:** the science and practice of pharmacy. 20.ed. Filadélfia: Lippincott Williams & Wilkins, 2000.

Componente curricular		**Bioquímica Clínica I**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
5.ª	54 h/a	Coleta e conservação dos materiais biológicos. Avaliações bioquímicas no metabolismo dos carboidratos, lipoproteínas, proteínas, eletrólitos e íons. Diagnóstico laboratorial da bioquímica das doenças e dos distúrbios hepáticos e pancreáticos. Interpretação de resultados e emissão de laudos. Segurança no laboratório de Bioquímica. Gerenciamento de Resíduos.
Referências		CAMPBELL, M. K. **Bioquímica**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. CHAMPE, P. C.; HARVEY, R. A. **Bioquímica ilustrada**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. MOTTA, V. **Bioquímica clínica:** princípios e interpretações. 3.ed. Porto Alegre: Missau, 2003.

Componente curricular		**Farmacologia Clínica II**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
5.ª	72 h/a	Mecanismos de ação, aspectos farmacocinéticos, indicações, efeitos adversos, interações medicamentosas e evidências clínicas de medicamentos constantes na RENAME utilizados na contracepção e no tratamento de distúrbios dos sistemas cardiovascular e endócrino.
Referências		HARDMAN, J. G. *et al*. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 9.ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003. KATZUNG, Bertram G**. Farmacologia:** básica e clínica. 6.ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. RITTER, J. M. *et al*. **Farmacologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Componente curricular		**Parasitologia Clínica**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
5.ª	72 h/a	Estudo de helmintos e protozoários, sanguíneos e intestinais, de interesse humano. Morfologia, ciclo evolutivo, transmissão, patogenia e manifestações clínicas. Coleta e conservação de amostras biológicas.

		Métodos e técnicas laboratoriais para o diagnóstico. Pesquisa de sangue oculto. Interpretação de resultados e emissão de laudos. Segurança no laboratório de parasitologia. Gerenciamento de Resíduos.
Referências		NEVES, D. P. **Parasitologia humana**. 11.ed. São Paulo: Atheneu, 2005. REY, L. **Parasitologia:** parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. REY, L. **Bases da parasitologia médica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Componente curricular		**Farmacotécnica e Cosmetologia**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
6.ª	36 h/a	Manipulação de produtos odontológicos, veterinários, gomas, pastilhas, biscoitos medicamentosos, tabletes, géis transdérmicos, maquiagem e produtos para iontoforese e fonoforese. Aromaterapia e Florais como Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Nutricosméticos e nutracêuticos. Legislação aplicada à cosmetologia. Aspectos éticos, legais e técnicos para a visitação médica no âmbito da farmácia magistral.
Referências		FERREIRA, A. O. **Guia prático da farmácia magistral**. 2.ed. São Paulo: Pharmabooks, 2002. LEONARDI, G. R. **Cosmetologia aplicada**. São Paulo: Medfarma, 2004. SCHUELLER, R.; ROMANOWSKI, P. **Iniciação à química cosmética**. São Paulo: Tecnopress, 2001. v. 1, 2 e 3.

Componente curricular		**Controle de Qualidade Microbiológico**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
6.ª	36 h/a	Controle de qualidade microbiológico de água, fármacos, adjuvantes farmacêuticos, medicamentos, cosméticos e materiais de embalagem. Amostragem, análise, interpretação de resultados e emissão de laudos. Gerenciamento de Resíduos.
Referências		ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Farmacopeia Brasileira**. 5.ed. Brasília, 2010. v.1 e 2. PINTO, T. J. A.; KANEKO, T. M.; OHARA, M. T. **Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos**. São Paulo: Atheneu, 2000. WATSON, D. G. **Pharmaceutical Analysis:** a textbook for pharmacy students and pharmaceutical chemists. Londres: Churchill Livingstone, 1999.

Componente curricular		Bioquímica Clínica II
Semestre	**Carga**	**Ementa**
6.ª	54 h/a	Diagnóstico laboratorial da bioquímica das doenças e dos distúrbios renais, cardíacos, endócrinos, nos erros inatos e nas anemias. Emissão e interpretação de laudos em Bioquímica. Automação em Bioquímica. Controle de qualidade em Bioquímica. Gerenciamento de resíduos.
Referências		CAMPBELL, M. K. **Bioquímica**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. CHAMPE, P. C.; HARVEY, R. A. **Bioquímica ilustrada**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. MOTTA, V. **Bioquímica clínica:** princípios e interpretações. 3.ed. Porto Alegre: Missau, 2003.

Componente curricular		Micologia Clínica
Semestre	**Carga**	**Ementa**
6.ª	72 h/a	Taxonomia, fatores de virulência, mecanismos de patogenicidade e manifestações clínicas de agentes de micoses superficiais e cutâneas, subcutâneas e sistêmicas. Coleta e conservação de amostras biológicas. Métodos para isolamento, identificação e classificação de fungos filamentosos e leveduriformes. Testes de sensibilidade aos antifúngicos. Interpretação de resultados e emissão de laudos. Segurança no laboratório de Micologia. Gerenciamento de Resíduos.
Referências		LACAZ, C. S. et al. **Tratado de micologia médica**. São Paulo: Sarvier, 2002. TRABULSI, L. R.; ALTHERTHUM, F. **Microbiologia**. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 2008. ZAITZ, C; CAMPBELL, I; MARQUES, SA; RUIZ, LRB. **Compêndio de micologia médica**. 2.ed. Rio janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Componente curricular		Farmacologia Clínica III
Semestre	**Carga**	**Ementa**
6.ª	72 h/a	Mecanismos de ação, aspectos farmacocinéticos, indicações, efeitos adversos, interações medicamentosas e evidências clínicas de medicamentos constantes na RENAME: ansiolíticos, antidepressivos, emagrecedores de ação central e periférica, anticonvulsivantes, anestésicos gerais, antienxaquecosos, relaxantes musculares de ação central, antimicrobianos e fármacos utilizados no tratamento das doenças de Alzheimer, Parkinson e esquizofrenia.

Referências	HARDMAN, J. G. et al. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 9.ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003. KATZUNG, Bertram G**. Farmacologia:** básica e clínica. 6.ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. RITTER, J. M. et al. **Farmacologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Componente curricular		**Dispensação Farmacêutica I**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
6.ª	54 h/a	Conceitos, objetivos, princípios científicos, metodologias operacionais da dispensação de medicamentos. Serviço de dispensação de medicamentos nos diferentes níveis de atenção à saúde. Aspectos legais, farmacêuticos, clínicos e de orientação na prática da dispensação. Comunicação, interação e educação em saúde com o usuário e profissionais. Prevenção e resolução de problemas relacionados a medicamentos. Aspectos nutricionais relacionados à farmacoterapia. Notificação de não conformidades técnicas e clínicas na farmácia comunitária. Garantia da qualidade na dispensação de medicamentos.
Referências		BRITISH MEDICAL JOURNAL. **Evidência clínica: conciso**. 11.ed. São Paulo: Artmed, 2008. DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. **Medicina ambulatorial:** condutas de atenção primária baseadas em evidências. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. MARQUES, L. A. M. M. **Prescrição farmacêutica em problemas de saúde e autolimitados**. Farma Editora, 2018.

Componente curricular		**Deontologia e Legislação Farmacêutica**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
6.ª	36 h/a	Ética, bioética e código de ética farmacêutico. Hierarquia legal. Direitos humanos. Constituição Federal. Fundamentos legais da saúde pública. Bases legais da atuação farmacêutica. Manual de boas práticas. Roteiros de Inspeção. Vigilância Sanitária. Conselhos de Farmácia.
Referências		BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **A organização jurídica da profissão farmacêutica**. 2.ed. São Paulo: CFF, 1999. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **Código de Ética Farmacêutica**. Brasília: CFF, 1996. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Legislação farmacêutica profissional e sanitária:** legislação profissional. Porto Alegre: CRF-RS, 2001.

Componente curricular		Empreendedorismo - Desenvolvimento Individual
Semestre	**Carga**	**Ementa**
6.ª	54 h/a	Autoconhecimento e análise de perfil empreendedor. Gestão de pessoas e de conflitos, motivação e desenvolvimento de liderança para atuação na área farmacêutica. Geração, identificação e validação de ideias e oportunidades na área farmacêutica. Criação de estratégia de marketing pessoal e gerenciamento de *networking* no âmbito farmacêutico.
Referências		CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999. KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de *marketing***. 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração:** da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 2000.

Componente curricular		Controle de Qualidade de Líquidos
Semestre	**Carga**	**Ementa**
7.ª	36 h/a	Validação de metodologias analíticas. Especificações e ensaios físico-químicos empregados no controle de qualidade de formas farmacêuticas líquidas. Amostragem, análise, interpretação de resultados e emissão de laudos. Gerenciamento de Resíduos. Legislação aplicada.
Referências		ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Farmacopeia Brasileira**. 5.ed. Brasília, 2010. v.1 e 2. PINTO, T. J. A.; KANEKO, T. M.; OHARA, M. T. **Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos**. São Paulo: Atheneu, 2000. WATSON, D. G. **Pharmaceutical Analysis:** a textbook for pharmacy students and pharmaceutical chemists. Londres: Churchill Livingstone, 1999.

Componente curricular		Tecnologia Farmacêutica I
Semestre	**Carga**	**Ementa**
7.ª	72 h/a	Avaliação tecnológica de insumos e formas farmacêuticas. Tipos de liberação de fármacos. Equipamentos e processos industriais para a obtenção e acondicionamento de: pós, granulados, *pellets*, cápsulas e comprimidos.

Referências	ALLEN JR., L. V.; POPOVICH, N. G; ANSEL, H. C. **Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. GENNARO, A. R. **Remington:** the science and practice of pharmacy. 20.ed. Londres: Churchill Livingstone, 2000. LACHMAN, L.; LIEBERMAN, H.; KANIG, J. L. **Teoria e prática na indústria farmacêutica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. v.1 e 2.

Componente curricular		**Imunologia Clínica I**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
7.ª	54 h/a	Mecanismos de patogenicidade, manifestações clínicas e diagnóstico laboratorial de infecções causadas por vírus nos órgãos e sistemas que compõem o organismo humano. Técnicas e metodologias não-marcadas aplicadas ao diagnóstico em Imunologia. Interpretação de resultados e emissão de laudos. Segurança no laboratório. Gerenciamento de resíduos.
Referências		ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H; PILLAI, S. **Imunologia celular e molecular**. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. FERREIRA, A. W.; ÁVILA, S. L. M. **Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. VOLTARELLI, J. C. **Imunologia clínica na prática médica**. São Paulo: Atheneu, 2009.

Componente curricular		**Urinálise**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
7.ª	36 h/a	Composição, coleta e conservação da urina. Exames físico, químico e sedimentoscopia urinária qualitativos e quantitativos. Análise de cálculos renais. Interpretação de resultados e emissão de laudos. Segurança no laboratório de Urinárise. Gerenciamento de resíduos.
Referências		HENRY, J. B. **Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais**. 19.ed. São Paulo: Manole, 1999. STAMM, A. M. N. F. **Infecção do trato urinário:** aspectos práticos no diagnóstico e tratamento. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. STRASINGER, S. K.; DI LORENZI, M. S. **Urinálise e fluídos corporais**. 5.ed. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2009.

Componente curricular		Bacteriologia I
Semestre	**Carga**	**Ementa**
7.ª	72 h/a	Taxonomia, fatores de virulência, mecanismos de patogenicidade e manifestações clínicas causadas por bactérias Gram positivas e Micobactérias. Coleta e conservação de amostras biológicas. Métodos para isolamento, identificação e classificação de bactérias Gram positivas e Micobactérias. Testes de sensibilidade e mecanismos de resistência aos antimicrobianos. Interpretação de resultados e emissão de laudos. Segurança no laboratório de bacteriologia. Gerenciamento de Resíduos.
Referências		TRABULSI, L. R.; ALTHERTHUM, F. **Microbiologia**. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 2008. JAWETZ, M.; ALBERG'S. **Microbiologia Médica**. 26.ed. Porto Alegre: Amgh editora Ltda, 2014. TORTORA, G.J; FUNKE, BR; CASE, CL. **Microbiologia.** 12.ed. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2017.

Componente curricular		Hematologia e Citologia Clínica
Semestre	**Carga**	**Ementa**
7.ª	72 h/a	Considerações gerais sobre o sangue. Hematopoiese. Identificação morfológica das células sanguíneas. Fisiopatologia eritrocitária, leucocitária e plaquetária. Espermograma, citologia de líquidos corporais, correlações clínicas. Técnicas laboratoriais aplicadas ao diagnóstico hematológico e citológico. Automação e controle de qualidade em Hematologia e Citologia. Interpretação de resultados e emissão de laudos. Segurança no laboratório de Hematologia e Citologia. Gerenciamento de resíduos.
Referências		ELEUTERIO JR., J. **Noções básicas de citologia ginecológica**. Rio de Janeiro: Santos, 2003. HENRY, J. B. **Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais**. 18.ed. São Paulo: Manole, 1995. HOFFBRAND, A. V.; MOSS, P. A. H.; PETTIT, J. E. **Fundamentos em hematologia**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Componente curricular		Dispensação Farmacêutica II
Semestre	**Carga**	**Ementa**
7.ª	54 h/a	Legislação aplicada aos medicamentos isentos de prescrição e suplementos alimentares. Dispensação de medicamentos isentos de prescrição e suplementos alimentares. Protocolos de dispensação em distúrbios menores.

Referências	BRITISH MEDICAL JOURNAL. **Evidência clínica:** conciso. 11.ed. São Paulo: Artmed, 2008. DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. **Medicina ambulatorial:** condutas de atenção primária baseadas em evidências. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. MARQUES, L. A. M. M. **Prescrição farmacêutica em problemas de saúde e autolimitados**. Farma Editora, 2018.

Componente curricular		**Tecnologia Farmacêutica II**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
8.ª	72 h/a	Equipamentos e processos industriais para a obtenção e o acondicionamento de: comprimidos revestidos, comprimidos de liberação modificada, micropartículas, soluções, suspensões, emulsões, géis, de pastas, cremes e pomadas. Estratégias aplicadas à fármacos pouco solúveis. Desenvolvimento de novas tecnologias.
Referências		ALLEN JR., L. V.; POPOVICH, N. G; ANSEL, H. C. **Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. GENNARO, A. R. **Remington:** the science and practice of pharmacy. 20.ed. Londres: Churchill Livingstone, 2000. LACHMAN, L.; LIEBERMAN, H.; KANIG, J. L. **Teoria e prática na indústria farmacêutica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. v.1 e 2

Componente curricular		**Bacteriologia II**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
8.ª	72 h/a	Taxonomia, fatores de virulência, mecanismos de patogenicidade e manifestações clínicas causadas por bactérias Gram negativas e bactérias espiraladas. Coleta e conservação de amostras biológicas. Métodos para isolamento, identificação e classificação de bactérias Gram negativas e bactérias espiraladas. Testes de sensibilidade e mecanismos de resistência aos antimicrobianos. Interpretação de resultados e emissão de laudos. Segurança no laboratório de bacteriologia. Gerenciamento de Resíduos.
Referências		TRABULSI, L. R.; ALTHERTHUM, F. **Microbiologia**. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 2008. JAWETZ, M & ALBERG'S. **Microbiologia Médica**. 26.ed. Porto Alegre: Amgh editora Ltda, 2014 TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. **Microbiologia.** 12.ed. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2017.

Componente curricular		Hematologia Clínica
Semestre	**Carga**	**Ementa**
8.ª	72 h/a	Anemias, processos reacionais dos leucócitos, neoplasias hematológicas, anomalias dos leucócitos. Coagulação sanguínea, hemostasia primária e secundária. Distúrbios hemorrágicos e trombose. Diagnóstico laboratorial e tratamento de doenças hematológicas. Produtos hemoterápicos: técnicas de separação das frações do sangue e produção de fatores de coagulação. Suporte hemoterápico nas doenças hematológicas e transplante de medula óssea. Interpretação de resultados e emissão de laudos. Segurança no laboratório de Hematologia. Gerenciamento de resíduos.
Referências		ELEUTERIO JR., J. **Noções básicas de citologia ginecológica**. Rio de Janeiro: Santos, 2003. HENRY, J. B. **Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais**. 18.ed. São Paulo: Manole, 1995. HOFFBRAND, A. V.; MOSS, P. A. H.; PETTIT, J. E. **Fundamentos em hematologia**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Componente curricular		Imunologia Clínica II
Semestre	**Carga**	**Ementa**
8.ª	54 h/a	Avaliação laboratorial de hormônios tireoideanos, doenças autoimunes, marcadores tumorais e processos alérgicos. Técnicas e metodologias marcadas aplicadas ao diagnóstico em Imunologia. Interpretação de resultados e emissão de laudos. Segurança no laboratório de Imunologia. Gerenciamento de resíduos.
Referências		ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H; PILLAI, S. **Imunologia celular e molecular**. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. FERREIRA, A. W.; ÁVILA, S. L. M. **Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. VOLTARELLI, J. C. **Imunologia clínica na prática médica**. São Paulo: Atheneu, 2009.

Componente curricular		Toxicologia Clínica e Forense
Semestre	**Carga**	**Ementa**
8.ª	72 h/a	Toxicocinética e toxicodinâmica. Toxicovigilância. Avaliação da toxicidade e risco. Toxicologia experimental e métodos alternativos.

		Prevenção, avaliação, diagnóstico e tratamento de intoxicações exógenas. Toxicologia social, dos medicamentos, ocupacional, ambiental, alimentos,metais, saneantes e plantas tóxicas. Toxicologia de desempenho. *Dopping* no esporte. Toxinologia. Toxicologia analítica. Ciências forenses: biologia forense, química forense, balística, cena de crime, matrizes de interesse forense. Interpretação de resultados e emissão de laudos. Segurança no laboratório de Toxicologia. Gerenciamento de Resíduos.
Referências		ANDRADE FILHO, A.; CAMPOLINA, D.; DIAS, M. B. **Toxicologia na prática clínica**. Belo Horizonte: Folium, 2001. AZEVEDO, F. A.; CHASIN, A. A. M. (Orgs.). **As bases toxicológicas da ecotoxicologia**. São Paulo: RiMa Intertox, 2003. OGA, S. **Fundamentos de toxicologia**. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2003.

Componente curricular		**Cuidado Farmacêutico I**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
8.ª	54 h/a	Cuidados farmacêuticos: conceito, histórico, contexto atual e perspectivas futuras. Legislação brasileira sobre cuidados farmacêuticos. Cuidados farmacêuticos nos serviços de atenção primária em saúde: gestão da farmacoterapia e outros serviços farmacêuticos.
Referências		BISSON, M. P. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Barueri: Manole, 2004. MARQUES, L. A. M. **Atenção farmacêutica em distúrbios menores**. São Paulo: Medfarma, 2008. CARVALHO, D. C.M.F.de; BARBOSA, L. M.G. **Manual De Farmácia Clínica E Cuidado Ao Paciente**. Editora: Atheneu, 2017.

Componente curricular		**Controle de Qualidade de sólidos e semissólidos**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
8.ª	36 h/a	Especificações e ensaios físico-químicos empregados no controle de qualidade de formas farmacêuticas sólidas e semisólidas. Amostragem, análise, interpretação de resultados e emissão de laudos. Gerenciamento de Resíduos. Legislação aplicada.
Referências		ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Farmacopeia Brasileira**. 5.ed. Brasília, 2010. v.1 e 2. PINTO, T. J. A.; KANEKO, T. M.; OHARA, M. T. **Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos**. São Paulo: Atheneu, 2000.

	WATSON, D. G. **Pharmaceutical analysis:** a textbook for pharmacy students and pharmaceutical chemists. Londres: Churchill Livingstone, 1999.

Componente curricular		**Farmácia Hospitalar**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
9.ª	72 h/a	Serviços farmacêuticos hospitalares: objetivos, funções e organização. Legislação aplicada à farmácia hospitalar. Assistência farmacêutica no ambiente hospitalar. Integração do farmacêutico à equipe multiprofissional de saúde. Produtos quimioterápicos, nutrição parenteral e outros produtos estéreis. Controle de infecção relacionada a assistência à saúde em ambiente hospitalar. Gerenciamento de risco e segurança do paciente no âmbito da farmácia hospitalar. Cuidados farmacêuticos nos serviços de atenção terciária. Gerenciamento de resíduos. Acreditação hospitalar.
Referências		BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia básico para a farmácia hospitalar**. Brasília, 1994. FONSECA, S. M. et al. **Manual de quimioterapia antineoplásicos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2000. GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. **Ciências farmacêuticas:** uma abordagem em farmácia hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2000.

Componente curricular		**Empreendedorismo - Mercado de Trabalho**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
9.ª	72 h/a	Empreendedorismo e administração de negócios farmacêuticos: Pesquisa e análise de mercado, gestão da inovação, análise econômica e fiscal, produção, logística, vendas e gestão de pessoas. Requisitos para autorização de funcionamento e licenciamento de empresas farmacêuticas. Noções de propriedade intelectual.
Referências		CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999. KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de *marketing***. 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração:** da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 2000.

Componente curricular		Cuidado Farmacêutico II
Semestre	**Carga**	**Ementa**
9.ª	72 h/a	Cuidados farmacêuticos nos serviços de atenção secundária em saúde: gestão da farmacoterapia e outros serviços farmacêuticos.
Referências		BISSON, M. P. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Barueri: Manole, 2004. MARQUES, L. A. M. **Atenção farmacêutica em distúrbios menores**. São Paulo: Medfarma, 2008. CARVALHO, D.C.M.F.de; BARBOSA, L. M.G. **Manual De Farmácia Clínica E Cuidado Ao Paciente**. Editora: Atheneu, 2017.

Componente curricular		Tecnologia Farmacêutica III
Semestre	**Carga**	**Ementa**
9.ª	36 h/a	Desenvolvimento de formas farmacêuticas. Biofarmácia. Estabilidade de medicamentos e prazo de validade. Vetorização de fármacos. Equipamentos e processos industriais para a obtenção e o acondicionamento de aerossóis e produtos injetáveis. Sistema de garantia da qualidade e boas práticas de fabricação de medicamentos e cosméticos. Legislação aplicada à indústria farmacêutica.
Referências		ALLEN JR., L. V.; POPOVICH, N. G.; ANSEL, H. C. **Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. LACHMAN, L.; LIEBERMAN, H.; KANIG, J. L. **Teoria e prática na indústria farmacêutica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. SHARP, J. **Quality in the manufacture of medicines and other healthcare products**. Londres: Pharmaceutical Press, 2000.

Componente curricular		Biologia Molecular
Semestre	**Carga**	**Ementa**
9.ª	54 h/a	Extração, purificação e manutenção de DNA e RNA. Hibridização e detecção de ácidos nucleicos. Caracterização e análise de genes e polimorfismos. Enzimas de restrição e polimerização. Transformação e clonagem. Reação em cadeia da polimerase (PCR) e suas variantes. Sequenciamento de DNA. Mutagênese in vitro. Aplicações no diagnóstico de patologias infecciosas e hereditárias. Biologia molecular e medicina forense. Introdução à Bioinformática. Segurança no laboratório de Biologia Molecular. Gerenciamento de Resíduos.

Referências	ALBERTS, B. *et al*. **Biologia molecular da célula**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. LEWIN, B. **Genes IX**. Porto Alegre: Artmed, 2009. ZAHA, A.; FERREIRA, H. B.; PASSAGLIA, L. M. P. (Org.). **Biologia molecular básica.** 5.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2014.

Componente curricular		**Projeto Integrador I, II, III, IV, V, VI e VII**
Semestre	**Carga**	**Ementa**
1.2.3.4.5.6 e 9.º	18 h/a	Integração das competências e aplicação dos conhecimentos desenvolvidos no semestre por meio de atividade de extensão universitária.
Referências		A bibliografia estará sujeita ao trabalho que será desenvolvido.

Componente curricular		**Estágio Curricular Obrigatório I, II, III e V**
Série/Semestre	**Carga**	**Ementa**
2ª	36h/a	Ver o regulamento do Estágio Curricular Obrigatório
6º	120 h/a	
7º	120 h/a	
9º	288 h/a	
10º	396 h/a	
Referências		A bibliografia estará sujeita ao desenvolvimento do Estágio no seu respectivo campo.

3.10.3 Integralização do curso

A integralização curricular do curso inclui a aprovação em todos os componentes curriculares previstos na matriz do curso: as disciplinas obrigatórias, a

disciplina eletiva, o estágio curricular obrigatório (ECO), o trabalho de conclusão de curso (TCC), as atividades Complementares (ATC), os autoestudos (nivelamento e complementar) e os projetos integradores.

a) Disciplinas obrigatórias e autoestudos

Foram estabelecidas quatro modalidades de disciplinas obrigatórias atendendo a critérios de melhor operacionalização do curso, tendo em consideração a experiência adquirida com o PPC atualmente em vigor, assim como, duas modalidades de autoestudos.

As modalidades são: disciplinas com carga horária apenas teórica; disciplinas com carga horária teórica e prática; disciplinas com carga horária apenas teórica, mas com aulas práticas eventuais; disciplinas apenas com carga horária prática; autoestudo - nivelamento e autoestudo - complementar. Entre essas modalidades, as quatro últimas são as que diferem do tradicional e requerem um delineamento maior:

- Disciplinas com carga horária apenas teórica, mas com aulas práticas eventuais: foram projetadas para contemplar aulas práticas eventuais, previstas no Plano de Ensino e Aprendizagem (PEA) em número discutido e acordado com o NDE. A divisão em turmas de aula prática não é possível, pois implicará em aumento da carga horária operacional. Dessa forma, a metodologia adotada também deverá ser discutida e acordada.
- Disciplinas apenas com carga horária prática: foram projetadas para terem um caráter mais prático que teórico e, sendo assim, o conteúdo teórico deverá ser ministrado nas turmas de práticas individuais, sem junção de turmas práticas quando a aula for apenas teórica. Essas aulas apenas teóricas deverão ser eventuais e previstas no PEA em número discutido e acordado com o NDE. De modo geral, as aulas deverão ser programadas para uma breve explanação teórica realizada no laboratório, visando fundamentar a prática a ser realizada pelos alunos.

- Autoestudo – Nivelamento: tem origem na prática reflexiva e objetiva ultrapassar as barreiras sobre a teoria e prática, implicando em questionamentos dos pressupostos apresentados. Por meio de um material didático, o acadêmico irá avaliar seu próprio conhecimento acerca das demandas básicas de informações para a série inicial do curso de farmácia, mediante desafios e questionamentos alinhados com a formação profissional. O resultado individual desta fase servirá de guia para a construção de um caminho de nivelamento personalizado.
- Autoestudo – Complementar: tem origem na prática reflexiva e objetiva ultrapassar as barreiras sobre a teoria e prática, implicando em questionamentos dos pressupostos apresentados. Por meio de uma linha guia desenvolvida pelo corpo docente, o acadêmico irá percorrer, paralelamente ao transcorrer da disciplina, o trajeto, seja individualmente ou em grupo, para a construção de um potencial crítico e reflexivo que culminará na síntese em sala de aula com o alinhamento e sedimentação do conhecimento.

b) Disciplina eletiva

As diretrizes curriculares do curso de graduação em Farmácia (Res. CNE/CES 6/2017), em seu artigo 12, preveem a organização pedagógica para o desenvolvimento e consolidação das competências, habilidades e atitudes descritas nos eixos de formação, de maneira que contribua para aprendizagens significativas dos estudantes e para aproximar a prática pedagógica da realidade profissional, buscando a integração ensino-serviço-comunidade. Recomendam que o curso favoreça a flexibilização curricular de forma a atender interesses mais específicos e/ou atualizados, sem perda dos conhecimentos essenciais ao exercício da profissão. Sendo assim, para integralizar o curso de Farmácia da Univille, o estudante deverá realizar 72 horas/aula de disciplina eletiva, tendo a liberdade de escolher alguma

disciplina ou atividade de seu interesse particular, entre uma diversidade de opções oferecidas nos cursos de graduação da Univille.

Exemplos de disciplinas/atividades ofertadas pela universidade que poderão ser validadas como eletivas pela Coordenação do Curso de Farmácia são: a disciplina de “Libras Códigos de Comunicação” (72 h/a) e a matrícula especial em “mobilidade acadêmica e estágio internacional” (Res. N° 02/15 do CEPE).

c) Trabalho de conclusão do curso

O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é regido pela resolução vigente na Univille, por dispositivos legais relativos ao tema, bem como por um regulamento específico do curso que é o anexo I deste PPC.

d) Atividades complementares

As atividades complementares integram a parte flexível do currículo e devem estar relacionadas com a área de formação. O seu cumprimento é indispensável para a integralização do curso e a obtenção do título.

O objetivo das atividades complementares é incentivar o discente a expandir sua formação e ampliar o nível do conhecimento, favorecendo sua integração com o meio social.

A carga horária das atividades complementares não incluiu a carga horária prevista para o Estágio Curricular Supervisionado, bem como a carga horária

ministrada nas disciplinas previstas na matriz curricular do curso. A carga horária de atividades complementares a ser integralizada pelo acadêmico está determinada neste PPC e atende às disposições legais pertinentes. Todas as atividades consideradas como complementares devem ser obrigatoriamente comprovadas por declarações ou certificações.

As atividades complementares são regidas pela Resolução vigente da Univille, dispositivos legais relativos ao tema e por regulamento específico do curso que está no anexo II deste PPC.

e) Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório (ECO) compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e de trabalho em seu meio, sendo realizado na comunidade em geral ou junto de pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino – Univille.

As atividades a serem desenvolvidas pelo estudante no campo de estágio deverão ser pertinentes aos objetivos do curso e ao perfil do egresso.

São objetivos do ECO:

a. possibilitar ao aluno o contato com o ambiente de trabalho, por meio da prática de atividades técnicas e sociais, pré-profissionalizantes, sob supervisão adequada e obedecendo a normas específicas, sendo a sua realização condição obrigatória para a integralização curricular do curso;

b. proporcionar ao estudante oportunidades de desenvolver suas atitudes, conhecimentos e habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional;

c. complementar o processo ensino-aprendizagem por meio da conscientização das deficiências individuais e do incentivo à busca do aprimoramento pessoal e profissional;

d. atenuar o impacto da passagem da vida acadêmica para a vida profissional, abrindo ao estudante mais oportunidades de conhecimento das organizações e da comunidade;

e. facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas a que estão sujeitos;

f. promover a integração entre Universidade/curso-empresa-comunidade.

O ECO é regido pela resolução vigente na Univille, pelos dispositivos legais relativos ao tema, bem como por um regulamento específico do curso que se encontra no Anexo III deste PPC.

f) Atividades Práticas

As atividades práticas incluem aulas de campo, atividades em laboratório e atividades extraclasse conforme o PPC. Tais atividades são previstas no Plano de Ensino e Aprendizagem (PEA) da disciplina, que é elaborado pelo professor e aprovado pela coordenação do curso. Elas oportunizam a articulação entre teoria e prática, além de constituírem momentos de aproximação de estudantes e professores com a realidade.

g) Projetos Integradores

São componentes curriculares que integram e articulam as diversas áreas de conhecimento do curso com a âmbito profissional, por meio da combinação entre teoria e prática em uma perspectiva multidisciplinar dentro do período letivo, tendo como fio condutor a aprendizagem baseada em metodologias ativas.

3.10.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos

O tratamento da educação ambiental, da educação das relações étnico raciais e direitos humanos, no âmbito do curso, vai ocorrer pela oferta de disciplinas que abordam especificamente a temática, de forma transversal, e sob o entendimento de que são práticas sociais que interagem e se situam no campo dos direitos humanos e da cidadania.

Reforçam esse entendimento no tocante à educação ambiental os princípios enunciados no artigo 4.º da Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999:

> I. o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
> II. a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
> III. o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
> IV. a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
> V. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
> VI. a permanente avaliação crítica do processo educativo;
> VII. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
> VIII. o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

No que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, destaca-se o Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004 (BRASIL, 2004), com ênfase para os princípios que indicam:

a) o reconhecimento da igualdade da pessoa humana como sujeito de direitos;

b) a necessidade de superação da indiferença e da injustiça com que os negros e os povos indígenas vêm sendo tratados historicamente;

c) a importância do diálogo na dinâmica da sociedade brasileira, essencialmente pluriétnica, e que precisa ser justa e democrática;

d) a necessidade de valorização da história e da cultura dos povos africanos e indígenas na construção histórica da sociedade brasileira;

e) a indispensável implementação de atividades que exprimam a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade.

A Educação em Direitos Humanos, conforme Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012 do CNE, é entendida como um processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direito. Portanto, além de se propor momentos específicos para o estudo da temática, o PPC está fundamentado nos princípios:

I. dignidade humana;

II. igualdade de direitos;

III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;

IV. laicidade do Estado;

V. democracia na educação;

VI. transversalidade, vivência e globalidade;

VII. sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012).

As principais estratégias para a inserção das temáticas compreendem a oferta de disciplinas e atividades transversais. No primeiro caso, estão inseridas:

a) Educação ambiental

Esta temática é abordada em componentes curriculares do 1º ao 10º semestre, evidenciados nos Planejamentos de Ensino e Aprendizagem (PEAs), envolvendo aulas práticas efetuadas em laboratórios com manuseio de substâncias químicas e/ou material biológico, em treinamento sobre o descarte de medicamentos, em abordagens sobre a exploração e conservação da biodiversidade nacional e em estudos sobre Programa de Gerenciamento de Resíduos em Serviços de Saúde (PGRSS). A diversificação das atividades complementares cumpridas pelo aluno permite que este vivencie, por exemplo, as ações desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente, que por meio do SISMA, Seminário Integrado deste programa, traz discussões acerca do tema.

b) Educação das relações étnico-raciais

A educação sobre as relações étnico-raciais é evidenciada e trabalhada em vários componentes curriculares do curso, evidenciados nos PEAs, de acordo com particularidades do indivíduo, da família e da comunidade, relacionadas às doenças ou características que influenciam o processo saúde e doença, o diagnóstico, a indicação, a dispensação e a formulação de medicamentos.

c) Educação em direitos humanos

A educação relacionada aos direitos humanos é trabalhada em vários componentes curriculares do curso, descritos nos PEAs, estando principalmente inserida em todos os ECOs, na orientação da conduta dos acadêmicos nos atendimentos às diversas demandas da comunidade.

Os estudantes poderão ainda, participar de palestras, exposições e oficinas que são ofertadas pelos programas e projetos de extensão que abordam essas temáticas.

O Projeto PET-SAÚDE Interprofissionalidade constitui-se um projeto em desenvolvimento conjunto, entre 2019 e 2021. pelos cursos de Farmácia, Educação Física, Enfermagem, Medicina, Odontologia e Psicologia, que tem como propósito contribuir para reorientar a formação dos profissionais da área da saúde, capacitando-os para atuar de forma integrada e convergente à integralidade da atenção, e à universalidade e equidade do acesso à saúde. Busca articular os saberes de cada profissão com o intuito de prover competências que viabilizem o trabalho colaborativo, a partir de uma concepção ampliada de cuidado em saúde, orientado à comunidade.

Dessa forma, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar práticas que os levem a:

- estabelecer relações entre a educação ambiental e a educação das relações étnico-raciais;
- compreender a dinâmica da sociedade brasileira atual, particularmente no que se refere aos direitos que conformam uma vida cidadã;
- sistematizar e construir sínteses e formas de intervenção com base nos assuntos estudados e experiências vividas.

3.10.5 Atividades extracurriculares

Além das atividades obrigatórias, os estudantes podem realizar outras atividades que propiciem o enriquecimento curricular:

a) Disciplinas extracurriculares

O acadêmico regularmente matriculado poderá requerer matrícula em disciplinas ofertadas em outros cursos de graduação da Univille na forma de disciplina optativa, com vistas ao seu enriquecimento curricular.

São condições para o deferimento do requerimento:

- Oferta da disciplina em turma regular no período letivo em que o acadêmico está pleiteando a matrícula;
- Não ocorrer coincidência de horários entre a disciplina e as demais atividades didático-pedagógicas do curso em que o aluno está matriculado originalmente;
- Ter disponibilidade de vaga na turma/disciplina em que o aluno está requerendo matrícula;
- O aluno arcar com os custos da disciplina extracurricular.

O aluno poderá requerer matrícula em disciplina extracurricular de outros cursos de graduação da Univille, incluindo a disciplina de Libras. Para obter aprovação, deverá cumprir os requisitos previstos no regimento da Universidade. Obtendo aprovação, a disciplina será registrada no seu histórico como disciplina extracurricular. Em caso de reprovação, não haverá registro no histórico escolar, e o aluno também não estará obrigado a cursá-la em regime de dependência.

b) Estágio não obrigatório

Além do ECO, os estudantes podem realizar estágios não obrigatórios. Esses estágios seguem a legislação e as regulamentações institucionais e são formalizados por meio de convênios estabelecidos entre a Universidade e as organizações e termos de compromisso de estágio entre o estudante, o campo de estágio e a Universidade. Esta oferece suporte aos estudantes por meio do Central de Relacionamento com o Estudante (CRE).

3.11 Metodologia de ensino-aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino-aprendizagem na universidade aponta para um paradigma de educação que privilegie o papel e a importância do estudante, que deverá estar no centro do processo.

Essa proposta visa construir um ensino superior de qualidade tendo como princípios:

- a mobilização e o desafio para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia;
- a pesquisa, o que pressupõe considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- a relação entre teoria e prática;
- a interdisciplinaridade com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de forma integrada;
- o uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital.

Assim, diferentes estratégias viabilizam o processo de ensino-aprendizagem como estudo de caso, estudo por problema, ensino por projetos, entre outras.

O Projeto Pedagógico do Curso Farmácia do *Campus* Joinville adota os princípios da Política de Ensino da Univille e a concepção de inovação pedagógica e curricular que tem sido debatida na Instituição, operacionalizando-as pela adoção de estratégias ou metodologias de ensino e aprendizagem diversificadas, conforme demonstrado no quadro 4, respeitando os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, as peculiaridades dos conteúdos a serem abordados e a autonomia docente. Entre as diferentes estratégias, é possível considerar:

Quadro 4 – Estratégias de ensino e aprendizagem no curso Farmácia

N.º	**Denominação**	**Descrição**
1	Exposição dialogada	Exposição do conteúdo com participação dos estudantes. A estratégia pode partir de leitura de textos ou apresentação de situações problema. Utilizam-se *software* de apresentação e computador conectado a projetor multimídia e a internet/WEB.
2	Palestra	O professor pode convidar um profissional a proferir uma palestra sobre tema pertinente ao curso. Os estudantes podem ser solicitados a elaborar relatório ou responder questões sobre a palestra.
3	Estudo de texto	Exploração das ideias de um autor com base na leitura e análise do texto, gerando resumos ou resenhas.
4	Estudo dirigido	Estudo orientado de um texto com base em um roteiro ou questões de estudo propostas pelo professor.
5	Resolução de problemas	Apresentação de uma situação nova aos estudantes, que deverão proceder à análise do problema e propor uma solução. Na área de computação é comum o emprego dessa estratégia, sobretudo na resolução de problemas com apresentação de soluções algorítmicas e/ou computacionais.

6	Abordagem baseada por projeto	Método sistemático de ensino-aprendizagem que envolve os acadêmicos na obtenção de conhecimentos e habilidades por meio de um processo de investigação estruturado em torno de produtos e tarefas previamente planejadas. Tem como premissas o ensino centrado no aluno e a aprendizagem colaborativa e participativa. Tem-se um produto tangível como resultado decorrente das atividades nesta modalidade.
7	Seminário	Atividade em grupo em que é apresentado um tema ou problema pelo professor e os estudantes devem formar grupos, levantar informações, discutir o tema/problema e apresentar um relatório com as conclusões.
8	Estudo de caso	Atividade em grupo em que o professor apresenta uma determinada situação real ou fictícia e os estudantes, individualmente ou em grupos, devem proceder à análise e propor soluções às questões propostas na forma de um seminário ou de um relatório.
9	Aulas de laboratório	Emprega laboratórios de informática para a realização de uma série de atividades em diferentes disciplinas. Tais atividades incluem o treinamento/prática e aprimoramento do saber desenvolvido em sala de aula.
10	Pesquisa bibliográfica	Com base em um tema/problema apresentado pelo professor, os estudantes realizam, individualmente ou em grupos, pesquisa bibliográfica e elaboram relatório de pesquisa bibliográfica, que pode ser apresentado na forma de simpósio ou seminário.
11	Pesquisa de campo	A partir de um tema/problema apresentado pelo professor, os estudantes realizam, individualmente ou em grupos, pesquisa de campo e elaboram relatório da pesquisa que pode ser apresentado na forma de simpósio ou seminário.
12	Saídas a campo	Com base nos conteúdos trabalhados em sala de aula, os estudantes são levados a vivenciar a prática da aplicação deles.
13	Uso de *softwares*	Atividade individual ou em grupo na qual os estudantes são introduzidos ao uso de *softwares* de aplicação específica e, na maioria das vezes, técnica.
14	Peer Instruction	Metodologia que incentiva os acadêmicos a colaborem entre si, compreendendo os conteúdos expostos pelo professor, questionando, aplicando conceitos,

		argumentando sobre a explicação desses conceitos com seus pares e buscando consenso para enriquecer o entendimento do conteúdo
15	Flipped Classroom	Estratégias onde o conteúdo inicial é disponibilizado em momentos fora do horário de aula e o aprofundamento, a aplicação, a contextualização e a problematização são realizadas em aula.
16	Gamificação	Metodologias de engajamento e motivação para adesão aos métodos de estudos propostos dentro de um contexto envolvendo elementos de jogos.

Fonte: Primária (2019)

3.12 Inovação pedagógica e curricular

De acordo com Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Univille para o período de 2017-2021, a inovação pedagógica e curricular é compreendida como um sistema de mudança planejado e passível de avaliação que leva a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante, mediados pelo professor.

A Univille instituiu o Centro de Inovação Pedagógica (CIP) com a missão de:

> promover a inovação pedagógica e curricular nos cursos da Univille por meio de ações relacionadas à organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos, à profissionalização docente e à melhoria contínua da infraestrutura empregada no processo de ensino e aprendizagem (UNIVILLE, 2009).

O Projeto Pedagógico do curso adota os princípios da Política de Ensino da Univille e a concepção de inovação pedagógica e curricular que tem sido debatida na instituição, operacionalizando-as pela adoção de estratégias ou metodologias de ensino e aprendizagem diversificadas, respeitando-se os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, as peculiaridades dos conteúdos a serem abordados e a autonomia docente.

O curso articula a inovação pedagógica e curricular, baseando-se no PDI, por meio do CIP, com encaminhamento de temas para profissionalização, aplicação e acompanhamento da avaliação institucional. Destacam-se duas iniciativas importantes neste quesito, sendo elas: a) criação de disciplina integrada entre todos os sete cursos da área da saúde, a PIS – Práticas Interprofissionais em Saúde, onde os alunos atuam em grupos multiprofissionais em saídas de campo junto aos cenários municipais do SUS, atividades mediadas por tecnologia e dinâmicas presenciais; b) a recente aprovação de dois projetos envolvendo inserção de metodologias de gamificação para a educação superior, vinculados e coordenados por docente do curso de Farmácia da Univille.

As metodologias de avaliação procuram buscar o que cada aluno tem como percepção da matéria. O saber coletivo, as discussões de casos específicos de farmácia e casos multiprofissionais, seminários participativos são encaminhamentos pedagógicos inovadores que procuram ampliar o conhecimento dos alunos. A participação do Centro de Inovação Pedagógica (CIP) se dá pela avaliação anual, em conjunto com a Assessoria de Avaliação e Planejamento Institucional, feita pelos alunos, do desempenho dos professores. Aqueles que não alcançam determinado nível nessa avaliação são orientados em projetos de capacitação pedagógica para sua evolução.

A proposta metodológica para o processo de ensino-aprendizagem na universidade aponta para um paradigma de educação que privilegie o papel e a importância do estudante, que deverá estar no centro do processo.

Essa proposta visa construir um ensino superior de qualidade tendo como princípios:

- a mobilização e o desafio para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia;
- a pesquisa, o que implica considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- a relação entre teoria e prática;
- a interdisciplinaridade, com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de forma integrada;

- o uso das tecnologias de informação e comunicação como meio de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital.

Assim, diferentes estratégias viabilizam o processo de ensino e aprendizagem como estudo de caso, estudo por problema, ensino por projetos, entre outros.

Considerando a formação superior em Farmácia, os primeiros 170 anos de ensino farmacêutico no Brasil, contados entre 1832 e 2002, foram marcados por alterações e tentativas de uniformização curricular (SANTOS, 1999), cujos currículos mínimos de 1962 e 1969 são reflexos da evolução da profissão farmacêutica no país até aquele momento. As Diretrizes Curriculares Nacionais CNE/CES de 2002, as quais subsidiaram a construção do currículo do curso de Farmácia da Univille atualmente em vigor e o apresentado neste projeto, surgiram como o resgate da importância estratégica da profissão farmacêutica para o Brasil e mudaram o perfil de formação (SOARES et al., 2008).

Essas diretrizes deflagraram no país uma intensa discussão sobre a formação do farmacêutico e, em consonância com políticas públicas norteadoras e com os princípios do SUS, o Brasil definiu uma formação que tem como centro o medicamento, do seu desenvolvimento, produção e controle da qualidade à dispensação e utilização na terapêutica, tornando o farmacêutico um ator relevante no processo de cuidado em saúde e de soberania tecnológica nacional (SOARES et al., 2008).

Para atingir esse objetivo, é necessário fazer uso da pedagogia dialética, que mostra uma visão do homem e do mundo segundo a qual ambos são tidos como realidades dinâmicas, fundamentadas em relações naturais e sociais (LOPES, 2002). Nesse contexto, a universidade desempenha funções significativas: criação, desenvolvimento, transmissão e crítica da ciência, da técnica e da cultura; preparação para o exercício de atividades profissionais que exigem a aplicação de conhecimentos e métodos científicos e para a criação artística; apoio científico e técnico ao desenvolvimento cultural, social e econômico das sociedades (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002).

Uma vez que cada indivíduo apresenta um modo particular de se apropriar do conhecimento, igualmente tem formas particulares e exclusivas de aprender, o que aponta para a necessidade de condução do processo, pelo docente, de maneira

afetiva, buscando uma ensinagem exitosa. Assim, a educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e estimular o uso da inteligência por meio do livre exercício da curiosidade (MOLFETT, 1999). Sendo assim, além das metodologias usuais de ensino (aulas expositivas, estudos de texto, estudos dirigidos, seminários), o curso de graduação em Farmácia lançará mão de aulas práticas em laboratório, estudos de caso, solução de problemas, listas de discussão e ensino com pesquisa.

Durante o período de graduação, o estudante realizará visitas a estabelecimentos farmacêuticos ou de setores relacionados, como indústrias cosméticas e laboratórios de análises clínicas, e participar de eventos da área, seminários e palestras, bem como de projetos de pesquisa e extensão, relevantes para que ocorram a associação teoria/prática e a apreensão do conhecimento.

3.13 Flexibilização curricular

A flexibilização curricular pode ocorrer ao se efetivar o aproveitamento de estudos e experiências anteriores do estudante com base no art. 41 da LDB n° 9394/1996 que, de maneira bastante ampla, dispõe: o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

A sistemática de avaliação prevista pelo curso compreende estratégias como o exame de proficiência que, segundo a Resolução 24/07 do CEPE, destina-se à avaliação das potencialidades, conhecimentos e experiência profissional anteriores do estudante, propiciando-lhe o avanço nos estudos, mediante comprovada demonstração do domínio do conteúdo e das habilidades e competências requeridas por disciplina do currículo do seu curso por meio de avaliação teórica, prática ou teórico-prática.

Além disso, por meio das abordagens de temas transversais e por meio das atividades extracurriculares a instituição proporá atividades que viabilizem a

flexibilidade curricular. A Central de Relacionamento com o Estudante (CRE) está conectada aos cursos e fornece o suporte para flexibilização de ensino e aprendizagem, bem como sua avaliação, para alunos que possuem dificuldades no aprendizado. Pacientes portadores de síndromes incapacitantes em diversos níveis ou que estão afastados por muitos anos da experiência educacional ou ainda que não sejam tecnologicamente inseridos, podem usufruir do suporte da CRE para reduzir as diferenças e promover a inclusão do acadêmico no ensino superior.

3.14 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é um ato necessário, que abriga em seu movimento uma crítica pedagógica, a qual inclui desempenho e posturas docentes e discentes, expressando abertura para redimensionar as suas ações em face do desempenho dos acadêmicos no decorrer do processo.

Essa concepção implica um processo contínuo, sistemático e transparente fundamentado nos princípios institucionais e no projeto pedagógico do curso, que delineia o perfil do egresso e solicita a avaliação de habilidades, conhecimentos e atitudes. Deve equilibrar aspectos quantitativos e qualitativos, favorecer a formação científica, profissional e cidadã do acadêmico, tanto no seu percurso individual quanto no coletivo.

A avaliação do desempenho acadêmico no curso é feita por componente curricular e tem como critérios: frequência; e a avaliação da aprendizagem nos estudos, expressa em notas.

Para cada componente curricular serão atribuídos quatro médias bimestrais (M). O estudante que obtiver média aritmética simples das médias bimestrais ((M1+M2+M3+M4)/4 igual ou superior a 7 (sete), estará isento do exame final.

Para acessar ao exame final, o estudante precisa alcançar a média final entre maior ou igual a 3 (três) e abaixo de 7 (sete). A nota obtida no exame final será somada à média aritmética simples das médias bimestrais e, para ser considerado aprovado, o resultado deverá ser maior ou igual a 5 (cinco).

O exame final poderá constituir-se de prova teórica ou prática, devidamente registrada. A média aritmética simples das médias bimestrais ((M1+M2+M3+M4)/4 inferior a 3 (três) impossibilitará o estudante de prestar o exame final na disciplina.

A aprovação do estudante em cada componente curricular de cada período letivo dependerá do cumprimento, concomitantemente, das seguintes condições:

I - obtenção de frequência mínima de 75% da carga horária lecionada;

II - obtenção na avaliação de aprendizagem: a) de média aritmética das médias bimestrais mínima de 7 (sete), dispensando o exame final; e b) média final, após a realização de exame, não inferior a 5 (cinco).

O acadêmico que não fizer avaliações parciais ou finais ou não apresentar trabalhos acadêmicos previstos nas datas fixadas, poderá requerer segunda chamada em cinco dias úteis, mediante recolhimento de taxa, quando o motivo da falta estiver previsto em lei ou houver outro motivo justificável;

Todas as provas e/ou trabalhos escritos devem ser devolvidos ao estudante depois de avaliados pelo professor, exceto os exames finais, que deverão ser entregues à CAA para serem arquivados;

A divulgação das notas é feita de acordo com o Calendário Acadêmico, disponível no site www.univille.br.

Outros detalhamentos da avaliação, como peso e periodicidade, serão especificados no Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA), elaborado por cada professor quando do início do período letivo.

Levando em conta essas premissas, a avaliação do desempenho dos estudantes acontece de diversas maneiras, entre elas: participação nas atividades propostas e contribuição por meio de questionamentos; produção de esquemas e mapas conceituais; produção de textos; coerência e criatividade na apresentação de ideias; habilidade no manuseio de materiais e equipamentos de laboratório; produção de sínteses e autoavaliações; realização de provas em diferentes modalidades; elaboração e apresentação de trabalhos, planejamento, projeto, execução e defesa do trabalho de conclusão de curso, seminários, além do desempenho da prática profissional durante os estágios, entre outros.

A competência é avaliada de acordo com sua natureza, dentro dos componentes curriculares já citados, onde conhecimento, habilidades e atitudes são

mensurados dentro do contexto de cada disciplina, direcionados ao atendimento do perfil profissiográfico do curso.

Considerando os princípios e o arcabouço regulatório da avaliação na Univille e considerando a proposição da construção de um currículo que tenha por base a formação por competências, as avaliações, nos diferentes componentes curriculares, devem abranger a análise do desenvolvimento cognitivo, da conquista ou do aprimoramento das habilidades profissionais, e da convergência entre as atitudes e valores pessoais com o padrão de referência corporativo. O desafio proposto é o de articular metodologias didático-pedagógicas capazes de integrar conhecimento, habilidades e atitudes/valores a um processo avaliativo focado na interpretação da trajetória individual de aprendizagem, cujo propósito é proporcionar um diagnóstico ao estudante e ao professor sobre o sucesso do componente curricular em contribuir com a formação discente das competências desejadas.

O curso de Farmácia tem uma experiência concreta de um processo de avaliação formativa, com a elaboração de portfólios de acompanhamento da aprendizagem, instituída há alguns anos nos estágios curriculares obrigatórios, por meio de uma plataforma eletrônica colaborativa, em que os estudantes descrevem as experiências vividas no treinamento profissional, refletem sobre suas práticas e a dos profissionais farmacêuticos supervisores locais, articulam essa prática ao referencial teórico disponíveis na área e interagem com os orientadores de estágio (docentes), em uma construção dialógica do aprimoramento da prática profissional. Em tempo real, os docentes acompanham os relatos discentes, interpretando sua produção textual e as evidências disponibilizadas pelos estudantes como expressão da aprendizagem e da formação de níveis das competências sob treinamento. A avaliação está articulada com o cenário de prática, com as atividades vivenciadas e com a ação dos profissionais supervisores, de forma que o processo avaliativo cumpre o papel pedagógico de informar os atores envolvidos sobre o estado da aprendizagem em questão.

3.15 Apoio ao discente

As condições de atendimento ao discente decorrem principalmente de um dos objetivos do Planejamento Estratégico da Univille: expandir o acesso e favorecer a permanência do estudante na Instituição de modo sustentável. Esse objetivo é desdobrado na estratégia relativa à dimensão Sustentabilidade, que diz respeito a facilitar o acesso e a permanência do estudante. É com tal finalidade estratégica que a Univille desenvolve ações, projetos e programas para o atendimento aos discentes, conforme descrito no PDI.

3.15.1 Central de Relacionamento com o Estudante

Responsável por promover ações que busquem o desenvolvimento contínuo de um ambiente que favoreça a melhoria da qualidade das relações entre os estudantes e a Instituição, além de oferecer oportunidades de desenvolvimento de habilidades e competências, de integração e de inserção profissional, visando ao sucesso acadêmico. Entre os serviços da CRE estão o atendimento pedagógico, psicológico, social, atividades de nivelamento (reforço em conteúdos de disciplinas exatas, língua portuguesa e química), divulgação de vagas, controle e acompanhamento dos vínculos de estágios, acompanhamento de estudantes com necessidades especiais e/ou deficiência, programas de bolsas de estudo, além de outros projetos a serem desenvolvidos em parcerias com as coordenações de cursos.

a) O atendimento psicológico é realizado por profissional habilitado e oferecido gratuitamente mediante agendamento prévio. Para as orientações individuais são realizadas de 3 a 5 sessões. São realizadas ainda orientações para grupos, palestras ou conversas em sala de aula, dependendo da demanda dos cursos.

b) O atendimento pedagógico tem como foco a orientação nos casos de dificuldades de adaptação aos estudos, metodologia das disciplinas, utilização do tempo, organização pessoal, entre outras necessidades apresentadas pelos estudantes e que influenciam no seu desempenho acadêmico. Os atendimentos também são realizados por profissional habilitado e de forma gratuita.

c) No caso do atendimento social, os estudantes podem solicitar contato com a profissional disponível na CRE para orientações financeiras, de bolsas de estudo, dificuldades de integração na IES e dificuldades na renovação da matrícula por falta de recursos.

d) As atividades de nivelamento têm objetivo de oportunizar aos estudantes a revisão e aprimoramento de conteúdos da Língua Portuguesa, Matemática, Física e Química com vistas a melhorar seu desempenho acadêmico na Universidade.

e) A CRE mantém relação direta com as empresas e estudantes interessados em divulgar/realizar estágio. Para os estágios não obrigatórios todas as empregas podem cadastrar suas vagas no Banco de Oportunidades Univille – BOU e todos os estudantes da Univille podem cadastrar seu currículo e se candidatar nas vagas divulgadas. A partir da definição do estagiário pela empresa, os documentos específicos são elaborados, assinados e mantidos sob guarda do setor para eventuais consultas. Além disso, a regularização do estágio obrigatório por meio da emissão do termo de compromisso para os estudantes em fase de final do curso também é realizada pela CRE.

f) O acompanhamento dos estudantes com necessidades especiais e/ou deficiência está previsto no Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PROINES). A partir da realização da matrícula, os estudantes são orientados a apresentar um laudo médico que ateste a sua situação em termos de necessidades especiais. A entrega do laudo legitima o estudante a receber os atendimentos necessários à sua permanência. Visando auxiliar os estudantes, a CRE realiza o mapeamento dos estudantes, informando aos cursos quais as necessidades

que apresentadas, sejam elas voltadas a acessibilidade arquitetônica ou a pedagógica. Por meio do PROINES, a CRE também viabiliza a contratação de intérprete de libras e monitores para acompanhar os estudantes em suas atividades, bem como realiza ações de sensibilização da comunidade acadêmica. O acompanhamento dos estudantes pelo PROINES é contínuo, durante o período em que estiverem na Instituição. Como forma de avançar em suas ações afirmativas, a CRE conta com o Laboratório de Acessibilidade – LABAS que está equipado com tecnologias assistivas como impressora a braile e computadores com sintetizador de voz para auxiliar acadêmicos com deficiência visual. Além disso, há um escâner que transforma imagem em textos.

g) Os programas de bolsas são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. A CRE é responsável por repassar as informações e orientações sobre esses programas e divulgar para a comunidade acadêmica por meio de folders e cartazes, bem como por e-mail e no Portal da Univille.

Os programas de bolsas de estudo que a Univille disponibiliza para os estudantes serão detalhadas num item mais à frente.

3.15.2 Central de Atendimento Acadêmico

A Central de Atendimento Acadêmico é composta pelas áreas do registro acadêmico e financeiro que contam com o apoio das equipes de atendimento presencial e telefônico.

Hierarquicamente a Pró-Reitoria de Ensino e a Diretoria Administrativa estão responsáveis pela Central de Atendimento Acadêmico que tem como missão prestar serviços de qualidade, atuando com profissionalismo e eficiência nas atividades desenvolvidas, prezando pela excelência no atendimento e satisfação da comunidade universitária.

A CAA responde pelo serviço de expediente, registro e controle acadêmico dos cursos de graduação da UNIVILLE. Gerencia e executa os processos de matrícula e rematrícula, mantém dados e documentos acerca do desenvolvimento das atividades dos cursos, analisa e controla as informações acadêmicas e financeiras dos discentes e confecciona documentos sobre a situação acadêmica e financeira dos estudantes.

Além disso, responde pelo planejamento, organização, coordenação, execução e controle das atividades financeiras, da administração do fluxo de caixa, das contas a pagar, das contas a receber, da cobrança, do cadastro, dos contratos de prestação de serviços educacionais e da administração dos recursos financeiros e patrimoniais da UNIVILLE. É responsável pelos processos ligados aos créditos estudantis: Pravaler e Credies e cadastro de bolsas de estudo.

A Central de Atendimento Acadêmico também busca a modernização dos processos e serviços oferecidos a comunidade acadêmica através da informatização, como: rematrícula online, agendamento online para solicitação de vaga, regularização financeira e matrícula de calouro. Fornece formulário online para solicitação de colação de grau especial e solicitação de diploma. Disponibiliza pelo aplicativo UNIVILLE a oportunidade de os acadêmicos solicitarem online os mesmos serviços oferecidos no presencial.

Todos os processos que a Central de Atendimento Acadêmico executa são pautados no Estatuto e Regimento da UNIVILLE, nas Resoluções e Instruções Normativas, nos Editais e Regulamentos Institucionais.

3.15.3 Programas de Bolsa de Estudo

Os programas de bolsas são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. Além disso, a Instituição mantém uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da concessão de bolsas de estudo. Conforme a legislação, a fiscalização do cumprimento dos critérios para a concessão, obtenção

e manutenção de bolsas de estudo caberá a uma comissão, criada no âmbito de cada instituição de ensino superior, constituída pelos membros a seguir relacionados, que elegerão, entre si, o seu presidente para mandato de um ano:

- dois representantes da Instituição de Ensino Superior, pela mesma indicados, para mandato de dois anos;
- três representantes da entidade representativa dos estudantes, pela mesma indicados, para mandato de um ano;
- um representante do Ministério Público Estadual, pelo mesmo indicado, para mandato de dois anos;
- dois representantes de entidades organizadas da sociedade civil, estabelecidas no município sede da respectiva Instituição de Ensino Superior, eleitos em foro civil específico, para mandato de dois anos; e
- um representante indicado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, com a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Regional.

As informações e orientações sobre os programas de bolsas de estudo são divulgadas na comunidade acadêmica por meio de folders e cartazes, bem como por e-mail e no Portal da UNIVILLE.

A Instituição mantém uma série de oportunidades de bolsas de estudo, conforme descrito a seguir:

I. Bolsas de estudo com base em análise socioeconômica

a) Programa de Bolsas de Estudo - Constituição do Estado de Santa Catarina (UNIEDU)

- O que é: o processo de bolsa de estudo que engloba bolsas com recursos do Artigo 170 e Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina e se destina a estudantes dos cursos de graduação da Univille. São bolsas a partir de 25% dependendo da condição socioeconômica apresentada e comprovada pelo estudante. Também apresenta a modalidade de Pesquisa

e Extensão se destina a estudantes dos cursos de graduação interessados em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de extensão na Univille.

- Contrapartida: o acadêmico contemplado deve ler atentamente o Edital, pois, para ter direito ao benefício ele deve participar de programas e projetos desenvolvidos pela UNIVILLE, apresentando um Termo de Adesão no início e um relatório de 20 horas a cada semestre, totalizando 40 horas.
- Quando solicitar: o prazo para estudantes solicitarem bolsa de estudo é especificado em Edital. Geralmente acontece no início de cada ano. Para participar os candidatos devem preencher um cadastro no site www.uniedu.sed.sc.gov.br e posteriormente preencher o cadastro no portal da UNIVILLE.
- Quem pode solicitar: estudantes matriculados nos cursos de graduação da Univille.
- Quem não pode solicitar: estudantes que já concluíram ensino superior ou que pagam menos que 50% do valor do curso (base utilizada: Edital de Matrícula e Encargos Financeiros), sem considerar as dependências.

b) Programa Universidade para Todos do Governo Federal (PROUNI):

- O que é: programa federal de bolsas para universitários.
- Quando solicitar: As inscrições para o PROUNI, programa federal de bolsas para universitários, poderão ser efetuadas no site do MEC: www.mec.gov.br em período específico.
- Quem pode solicitar: Para se inscrever no programa de concessão de bolsas, os candidatos devem ter realizado o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em ano anterior, não ter diploma de curso superior e, ainda, atender a um dos critérios:

- tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
- tenham cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;
- tenham cursado todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral na instituição privada;
- sejam portadores de deficiência;
- sejam professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e
- integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública.

O candidato deve ter obtido nota mínima de 400 no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O candidato também precisa ter nota superior a zero na redação do ENEM. Informações são obtidas na CAA ou por meio de formulário eletrônico no Portal do Ministério da Educação (www.mec.gov.br).

II. Bolsas de estudo por mérito

a) Programa institucional de bolsas de extensão (PIBEX)

- O que é: o programa de bolsa de extensão com recursos da Univille. Destina-se a estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado interessados em participar de programas ou projetos de extensão da UNIVILLE.
- Quando solicitar: pode ser solicitado no final do ano (aproximadamente em outubro). De acordo com a necessidade dos programas e projetos de extensão o professor coordenador do programa ou projeto pode realizar seleção para substituição a partir de entrevista durante o ano.

- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado da Univille.

b) Programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC):

- O que é: o programa de bolsa de pesquisa com recursos do FAP se destina a estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado interessados em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de pesquisa na Univille.

- Quando solicitar: pode ser solicitado no final do ano (aproximadamente em outubro). De acordo com a necessidade dos programas e projetos de pesquisa o professor coordenador do programa ou projeto pode realizar seleção para substituição a partir de entrevista durante o ano.

- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado da Univille.

c) Programa de bolsas de iniciação científica do CNPq (PIBIC/CNPq):

- O que é: o programa de bolsa de iniciação científica com recursos CNPq.

- Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma do CNPq.

- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação.

d) Programa de bolsas de iniciação tecnológica do CNPq (PIBITI/CNPq):

- O que é: o programa de bolsa de iniciação tecnológica com recursos CNPq.

- Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma do CNPq.

- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação.

3.15.4 Crédito universitário

Além dos programas de bolsas, os estudantes podem contar com modalidades de crédito para seus estudos:

a) CredIES - Fundacred

- O que é: é um crédito universitário que permite o pagamento de apenas parte da mensalidade à instituição enquanto estuda. A restituição inicia-se após a data prevista para a formatura e é feita diretamente à Fundacred.
- Quando solicitar: estudantes podem contratar o crédito a qualquer momento do ano. No caso daqueles que ainda não estudam, é possível fazer uma consulta de pré-aprovarão antes de estarem matriculados ou dos vestibulares, pois o preenchimento da proposta é sem compromisso. As informações são obtidas no portal www.fundacred.org.br.
- Quem pode solicitar: estudantes veteranos e ingressantes matriculados nos cursos de graduação da UNIVILLE, condicionados aos critérios e limites estabelecidos pela Instituição.

b) PRAVALER

- O que é: o PRAVALER é um programa de crédito universitário privado que permite aos estudantes de graduação e de pós-graduação pagar seus estudos ao longo do tempo, de uma maneira mais leve.
- Quando solicitar: estudantes podem contratar o programa a qualquer momento do ano. No caso daqueles que ainda não estudam, é possível fazer

uma consulta de pré-aprovarão antes de estarem matriculados ou dos vestibulares, pois o preenchimento da proposta é sem compromisso. As informações são obtidas no portal www.creditouniversitario.com.br.

- Quem pode solicitar: estudantes veteranos e ingressantes matriculados nos cursos de graduação da UNIVILLE.

3.15.5 Assessoria Internacional

A Univille criou a Assessoria Internacional com a missão de promover para estudantes e professores da Univille programas e projetos de internacionalização curricular (UNIVILLE, 2010).

O público-alvo da Assessoria Internacional são os estudantes e professores, compreendendo, consequentemente, coordenadores de curso nos processos. Esta assessoria está subordinada à Reitoria e é composta por um assessor com conhecimentos e vivência nas áreas da internacionalização e mobilidade e por técnicos administrativos responsáveis pela operacionalização das ações de mobilidade acadêmica.

O curso de Farmácia tem incentivado a participação de seus discentes em programas de intercâmbio ofertados pela Universidade. As ações efetivas passam pela socialização dos editais de intercâmbio, apoio dos discentes que têm interesse em participar dos programas por meio da elaboração dos documentos necessários para inscrição, acompanhamento do aluno durante todo o intercâmbio e socialização das experiências dos discentes participantes nos eventos realizados pelo curso.

3.15.6 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa dos acadêmicos da Univille, cuja eleição se dá pelo voto direto dos alunos. O DCE é entidade autônoma, possui estatuto próprio e organiza atividades sociais, culturais, políticas e esportivas voltadas à comunidade estudantil. O DCE tem direito a voz e voto nos conselhos superiores da Furj/Univille, conforme o disposto nas regulamentações institucionais.

De acordo com os estatutos e regimentos da Furj/Univille, a representação estudantil compõe 30% do colegiado dos cursos. Anualmente as turmas indicam um representante de classe e um vice-representante de classe dentre os estudantes regularmente matriculados na turma. Esses estudantes participam das reuniões do colegiado do curso com direito a voto. Além disso, a coordenação realiza entrevistas e reuniões com os representantes e vice-representantes com vistas a obter informações sobre o andamento das atividades curriculares e informar as turmas sobre assuntos pertinentes à vida acadêmica.

3.15.7 Coordenação ou área

A coordenação do curso de graduação é o órgão executivo que coordena as atividades do curso de graduação. Suas ações incluem planejamento, organização, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Para tanto, deve considerar a integração com os demais cursos do Comitê de Área e com a Instituição e estar em consonância com a legislação educacional, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e as regulamentações institucionais.

A Instituição está promovendo a integração dos cursos por áreas, com vistas a propiciar ações de melhoria contínua da qualidade. Cada área dispõe de atendimento aos estudantes por meio de uma equipe de auxiliares de ensino.

As coordenações de curso realizam o atendimento a estudantes e grupos de estudantes. As demandas individuais e de grupo são analisadas e encaminhadas aos setores competentes. As situações relativas à gestão didático-pedagógica são discutidas e os encaminhamentos são realizados por meio de reuniões administrativas e pedagógicas com o colegiado, o Núcleo Docente Estruturante, os professores de determinada turma ou ainda com os professores de forma individual. As decisões e as ações são balizadas pela legislação interna e externa, pelo Projeto Pedagógico do Curso e pela busca da melhoria contínua da qualidade e da sustentabilidade do curso.

O Projeto Saneantes realizou o primeiro teste piloto com um TCC, no ano de 2002, com acadêmicas do curso de Farmácia e desde a sua implantação, em 2004, fornece material de limpeza/higiene de uso geral para as instalações do *Campus* Univille, do *Campus* São Bento do Sul e mais recentemente para as unidades de São Francisco do Sul, Centro, Cepa Rugendas e Vila da Glória. As atividades desse projeto ocorrem no Laboratório de Tecnologia Farmacêutica, sob a responsabilidade de docentes farmacêuticos do curso. Dois estagiários, acadêmicos do curso de Farmácia, atuam nas atividades de produção e de controle de qualidade, o que possibilita inserir o aluno precocemente em um dos campos de atuação do profissional farmacêutico.

A Farmácia-Escola do SUS, uma parceria entre o Curso de Farmácia da Univille e a Secretaria Municipal de Saúde de Joinville, tem por objetivo promover a educação farmacêutica nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão aos graduandos do curso de Farmácia. Trata-se do ambiente de dispensação dos medicamentos do componente especializado e do espaço de realização do ECO. Também comporta o estágio não obrigatório supervisionado e é campo para atividades de extensão, ensino e pesquisa.

As supervisões acadêmicas dos alunos são de responsabilidade dos professores farmacêuticos e contam também com o apoio de dois farmacêuticos em período integral. As supervisões visam fazer com que os alunos consigam aplicar a

teoria aprendida na fase de estudos, além de promover reflexões sobre a prática e o aprofundamento teórico acerca de assuntos pertinentes à profissão farmacêutica, à ética profissional, à saúde pública e ao funcionamento do SUS.

O curso, em consonância com a Instituição, incentiva a participação dos acadêmicos de Farmácia no Programa Ciência sem Fronteiras do MCTI e do MEC. Seguem os projetos e as universidades onde eles foram desenvolvidos:

- Isolamento e Sequenciamento da Enzima Ketosteroid Isomerase de *Digitalis lanata*, sob a orientação do professor doutor Wolfgang Kreis e coorientação da pesquisadora doutora Nadine Meitinger, na Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg (Alemanha);
- Synthesis and Kinetic Studies of Indoline Nitrones for Bioorthogonal Click Chemistry, sob supervisão do doutor John-Paul Pezacki, na University of Ottawa (Canadá).

3.15.8 Outros serviços oferecidos

Os estudantes dos cursos de graduação da Univille também têm acesso a outros serviços, conforme discriminado no quadro a seguir:

Quadro 5 – Serviços disponibilizados aos estudantes

Outros serviços disponibilizados aos estudantes	Descrição

Serviço de Psicologia	Os serviços oferecidos pelo Serviço de Psicologia (SPsi) da Univille compreendem: • serviço de atendimento clínico psicológico; • serviço de psicologia educacional; • serviço de psicologia organizacional e do trabalho; • programas e projetos nas diversas áreas de aplicação da Psicologia. O SPsi tem como público-alvo as comunidades interna e externa da Univille. Dispõe de um psicólogo responsável e conta com uma equipe formada pelos professores e estudantes da 5.ª série do curso de Psicologia da Univille.
Ouvidoria	É um serviço de atendimento à comunidade interna e externa com atribuições de ouvir, registrar, acompanhar e encaminhar críticas e sugestões, em busca de uma solução. É uma forma acessível e direta, sem burocracia, à disposição da comunidade geral e universitária.
Centro de Atividades Físicas	É um programa de extensão institucional que tem por objetivo propiciar aos estudantes da Univille e à comunidade em geral a oportunidade de participar de atividades físicas e recreativas que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional, valorizando o bem-estar físico e mental e a promoção da saúde e da qualidade de vida. Conta com uma infraestrutura que inclui piscina, academia de musculação, tatame, sala de ginástica, pista de atletismo. O CAF oferece turmas regulares em diversas modalidades esportivas e de saúde, incluindo musculação, ginástica e natação.
Serviços de reprografia	O *Campus* Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada. Essa estrutura é composta por: 1) centro de reprografia: localizado no Bloco B, que oferece serviços de fotocópia e encadernação nos turnos matutino, vespertino e noturno; 2) áreas de fotocópias: uma localizada no Bloco E, próximo do CAF, e outra no prédio da Biblioteca Central, as quais fornecem serviço de fotocópia nos três turnos. O *Campus* São Bento do Sul e as demais unidades da Univille também contam com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada.

Serviços de alimentação	O *Campus* Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de empresas terceirizadas. Essa estrutura é composta por: 1 restaurante, localizado ao lado da pista de atletismo, que oferece refeições no almoço e no jantar, bem como serviço de cafeteria nos turnos matutino, vespertino (a partir das 16h) e noturno; 3 lanchonetes, uma localizada no Bloco C, outra no Bloco E e uma no Bloco D. Os estabelecimentos fornecem serviço de lanchonete e cafeteria e funcionam nos três turnos. O *Campus* São Bento do Sul também conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de uma lanchonete localizada no prédio principal do *campus*.
Serviços médicos e odontológicos	A instituição mantém convênio com empresa de atendimento de emergência que disponibiliza ambulância e atendimento de paramédicos quando da ocorrência de situações graves e de encaminhamento a hospitais. O serviço de emergência prevê o atendimento em todos os *campi* e unidades da Univille. As clínicas odontológicas do curso de Odontologia funcionam no Bloco C do *Campus* Joinville e atendem a comunidade em sistema de agendamento de consultas. Os estudantes da Univille podem utilizar os serviços mediante triagem realizada pela coordenação das clínicas odontológicas.
Serviços assessoramento jurídico	Os cursos de Ciências Jurídicas da Univille, em Joinville e São Bento do Sul, mantêm escritórios de práticas jurídicas nos respectivos *campi*. Os escritórios atendem a comunidade em sistema de agendamento, e os estudantes da Univille utilizam os serviços mediante triagem realizada pelas coordenações dos escritórios.

Fonte: PDI Univille (2017)

3.16 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa

A Política de Avaliação Institucional da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam os processos de autoavaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade e a gestão da participação da Instituição nos processos de avaliação externa promovidos pelos órgãos governamentais de avaliação, regulação e supervisão da educação.

Tal política considera os seguintes macroprocessos:

a) Monitoramento do IGC;

b) Autoavaliação institucional;

c) Gestão da avaliação externa institucional;

d) **Gestão da autoavaliação de curso de graduação**

e) **Gestão da avaliação externa de curso de graduação;**

f) Gestão da autoavaliação de programas e cursos de pós-graduação;

g) Gestão da avaliação externa de programas e cursos de pós-graduação;

h) Avaliação contínua do desempenho docente;

i) **Gestão da participação e dos resultados do Enade.**

As diretrizes gerais a serem observadas nos macroprocessos da Avaliação Institucional: integração com ensino, pesquisa e extensão; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; representatividade e participação; qualidade; transparência; legalidade; acompanhamento; comunicação; imparcialidade; equidade; melhoria contínua.

A **gestão da autoavaliação de curso de graduação** tem por objetivo obter nas coordenações dos cursos de graduação um relatório que sintetize os resultados do processo de autoavaliação do curso. Esse relatório visa promover a reflexão e discussão sobre a qualidade percebida e identificada pelos instrumentos de avaliação, bem como estimular o NDE a analisar os resultados e propor ações que visam a melhoria do curso. Essas ações devem ser apresentadas no Relatório de Autoavaliação do curso o qual subsidia a gestão do curso e também alimenta o processo de autoavaliação institucional de responsabilidade da CPA.

A **gestão da avaliação externa de curso** de graduação tem por objetivo viabilizar as providências necessárias para a realização do processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso de graduação. A PróReitoria de Ensino - PROEN é responsável pelo processo, e a sua operacionalização cabe as coordenações de cursos de graduação, com o assessoramento da PROEN. O processo abrange definição, planejamento, execução e acompanhamento das providências necessárias para o reconhecimento e a

renovação do reconhecimento dos cursos, o que engloba a articulação com demais instâncias institucionais considerando a legislação e os instrumentos de avaliação vigentes. Inicialmente é realizada a adequação do PPC, o qual deve ser discutido e aprovado no colegiado e nos conselhos. Em seguida, o PPC é postado no sistema e-MEC e, no caso de ter diligências estas devem respondidas, aguardado o despacho saneador e agendamento das visitas in loco. A partir do agendamento da visita, ocorre a preparação dos documentos solicitados pela comissão bem como a preparação para a reunião com os dirigentes, CPA, docentes, membros do NDE e discentes. Ao finalizar a visita, recebe-se a devolutiva e realiza-se a avaliação dos avaliadores. A partir do recebimento do relatório da avaliação in loco, este é encaminhando à PROEN, à gestão institucional, ao coordenador do curso e à assessoria de planejamento e avaliação institucional, os quais avaliam e decidem pela homologação ou impugnação do relatório. O NDE e colegiado do curso avaliam os dados do relatório e realizam a autoavaliação e preparam um plano de ação de melhorias, o qual é encaminhada a CPA. A PROEN monitora a divulgação da portaria de renovação ou reconhecimento do curso.

Observe-se que a atual legislação baseia a renovação do reconhecimento nos resultados obtidos no ciclo avaliativo trienal, considerando que os cursos com CPC inferior a 3 devem obrigatoriamente protocolar avaliação *in loco*, e os que alcançaram CPC igual ou superior a 3 podem solicitar a confirmação do conceito, ficando dispensados da visita de avaliação *in loco*.

A gestão institucional criou o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) que é um processo de autodesenvolvimento e integra as ações do PEI/PDI (Planejamento Estratégico Institucional/Programa de Desenvolvimento Institucional). Tem como objetivo contribuir para a profissionalização da gestão e formação de novas lideranças.

Segue a relação dos encontros realizados nos últimos três anos, todos com duração de três horas:

04/02/2016 - Projeto Pedagógico de Curso e Reconhecimento e Renovação de reconhecimento de Curso

18/02/2016 - Metodologias Ativas e Implantação do Modelo de Ensino

15/03/2016 - Ambiente Interno e Externo: análise SWOT

16/03/2016- Ambiente Interno e Externo: SWOT cruzada

17/03/2016 - Definição dos objetivos estratégicos

05/05/2016 - Definição dos objetivos estratégicos

15/05/2016 - Planejamento Orçamentário

02/06/2016 - Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

16/06/2016 - Concepção Estratégica: Missão, Visão, Valores e Objetivos estratégicos

08/09/2016 - Concepção Estratégica: Missão, Visão, Valores e Objetivos estratégicos

22/09/2016 - Revisão das Políticas Institucionais

02/02/2017 - Papel estratégico da coordenação de curso;

16/03/2017 - Implementação das Estratégias

25/05/2017 - Gestão estratégica de questões legais e gestão estratégica por indicadores;

24/08/2017 - Workshop para Recredenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos cursos de graduação;

26/10/2017 - Implementação das Estratégias - Definição de metas e indicadores;

08/02/2018 – Gestão do Projeto Pedagógico: os papéis dos Colegiados, da Coordenação e do Núcleo Docente Estruturante – NDE;

15/02/2018 - Gestão da Avaliação Externa e da autoavaliação dos cursos.

Durante o primeiro encontro de 2018 foram realizadas dinâmicas em grupo, tendo como desafio problemas do cotidiano da gestão. A ideia era estimular os participantes a apontar soluções para as questões, fazendo uma conexão com temas relacionados a indicadores e instrumentos da gestão institucional e aos objetivos estratégicos estabelecidos no PEI/PDI.

O encontro do dia 15 de fevereiro teve como tema a gestão da avaliação externa e da autoavaliação de cursos, com destaque para o processo de migração.

Quanto a gestão da participação no Enade, a PROEN, os coordenadores dos cursos e a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional fazem o acompanhamento da inscrição do acadêmico e auxiliam no preenchimento dos quesitos quanto as necessidades especiais na realização da prova. Ainda se faz o monitoramento quanto ao local de prova e dos alunos que não compareceram a fim de acompanhar os pedidos de dispensas. Quanto a gestão dos resultados do Enade, de posse dos relatórios sínteses e relatórios de cursos, a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional produz um relatório de curso que são disponibilizados aos coordenadores, membros do NDE e colegiados para que possam realizar a autoavaliação do curso. Ainda, a cada ano, a Gestão Institucional, através da Assessoria de Planejamento e Avaliação institucional, realiza encontros com os coordenadores e NDE’s para discutir e planejar o plano de ação para a melhoria do desempenho do curso. São considerados para condução desse processo a análise dos seguintes documentos: o relatório síntese e de curso do ENADE; o relatório de avaliação externa do curso feita pelo MEC; a autoavaliação institucional, neste item considerando principalmente a avaliação contínua de desempenho docente; registros de reuniões realizadas com professores e estudantes. Após a conclusão deste processo, o NDE estrutura um relatório de autoavaliação e um plano de ação com o propósito de implementar ações necessárias para a melhoria contínua da qualidade do curso. Esse relatório e o plano de ação devem ser encaminhados a CPA que, através do relatório de autoavaliação institucional divulga para a comunidade acadêmica para que esses se apropriem das

ações necessárias para essa melhoria e assim contribuam para isso dentro da função que cada um exerce.

O NDE do curso de Farmácia realiza no início dos trabalhos anuais, uma reunião de planejamento pedagógico e administrativo, em que são analisadas e discutidas ações do ano anterior. Estas discussões embasam o planejamento para o ano vigente. Questões pedagógicas, planejamento administrativo-financeiro do curso e possíveis alterações de curso são debatidos e definidos pelo colegiado. Nestas reuniões de planejamento são avaliadas as ações pedagógicas para o ENADE e sua repercussão prática no desempenho dos alunos.

No final de 2017 foi publicada a nota do ENADE de 2016 em que o curso de Farmácia da Univille obteve nota 4 (quatro) na prova ENADE e 3 (três) no CPC. Ações efetivas de recuperação de conteúdos, autoconhecimento, aumento da confiaça pessoal, espírito de grupo e uma definição clara da importância das notas para o futuro egresso e para a universidade são exemplos de políticas pedagógicas adotadas pela Coordenação do Curso, NDE e o corpo docente. A comissão do ENADE está vinculada ao NDE e as decisões são participativas e abertas a todos docentes. Reuniões de avaliação de desempenho interno são marcadas onde os alunos podem opinar sobre os rumos que estão tomando estas ações e sugerir melhorias ou modificações.

O processo de avaliação docente possibilita uma visão do desempenho dos professores na percepção dos alunos. Esta avaliação, realizada anualmente, possibilita ao professor medir seu desempenho em sala de aula e corrigir rumos para o ano seguinte. A Univille oferece cursos de capacitação docente concentrados em fevereiro e julho, como também curso regular durante o ano com módulos mensais de apoio pedagógico, além das atividades on line. O professor que não alcançar média 7,0 validada deverá, com auxílio do Núcleo de Capacitação Docente, elaborar programa de desenvolvimento pedagógico visando melhorar seu desempenho em sala de aula.

O centro acadêmico e representantes de sala, mantém um estreito

relacionamento com a Coordenação do curso. Reuniões são agendadas para a resolução de problemas do dia a dia em sala de aula, o que possibilita a intervenção administrativa ou pedagógica da Coordenação do curso, amparada em discussão prévia com o corpo discente.

3.17 Atividades de tutoria

O Estatuto, o Regimento, o PDI 2017-2021 e a Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) n. 04/16 da Univille preveem que todos os cursos presenciais de graduação ofertem até 20% da carga horária total do curso por meio de disciplinas em que se incluam métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos. Este aspecto da organização didático-pedagógica dos cursos de graduação presenciais da Univille está em conformidade com a Portaria Ministerial nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Na Univille, a oferta de tais disciplinas/componentes curriculares é denominada de “modalidade semipresencial”. A implantação da “modalidade semipresencial” na Univille é um dos projetos do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), incluído no PDI 2017-2021 e aprovado pelo Conselho Universitário. A execução do projeto estratégico de implantação da “modalidade semipresencial” teve início em 2017, sendo coordenada pela UnEaD e supervisionada pela Pró-Reitoria de Ensino. A implantação segue o “Plano de Gestão da Modalidade Semipresencial” e está sendo realizada de forma gradual, isto é, em 2017 foram implantadas as disciplinas semipresenciais das 1as séries, em 2018 as das 2ª séries, e assim sucessivamente.

O “modelo institucional para a modalidade semipresencial” na Univille prevê disciplinas semipresenciais onde o percentual de carga horária presencial e o percentual de carga horária online é previsto no Projeto Pedagógico do Curso, havendo a possibilidade de disciplinas com carga online de 100%, 50% e 25%. Em todas as disciplinas semipresenciais há um docente que planeja, ministra as aulas e

realiza as avaliações dos discentes. Este docente é credenciado e selecionado para lecionar a disciplina levando em conta sua formação, experiência, titulação e outros requisitos previstos nas regulamentações internas. Além disso, o docente participa de uma formação inicial para o ensino semipresencial de 40 horas e de formação continuada de no mínimo 20 horas a cada dois anos dentro do Programa de Profissionalização Docente gerido pelo Centro de Inovação Pedagógica da Univille.

A equipe da UnEaD proporciona o assessoramento pedagógico e tecnológico para o docente desde o planejamento até o encerramento da disciplina. O docente e a equipe da UnEaD elaboram o Plano de Ensino, o Cronograma e os materiais didáticos (vídeos, podcasts, apresentações narradas, referências no acervo físico da Biblioteca Universitária, no acervo digital da Biblioteca Virtual e nas bases de periódicos disponíveis na Universidade e na WEB) e as atividades (fóruns, trabalhos, enquetes, questionários online) a serem disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem. O cronograma indica os prazos de entrega das atividades online e as datas dos encontros presenciais, sendo obrigatório, mesmo em disciplinas 100% online, que ocorram pelo menos dois encontros presenciais a cada bimestre, sendo um deles reservado para uma avaliação bimestral presencial. O “modelo institucional para a modalidade semipresencial” prevê disciplinas semipresenciais institucionais, disciplinas semipresenciais compartilhadas e disciplinas semipresenciais específicas do curso. As disciplinas semipresenciais institucionais são aquelas ministradas em todos os cursos da Univille e atualmente a única que está sendo ofertada nesta categoria é “Metodologia da Pesquisa”. As disciplinas semipresenciais compartilhadas são aquelas ofertadas em pelo menos dois cursos. Nestas duas primeiras categorias, conforme o número de estudantes matriculados, são criadas turmas com até 70 alunos, sendo que sempre haverá um docente e pelos menos um tutor (lotado na UnEaD) para cada grupo de 50 estudantes que exceda os 50 iniciais. Nas situações em que a turma não excede 50 alunos, o docente também desempenha as atividades de tutoria, considerando que se trata de um número de alunos semelhante ao que se tem em disciplinas presenciais; o professor participa

de uma formação para o ensino semipresencial; e o docente conta com o assessoramento pedagógico e tecnológico da UnEaD.

Conforme a Resolução ConsUn 04/16, há dois tipos de tutoria:

I – Tutoria a distância: quando realizada por meio do ambiente virtual de aprendizagem ou outras ferramentas de tecnologia da comunicação e informação, mediando o processo pedagógico com estudantes geograficamente distantes;

II – Tutoria presencial: quando realizada presencialmente na Instituição, em horários pré-estabelecidos em que os estudantes participam de atividades presenciais.

Observe-se que no horário semanal de aulas da turma, há a previsão do horário das atividades da disciplina semipresencial. Considerando o cronograma da disciplina, neste horário semanal o professor realiza as atividades presenciais e, nos dias em que há atividades online, o docente desenvolve a tutoria online contando com a infraestrutura da Universidade, em especial a sala de tutoria da UnEaD. Nas disciplinas em que além do docente há tutores, a tutoria online também será desenvolvida pelos tutores no horário previsto semanalmente para a disciplina, na sala de tutoria da UnEaD. Os tutores contratados pela Univille dispõem de formação na área das disciplinas em que irão atuar e com no mínimo pós-graduação. Além disso, os tutores participam de formação básica de 40 horas antes de iniciarem sua atuação. A cada dois anos, eles também deverão participar de formação continuada de, no mínimo, 20 horas, dentro do Programa de Profissionalização Docente, oferecido pelo Centro de Inovação Pedagógica da Univille (CIP).

No âmbito de cada disciplina, a Assessoria de Planejamento e Avaliação e a UnEaD realizam a avaliação anual das disciplinas semipresenciais aplicando junto aos estudantes e professores um formulário em que são avaliados o desempenho docente, o material didático, a infraestrutura e a tutoria. Os resultados foram analisados pela Pró-Reitoria de Ensino e pela UnEaD propiciando subsídios para o aperfeiçoamento da oferta do semipresencial nas disciplinas implantadas e naquelas previstas para 2018. Além disso, há o acompanhamento continuo das disciplinas por

parte da UnEaD, por meio de reuniões com as turmas, professores e coordenadores de curso, com o intuito de monitorar a implantação da modalidade e atuar na melhoria da infraestrutura, em especial a de Tecnologia da Informação e do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

No que diz respeito ao curso de Farmácia, a modalidade semipresencial passou a ser ofertada em 2017. Nesta matriz, os componentes curriculares serão:

2º semestre:

Desenvolvimento de Pesquisa em Farmácia, 36 h/a, 22,22% semipresencial, professor Luciano Henrique Pinto, Mestre.

Homeopatia, 36 h/a, 22,22% semipresencial, professora Vivia Buzzi, Mestre.

3º semestre:

Assistência Farmacêutica I, 36 h/a, 50% semipresencial, professor Luciano Soares, Doutor.

Química Farmacêutica II, 54 h/a, 50% semipresencial, professor Luciano Henrique Pinto, Mestre.

4º semestre:

Assistência Farmacêutica II, 36 h/a, 50% semipresencial, professor Luciano Soares, Doutor.

6º semestre:

Farmacologia Clínica III, 72 h/a, 25% semipresencial, professor Eduardo Manoel Pereira, Mestre.

7º semestre:

Tecnologia Farmacêutica I: 72 h/a, 11,11% semipresencial, professora Melissa Zétola, Mestre.

Dispensação Farmacêutica II, 54 h/a, 27,78% semipresencial, professora Januária Pereira Ramos Wiese, Mestre.

8º semestre:

Cuidado Farmacêutico I, 54 h/a, 22,22% semipresencial, professor Luciano Henrique Pinto, Mestre.

Tecnologia Farmacêutica II: 72 h/a, 11,11% semipresencial, professora Melissa Zétola, Mestre.

No caso específico do Curso de Farmácia, os tutores não atuam, pois as disciplinas são totalmente trabalhadas pelo professor da disciplina que nos momentos das atividades a distância, também atuam neste componente como tutor.

No entanto, há dois tutores em atuação na Univille e todos possuem formação de graduação e pós-graduação condizente com a sua área de trabalho pedagógico, conforme demonstrado abaixo:

- Nome completo: FABIANA RAMOS DA CRUZ CARDOZO, Data de admissão: 20/02/2017, Função: TUTOR I, Formação: MESTRADO COMPLETO em Educação.
- Nome completo: AISLAN DENIS LEITE, Data de admissão: 20/02/2017, Função: TUTOR I, Formação: ENSINO SUPERIOR COMPLETO - Bacharel em Comércio Exterior.

3.18 Conhecimento, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

O curso de Farmácia não possui tutores, mas institucionalmente existe um programa de capacitação, formação e avaliação dos mesmos.

Os tutores da Univille apoiam alunos e professores em atividades de ensino e aprendizagem que ocorrem *online* ou presencialmente, durante o desenvolvimento curricular das disciplinas. Tais profissionais são considerados estratégicos para a

aproximação pedagógica entre estudantes e docentes, uma vez que, em seus trabalhos, geram conexões e interatividade, facilitam a obtenção de informações, monitoram, mediam, orientam e contribuem para o bom andamento dos trabalhos/atividades realizados nas disciplinas.

Os tutores da Univille contam com aprofundado conhecimento em tecnologias digitais, possuindo habilidades não apenas para gerenciar as ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Instituição (AVA), mas também para operar e orientar professores e estudantes em relação ao funcionamento de repositórios digitais que abrigam livros e artigos *online* (Scielo, EBSCO, etc.), além de redes sociais voltadas ao compartilhamento de conteúdos audiovisuais (YouTube, Vimeo, entre outras).

Um ponto a ser destacado é que a equipe de gestão da UnEaD realiza reuniões periódicas com os tutores com a intenção de monitorar suas necessidades de aprendizagem, bem como de atividades de formação profissional. Também nessa direção cumpre dizer que, ao longo de 2018, os tutores passarão por Avaliação de Desempenho, por meio de um instrumento avaliativo padronizado, que será respondido pelos alunos das disciplinas que eles monitoram. Os resultados dessa avaliação, somados à sistematização das discussões daquelas reuniões, serão utilizados para direcionar novas necessidades de formação continuada a serem ofertadas aos tutores da Univille.

De maneira pontual, na Univille, os tutores desempenham suas atividades profissionais conforme apresentado a seguir. Tais atribuições encontram-se registradas em diferentes documentos institucionais, em especial na Resolução 04/16/CONSUN e no Plano de Gestão da Educação a Distância da Univille.

Atribuições dos tutores da Univille**:** Monitorar os acessos ao AVA feitos pelos estudantes; Monitorar a realização das atividades obrigatórias pelos estudantes, considerando os prazos previstos no cronograma; Monitorar a realização das avaliações *online* de aprendizagem pelos estudantes, considerando os prazos previstos no cronograma; Verificar a realização de correção das avaliações de

aprendizagem, realizadas *online* pelos estudantes (via AVA); Esclarecer dúvidas pontuais dos estudantes a respeito do lançamento efetuado pelos docentes das notas de avaliações *online* efetuadas pelos estudantes (AVA); Manter contato com os estudantes ao longo das semanas para incentivar a realização das atividades e avaliações *online* de aprendizagem considerando os prazos previstos no cronograma; Manter contato com os estudantes ao longo das semanas para que, no caso de não realizarem as atividades e avaliações *online* de aprendizagem, sejam orientados a realizarem tais atividades e avaliações substitutivas ou em segunda chamada; Monitorar o desempenho dos estudantes verificando os acessos que fazem ao ambiente, a realização das atividades e os resultados que eles obtêm nas avaliações *online* para identificar indícios de dificuldades dos alunos; Manter contato com os estudantes que apresentam indícios de dificuldades para promover atividades de reforço e recuperação; Manter contato com os estudantes que não realizaram a avaliação presencial de aprendizagem para que realizem a segunda chamada; Manter contato com os estudantes que não realizaram a avaliação da disciplina dentro do prazo para orientá-los a realizarem; Encaminhar e monitorar a solicitação de solução de problemas no AVA e nas TICs junto à UnEaD; Contribuir para a aplicação da avaliação presencial de aprendizagem na Univille.

É importante ressaltar que a tutoria das atividades de ensino aprendizagem realizadas no ambiente virtual de aprendizagem é realizada pelo professor da respectiva disciplina semipresencial. Portanto, mesmo com a implantação do semipresencial nos cursos de graduação da Univille, os professores continuaram com as disciplinas.

A tutoria segue o Modelo Institucional Semipresencial desenvolvido pela Unidade de Educação a Distância e só tem tutor atuando na disciplina que foi definida como institucional “Metodologia da Pesquisa” e ainda quando as turmas apresentam aproximadamente 70 (setenta) alunos matriculados. É importante ressaltar que, desde o ano de implantação do semipresencial na Univille (2017), apenas uma turma ultrapassou o número de aproximadamente 70 (setenta) estudantes. Todas as demais que possuem tutor ficaram abaixo desse número. E mesmo nesta disciplina

há o tutor e o professor que recebe a integralidade desta disciplina, para de fato fazer deste componente uma inovação dentro do curso.

O tutor vem atuando na disciplina de Metodologia da Pesquisa (72 h/a), pois a totalidade de sua carga horária é semipresencial. Já em outras, que apenas parte da sua carga horária é semipresencial (por exemplo, 25% e 50%), o professor atende na integralidade da disciplina, ou seja, nesses casos não há tutor. O professor responde pela integralidade da disciplina, tanto a parte que é presencial como a parte que é semipresencial. Ou seja, quando a disciplina é no ambiente virtual de aprendizagem o professor responde por esse atendimento. O professor neste caso deve fazer o curso de “Formação Básica em EaD”, de 40h. A cada dois anos o professor deve fazer mais 10 horas desta formação.

A partir do início do processo de implantação do semipresencial, em 2017, uma comissão composta por membros do Centro de Inovação Pedagógica, da Pró-Reitoria de Ensino e da Assessoria de Avaliação e Planejamento Institucional passou a se reunir para estruturar uma ferramenta de avaliação do desempenho dos tutores. Os resultados dessa avaliação, entre outras coisas, servirão para identificar as necessidades de capacitação/formação dos tutores. Tal instrumento já está finalizado e, em 2018, os estudantes de turmas que contam com o apoio de tutoria realizarão a referida avaliação. Após isso, os dados serão compilados e sistematizados pelo setor de Avaliação Institucional da Univille que, por sua vez, repassará o consolidado para as equipes do CP, PROEN e UnEaD. A partir desse momento, tais equipes poderão formatar ações de formação que serão especificamente voltadas para os tutores da Univille (workshops, seminários, entre outras atividades de formação *on the job*-em serviço).

Os professores que, em algumas disciplinas, desempenham o papel de tutoria, já que respondem integralmente pelas mesmas, são avaliados periodicamente por intermédio da Avaliação Contínua do Desempenho Docente, que tem por objetivo oferecer dados referentes ao desempenho docente com base na percepção do

estudante e, com isso, estimular a reflexão do professor sobre sua atuação, incentivando-o a avançar no seu desenvolvimento profissional.

A Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais é responsável pela promoção anual da coleta e análise de dados, bem como pela emissão de relatórios que são encaminhados ao professor, ao coordenador de curso e à Reitoria. Com base nos resultados, o Centro de Inovação Pedagógica e as coordenações desenvolvem ações relativas ao Programa de Profissionalização Docente.

As questões integrantes dessa avaliação fazem referência às competências docentes previstas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Considera-se que os resultados obtidos por meio do instrumento se revelam úteis para que os professores revisem suas práticas docentes, adotem novas estratégias, avaliem seu relacionamento com as turmas e atentem para a profissionalização permanente. Os resultados também constituem subsídio para que Reitoria, Pró-Reitorias, coordenações de cursos tenham mais elementos para gerir as atividades acadêmicas.

3.19 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino e aprendizagem na Universidade aponta para um paradigma de educação que privilegia o papel central do estudante e a mediação e facilitação pelo professor. Essa proposta contempla o emprego de materiais didático-pedagógicos e tecnologia educacional que inclui recursos oferecidos pela tecnologia de informação e comunicação (TIC).

A Univille disponibiliza aos estudantes e profissionais da educação uma infraestrutura de TIC composta por servidores que hospedam os sistemas de informação da Instituição, redes de computadores no âmbito da Universidade, laboratórios de informática e conexão à internet/web por meio de cabo e wi-fi,

atualmente instalados em todas as salas de aula. A Universidade mantém contratos com empresas terceirizadas que fornecem serviços de tecnologia da informação. Além disso, convênios propiciam parcerias entre a Instituição e empresas com vistas a disponibilizar materiais e tecnologias a serem utilizados por docentes e estudantes no desenvolvimento das atividades acadêmicas. Adicionalmente é ofertado suporte aos usuários dos sistemas e das tecnologias por e-mail ou presencialmente.

A Univille mantém um portal acadêmico na internet (www.univille.br). Todos os estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo dispõem de uma conta de e-mail no domínio univille.br, bem como usuário e senha de acesso ao portal e às redes internas de computadores da Instituição. O acesso ao portal é customizado de acordo com o perfil do usuário (estudante, profissional da educação, pessoal administrativo). O perfil permite acesso a informações e rotinas administrativas relacionadas à vida acadêmica, além do acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Enturma.

O Enturma consiste em um *Learning Management System* (LMS) disponibilizado e customizado para a Univille por meio de um contrato com a empresa Grupos Internet S.A. (www.gruposinternet.com.br). Ele é organizado em comunidades com uma estrutura hierárquica que parte da comunidade mais ampla, denominada Univille, até comunidades de turma/disciplina. Cada comunidade de turma/disciplina é formada pelos estudantes e professores da turma da disciplina em um período letivo específico. Por meio de ferramentas disponíveis na comunidade virtual, os seus integrantes podem compartilhar materiais didático-pedagógicos, dados e informações, colaborar com a produção de conteúdo, interagir e se comunicar. As ferramentas incluem disco virtual, mural, grupo de discussão, fórum, repositório de aulas, cronograma, trabalhos/atividades, questionários, entre outros. Mediante sistemas específicos integrados ao Enturma, há também recursos relacionados à gestão acadêmica, tais como diário de classe, calendário de provas e boletim de notas. Pelo acesso ao portal e ao Enturma, os usuários podem interagir virtualmente com os integrantes das comunidades a que pertencem e com as diversas áreas institucionais.

Os materiais didático-pedagógicos favorecem o “diálogo didático”, servindo para orientar o aprendizado e proporcionando suporte para a compreensão e apreensão eficaz dos conteúdos, além de espaços à participação e contextualização para a construção do conhecimento. Os materiais bibliográficos constituem o principal referencial a ser empregado no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA) das disciplinas da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina. Esse referencial integra o acervo da Biblioteca Universitária (BU) e está disponível para consulta e empréstimo pelos estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo de acordo com regulamentações internas. A Univille também disponibiliza para a comunidade acadêmica o acesso à biblioteca virtual MinhaBiblioteca®, na forma de *e-books*. Outro recurso disponível é o acesso a bases de dados científicas por meio dos Portais Capes e EBSCO.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais tais como textos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, conforme o previsto nos PPC. Nos laboratórios são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino de acordo com o PEA, elaborado pelo professor para cada disciplina que leciona, a cada início de ano letivo.

A Univille também possui uma editora, a Editora Univille, que tem como missão disseminar o conhecimento produzido na Instituição e fora dela, visando favorecer a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de sua região de atuação.

A Tecnologia da Informação da Univille, subordinada a Pró-Reitoria de Infraestrutura, é responsável por desenvolver, implementar, atualizar e manter

soluções computacionais, garantir a segurança da informação, executar projetos de informática, prover recursos audiovisuais, realizar a gestão documental, além de oferecer suporte para a comunidade acadêmica, técnicos administrativos e professores. Esta estrutura atende a todos os Campi e unidades que fazem uso dos sistemas de gestão e tecnologia da informação.

Para capacitar os professores na utilização do que é disponibilizado pela instituição em termos de Tecnologias de Informação, anualmente são oferecidas oficinas pelo Programa de Profissionalização Docente. Estas oficinas ocorrem prioritariamente no início de cada período letivo, ao longo do mês de fevereiro.

2016

Oficina: O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, no Ensino da Graduação (Oferecida 2x)

Oficina: Novos dispositivos e mídias digitais como facilitadores no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula (Oferecida 2x)

Oficina: Vídeo Aula como Instrumento de Aprendizagem

Oficina: Produção de vídeo aula na prática

Oficina: Reflexões sobre o ensino no Ambiente Virtual de Aprendizagem na modalidade Semipresencial

Oficina: O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, no Ensino da Graduação.

2017

Palestra: Nativos Digitais na Universidade: protagonistas do processo de aprendizagem

Oficina: Fontes de Pesquisa Acadêmica: Biblioteca Virtual, EBSCO, Portal Periódicos

Oficina: Inovação pedagógica e ensino híbrido: disciplinas semipresenciais a serem ofertadas em 2017 e 2018

Curso: Formação Docente para o Ensino Semipresencial

Biblioteca Virtual da Univille:

Atualmente conta com cerca de 8.315 títulos de diversas editoras (Saraiva, ArtMed, LTC, etc) disponíveis para acesso digital empregando o login no Portal Univille. A Biblioteca está disponível para estudantes, professores e pessoal administrativo da Univille.

A Univille também possui assinatura da Base EBSCO, Science Direct e do Portal de Periódicos CAPES, na qual podemos encontrar diversos periódicos da área do curso

No curso de Farmácia, os docentes utilizam grande parte dos recursos de TIC's, nas suas atividades acadêmicas, para melhorar o sistema de aprendizagem e ensino, recursos como o Disco Virtual, através de postagem de materiais para os discentes, Sistemas de avaliação, recados do professor do professor, favoritos, conselho de Classe, fórum de discussões, trabalhos/Atividades, para os alunos postarem direto no sistema, enquetes, mural e Diário de Classe.

3.20 Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela Univille desde 2002 é denominado Enturma, fornecido pela empresa Grupos Internet. Ele oferece diversas ferramentas que possibilitam a interação entre tutores, discentes e docentes. Em se tratando de conteúdo das disciplinas, eles podem ser inseridos no sistema, organizados em forma de aulas mediante um gerenciador de aulas, e disponibilizados sob o conceito de cronograma com datação para atividades, avaliativas ou não.

Quanto a acessibilidade metodológica, docentes, tutores e outros responsáveis pela inserção de conteúdo educacional possuem ferramentas como:

. Fórum - permite discussão assíncrona sobre temas pertinentes à disciplina;

. Trabalhos / Atividades - possibilita a criação de uma atividade com *up load* de arquivos ou não, para a qual o docente pode dar nota e comentar a(s) resposta(s) do discente;

. Avaliações - ferramenta pela qual é ofertada ao discente uma lista de questões, discursivas, múltipla escolha ou escolha simples, que podem ser avaliativas ou não.

Em nível comunicacional o AVA conta com ferramentas como Bate-papo, Grupo de discussão, Chat e Mural da disciplina. Ainda, o instrumento Diário permite ao docente registrar notas e disponibilizar os resultados aos discentes. Semestralmente ocorrem atualizações no AVA quanto a melhorias em nível de interface e procedimentos de maior complexidade. Correções e pequenas melhorias podem ser disponibilizas à medida que forem necessárias para otimizar o uso do sistema.

3.21 Material didático

Nas disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial há produção de material didático-pedagógico institucional, que internamente são denominados Guias Didáticos. Cada aula possui um guia didático específico, excetuando as disciplinas que possuem aspectos pedagógicos diferenciados e que exigem guias em outro formato. Em todas as situações, é o próprio o professor que desenvolve tais guias, sempre com a assessoria da Equipe da Unidade de Educação a Distância da Univille (UnEaD). Tal Unidade conta com equipe de professores e técnicos com formação de graduação e pós-graduação em cursos que possuem relação com o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação. A equipe conta com o seguinte quadro:

1) Nome: Ademar Alves Júnior

Função: Analista de Suporte Pleno

Formação: Bacharel em Ciência da Computação

Descrição de algumas atividades: Supervisionar a manutenção corretiva e/ou preventiva em máquinas e sistemas implantados; Prestar suporte na solução de problemas, relativos à utilização, à adequação de sistemas e ambientes da área de informática; Prestar capacitação de usuários no uso de sistemas e ambientes da área de informática; Dar suporte e apoio na definição de compras de *software* ou *hardware*, quanto a parte técnica e operacional; Analisar e mapear processos; Apoiar na busca por novas tecnologias para o ambiente da informação da universidade;

2) Nome: Carolina Reichert

Função: Analista Serviços Educacionais Júnior

Formação: Licenciatura em Letras

Descrição de algumas atividades: Receber, corrigir e fazer a devolutiva de guias didáticos enviados pelos professores do semipresencial e do EAD; Orientar professores do semipresencial na elaboração de seus guias didáticos; Corrigir e fazer a devolutiva de atividades desenvolvidas pelos professores da universidade nos cursos de formação docente; Revisar a ortografia de guias didáticos que são postados no Enturma; Orientar e dar suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem para semipresencial e educação a distância; Inserção de objetos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA);

3) Nome: Keren Thayse de Carvalho Pardini

Função: Analista Serviços Educacionais Júnior

Formação: Licenciatura em Letras

Descrição de algumas atividades: Receber, corrigir e fazer a devolutiva de guias didáticos enviados pelos professores do semipresencial e do EAD; Orientar professores do semipresencial na elaboração de seus guias didáticos; Corrigir e fazer a devolutiva de atividades desenvolvidas pelos professores da universidade nos cursos de formação docente; Revisar a ortografia de guias didáticos que são postados no Enturma; Orientar e dar suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem para semipresencial e educação a distância; Inserção de objetos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA);

4) Nome: Evandro Gomes da Silva

Função: Assistente de Produção Audiovisual

Formação: Superior incompleto (design com linha de formação em animação digital)

Descrição de algumas atividades: Edição e produção de vídeos (operar câmeras e gravadores de áudio) (Software Adobe Premiere); Pós-produção vídeos (correção de cor, iluminação, inserir efeitos e texto) (Software Adobe After Effects); Direção de entrevistas e depoimentos.

5) Nome: Iohana Cristina Pereira Pinto

Função: Designer Júnior

Formação: Design hab. Programação Visual

Descrição de algumas atividades: Criação e edição de imagens; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem para semipresencial e educação a distância; Inserção de objetos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA); Análise e testes de usabilidade do AVA;

6) Nome: Roy Ristow Wippel Schulenburg

Função na UNEaD: Docente com atuação na área de Design

Formação: Design com habilitação em programação visual pela Univille; Especialista em Design Gráfico e Estratégia Corporativa pela Univali (2008), mestre em Design e Expressão Gráfica pela UFSC (2012) e cursando doutorado em Design na linha de pesquisa Sistemas de Informação da UFPR (início em 2014).

Atividades: Projeto e desenvolvimento de materiais didáticos, análise e gestão de fluxo do desenvolvimento de materiais didáticos.

Carga horária: 20h semanais

7) Nome: Pablo Peruzzolo Patricio

Função na UNEaD: Coordenador UNEaD

Formação: Informática pela Univille(2001); Especialista em Gestão de Empresas pela Univille (2003), Mestre em Administração pela Univali (2007)

Atividades: Coordenação dos projetos da UNEaD, desenho de estratégias de ensino e análise do mercado.

Carga horária: 40h semanais

8) Nome: Eliane Mendonça

Função na UNEaD: Analista de Ensino

Formação: Administração de Empresas com especialização em Gestão de Negócios.

Atividades: Gestão dos pagamentos dos professores contratos; acompanhamento dos polos próprios e terceiro; atendimento à alunos, polos e tutores, capacitação ao tutores e secretaria dos polos; apoio a gestão dos novos alunos.

Carga horária: 40h semanais

9) Nome: Ângela Maria A. Bastos

Função na UNEaD: Analista de Ensino

Formação: Pedagogia com especialização em Psicopedagogia e Educação Especial

Atividades: Apoio pedagógico aos professores e coordenadores de curso EaD, atendimento aos alunos e suporte ao ambiente virtual de aprendizagem.

Carga Horária: 40h semanais

10)Nome: Fernando Cesar Sossai.

Função na UNEaD: assessoria pedagógica a docentes, discentes e coordenadores de curso.

Formação: História (Univille); Mestrado em Educação (UDESC) - linha de pesquisa: Educação, Comunicação e Tecnologia; Doutorado em Educação (UDESC) - linha de pesquisa: Educação, Comunicação e Tecnologia.

Carga horária na Univille: 40 horas semanais.

Carga horária na UnEaD: 15h semanais

Os materiais didático-pedagógicos favorecem o “diálogo didático”, a interação entre discentes, docentes e tutores, servindo para orientar o aprendizado, proporcionando suporte para a compreensão e apreensão dos conteúdos, além de criar espaços voltados à participação e contextualização da construção do conhecimento.

Além disso, os materiais-didáticos produzidos pelos docentes da Univille guardam significativa preocupação com a acessibilidade. Alguns dos materiais possuem legendas que auxiliam estudantes acometidos por alguma deficiência auditiva. Igualmente, tutores e professores da Instituição, sempre no início de cada ano letivo, recebem da UnEaD e/ou da Coordenação de seus Cursos, uma listagem contendo os nomes e as classificações dos tipos de deficiência que acometem estudantes integrantes das turmas nas quais eles realizarão mediação pedagógica.

Com isso, podem dimensionar as reais necessidades de materiais didáticos especiais, desenvolvidos em sintonia com o perfil dos alunos de cada turma.

De outra feita, os materiais bibliográficos constituem-se como referenciais fundamentais para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, os projetos pedagógicos dos cursos da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina. Esse referencial integra os acervos da Biblioteca Universitária (BU), bem como da Biblioteca Virtual da Univille (BVU), e estão disponíveis para consulta e empréstimo pelos estudantes, professores, tutores e técnicos administrativos, de acordo com regulamentações internas.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU e BVU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais didáticos, tais como textos, vídeos, *podcast*, esquemas explicativos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, como previsto nos PPCs. Nesses laboratórios, são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino, pesquisa ou extensão, de acordo com o planejamento de curso elaborado anualmente pelo professor para cada disciplina que leciona. Tal planejamento e as atividades que nele foram previstas são aprovados pelos coordenadores de curso

3.22 Número de Vagas

O Estatuto da Univille conceitua o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) como um processo cíclico, participativo e contínuo de análise do ambiente interno e

do ambiente externo à Instituição, direcionando, definindo e monitorando o alcance de objetivos e metas, bem como a execução das estratégias, com vistas a aperfeiçoar a interação da Instituição com o ambiente externo, melhorar os seus resultados e propiciar a consecução de sua missão e a construção de sua visão, levando em conta os valores institucionais (PDI 2017-2021, p. 19 e Estatuto da Univille, capítulo II, art 13).

O PEI é um dos macroprocessos que consta da Política de Gestão institucional, conforme o PDI (PDI 2017-2021 p.115). A Política de Gestão também inclui como macroprocessos a Gestão Integrada do Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão de Pessoas; Gestão Financeira e de Investimentos; Gestão da Infraestrutura e a Gestão da Comunicação Organizacional.

A Política e seus macroprocessos levam em conta as seguintes diretrizes: Integração da Gestão com o ensino, a pesquisa e a extensão; Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Representatividade e Participação; Qualidade; Transparência; Atendimento a Demandas Sociais; Acompanhamento; Legalidade; Sustentabilidade; Viabilidade.

A Política de Gestão Institucional prevê que o monitoramento da execução do que foi planejado e proporciona um *feedback* sobre o alinhamento do que está sendo executado em relação à estratégia e ao alcance dos objetivos e metas. Esse monitoramento e *feedback* permitem que se decida sobre mudanças no que foi planejado ou ainda sobre alterações na forma de execução, oferecendo a necessária flexibilidade diante das mudanças no cenário externo ou na realidade interna institucional.

O processo do PEI resulta na elaboração e atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI, conforme art. 14 do Estatuto da Univille, tem uma vigência quinquenal e anualmente é atualizado com base no PEI.

Entre outros aspectos, o PDI contempla o cronograma de oferta de cursos de graduação cuja execução é objeto de análise continua levando em conta aspectos externos como a demanda da sociedade em relação a formação a ser oferecida,

evolução de matrículas da educação básica, evolução da concorrência, legislação e oportunidades identificadas pela IES, bem como aspectos internos como infraestrutura existente (salas de aula, laboratórios, acervo bibliográfico, etc), investimentos a serem realizados, corpo docente/pessoal administrativo da Universidade e necessidade de contratações.

Neste contexto, o número de vagas em um curso de graduação, no ato de criação e ao longo de sua evolução, está fundamentado em estudos quantitativos e qualitativos realizados pela Assessoria de Planejamento e Avaliação para subsidiar processos decisórios no âmbito da Reitoria, comissão de criação do curso e coordenação/NDE/colegiado do curso. A decisão quanto ao número de vagas considera as diretrizes da Política de Gestão citadas acima e leva em conta o dimensionamento do corpo docente e infraestrutura física. Além disso, estes estudos quantitativos e qualitativos são periódicos e incluem pesquisas junto à comunidade acadêmica relacionadas a infraestrutura e serviços e avaliação do desempenho docente e pesquisa periódica realizada junto aos egressos.

Como procedimentos e instrumentos de pesquisa, é possível citar:

a - ferramenta do "mercadoedu" onde, de forma sistemática, fazemos consultas sobre a evolução das matrículas em outras IES e em outras regiões;

b – acompanhamento anual da evolução das matrículas da educação básica, principalmente no que se refere aos concluintes do ensino médio;

c - acompanhamento do desempenho da concorrência no que se refere aos indicadores do SINAES;

d - pesquisa do ingressante, feita semestralmente, que apresenta uma pergunta solicitando sugestão de cursos e identificando o perfil do nosso ingressante.

Além disso, a infraestrutura física e tecnológica é analisada semestralmente, quando é realizada a análise do quadro de cursos e vagas para o ingresso no próximo semestre, verificando salas de aula e laboratórios disponíveis.

É feito o acompanhamento periódico de evasão e ociosidade e essa análise é levada em consideração no momento da decisão de oferta do curso e das vagas a serem oferecidas.

Na definição do quadro de cursos e vagas para o período letivo seguinte são levadas em consideração as vivências da equipe de atendimento com o contato com candidatos e alunos dos cursos, buscando, dessa forma, entender as necessidades do mercado.

Atualmente, o curso de Farmácia oferece 48 vagas no período matutino (primeiro semestre), e 48 vagas no período noturno (segundo semestre) por meio de vestibular e processos seletivos.

4. GESTAO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Este capítulo caracteriza a gestão do curso e os profissionais de Educação envolvidos. Primeiramente é caracterizada a gestão do curso que, de acordo com as regulamentações institucionais, prevê o colegiado, a coordenação e o núcleo docente estruturante a serem implantados quando do início de funcionamento após a sua autorização.

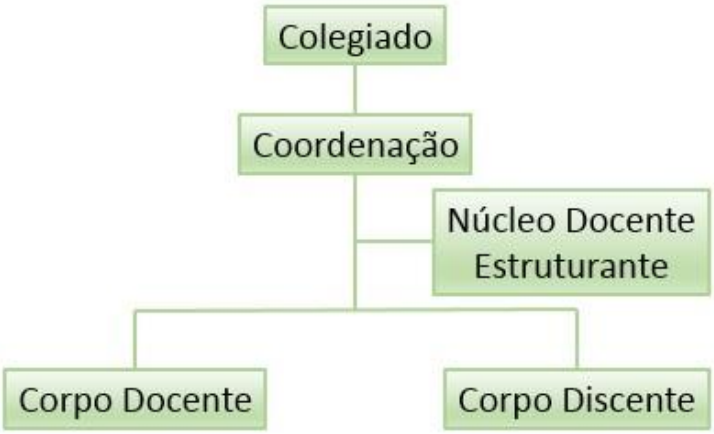
4.1 Gestão do curso

De acordo com a legislação vigente e as regulamentações institucionais, ao entrar em funcionamento o curso contará com estrutura administrativo-acadêmica composta por:

- Colegiado: órgão deliberativo composto por corpo docente, tutores, preceptores, se houver, e representação estudantil;
- Coordenação: órgão executivo composto pelo docente coordenador de curso;
- Núcleo Docente Estruturante: órgão consultivo composto por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação e na avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Esses órgãos, bem como o corpo docente e o corpo discente (figura 21), são os atores envolvidos na implementação e no contínuo aperfeiçoamento do curso.

Figura 21 – Estrutura organizacional do curso



Fonte: PDI Univille (2017)

4.2 Colegiado do curso

O colegiado do curso é o órgão deliberativo sobre temas pedagógicos, acadêmico científicos, didático-pedagógicos e administrativos-financeiros no âmbito do curso, considerando a legislação e as regulamentações institucionais (art. 19 do Estatuto da Univille e artigos 30 a 33 do Regimento da Univille). O Colegiado de Curso de Graduação é constituído por:

I - Docentes em exercício no curso no período letivo vigente, incluindo os docentes em atuação em disciplinas de núcleo comum e núcleo compartilhado;

II - Docentes responsáveis por disciplinas, afastados da disciplina conforme regulamentação vigente e que estejam em exercício docente na Univille;

III - Preceptores e tutores em exercício no curso no período letivo vigente;

IV - Representação estudantil.

O número de membros dos incisos I, II e III corresponde a 70% do Colegiado.

O número de representantes citados no inciso IV corresponde a 30% do Colegiado e será determinado por meio da fórmula E = (30*D)/70, em que D = número de membros dos incisos I, II e III.

O Colegiado reúne-se com a presença da maioria de seus membros e é presidido pelo Coordenador do Curso.

As convocações das reuniões do Colegiado são feitas pelo Coordenador de Curso ou por, no mínimo, 1/3 dos seus membros.

As reuniões ocorrem com a presença, em primeira convocação, da maioria de seus membros e, em segunda, com qualquer número. As deliberações são tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes. O encaminhamento das deliberações é feito pelo Coordenador do Curso. As ações que têm relação com os projetos do Planejamento Estratégico Institucional são registradas em sistema de informação disponível na intranet da instituição e são acompanhadas pelos supervisores de cada projeto.

O Colegiado tem reuniões ordinárias nos meses de fevereiro, julho e dezembro, porém conforme a necessidade, poderão ser realizadas reuniões extraordinárias. As reuniões contam com pauta, lista de presença e ata.

O Colegiado também poderá designar comissões de caráter consultivo com vistas a estudar temas pertinentes ao curso de graduação e emitir pareceres que subsidiem as discussões do NDE e as decisões do Colegiado e da Coordenação.

4.3 Coordenação do curso

A coordenação do curso de graduação é o órgão executivo que coordena as atividades do curso de graduação. Suas ações incluem planejamento, organização, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Para tanto, deve considerar a integração com os demais cursos do Comitê de Área e com a Instituição e estar em consonância com a

legislação educacional, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e as regulamentações institucionais.

Uma das funções da coordenação é acompanhar o progresso do estudante do curso, além de coordenar e supervisionar as atividades dos professores e manter o diálogo com a Coordenação da Unidade de Educação à Distância que é responsável pela Equipe Multidisciplinar. O desenvolvimento destas funções baseia-se em indicadores do Programa de Qualificação Docente, do Software de Gestão Business Intelligence da Totvs, da CPA, das matrículas dos processos seletivos, das avaliações externas e internas, inclusive da Avaliação Contínua de Desempenho Docente. A coordenação é exercida por professor com titulação, experiência e regime de trabalho conforme as regulamentações institucionais, a legislação vigente e os adequados níveis de qualidade a serem alcançados pelo curso.

Algumas ações realizadas pela coordenação do curso serão destacadas na sequência.

No início de cada período letivo é definido um plano de ação do NDE, sendo que os itens deste plano de ação a serem trabalhados no período são discutidos e acordados pelos docentes do NDE; as ações do plano se desdobram, em alguns casos, na necessidade de convocação de reuniões do colegiado do curso composto não apenas pelos professores mas também pela representação dos estudantes. Na maioria das reuniões podemos constatar a presença da representação dos estudantes comprovada pelas listas de presença das reuniões que ficam arquivadas na coordenação.

O coordenador do curso também participa das reuniões do Conselho Universitário da Universidade onde assuntos do âmbito do curso são levados a conhecimento de todos os coordenadores e em alguns casos passam pela aprovação deste Conselho, sendo que estas reuniões ocorrem mensalmente e são comprovadas pelas listas de presença e atas arquivadas na Assessoria dos Conselhos da Univille.

Da mesma forma, para discutir assuntos de interesse do curso ocorrem as reuniões de coordenadores dos cursos (Comitês de áreas) onde são discutidos temas relacionados à operacionalização do funcionamento da Universidade e necessidades de cada coordenação são discutidas, sendo que essas reuniões também são comprovadas por listas de presença.

Outra ação institucionalizada pela Universidade é o Programa de Desenvolvimento Gerencial, em que os coordenadores são convocados para participar de reuniões com vistas à profissionalização da gestão da Universidade. Dentro desta programação são abordados temas desde inteligência emocional até reuniões para elaboração do Planejamento Estratégico da Instituição.

Por fim outra atividade relevante está ligada ao processo de avaliação do desempenho docente. Uma vez concluído o ciclo de avaliação feita pelos discentes por disciplina, fica a cargo dos coordenadores analisarem o resultado da avaliação e realizarem uma reunião de feedback com cada professor, apontando pontos positivos e negativos de seu desempenho. O relato desta reunião e suas conclusões são registrados na ferramenta de registro das devolutivas das reuniões de feedback que fica na intranet da Universidade. A avaliação de desempenho do Coordenador do Curso é realizada pela Pró-Reitoria de Ensino. Ainda sobre avaliação é de responsabilidade do coordenador zelar pelas práticas que permitam a melhoria contínua da avaliação feita em cada ciclo avaliativo, para isso o plano de ação do NDE define estratégias que envolvem desde a revisão do Projeto Pedagógico do Curso e elaboração de projetos interdisciplinares para melhoria da qualidade de ensino. Todas estas ações são discutidas em reuniões do NDE, especificamente com as turmas envolvidas neste processo e também com o colegiado.

Para fins didáticos, a Política de Gestão da Univille, que integra o PDI, encontra-se dividida em macroprocessos. Um deles diz respeito à Gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão que traz em seu escopo a gestão do Projeto Pedagógico do Curso e que tem como insumos:

. Dados externos

. PDI, PPI e Políticas Institucionais

. Dados internos e

. Projeto Pedagógico (PP)

Já a execução do PP engloba:

. Gestão do Relacionamento com os estudantes

. Gestão do Acompanhamento dos egressos

. Gestão didático-pedagógica e acadêmico-científica

. Gestão de Pessoas

. Gestão Administrativo-financeira e

. Gestão de Processos de Avaliação (subsidiado pelos resultados do PP)

O que resulta em Relatórios de Avaliação que retroalimentam todos os processos de gestão contemplados na execução do Projeto Pedagógico do Curso.

4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo composto pelo coordenador do curso e por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando o impacto a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as particularidades do mundo do trabalho. A composição e o funcionamento do NDE ocorrem de acordo com regulamentações institucionais. As reuniões do NDE são convocadas e dirigidas pelo seu presidente, prevendo-se o registro por meio de listas de presença e atas.

O NDE do Curso de Farmácia da Univille é formado por professores atuantes no curso, os quais, por meio desse grupo, buscam garantir a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem dos discentes, utilizando-se da integração curricular das diferentes disciplinas trabalhadas no curso, do incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, da assessoria prestada ao colegiado nas revisões e melhorias no PPC, do acompanhamento de processos avaliativos, entre outras atividades.

A atuação do NDE busca a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem dos discentes, utilizando-se da integração curricular das diferentes disciplinas trabalhadas no curso, do incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, da assessoria prestada ao colegiado nas revisões e melhorias no PPC, do acompanhamento de processos avaliativos, entre outras atividades.

4.5 Equipe Multidisciplinar

A Unidade de Educação a Distância da Univille (UnEaD) conta com uma equipe de trabalho multidisciplinar, integrada por técnicos e profissionais de nível superior, com formações de graduação e pós-graduação nas seguintes áreas de conhecimento: Educação-licenciatura (História, Letras, Pedagogia), Sociais Aplicadas (Design programação visual; Design-animação digital), Socioeconômicas (Administração, Ciências Contábeis).

Trata-se de uma equipe integrada por aproximadamente dez funcionários (docentes e técnicos), que se encarregam da assessoria pedagógica a discentes, docentes e coordenadores de curso, da concepção, produção e disseminação do uso pedagógico de tecnologias digitais na Univille, da validação dos materiais didáticos digitais utilizados nas aulas semipresenciais e EaD da Univille e do fortalecimento de metodologias ativas de ensino-aprendizagem para serem desenvolvidas no transcurso das aulas dos diferentes cursos mantidos pela Instituição.

A equipe conta com o seguinte quadro:

1) Nome: Ademar Alves Junior

Função: Analista de Suporte Pleno

Formação: Bacharel em Ciência da Computação

Descrição de algumas atividades: Supervisionar a manutenção corretiva e ou preventiva em máquinas e sistemas implantados; Prestar suporte na solução de problemas, relativos à utilização, a adequação de sistemas e ambientes da área de informática; Prestar capacitação de usuários no uso de sistemas e ambientes da área de informática; Dar suporte e apoio na definição de compras de software ou hardware, quanto a parte técnica e operacional; Analisar e mapear processos; Apoiar na busca por novas tecnologias para o ambiente da informação da universidade, entre outros.

2) Nome: Carolina Reichert

Função: Analista Serviços Educacionais Jr

Formação: Licenciatura em Letras

Descrição de algumas atividades: Receber, corrigir e fazer a devolutiva de guias didáticos enviados pelos professores do semipresencial e do EAD; Orientar professores do semipresencial na elaboração de seus guias didáticos; Corrigir e fazer a devolutiva de atividades desenvolvidas pelos professores da universidade nos cursos de formação docente; Revisar a ortografia de guias didáticos que são postados no Enturma; Orientar e dar suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem para semipresencial e educação a distância; Inserção de objetos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA);

3) Nome: Keren Thayse de Carvalho Pardini

Função: Analista de Serviços Educacionais Jr

Formação: Licenciatura em Letras

Descrição de algumas atividades: Receber, corrigir e fazer a devolutiva de guias didáticos enviados pelos professores do semipresencial e do EAD; Orientar professores do semipresencial na elaboração de seus guias didáticos; Corrigir e fazer a devolutiva de atividades desenvolvidas pelos professores da universidade nos cursos de formação docente; Revisar a ortografia de guias didáticos que são postados no Enturma; Orientar e dar suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem para semipresencial e educação a distância; Inserção de objetos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA);

4) Nome: Evandro Gomes da Silva

Função: Assistente de Produção Audiovisual

Formação: Superior incompleto (design com linha de formação em animação digital) Descrição de algumas atividades: Edição e produção de vídeos (operar câmeras e gravadores de áudio) (Software Adobe Premiere); Pós-produção vídeos (correção de cor, iluminação, inserir efeitos e texto) (Software Adobe After Effects); Direção de entrevistas e depoimentos.

5) Nome: Iohana Cristina Pereira Pinto

Função: Designer Jr

Formação: Design hab. Programação Visual

Descrição de algumas atividades: Criação e edição de imagens; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem para semipresencial e educação a distância; Inserção de objetos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA); Análise e testes de usabilidade do AVA; entre outros.

6) Nome: Roy Ristow Wippel Schulenburg

Função na UNEaD: Docente com atuação na área de Design

Formação: Design com habilitação em programação visual pela Univille; Especialista em Design Gráfico e Estratégia Corporativa pela Univali (2008), mestre em Design e Expressão Gráfica pela UFSC (2012) e cursando doutorado em Design na linha de pesquisa Sistemas de Informação da UFPR (início em 2014).

Atividades: Projeto e desenvolvimento de materiais didáticos, análise e gestão de fluxo do desenvolvimento de materiais didáticos.

Carga horária: 20h semanais

Um dos pontos a ser destacado é que tal equipe atua segundo um Plano de Trabalho, com duração inicial de cinco anos, o qual, por sua vez, vincula-se Plano de Desenvolvimento Institucional da Univille. O referido Plano encontra-se em fase de implementação desde 2016 e suas etapas encontram-se organizadas sob o formato de Planos de Ação, com ações, metas e cronograma especificamente pensados para cada uma de suas etapas.

4.6 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes

A interação entre os tutores e os docentes ocorre de forma direta pois estes dois atores estão à disposição dos alunos, fisicamente, no espaço da Unidade de Educação à Distância, no horário das aulas. Corrobora para a interação entre tutores

e professores o planejamento prévio das aulas, o que permite um alinhamento das ações pedagógicas. O Coordenador do Curso tem interação direta com o professor e dialoga com os tutores por meio da Coordenação da Unidade de Ensino à Distância.

4.7 Corpo docente do curso

Os profissionais da educação superior da Univille são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por instrumentos coletivos de trabalho. Os docentes admitidos antes de 30/10/2014 são regidos pelo Estatuto do Magistério Superior.

A admissão é feita pela Reitoria, para preenchimento das funções existentes, à vista dos resultados obtidos nos processos de seleção, de acordo com as normativas internas.

De acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação Superior, o quadro de profissionais da educação superior da Univille é compreendido por integrantes do quadro de carreira e demais contratados.

O quadro de carreira da educação superior é composto por:

- Docentes titulares: docentes em cursos superiores, responsáveis por disciplinas;
- Docentes adjuntos: docentes em cursos superiores que, por meio de seleção externa e aprovação em estágio probatório, ingressam nos quadros da Instituição;
- Preceptores: profissionais médicos que atuam com os alunos em internato, na construção de conhecimentos específicos da sua área;
- Tutores: profissionais contratados para mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos a distância e semipresenciais;

- Instrutores/professores de cursos livres: profissionais contratados para atribuições de instrução/docência específica, em cursos livres de curta ou longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências, com relação de emprego por prazo indeterminado.

A instituição também pode efetuar contratações de:

- Docentes visitantes: aqueles contratados em caráter excepcional para atribuições de docência, em função de sua notoriedade expressiva no meio acadêmico e/ou na sociedade e da necessidade da Instituição, sem a obrigatoriedade de processo seletivo. A relação de emprego pode se dar por prazo determinado ou indeterminado;
- Docentes temporários: docentes contratados por objeto ou prazo determinado, nas hipóteses autorizadas pela legislação trabalhista e em situação emergencial, no decorrer do período letivo, relacionada às atividades em sala de aula;
- Professores de cursos livres temporários: profissionais contratados para atribuições de docência específica, em cursos livres de curta ou longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências, com relação de emprego por prazo determinado.

4.8 Corpo de tutores do curso

A tutoria na modalidade semipresencial tem sido realizada nas disciplinas que mantém a integralidade de sua carga horária na modalidade EAD.

A tutoria segue o Modelo Institucional Semipresencial desenvolvido pela Unidade de Educação a Distância. As turmas que apresentam aproximadamente 70 (setenta) alunos matriculados recebem o apoio de um Tutor para o desenvolvimento

das aulas. É importante ressaltar que, desde o ano de implantação do semipresencial na Univille (2017), apenas uma turma ultrapassou o número de 70 estudantes. Todas as demais que possuem tutor ficaram abaixo desse número.

Ainda nesse sentido, cumpre dizer que, na Univille, o tutor vem atuando na disciplina de Metodologia da Pesquisa (72 h/a), pois a totalidade de sua carga horária é semipresencial. Já em outras, que apenas parte da sua carga horária é semipresencial (por exemplo, 25% e 50%), o professor é responsável pela integralidade da disciplina, ou seja, nesses casos não há tutor.

Os tutores são selecionados e contratados considerando as regulamentações institucionais e os requisitos mínimos previstos pelo SINAES. De fato, a Univille possui apenas dois tutores em atuação (anos de 2017 e 2018) e todos possuem formação de graduação e pós-graduação condizente com a sua área de trabalho pedagógico, conforme demonstrado abaixo:

1) Nome completo: Fabiana Ramos da Cruz Cardozo

Data de admissão: 20/02/2017

Função: Tutor I

Formação: Mestrado em Educação

Descrição das atividades: mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos à distância e semipresenciais.

2) Nome completo: Aislan Denis Leite

Data de admissão: 20/02/2017

Função: Tutor I

Formação: Bacharel em Comércio Exterior

Descrição das atividades: mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos à distância e semipresenciais.

Além disso, conforme disposto na Resolução 04/16/CONSUN da Univille, os tutores participam de um curso de Formação com o total de 40 horas, antes de iniciarem sua atuação. Tal curso é oferecido pelo Centro de Inovação Pedagógica da Univille (CIP), no âmbito do Programa de Profissionalização Docente da Univille. Conforme exigência daquela Resolução, tais profissionais também participam de uma Formação Continuada (em serviço) de, no mínimo, 20 horas a cada dois anos. Igualmente, nos meses de fevereiro e julho de cada ano, os tutores podem se inscrever e participar da Semana de Formação Docente coordenada pelo CIP. Esse momento é uma oportunidade para troca de experiências e aperfeiçoamento dos tutores da Univille.

Este capítulo caracterizou o corpo docente e tutorial do curso. Inicialmente foi caracterizada a gestão do curso que, conforme as regulamentações institucionais, prevê o colegiado, a coordenação e o núcleo docente estruturante a serem implantados quando do início de funcionamento do curso após a sua autorização.

5 INFRAESTRUTURA

A Univille mantém a infraestrutura física necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no *Campus* Joinville, *Campus* São Bento do Sul, Unidade São Francisco do Sul e Unidade Centro. Além disso, por meio de convênios e contratos, a Instituição mantém parcerias com instituições públicas, privadas e não governamentais com vistas a o desenvolvimento das atividades acadêmicas em hospitais, postos de saúde e espaços de atendimento psicossocial.

O Quadro 6 sintetiza os dados sobre os espaços físicos da Universidade.

Quadro 6 – Infraestrutura física Furj/Univille

Local	Área do terreno (m^2)	Área construída (m^2)
Campus Joinville Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC	163.802,30	53.084,34
Campus Joinville: Terreno 1, ao lado do rio	7.747,00	
Terreno 2, ao lado do rio	2.780,00	
Campus Joinville: Terreno dos ônibus	1.005,28	
Terreno Jativoca – Joinville Rua A – Loteamento Bubi – Bairro Jativoca – Joinville	66.769,00	-
Unidade Centro Rua Rio do Sul, 439 – Centro – CEP 89202207 – Joinville – SC	2.390,60	1.790,69
Univille Centro (área locada)	1.866,59	1.470,17
Campus São Bento do Sul Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC	22.933,42	7.660,56

Cepa Rugendas Bairro Rio Natal – São Bento do Sul	27.892,25	388,08
Unidade São Francisco do Sul Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC	57.200,32	2.491,50
Unidade São Francisco do Sul Ancoradouro para barcos	71.382,60	626,75
Cepa Vila da Glória	5.600,00	285,62
Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul – SC		
Ilha da Rita Baía da Babitonga	47.564,33	163,80
Terreno Bucarein Rua Plácido Olímpio de Oliveira, esquina com a Rua Urussanga – Joinville – SC	12.513,72	2.010,20
Campus Joinville: Terreno A – Complexo/Inovaparq	142.990,45	9.255,18
Terreno B – Complexo/Inovaparq	21.672,51	
Terreno C – Complexo/Inovaparq	11.883,13	
Total	**667.993,50**	**79.226,89**

Fonte: PDI Univille (2017)

5.1 *Campus* Joinville

O *Campus* Joinville, é a sede da Universidade e o local onde se concentram as atividades administrativas e acadêmicas da maior parte dos cursos da Instituição. Os espaços físicos do *Campus* Joinville são caracterizados a seguir.

a) Salas de aula: o *Campus* Joinville dispõe de 167 salas de aula climatizadas e equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, projetor multimídia (*data show*), telão e acesso à internet. O Quadro 7 apresenta o número de salas de aula por

dimensão. A área total destinada ao uso de salas de aula é de aproximadamente 10.000 m².

Quadro 7 – Salas de aula do *Campus* Joinville

Dimensão	Número de salas de aula
Entre 30 e 49 m²	34
Entre 50 e 59 m²	27
Entre 60 e 69 m²	34
Entre 70 e 79 m²	45
Entre 80 e 89 m²	05
Entre 90 e 101 m²	22
Total	167

Fonte: PDI Univille (2017)

b) Coordenações de cursos: a área destinada às coordenações de curso varia de 60 m² a 250 m², totalizando cerca de 1.530 m². A Instituição vem promovendo a implantação de áreas em que as coordenações de cursos compartilhem a estrutura física com vistas a favorecer a integração administrativa, acadêmica e didático pedagógica.

c) Áreas de uso comum: o *Campus* Joinville conta com áreas de uso comum, conforme Quadro 8.

Quadro 8 – Áreas de uso comum no *Campus* Joinville

Descrição	Área (m^2)
Biblioteca Universitária	4.338,11
Bloco Administrativo	1.429,16
Auditório Bloco Administrativo	376,05
Anfiteatro Bloco C	102,62
Anfiteatro Bloco A	97,63
Anfiteatro Bloco F (Colégio Univille)	141,50
Centro de Cópias Bloco C	95,80
Centro de Cópias Bloco D	49,00
Centro de Cópias Bloco E	39,50
Diretório Central dos Estudantes Bloco D	49,00
Lanchonete Bloco C	15,00
Lanchonete Bloco D	47,60
Lanchonete Bloco E	32,41
Área de Exposição Cultural Bloco A	143
Área de Exposição Cultural Biblioteca Universitária	115,76
Estacionamento de bicicletas	144,00
Estacionamento de motos	850,48
Centro de Esportes, Cultura e Lazer	2.587,82
Ginásio-Escola	1.995,83
Quadra polivalente descoberta	836,00
Quadra polivalente coberta	836,00
Circulação interna, vias e jardins	52.094,40
Restaurante Universitário	648,00
Quiosque – Centro de Convivência dos Funcionários	268,94
Almoxarifado central	366,20
Complexo esportivo	6.046,52

Fonte: PDI Univille (2017)

5.2 Sala/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral

Na Univille há professores em tempo integral que atuam no *stricto sensu*, neste caso eles têm à disposição espaços de trabalho específico em salas que ficam no bloco D (sala 122) e no bloco A (sala 307) da Instituição, com a seguinte estrutura:

- Sala do Bloco A 307 – 86 metros quadrados, dispondo de salas individualizadas com computadores com acesso à internet e outros equipamentos.

- Sala do Bloco D-122 – 72,8 metros quadrados, dispondo de salas individualizadas com computadores com acesso à internet e outros equipamentos.

Já os professores em tempo integral que atuam na gestão, estes contam com mesas de trabalho nas áreas administrativas em que atuam.

Os professores TI que atuam em extensão têm mesas de trabalhos nas áreas relativas a projetos e programas de extensão.

Os professores que não são TI contam com salas de professores e salas de atendimento nas 4 áreas que agregam os cursos da Univille e em especial no caso do curso de Farmácia este espaço se encontra no bloco A (sala 102), que dispõe de uma área total de 120 metros quadrados, conta com: cerca de 5 terminais de computadores com acesso à internet e impressora; mesas e cabines para que os professores possam desenvolver suas atividades; mesas para pequenas reuniões nos intervalos entre aulas; expositor nas quais são disponibilizados jornais, revistas, informativos diversos e outros materiais gráficos; purificador de água; 8 equipamentos de Climatização (Ar Condicionado).

Todos estes espaços foram projetados para atender as necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados. Em cada uma dessas salas há um espaço que o professor pode utilizar para fazer atendimento dos estudantes e há também escaninho ou outros espaços para que o professor possa fazer a guarda de material e equipamentos pessoais com segurança.

5.3 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

A coordenação conta com estação de trabalho composta por mesa, cadeira, armário, computador conectado à internet e a rede de computadores da IES para acesso aos sistemas acadêmicos, bem como impressora/copiadora, linha telefônica. Esta estação de trabalho se encontra na sala de coordenadores da área da Saúde que fica no bloco A sala 102.

A coordenação dispõe de uma área de serviços administrativos e atendimento a professores, estudantes e público externo em que trabalham os funcionários e que conta com sala de arquivos, balcão de atendimento, estações de trabalho para os funcionários sendo que cada estação de trabalho é composta por mesa, cadeira, microcomputador com acesso à internet e a rede de computadores da IES por meio da qual há acesso aos sistemas acadêmicos, linha telefônica, impressora/copiadora. O ambiente se situa no bloco A (sala 102), que dispõe de uma área total de 120 metros quadrados, sendo contíguo as salas de atendimento, salas de professores e sala de coordenadores de cursos.

Todo este espaço foi projetado para atender as necessidades institucionais, possui recursos de tecnologia de informação e comunicação e outros equipamentos adequados. Na Coordenação há espaços para se fazer atendimentos em grupo ou individual dos estudantes com privacidade.

A coordenação e os serviços acadêmicos do curso de Farmácia estão localizados na área da saúde, compartilhada pelos cursos de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Psicologia, Naturologia e Educação Física, numa área de aproximadamente 90 m².

5.4 Espaço para os professores do curso (sala dos professores)

A sala dos professores para o curso dispõe de terminais de computadores com acesso à internet e impressora, mesas e cabines para que os professores possam desenvolver suas atividades. Há também uma mesa para pequenas confraternizações e reuniões nos intervalos entre aulas. A sala contém purificador de água e estantes nas quais são disponibilizados jornais, revistas, informativos diversos e outros materiais gráficos.

O espaço destinado aos professores do curso de Farmácia está localizado na área da saúde, compartilhado pelos cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia, Enfermagem, Naturologia e Educação Física, numa área de aproximadamente 30 m². O espaço está equipado com mesa para reuniões e mesas de trabalho, computadores, acesso à internet e salas para orientação.

5.5 Salas de aula

5.5.1 Campus Joinville

Cada série do curso de Farmácia conta com uma sala de aula disponível para as disciplinas que não exigem aulas práticas em laboratório e 16 laboratórios equipados para uso exclusivo nas disciplinas que preveem aulas práticas. Todas as salas de aula apresentam sistema de ar condicionado, computador e projetor multimídia, além de quadro que pode ser para giz ou caneta. As salas, bem como todo o campus, possuem acesso à internet via rede sem fio.

Todas as salas de aula são climatizadas, equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, multimídia (*data show*), telão, vídeo e acesso à internet.

As dimensões das salas contemplam na sua totalidade o acolhimento do número de estudantes do curso, atendendo as necessidades institucionais, com manutenção e

limpeza periódica, conforto e com recursos de tecnologia da informação e comunicação adequadas às atividades a serem desenvolvidas.

Para além da manutenção periódica nas salas há um dispositivo físico na sala de aula para que os estudantes registrem sugestões de melhoria ou necessidades específicas de manutenção em termos de infraestrutura ou tecnologia da informação.

Considerando a importância do protagonismo discente, a Universidade vem investindo de forma sistemática no incentivo de atividades que otimizem uma aprendizagem mais autônoma. Para tanto tem centrado esforços no que se refere à capacitação de professores para a aplicação de novas metodologias em suas aulas, havendo flexibilidade relacionada às configurações espaciais.

Nessa direção, as Metodologias Ativas de Aprendizagem oferecem aos professores novas possibilidades de inovação pedagógica. Percebendo a importância do uso dessas metodologias, além da aplicação em salas de aula padrão Univille, estão à disposição dos professores, dois laboratórios (Sala E2-214 e Sala I-403) que apresentam um *layout* favorável a novas formas de ensinar e aprender:

Para além disso a Instituição tem diversos espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades, tais como:

a) TRILHAS: Programa de Educação e Interpretação Ambiental nos Centros de Estudos Ambientais da Univille, esse espaço pode ser utilizado por todos os cursos da

Instituição;

b) Para fora do Campus, onde os professores podem marcar aulas de campo:

1) Cepa Rugendas, situado no Bairro Rio Natal – São Bento do Sul;

2) Cepa Vila da Glória, Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul – SC;

3) Unidade São Francisco do Sul, na Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC, neste espaço há

um programa ambiental em parceria com outra instituição que trata da Baia da Babitonga;

4) Ilha da Rita.

O Curso em 2019, utiliza as seguintes salas com as respectivas capacidades: sala 201, 202, 203, 204 e 205, no Bloco A, capacidade para 35 estudantes e sala 313, bloco C, com capacidade para 40 estudantes, no campus Bom Retiro. Na Unidade centro, a capacidade é para 50 estudantes.

5.6 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O Campus Joinville dispõe dos seguintes laboratórios de informática de uso geral:

Laboratório de Informática C-114 com 41 computadores – 81 m^2

Laboratório de Informática C-115 com 41 computadores - 81 m^2

Laboratório de Informática C-116 com 41 computadores - 81 m^2

Todos os laboratórios têm os seguintes softwares: Scilab 5.5.2; Microsoft Office Professional Plus 2016; Dev C++ 5.11; WinNC; Audacity 2.1.1; Invesalius 3; Ansys 17.0; Mesquite; Arena 15.

Para utilização desses laboratórios pelos professores e estudantes, quando da operacionalização de cada disciplina, os professores, devem fazer reserva por meio da intranet, abrindo um *e-ticket*.

Fora do ambiente de aula, os estudantes também podem reservar os laboratórios por meio da Coordenação do Curso, além dos computadores disponibilizados na Biblioteca Central, no Campus Joinville, que totalizam 46 computadores, sendo dois destes com acessibilidade.

Todas as máquinas citadas acima possuem apenas o pacote Office, Adobe Reader e navegadores (Chrome, Mozilla e Internet Explorer) instalados.

Além destes computadores, na biblioteca há mais 27 máquinas usadas apenas para consulta ao sistema Pergamum.

Todos os laboratórios têm acesso a internet por cabo e para além disso há acesso à internet por wi-fi no campus. A central de relacionamento com o estudante (CRE) possui computadores com *softwares* específicos para atendimento aos alunos com deficiência visual e uma impressora em braile.

A Univille dispõe do setor de Tecnologia da Informação sendo que duas das atividades realizadas podem ser caracterizadas pelos seguintes grupos de processos: Suporte aos usuários e Rotinas de manutenção. Em relação ao suporte aos usuários, o atendimento é feito pela equipe de triagem e pode ocorrer de 3 formas distintas: presencial, por telefone ou pelo sistema Help Desk. Uma vez solicitado o atendimento, a equipe de triagem busca inicialmente resolver o caso e concluir o atendimento.

Quando o que foi solicitado não está no escopo para ser resolvido pela triagem, a demanda é repassada para um membro da equipe da TI através do sistema Help Desk, que terá o compromisso em resolver o que foi solicitado. Para a rotina de manutenção, o planejamento e execução é feito pela equipe de técnicos e auxiliares de manutenção que determinam e organizam o cronograma para as preventivas e preditivas. Já no caso de corretiva, o atendimento é feito mediante as solicitações cadastradas no sistema Help Desk ou também por chamado feito por telefone e ou pessoalmente. Cabe aqui chamar a atenção para as manutenções corretivas urgentes onde há equipamentos *backup* para suprir a necessidade de troca rápida.

A Tecnologia da Informação na Univille está em constante desenvolvimento e atualização para acompanhar as tendências do mercado. Neste sentido, questões como *cloud*, ambientes compartilhados, segurança da informação, mobilidade, atualização dos sistemas, disponibilidade, desempenho, tolerância a falhas e comunicação, fazem parte do planejamento contínuo com necessidade de previsão orçamentária. O Wireless está instalado em todos os Campi e Unidades na modalidade *indoor* e *outdoor* definidas pelas células de acesso. Atualmente são 280 antenas instaladas nos Campi e Unidades que atendem no seu período de maior consumo,

noturno, com cerca de 3.500 conexões simultâneas. A Univille conta com dois acessos para internet que operam no modelo de redundância, visando aumentar a disponibilidade mesmo com a queda de sinal ou congestionamento de banda. Atualmente é fornecido aos estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e outras áreas da universidade um *link* particular de 100Mbps. O outro *link* de 200Mbps é fornecido pela Fapesc. Entre 2017/2018 será realizado *upgrade* do *link* de internet para 1Gbps até PTT (ponto de tráfego) de Florianópolis, anunciando assim nosso ASN (Número de Sistema Autônomo). Prover e manter a infraestrutura de rede necessária, cabeada ou sem fios, em todos os campi e unidades da Univille, para garantir o acesso aos servidores internos e à internet, com segurança e desempenho adequado. Todos os alunos da Univille têm uma conta de usuário no domínio da instituição. Esta conta permite ao usuário autenticar-se nos microcomputadores dos laboratórios, acesso ao sistema acadêmico *on line* e à plataforma Microsoft Office 365, onde o aluno também tem direito a um e-mail institucional, além do acesso a diversos *softwares*. Foi estabelecido um contrato com o datacenter da Sercompe, localizada em Joinville próximo a Univille o que viabilizou a conexão através de um link de 1Gb. Além da Sercompe, a Univille tem contrato de 5 *hosts* no ambiente Azure da Microsoft. Com isso, há disponibilidade destas tecnologias e serviços: *cloud server*, conectividade internet, *cloud backup*, *service desk*, monitoramento e desempenho da rede, *firewall* dedicado, suporte, *storage* e *colocation*.

No que diz respeito aos investimentos, anualmente ocorre um levantamento de necessidades, realizado de forma descentralizada por todos os setores das mantidas da Furj. Tais necessidades são analisadas e a sua implementação considera a dotação orçamentária, as prioridades institucionais (PDI, PEI), bem como o cumprimento de requisitos legais.

Atualização de um *software* pode ser identificada quando o desenvolvedor disponibilizar uma nova versão, correções, para atender uma nova legislação ou outra necessidade requerida. A atualização deve ser executada pela TI ou pelo fornecedor sob a supervisão da equipe da TI, conforme planejamento prévio e considerando

ambientes para homologações, testes de desempenho, aderência aos requisitos contratados e outras formas de certificação para liberação em produção.

A Univille dispõe atualmente de infraestrutura de TI com ativos de rede, servidores, computadores, projetores e antenas wi-fi que demandam atualização e manutenção. Para manter esta infraestrutura em funcionamento, a TI conta uma equipe de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos Campi e Unidades.

A atualização de *hardware* deve considerar as modalidades de compra ou locação que se distinguem na forma de atuação. Para os equipamentos comprados, deve-se levar em conta o período de garantia, depreciação e condições de uso. Já para os equipamentos locados, o período de atualização é definido em contrato. Neste processo de atualização, deve-se verificar o seguinte: Idade do equipamento; Capacidade de processamento para demanda atual; Capacidade de processamento para demanda futura; Estabilidade do equipamento; Qualidade de uso; Frequência de reparos; Aderência aos requisitos de *software*.

A partir do diagnóstico que deve ser feito anualmente, a TI deve elaborar o plano de atualização com o cronograma financeiro e de substituição.

A manutenção do *hardware* instalado na Univille deve ser orientada segundo a classificação por tipo: corretiva, preditiva e preventiva. Diante disso, é importante distinguir as diferenças entres estes tipos já que a forma de uso dos equipamentos é variada e se diferenciam pela sua função. **Manutenção corretiva -** na ocorrência de falhas, o usuário deve registrar no sistema Help Desk uma solicitação de reparo descrevendo o problema. A partir deste registro, a equipe de triagem é acionada e o chamado é direcionado para a equipe responsável que deve providenciar o reparo ou troca do equipamento. **Manutenção preditiva -** este tipo de manutenção deve ser feita nos equipamentos que permitem a avaliação de funcionamento diante dos parâmetros indicados pelo fornecedor e especificação técnica. Sendo assim, pode-se elencar os equipamentos de fornecimento auxiliar de energia como geradores, **no-break**, climatização, *switch*, servidores e outros listados no plano de manutenção. **Manutenção preventiva -** esse procedimento deve ser realizado em períodos onde há

disponibilidade de acesso para intervenção nos equipamentos, como por exemplo, em períodos de recesso, férias ou entre turnos.

5.7 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville)

A Biblioteca Universitária funciona como órgão suplementar da Univille, tendo aos seus cuidados o processamento técnico, bem como os serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville). Constituem o Sibiville, além da Biblioteca Central, as seguintes bibliotecas setoriais: Biblioteca do *Campus* São Bento do Sul; Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, do Colégio Univille – Joinville; Biblioteca da Unidade São Francisco do Sul; Biblioteca da Unidade Centro – Joinville; Biblioteca do Centro de Estudos do Hospital Municipal São José – Joinville; Biblioteca do Centro de Estudos Dr. Donaldo Diner, no Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria – Joinville.

O Sibiville integra e disponibiliza seus serviços mediante o Sistema *Pergamum* com agilidade e segurança aos seus usuários. Por meio desse sistema, a comunidade acadêmica tem acesso a todas as informações bibliográficas disponíveis no Sibiville, podendo realizar suas pesquisas no âmbito das bibliotecas e com acesso *on-line* pelo *site* http://www.univille.br/biblioteca. O sistema permite aos usuários renovação, reservas, solicitação empréstimo entre bibliotecas do Sibiville, verificação de materiais pendentes e débitos. Envia *e-mail* de avisos de renovação, débitos e reservas automaticamente.

O Sibiville tem como objetivos adquirir, disponibilizar e difundir recursos de informação, impressos e eletrônicos, de qualidade a professores, alunos, funcionários e comunidade em geral, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5.7.1 Espaço físico, horário e Pessoal administrativo

O espaço físico das bibliotecas setoriais possui equipamentos informatizados para consulta e salas de estudo e ambiente para pesquisa. A Biblioteca Central, que dá suporte às bibliotecas setoriais, conta com:

- uma sala polivalente;
- um anfiteatro;
- um salão para exposição;
- duas salas de DVD;
- quatro cabines para estudo individual;
- 12 cabines para estudo em grupo;
- ambientes para pesquisa/estudo;
- 46 computadores com acesso à internet para pesquisa e digitação de trabalhos;
- uma sala do Memorial da Univille;
- uma sala da Gestão Documental da Univille;
- uma sala do Projeto de Extensão Abrindo as Portas da Nossa Universidade: a Inserção do Aluno do Ensino Médio no Universo Acadêmico;
- uma sala do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler);
- uma sala do Programa Institucional de Literatura Infantil e Juvenil (Prolij);
- um espaço do UniCo – Univille Coworking.

O horário de funcionamento das bibliotecas setoriais da Univille é apresentado no quadro 9.

Quadro 9 – Horário de funcionamento bibliotecas Univille

Biblioteca	Horário
Biblioteca Campus Joinville	De segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 22h, e sábados, das 8h às 11h30
Biblioteca Campus São Bento do Sul	De segunda-feira a sexta-feira, das 7h15 às 12h e das 13h às 22h, e sábados, das 7h15 às 12h
Biblioteca Unidade São Francisco do Sul	De segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 21h30
Biblioteca Unidade Joinville Centro	De segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h
Biblioteca Infanto-juvenil Colégio Univille	segunda-feira a sexta-feira, das 7h45 às 12h / 13h às 16h45
Biblioteca Centro de Estudos do HMSJ	segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 19h
Biblioteca Centro de Estudos Hospital Infantil	segunda-feira a sexta-feira, das 7h30 às 17h

Fonte: PDI Univille (2017)

O pessoal administrativo do Sibiville é composto por profissionais que respondem pela gestão do acervo e pelo atendimento aos usuários. O quadro 10 apresenta o número de profissionais por cargo.

Quadro 10 – Pessoal administrativo do Sibiville

Cargo	Quantidade
Coordenador	1
Bibliotecário(a)	4
Assistente de serviços de biblioteca	5
Auxiliar de serviços de biblioteca I	11
Auxiliar de serviços de biblioteca II	1
Auxiliar de serviços da biblioteca infanto-juvenil	1

Fonte: PDI Univille (2017)

5.7.2 Acervo

O acervo do Sibiville é composto por livros e periódicos nas quantidades apresentadas nos quadros 11 e 12:

Quadro 10 – Acervo de livros por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	13.353	18.982
100 – Filosofia/Psicologia	4.533	6.966
200 – Religião	924	1.152
300 – Ciências Sociais	31.150	54.279
400 – Linguística/Língua	3.267	5.782
500 – Ciências Naturais/Matemática	5.850	11.237
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	17.881	33.892
700 – Artes	5.750	9.999
800 – Literatura	13.615	16.972
900 – Geografia e História	5.813	8.812

Fonte: PDI Univille (2017)

Quadro 12 – Acervo de Periódicos por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	202	9.710
100 – Filosofia/Psicologia	85	1.011
200 – Religião	14	258
300 – Ciências Sociais	1.389	33.004
400 – Linguística/Língua	65	1.028
500 – Ciências Naturais/Matemática	201	4.217
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	1181	34.470
700 – Artes	209	3.668
800 – Literatura	51	721
900 – Geografia e História	107	2.515

Fonte: PDI Univille (2017)

A atualização do acervo é feita conforme solicitação dos docentes, para atender ao previsto nos PPCs e nos planos de ensino e aprendizagem das disciplinas.

5.7.3 Serviços prestados/formas de acesso e utilização

O **Sibiville**, através dos serviços oferecidos, possibilita à comunidade acadêmica suprir suas necessidades informacionais. São eles:

Empréstimo domiciliar: os usuários podem emprestar o material circulante de acordo com os prazos para sua categoria, conforme Regulamento do Sibiville;

Empréstimo interbibliotecário: empréstimos entre as bibliotecas que compõem o Sibiville e instituições conveniadas;

Consulta ao acervo, renovações, reservas, verificação de débitos e materiais pendentes: ocorrem tanto nos terminais de consultas das Bibliotecas quanto via internet através do *site* www.univille.br/biblioteca;

Programa de Comutação Bibliográfica - Comut: permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais;

Levantamento bibliográfico: serviço de pesquisa por intermédio de palavras-chave. Os usuários informam os assuntos e a bibliotecária efetua uma busca exaustiva em bases de dados nacionais e estrangeiras, catálogos de bibliotecas e outras fontes de informação. Os resultados são repassados aos usuários através de correio eletrônico;

Capacitação para utilização das bases de dados e biblioteca virtual: Por meio de agendamento prévio a biblioteca oferece capacitação para uso da base de dados Academic Search Complete (EBSCO), Medline Complete (EBSCO), Portal CAPES, biblioteca virtual Minha Biblioteca e outras fontes de informação pertinentes ao meio acadêmico. São explanadas as formas de pesquisa e os diversos recursos oferecidos;

Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (Icap): Por meio desse serviço, é possível ter acesso aos artigos de periódicos nacionais, editados pelas Instituições que fazem parte da Rede Pergamum;

Elaboração de ficha catalográfica: ocorre para as publicações da Editora Univille, dissertações e teses dos alunos da Univille;

Treinamento aos calouros: acontece a cada início de semestre e é ministrado pela bibliotecária de referência, que explana sobre serviços das bibliotecas do Sibiville, consulta ao Sistema *Pergamum*, localização de materiais, normas e conduta, seus deveres e obrigações no âmbito das bibliotecas.

5.7.4 Acesso a base de dados

A Univille mantém assinatura de bases de dados bibliográficos, permitindo que estudantes, professores e técnicos administrativos tenham acesso a publicações técnico-científicas. A seguir são caracterizadas as bases de dados disponíveis no Sistema de Bibliotecas Univille.

EBSCO: a Univille assinou em março de 2005 a base de dados multidisciplinar Academic Search Elite e em 2007 ampliou seu conteúdo assinando a base Academic Search Premier. No ano seguinte, mais uma vez o conteúdo da base foi ampliado, e desde então a Univille conta com a base multidisciplinar Academic Search Complete. São 13.600 títulos de periódicos estrangeiros, sendo 8.800 com textos na íntegra;

Medline Complete: dentro da EBSCO a base de dados Medline Complete oferece mais de 2.500 títulos de periódicos com texto completo nas áreas de biomedicina, ciências do comportamento, bioengenharia, desenvolvimento de políticas de saúde, ciências da vida, entre outras;

DynaMed: dentro da EBSCO, essa é uma base de dados com atualizações na área de medicina baseada em evidências;

Portal Capes: Convênio que disponibiliza o acesso a 125 bases de dados disponíveis no portal, com materiais em texto completo e abstracts;

RT – Revista dos Tribunais online: oferece ferramentas de pesquisa jurídica, tais como conteúdo doutrinário, legislação, julgados dos tribunais, acórdãos e notícias em geral.

5.7.5 Biblioteca virtual Minha Biblioteca

A plataforma de e-books conta com mais de 8.000 títulos, dando acesso a conteúdo multidisciplinar, técnico e científico de qualidade. Por meio da plataforma MinhaBiblioteca®, estudantes têm acesso rápido e fácil às principais publicações de títulos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento. O acesso pode ser feito na Univille ou fora da Instituição, utilizando computador, celular ou *tablet* com acesso à internet.

5.7.6 Acervo específico do curso

Está disponível para o curso 1.145 títulos de referências, e um total de 2.886 exemplares. Os periódicos referentes à área de Farmácia estão disponíveis em duas bases de dados assinadas pela Univille. São 110 títulos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e 145 disponíveis na Base de Dados EBSCO.

5.8 Laboratórios

Na Univille, quando da criação de um novo curso, é nomeada uma Comissão que faz uma análise de todas as exigências legais e pedagógicas para o funcionamento deste curso. Para esse estudo são considerados os seguintes documentos: Diretrizes

Curriculares Nacionais do Curso; recomendações dos Conselhos Profissionais, quando há; Plano de Desenvolvimento Institucional; Instrumentos de Avaliação de cursos do MEC/Inep e outras normativas que podem se aplicar ao caso. Esta comissão estrutura um plano de investimento, no qual são colocadas todas as necessidades de construção de espaços, modificação de espaços, aquisição de equipamentos, entre outros dados.

Diante disto, toda a estrutura de laboratórios do curso na Univille atende as exigências legais e pedagógicas e está de acordo o Projeto Pedagógico do Curso.

A infraestrutura de laboratórios de ensino é gerenciada pela Área de Laboratórios, exceto os de informática que conta com uma gerência específica. A Área faz o controle de equipamentos e de pessoal técnico a fim de garantir aos cursos de graduação o acesso a laboratórios funcionais e atualizados para o desenvolvimento de aulas práticas e seus desdobramentos.

O acesso aos laboratórios é realizado por meio de reservas encaminhadas pela coordenação de curso ou diretamente pelo professor.

Trabalha-se com dois tipos de reserva nos laboratórios de uso geral ou compartilhado a saber: reservas de carácter permanente e as esporádicas.

As reservas permanentes para uso dos laboratórios são solicitadas pela Coordenação do Curso no início de cada ano letivo pelo endereço eletrônico laboratorios@univille.br e valem para o ano corrente. Na ocasião deve ser informado além do nome do laboratório pretendido, qual a disciplina, o professor responsável, o horário das aulas e a periodicidade semanal. Esta solicitação precisará ser refeita a cada novo período letivo.

As reservas esporádicas são feitas ao longo de todo o período letivo e sempre que o andamento da disciplina o exigir. Para tanto, é utilizado um formulário padrão disponibilizado pela Área de Laboratórios. Esta categoria de reserva é usualmente feita pelos próprios professores das disciplinas, mas pode ser feita também pela Coordenação do Curso. Os formulários preenchidos devem então ser entregues

diretamente na Coordenadoria dos Laboratórios ou enviados por e-mail no endereço eletrônico laboratorios@univille.br.

Importante frisar que mesmo já existindo a reserva permanente de determinado laboratório para uso de uma disciplina, o professor deverá fazer as solicitações de preparo das aulas práticas utilizando o formulário específico, por meio do qual o uso é previsto, as aulas são confirmadas e as práticas são preparadas conforme as necessidades dos professores.

Uma vez feita a solicitação para uso, a prática é preparada por técnicos e estagiários das áreas específicas. No caso dos laboratórios de uso específico a coordenação gerencia sua utilização e conta com pessoal técnico treinado para atender à demanda de aulas práticas. Tal demanda de aulas é o que determina a aquisição, o emprego e o armazenamento dos insumos, que podem tanto ser comprado pela Área de Laboratórios quanto pela coordenação do curso.

Independentemente do laboratório em que trabalhe, o pessoal técnico tem formação profissional qualificada e recebe treinamentos funcionais específicos em biossegurança e segurança química.

A segurança dos usuários dos laboratórios é um dos itens mais importantes nas rotinas de atividades de aula. Exige-se que os alunos usem os equipamentos de proteção individual (EPI's) e as paramentações especiais, quando for o caso. Todos os laboratórios possuem placas indicativas dos riscos associados às práticas neles desenvolvidas, bem como os EPIs recomendados para permanecer no local.

Além das instruções que os usuários recebem dos professores e dos Assistentes e Técnicos, cada laboratório tem em local visível cartazes informativos reforçando as normas de segurança e a necessidade de emprego dos EPIs.

A política de gerenciamento e ampliação da infraestrutura de laboratórios consiste em ações planejadas e discutidas estrategicamente no âmbito das Pró-Reitorias e coordenação do curso, abrangendo o uso, a manutenção, a atualização e a aquisição de novos equipamentos, de forma a possibilitar o gerenciamento racional

dos recursos físicos e humanos dos laboratórios, além do gerenciamento de resíduos laboratoriais, visando manter a qualidade dos serviços e a sua sustentabilidade.

Em todos os casos as prioridades são definidas avaliando-se as solicitações das coordenações, os projetos dos cursos, as recomendações das comissões avaliadoras, o PDI e o Plano de Investimentos da Universidade. Em relação aos equipamentos de laboratório a instituição mantem contratos de manutenção preventiva e corretiva com várias empresas terceirizadas, conforme a especificidade e natureza de equipamentos. A frequência destas manutenções depende da natureza dos equipamentos, porém, na maioria ocorrem duas vezes ao ano. Além das preventivas, temos previstas horas contratuais para as manutenções corretivas.

A pedido da Comissão Própria de Avaliação, a Área de Laboratórios fez um levantamento atualizado de todos os Contratos que a Instituição mantém, que está à disposição do setor competente.

No caso da infraestrutura física, as atualizações dependem principalmente das demandas encaminhadas pela Coordenação do Curso quando há a necessidade de novos espaços, de novos laboratórios ou atualização dos já existentes.

Dentro do ciclo de autoavaliação institucional há uma pesquisa periódica da infraestrutura de toda a Universidade, sendo que os resultados, por meio do Relatório de Autoavaliação Institucional, são entregues à Gestão para que os dados ali apontados sejam absorvidos pelo Planejamento Estratégico da Instituição que se responsabiliza por tornar aquela recomendação uma ação específica de determinada área ou transformar-se em um projeto dentro do planejamento.

Os laboratórios de formação básica e específica atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança disponibilizadas em cada um deles. Apresentam dimensões e distribuição compatíveis com o número de alunos.

Há manutenção periódica dos equipamentos e instalações físicas e serviços de apoio técnico. O serviço de apoio técnico é realizado por uma técnicos da área de

formação. Há recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades desenvolvidas nos laboratórios, que possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas.

Há também avaliação periódica semestral quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão para planejar a melhoria da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

Na sequência são listados os laboratórios de formação básica e específica.

5.8.1 Laboratórios de formação básica

No curso de Farmácia, os laboratórios de formação básica utilizadas são os seguintes:

- Laboratório de Anatomia Humana I, II, III e IV - com 261,80 m^2, divididos em quatro salas assim denominadas: preparo anatômico, guarda-peças, sala de prática e guarda-corpos. Possui 14 cadáveres humanos naturais e vários modelos anatômicos artificiais;
- Laboratório de Anatomia Virtual: com 11 Microcomputadores (Intel Pentium Core 2.0 GHZ e 2 GB de RAM), Softwares instalados;
- Laboratório de Bioquímica e Imunologia - com 87,47 m^2, está equipado para o estudo de técnicas de análise e dos diversos processos bioquímicos e imunológicos.
- Laboratório de Microbiologia - com 87,47m^2 destinado para várias funções: manutenção de cepas de microrganismos, manipulação asséptica, cultivo e caracterização de microrganismos, utilização laboratorial e industrial, entre outras
- Laboratório de Microscopia II -– com 87,40 m^2. Possui 27 microscópios óptico binocular, 9 microscópios estereoscópios binocular, 1 microscópio óptico trinocular com 4 objetivas acromáticas.

5.8.2 Laboratórios de formação específica

No curso de Farmácia, os laboratórios de formação específica utilizados são os seguintes:

- Farmacotécnica e Cosmetologia: utilizado para as aulas práticas de Farmacotécnica e Cosmetologia e atividades de pesquisa. Possui área de 70 m^2;
- Laboratório de Controle de Qualidade: utilizado para as aulas práticas de Controle de Qualidade, Introdução à Química e atividades de pesquisa. Possui área de 71,48 m^2;
- Laboratório de Tecnologia Farmacêutica: utilizado para as aulas práticas de Tecnologia Farmacêutica, atividades de pesquisa e atividades do Projeto Saneantes. Possui área de 80 m^2;
- Laboratório de Farmacognosia: utilizado para as aulas práticas de Farmacognosia, Introdução à Química e atividades de pesquisa. Possui área de 71,27 m^2;
- Laboratório de Microbiologia e Micologia Clínica: utilizado para as aulas práticas de Diagnóstico Laboratorial em Microbiologia. Possui área de 26,50 m^2;
- Laboratório de Práticas Farmacêuticas: utilizado para as aulas práticas das disciplinas de Introdução à Microbiologia e Análise Farmacêutica e para aulas práticas eventuais de Fisiopatologia e Estágio Curricular Supervisionado: Práticas Farmacêuticas. Possui área de 124,93 m^2;
- Laboratório de Bioquímica e Imunologia Clínica: utilizado para as aulas práticas de Diagnóstico Laboratorial em Bioquímica do Sangue e Diagnóstico Laboratorial em Imunologia. Possui área de 40,40 m^2;
- Laboratório de Parasitologia e Urinálise Clínica: utilizado para as aulas práticas de Diagnóstico Laboratorial em Microbiologia e Diagnóstico Laboratorial em Bioquímica da Urina. Possui área de 33,75 m^2;
- Laboratório de Hematologia Clínica: utilizado para as aulas práticas de Diagnóstico Laboratorial em Hematologia e Citologia. Possui área de 29,20 m^2;

- Laboratório de Imunofluorescência e Imagem: utilizado para as aulas práticas de Diagnóstico Laboratorial em Imunologia. Possui área de 12,30 m^2;
- Laboratório de Microscopia: utilizado para as aulas práticas de Diagnóstico Laboratorial que requerem análises microscópicas. Possui área de 28,50 m^2.

5.9 Comitê de Ética em Pesquisa

O Comitê de Ética em Pesquisa da Univille tem como finalidade básica defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos consensualmente aceitos e legalmente preconizados. O CEP é um colegiado inter e transdisciplinar, com “múnus público”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, com o dever de cumprir e fazer cumprir os aspectos éticos das normas vigentes de pesquisa envolvendo seres humanos, de acordo com o disposto na legislação vigente, suas complementares e quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas

O CEP funciona de maneira autônoma na Univille, tudo o que é feito é regimentado por um documento interno aprovado em reunião de colegiado da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Está atrelado a este setor dentro da universidade, pois os membros analisam projetos de pesquisa. A Univille é chamada de proponente de pesquisa quando do envio do projeto pelo pesquisador dentro da universidade, ou seja, a Univille está propondo a pesquisa por meio de suas coordenações (de onde provém os projetos).

Além do CEP da Univille, que foi um dos primeiros a receber deferimento de instauração, há mais outros cinco comitês na cidade. O CEP auxilia sempre que possível ou necessário, instituições parceiras. Projetos que não são da Univille também vem para a nossa apreciação mensalmente. Não há problema na análise, pois muitos desses lugares não tem CEP para avaliar.

O CEP Univille está homologado desde 11/2003 na CONEP. Na Univille há um sistema de dados, no qual se recebe os projetos de pesquisa para análise dos membros. O site se chama Plataforma Brasil e por meio dele, os pesquisadores de todo território nacional pode salvar o projeto de pesquisa e documentos para análise. Se o pesquisador é da Univille, naturalmente o projeto pode ser analisado pela Univille. Caso contrário, a CONEP pode indicar outro CEP, que pode ser o nosso para analisar os documentos. Nenhum pesquisador pode ficar sem parecer do CEP. Uma vez por mês, recebe-se os projetos (há um cronograma anual para recebimento) e os se distribui aos membros do CEP. Eles analisam os documentos e emitem parecer de relator. Há uma reunião também mensal em que todos os membros se reúnem para discutir sobre os projetos enviados e cada um pode dar seu parecer sobre aquele projeto. A decisão que prevalece sobre o projeto é unânime. Depois da reunião e decisão do colegiado sobre cada projeto protocolado, a presidência emite parecer consubstanciado para que o pesquisador saiba a decisão do CEP. Tudo feito por meio do sistema plataforma brasil. O pesquisador recebe um e-mail com essa decisão, disparado pelo sistema, indicando que o parecer foi liberado e precisa responder ao comitê dentro de trinta dias. Depois de respondido corretamente, o CEP emite parecer final aprovado, o qual, o pesquisador também recebe e-mail informando a decisão e dessa forma, ele consegue ir a campo fazer a coleta. A coleta não pode ser executada antes da aprovação.

Atualmente há 16 membros no CEP Univille de várias áreas do conhecimento. A maioria é aprovado em segunda versão, pois sempre tem algo a arrumar do original enviado pelo pesquisador. Os coordenadores que mais enviam projetos de pesquisa para análise são os de Psicologia, Educação Física, Odontologia, Farmácia e da pós-graduação. O horário de funcionamento é de segunda a sexta das 8h às 17h.

5.10 Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)

O Comitê de Ética em Pesquisa no Uso de Animais – CEUA, tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito da Univille e nos limites de suas atribuições, o disposto na legislação aplicável à utilização de animais para o ensino e a pesquisa, caracterizando-se a sua atuação como educativa, consultiva, de assessoria e fiscalização nas questões relativas à matéria de que trata o Regimento.

O CEUA é o componente essencial para aprovação, controle e vigilância das atividades de criação, ensino e pesquisa científica com animais, bem como para garantir o cumprimento das normas de controle da experimentação animal editadas pelo CONCEA (O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal) as resoluções dos Conselhos Superiores da Univille, bem como quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas.

O da Univille está homologado pelo CONCEA e pertence a própria instituição e pode prestar atendimento a instituições parceiras.

Neste item, no formulário do e-mec pergunta se o CEUA está homologado no CONEP. Quando se fala na utilização de animais, deve estar homologado no CONSEA e não no CONEP, que é para seres humanos.

O curso de Farmácia participa com um membro e um consultor *Ad doc*.

5.11 Biotérios

O Biotério Central da universidade ocupa uma área de 133 m^2, com divisões internas. O local possui baias para guarda e manutenção de coelhos e de ratos da raça Wistar, de linhagem albina da espécie *Rattus norvegicus*, sendo esta linhagem uma das mais utilizadas mundialmente em pesquisas de laboratório, utilizados para fins de ensino e pesquisa. O Biotério também possui um espaço para

desenvolvimento de atividades experimentais e uma área destinada a limpeza das gaiolas. O ambiente conta com controle de temperatura e umidade.

Os animais utilizados são provenientes de outro biotério e, quando adquiridos, a equipe que atua no Biotério Central da Universidade da Região de Joinville é comunicada sobre a data de chegada para a preparação do ambiente. Eles ficam por um período de uma semana a dez dias no novo espaço para adaptação, antes do início das atividades com os estudantes da referida disciplina.

Todos os animais permanecem em gaiolas de plástico, individuais, com tampas de aço inox, na forma de grade, com rebaixamento para o interior da gaiola que serve de comedouro. Destaca-se que é utilizado como alimento ração balanceada, própria para a raça. Os frascos usados para bebedouro são de vidro e o bico em aço inox, ficando à disposição dos mesmos, sempre limpos e higienizados. As gaiolas são seguras e confortáveis, permitindo liberdade de movimentos e fácil acesso tanto para o alimento como para a água, e todas ficam em estantes próprias para maior segurança do animal.

Vale ressaltar que, caso seja percebido algum sintoma diferente em um dos animais, como apatia ou perda de pelo, o veterinário contratado pela universidade é chamado para que possa realizar exames específicos e o mesmo possa ser tratado de maneira adequada.

Na Sala de Animais é feita a recepção dos coelhos nos dias em que há aula prática no curso de medicina, da área cirúrgica. A sala possui duas macas cirúrgicas e uma área para a lavação de animais. No momento do ingresso, os animais são limpos, tricotomizados e colocados em gaiolas de aço até o início do pré-operatório. No pré-operatório se faz o pré-anestésico. A sala possui ainda uma balança semianalítica para a pesagem dos animais.

O Expurgo/Sala de Utilidades é uma sala composta por bancada com duas pias e um freezer, para acondicionamento de carcaças de coelhos após a utilização delas nas aulas. Nessa sala é feita a lavação dos materiais e dos instrumentais cirúrgicos

usados nas aulas. Após serem lavados e secos, os materiais são armazenados na sala de material, conforme sua natureza e fins específicos.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processos de ensinagem na universidade – pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville: UNIVILLE, 2003. 145p.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL – ACISBS. **Panorama socioeconômico de São Bento do Sul**. São Bento do Sul, 2015.

BRASIL. ANVISA. **Lei nº 5.991**, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências. Brasília: ANVISA, 1973.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 6,** de 19 de outubro de 2017: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Cursos de Graduação em Farmácia e dá outras providências. Brasília, 2017. Disponível em: <http:// http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=74371-rces006-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192>.

_____. Ministério da Educação. **Resolução n.º 1 de 30,** de maio de 2012: estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866>.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 4**, de 6 de abril de 2009. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília: DOU de 07/04/2009.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 213**, de 09 de outubro de 2008. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pces144_09.pdf. Acesso em: 17/06/10

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 02**, 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília: DOU 19/06/07.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 03**, 02 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Brasília: DOU 03/07/07.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n.º 003,** de 10 março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 2**, de 19 de fevereiro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. Brasília: DOU 04/03/02.

_____. Ministério da Saúde, Clique na UF e conheça quais farmácias e drogarias são credenciadas no Programa Aqui Tem Farmácia Popular, 2019. Disponível em: http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/41867-veja-tambem-os-enderecos-das-farmacias-e-drogarias-que-integram-o-programa-aqui-tem-farmacia-popular, acesso em 20 jun 2019.

_____. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2014a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: 28 set. 2016.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Edições Câmara, 2014b.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 9.795,** de 27 de abril de 1999: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>.

BRASIL CHANNEL. Municípios da mesorregião norte catarinense. 2016. Disponível em: Acesso em: 31 maio 2016.

COELHO, I.; SOSSAI, F. C. (Orgs.). **Univille: 50 anos de ensino superior em Joinville e região (1965- 2015)**. Joinville: Editora Univille, 2015.

DATASUS, Ministério da Saúde, Portal da Saúde - SUS, 2019. Disponível em: http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=020, acesso em 20 jun 2019

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DENK, A.; WESTPHAL, A. **Panorama socioeconômico de São Bento do Sul: 2014.** São Bento do Sul: ACISBS, 2014.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FIESC. Setores portadores de futuro para a indústria catarinense – 2022. Florianópolis, 2015.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea,** edição especial, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ. **Estatuto da Fundação Educacional da Região de Joinville.** Resolução do Conselho de Administração da Fundação Educacional da Região de Joinville n.º 11/14 de 31 de julho de 2014. Joinville, FURJ: 2014.

HALL, R. H. **Organizações: estruturas, processos e resultados.** 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

INSTITUTE FOR THE FUTURE – IFTF. Future Work Skills 2020. Califórnia, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades@: ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil num mesmo lugar. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=4209102>. Acesso em: 31 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades@: ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil num mesmo lugar. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE Cidades, Brasil, Santa Catarina, Joinville, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>, acesso em: 24 jun 2019

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA – INEP. Censo da educação superior. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacaosuperior>. Acesso em: 20 ago 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE JOINVILLE – IPPUJ. Joinville – Cidade em dados 2016. Joinville, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE JOINVILLE – IPPUJ. Joinville – Cidade em dados 2018. Joinville, 2018.

LOPES, R. M. G. P. **Concepções pedagógicas e emancipação humana**: um estudo crítico. P61-82. In: PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividades docentes. SP: Cortez, 2002. 246p.

MINTZBERG, H. **Managing: desvendando o dia a dia da gestão**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOLFETT, F. Como a criança aprende. **Revista de Psicopedagogia**, v. 18, n. 48, 1999.

MORAES, M. C. Revista Exame aponta São Bento do Sul entre cidades mais desenvolvidas do Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.amunesc.org.br/noticias/index/ver/codMap/Item/52156/codNoticia/341364>. Acesso em: 26 out. 2016.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3.ed. São Paulo: Cortez/Brasília: UNESCO, 2001.118p.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PIMENTA, S. G. E ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. v.I. SP: Cortez, 2002. 279p.

SANTOS, M. R. C. **Profissão farmacêutica no Brasil: história, ideologia e ensino**. Ribeirão Preto: HOLOS, 1999.

SANTOS, B.S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SOARES, L.; BOFF, P. R.; VALGAS, C.; COSTA, L. H.; LEITE, S. N. **Educação farmacêutica e identidade profissional.** CORDEIRO, B. C.; LEITE, S. N. (Org.). O farmacêutico na atenção à saúde. 2 ed. rev. e amp. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2008. p. 263.

_____. Estatuto da Universidade da Região de Joinville. Resolução do Conselho Universitário da Universidade da Região de Joinville n.º 09/16, de 1.º de setembro de 2016. Joinville, 2016.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução n.º 02/15, de 30 de julho de 2015: Normatiza procedimentos com relação à mobilidade acadêmica e estágio internacional na graduação e Pós-graduação stricto sensu. Joinville: CEPE, 2015.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 10/10:** define os objetivos e atribuições da Assessoria Internacional da Univille. Joinville, 21 out. 2010. Disponível em: <http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeextensao/resolucoes/ 68226>.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 12/09, de 10 de setembro de 2009:** Dispõe sobre a Inserção de "Libras – Códigos de Comunicação" na estrutura curricular dos cursos de graduação, nas modalidades bacharelado, grupo profissional e tecnologia, da UNIVILLE. Joinville: CEPE, 2009.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 07/09:** define missão, princípios, objetivos, serviços oferecidos, público-alvo e composição do Centro de Inovação Pedagógica da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 23 abr. 2009. Disponível em: <http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeextensao/resolucoes/ 68226>.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UNIVILLE. **Resolução 24/07,** de 18 de dezembro de 2007. Regulamenta o aproveitamento/dispensa de disciplinas cursadas nas modalidades Extracurricular e Isolada, em outra Instituição, por alunos dependentes e adaptantes. Joinville: CEPE, 2007.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UNIVILLE. **Resolução 10/07,** de 28 de junho de 2007. Dispõe sobre a duração do período letivo e a carga horária para integralização da matriz curricular e de cada disciplina dos cursos de graduação da UNIVILLE. Joinville: CEPE, 2007.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UNIVILLE. **Resolução 11/01,** de 13 de dezembro de 2001. Aprova diretrizes para regulamentação dos Estágios Curriculares Supervisionados. Joinville: CEPE, 2001.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021.** Universidade da Região de Joinville. - Joinville, SC: Editora UNIVILLE, 2017. 228p.

WORLD ECONOMIC FORUM – WEFORUM. New vision for education: unlocking the potential of technology. Cologny/Geneve, 2015. Disponível em:

<http://www3.weforum.org/docs/WEFUSA_NewVisionforEducation_Report2015.pdf>
. Acesso em: 26 nov. 2016.

ZABALA, A. **Enfoque globalizador e pensamento complexo**: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: ARTMED, 2002. 248p.

Anexo I

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE FARMÁCIA

MATRIZ CURRICULAR IMPLANTADA EM 2020

Carmen Diamantina Teixeira Heyder

Heidi Pfutzenreuter Carstens

Januária Ramos Pereira Wiese

Luciano Soares

Luiz Paulo de Lemos Wiese

Melissa Zétola

Silvia Aparecida Ramos

Vivia Buzzi

Joinville, 2019

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE FARMÁCIA

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º O presente Regulamento estabelece as diretrizes para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de graduação em Farmácia da Univille.

Art. 2.º A aprovação no TCC é um dos requisitos para a integralização do curso de graduação em Farmácia.

Art. 3.º O TCC do curso de graduação em Farmácia da Univille atende às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Farmácia, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e as normas vigentes na Univille.

DA NATUREZA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4.º O TCC é um trabalho de caráter técnico-científico realizado sob orientação docente, correlacionado à área de atuação do farmacêutico, com vistas a gerar informações inovadoras e/ou benefícios à sociedade e permitir ao acadêmico o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo, apoiado nos recursos da investigação científica.

Parágrafo único. O TCC deve ser apresentado na forma de artigo científico ou em outro formato específico (por exemplo, *software*, vídeo), quando for o caso, desde que aprovado pelo curso.

DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Art. 5.º O TCC deve ser realizado em duplas de acadêmicos e iniciado no 5º semestre do curso, com a elaboração do projeto de TCC (PTCC).

DO ORIENTADOR GERAL

Art. 6.º A organização do TCC é responsabilidade do orientador geral, nomeado pelo coordenador do curso por meio de Portaria.

Art. 7º. Compete ao orientador geral:

I. cumprir o regulamento de TCC e a legislação vigente, bem como contribuir para seu efetivo cumprimento

II. elaborar e publicar o edital com o calendário de atividades do TCC;

III. apresentar a sistemática de funcionamento do TCC aos acadêmicos e orientadores específicos;

IV. homologar e divulgar as linhas de orientação específica;

V. homologar as duplas de acadêmicos e os respectivos orientadores específicos; receber os PTCCs e encaminhá-los para avaliação;

VI. resolver os problemas relacionados ao TCC, ouvindo os interessados e encaminhando as soluções;

VII. receber os TCCs com as assinaturas dos respectivos orientadores específicos e encaminhá-los para a avaliação;

VIII. organizar e divulgar as bancas examinadoras com as respectivas datas de apresentação;

IX. elaborar os registros descritivos quanto ao desempenho do acadêmico no TCC, mantendo-os arquivados no curso, e encaminhar a lista dos aprovados ao setor responsável;

X. indicar um membro para composição da banca examinadora de TCC.

DA ORIENTAÇÃO ESPECÍFICA

Art. 8º. A orientação específica deverá ser realizada por um professor do curso de Farmácia da Univille ou farmacêutico professor de outro curso da Univille.

§ 1.º O número máximo de TCC por orientador específico será de dois por turma;

§ 2.º O pagamento ao orientador específico será limitado a oito sessões por TCC, com duração de 1 hora-aula cada sessão.

Art. 9º. Ao orientador específico fica reservado o direito de desligar-se da orientação, nos casos em que o acadêmico não cumprir as orientações estabelecidas.

Parágrafo único. O desligamento da orientação específica deve ser formalizado no curso de Farmácia até no máximo seis meses antes da data da defesa em banca examinadora, mediante justificativa por escrito.

Art. 10. Compete ao orientador específico:

I. cumprir as atividades relacionadas à orientação do TCC conforme prazos e formas estabelecidos;

II. conhecer o regulamento e a sistemática do TCC;

III. cadastrar a(s) linha(s) de orientação na(s) qual(is) se disponibiliza a atuar, no prazo estabelecido;

IV. orientar o TCC somente na(s) sua(s) linha(s) de orientação publicada(s);

V. orientar os estudantes na elaboração do PTCC, no desenvolvimento do TCC e na correção da versão final do TCC;

VI. responsabilizar-se integralmente pela submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, quando necessário;

VII. viabilizar as condições adequadas ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao TCC;

VIII. avaliar e dar ciência nas cópias do PTCC e do TCC para a banca e da versão final, no prazo estabelecido, para encaminhamento ao Curso de Farmácia;

IX. sugerir os nomes de dois professores da Univille para compor a banca examinadora do TCC;

X. enviar versão final do TCC ao e-mail: farmacia@univille.br.

DA COORIENTAÇÃO

Art. 11. A coorientação é a orientação sobre parte específica do TCC realizada por um professor da Univille ou um profissional que atue em área alinhada ao tema do TCC.

§ 1.º A coorientação é opcional e deve ser definida no PTCC em acordo com os acadêmicos e o orientador específico.

§ 2.º A coorientação é de caráter voluntário.

DO ESTUDANTE

Art. 12. Compete aos acadêmicos orientandos de TCC:

I. cumprir as atividades relacionadas ao TCC conforme prazos e formas estabelecidos;

II. conhecer o regulamento e a sistemática do TCC;

III. inscrever a dupla de acadêmicos e o orientador específico, mediante sua anuência;

IV. cumprir as atividades propostas pelo orientador específico;
entregar o PTCC, com a assinatura do orientador específico, no prazo estabelecido;

V. arcar com os custos relacionados ao desenvolvimento do TCC;

VI. entregar duas cópias das normas de publicação do periódico e do artigo científico impressos para defesa em banca, com ciência do orientador e por e-mail em extensão .doc e .pdf (farmacia@univille.br);

VII. defender o TCC perante banca examinadora;

VIII. adequar o TCC conforme parecer da banca examinadora;

IX. entregar a versão final do TCC após as adequações sugeridas em banca.

Parágrafo único. O descumprimento de qualquer dos incisos listados anteriormente poderá resultar na reprovação do acadêmico no TCC.

Art.13. Nos casos em que o acadêmico considerar a orientação específica insatisfatória, poderá solicitar, por escrito e com as devidas fundamentações, a mediação do orientador geral.

DO PTCC E DO TCC

Art.14. O PTCC deve ser elaborado de acordo com o modelo estabelecido pelo Curso de Farmácia e entregue na Área da Saúde, em duas vias, com assinatura do orientador específico.

Art.15. O PTCC poderá ser submetido em atendimento ao edital do Pibic. Nesse caso, deverá ser entregue uma cópia impressa do projeto Pibic ao Curso de Farmácia.

Parágrafo único. Os projetos de Pibic orientados por professores não pertencentes ao curso de Farmácia, excetuando os professores farmacêuticos de outros cursos da instituição, não poderão ser submetidos como PTCC.

Art. 16. O PTCC será entregue no 6º semestre.

Art. 17. A forma de apresentação do TCC deve ser informada no PTCC, caso seja

diferente de artigo científico.

Art.18. A aprovação do PTCC é obrigatória para a realização do TCC.

Art. 19. O PTCC que envolver pesquisa com animais e com seres humanos deve ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) ou Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA) da Univille, devendo uma cópia do parecer de aprovação do CEP ou CEUA ser anexada ao TCC.

Parágrafo único. A submissão do projeto ao CEP ou CEUA é de inteira responsabilidade do orientador específico.

Art. 20. A utilização de estrutura física, equipamentos, material de consumo, ou outros meios externos à Univille para realização do TCC devem receber autorização escrita, datada, com assinatura do responsável, devendo uma cópia da autorização ser anexada ao PTCC.

Art. 21. A substituição do PTCC, se necessária, deve ser realizada, impreterivelmente, mediante a aprovação de novo projeto pelo curso.

Art. 22. O TCC no formato de artigo científico deve ser redigido conforme as normas exigidas pelo periódico científico indexado à qual se pretende submeter o artigo.

Parágrafo único. O desenvolvimento do TCC no formato de artigo de revisão será permitido apenas considerando-se a relevância científica do tema e a definição de metodologia adequada, devendo o TCC incluir os resultados e a visão crítica dos autores sobre o tema.

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PTCC

Art. 23. A avaliação do PTCC submetido ao Curso de Farmácia será realizada por dois professores designados pelo Orientador Geral de TCC.

§ 1.º A avaliação do PTCC seguirá os critérios estabelecidos pelo Curso de Farmácia, conforme formulário.

§ 2.º A avaliação do PTCC submetido ao Edital de Pibic será realizada pela Área de

Pesquisa.

Art. 24. Quando as notas atribuídas pelos avaliadores diferirem em mais de três pontos, o PTCC será submetido a um terceiro avaliador.

Parágrafo único. A nota final será obtida pela média entre as três notas emitidas; a nota do terceiro avaliador terá peso igual a 2.

Art. 25. Os acadêmicos cujo PTCC for reprovado deverão submeter uma solicitação escrita ao Orientador Geral de TCC no máximo após uma semana da data de reprovação, para que seja elaborado um calendário específico.

DA BANCA EXAMINADORA DO TCC

Art. 26. A banca examinadora será composta por dois professores designados pelo Orientador Geral de TCC, preferencialmente, atendendo às sugestões do orientador específico.

§ 1.º Membros externos ao Curso de Farmácia pertencentes à Univille poderão compor a banca examinadora.

§ 2.º Um dos avaliadores do PTCC deverá ser membro da banca examinadora do TCC.

Art. 27. O curso não custeará despesas para os membros da banca examinadora.

Art. 28. A sessão de defesa do TCC deverá ser presidida pelo orientador específico, que, no entanto, não comporá a banca examinadora.

§ 1.º O tempo total destinado à apresentação oral do TCC será de 20 minutos.

§ 2.º O tempo destinado à arguição será de 15 minutos para cada membro da banca.

§ 3.º O tempo total da defesa não deverá ultrapassar 1 hora.

§ 4.º O orientador específico poderá solicitar sessão fechada da defesa em banca para trabalhos em que há interesse de proteção da propriedade intelectual.

§ 5.º Não é permitida a manifestação do orientador específico nem do público durante as etapas de apresentação e arguição.

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 29. Os acadêmicos serão avaliados pela banca examinadora considerando a apresentação escrita do TCC e individualmente pela apresentação oral;

§ 1.º A apresentação escrita do TCC terá peso de 70%.

§ 2.º A apresentação oral do TCC terá peso de 30%.

Art. 30. Não será atribuída nota ao TCC, sendo considerado aprovado o acadêmico que obtiver desempenho mínimo de 70% no processo de avaliação.

Art. 31. A integralização do curso de Farmácia pelo acadêmico está condicionada à entrega da versão final do TCC após as adequações sugeridas em banca, no prazo estabelecido no calendário de atividades de TCC.

Art. 32. O acadêmico que reprovar no TCC deve:

I. submeter novo PTCC no prazo máximo de 60 dias corridos a partir do primeiro dia do mês letivo subsequente;

II. executar o TCC e entregar o artigo para defesa em banca, no prazo mínimo de seis meses e máximo de nove meses após a aprovação do PTCC;

III. defender o TCC obedecendo ao calendário específico definido pelo Orientador Geral de TCC.

Parágrafo único. O acadêmico que não atender aos prazos anteriormente descritos deverá submeter novo PTCC obedecendo ao calendário de TCC subsequente.

Art. 33. A versão final do TCC deve ser enviada por e-mail (farmacia@univille.br), no formato PDF, pelo orientador específico.

Parágrafo único. O TCC desenvolvido em formato diferente de artigo científico deve ser entregue na forma descrita no PTCC, mediante ciência do orientador específico.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Não caberá recurso no TCC.

Art. 35. Os casos omissos neste Regulamento e aqueles não passíveis de resolução pelo Orientador Geral serão submetidos ao Núcleo Docente Estruturante do Curso de Farmácia, no que lhe couber, e encaminhados para as instâncias superiores o que não for de sua competência.

PARECER DE PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (PTCC)

TÍTULO DO PROJETO:	
ALUNO(S):	
ORIENTADOR:	
I. TÍTULO DO PROJETO	PONTUAÇÃO (0 a 10)
1. Clareza e objetividade.	
II. RELEVÂNCIA DO TEMA E DOS OBJETIVOS DO PROJETO	PONTUAÇÃO (0 a 10)
2. Relevância do objeto da pesquisa	
3. Clareza na definição dos objetivos	
4. Clareza na contextualização e delimitação do problema	
III. ADEQUAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO PROJETO	PONTUAÇÃO (0 A 10)
5. Relação entre a revisão de literatura e o problema da pesquisa	
6. Coerência na redação do texto e na exposição das ideias	
7. Autores mencionados no texto listados na revisão bibliográfica	
IV ADEQUAÇÃO DA METODOLOGIA	PONTUAÇÃO (0 a 10)
8. Adequação da metodologia aos objetivos do projeto	
9. Identificação e delimitação da população e/ou amostra	
10. Informações sobre os procedimentos e técnicas a serem utilizados	

V VIABILIDADE DE EXECUÇÃO DIANTE DAS CONDIÇÕES DA INSTITUIÇÃO E/OU COLÉGIO DA UNIVILLE	PONTUAÇÃO (0 a 10)
11. Viabilidade de execução diante das condições da instituição	
VI RELEVÂNCIA DOS RESULTADOS ESPERADOS	PONTUAÇÃO (0 a 10)
12. Relevância dos resultados esperados	
Soma da pontuação de cada item dividido por 12 MÉDIA	

PARECER FINAL (obrigatório)

Joinville, _____ de _____ de _____

Avaliador: _____

Assinatura:_____

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO FICHA DE AVALIAÇÃO/PARECER PARA DEFESA

IDENTIFICAÇÃO
Título do trabalho
Proponentes 1. 2.
Orientador específico
Coorientador específico

NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	
☐ sim ☐ não ☐ não se aplica	O Comitê de Ética aprovou o Projeto de TCC (quando pertinente)
☐ sim ☐ não ☐ não se aplica	Quanto aos projetos em conjunto com outras instituições, as autorizações de utilização de estrutura física, dados, aprovação pelo Comitê de Ética da instituição estão citados na metodologia?

Itens de avaliação – ARTIGO			
Título do TCC			
I) CLAREZA, OBJETIVIDADE E COERÊNCIA	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**
INTRODUÇÃO **II)** O PROBLEMA DO TRABALHO FOI ADEQUADAMENTE DESCRITO?	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**

III) OS OBJETIVOS DO TRABALHO FORAM DESCRITOS?	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**
M E T O D O L O G I A			
IV) A METODOLOGIA MOSTRA-SE ADEQUADA À OBTENÇÃO DOS DADOS APRESENTADOS?	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**
V) A METODOLOGIA UTILIZADA ESTÁ ADEQUADAMENTE DESCRITA?	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**
R E S U L T A D O S E D I S C U S S Õ E S			
VI) OS RESULTADOS FORAM APRESENTADOS DE FORMA CLARA E DE FÁCIL ENTENDIMENTO?	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**
VII) OS RESULTADOS OBTIDOS SUSTENTAM A DISCUSSÃO E A CONCLUSÃO DO TRABALHO?	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**
VIII) OS RESULTADOS, A DISCUSSÃO E A CONCLUSÃO ATENDEM AOS OBJETIVOS PROPOSTOS?	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**
ITENS DE AVALIAÇÃO – ARTIGO			
O R G A N I Z A Ç Ã O			
IX) ADEQUAÇÃO DO ARTIGO ÀS NORMAS DE PUBLICAÇÃO DA REVISTA ESCOLHIDA:			
• NÚMERO DE PÁGINAS;		☐ **SIM**	☐ **NÃO**
• FORMATAÇÃO (ESTILO E TAMANHO DE LETRA, ESPAÇAMENTO, MARGENS DA PÁGINA ETC.);	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**
• ITENS DE ORGANIZAÇÃO (TÍTULO, AUTORES, INTRODUÇÃO, METODOLOGIA ETC.).	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**
X) AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ESTÃO LISTADAS DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA?	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**
XI) A APRESENTAÇÃO DOS DADOS E A LINGUAGEM ESTÃO ADEQUADAS AO FORMATO DE ARTIGO CIENTÍFICO?	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**

XII) A QUALIDADE DAS LITERATURAS UTILIZADAS É ADEQUADA, CONSIDERANDO A ÁREA ESPECÍFICA DO TRABALHO?	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**
XIII) NA SUA OPINIÃO, ESTE ARTIGO ESTÁ ADEQUADO PARA SER SUBMETIDO À PUBLICAÇÃO? (ESTE ITEM NÃO DEVE SER LEVADO EM CONTA NA ATRIBUIÇÃO DO CONCEITO AO TCC).	☐ **PARCIAL**	☐ **SIM**	☐ **NÃO**

PARECER FINAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS
Nota da avaliação escrita do TCC: _____
☐ RECOMENDADO À DEFESA EM BANCA
☐ NÃO RECOMENDADO À DEFESA EM BANCA

Joinville, ___/___/___.

N o m e **A s s i n a t u r a**

Professor da banca:

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO PARECER DE DEFESA			
IDENTIFICAÇÃO			
Título do trabalho			
Proponente 1. 2.			
Orientador específico			
Coorientador específico			
Professor da banca			
ITENS DE AVALIAÇÃO – APRESENTAÇÃO ORAL			
Organização da apresentação			
I) Clareza, objetividade e coerência	☐ Parcial	☐ Sim	☐ Não
II) Distribuição do tempo de 20 minutos (10' por estudantes) adequado?		☐ Sim	☐ Não
III) A dupla demonstrou sintonia na apresentação?		☐ Sim	☐ Não
Conteúdo			
IV) Domínio do conteúdo na apresentação?	☐Parcial	☐ Sim	☐ Não
V) Domínio do conteúdo na arguição?	☐Parcial	☐ Sim	☐ Não

Parecer final

AVALIAÇÃO

Nome do aluno Nota: _____

Nome do aluno Nota: _____

Professor banca:

Assinatura:

Nome professor da banca

Joinville, de de.....

Anexo II

Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Farmácia – Matriz Curricular Implantada em 2020

Carmen Diamantina Teixeira Heyder

Heidi Pfutzenreuter Carstens

Januária Ramos Pereira Wiese

Luciano Soares

Luiz Paulo de Lemos Wiese

Melissa Zétola

Silvia Aparecida Ramos

Vivia Buzzi

Aprovado pelo Colegiado do Curso de Farmácia em 25/06/2019. Aprovado pelo Conselho Universitário em 01/08//2019, conforme Parecer 086/19.

CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Aprovar as diretrizes para regulamentação das atividades complementares (ATC) do Curso de Graduação em Farmácia da UNIVILLE.

Art. 2º As Atividades Complementares compõem o currículo do curso de Farmácia da UNIVILLE, configurando-se como exigência obrigatória e condição, portanto, indispensável para colação de grau do acadêmico.

Art. 3º Segundo artigo 3º da Resolução 04/08 do CEPE, o caráter das Atividades Complementares é o de flexibilização dos currículos, de forma a incentivar o acadêmico a expandir sua formação e ampliar o nível do conhecimento favorecendo sua integração com o meio social, abrangendo a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente contextualização, e atualização, devendo possibilitar ao estudante vivências acadêmicas compatíveis com as relações do mercado de trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-se às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Parágrafo único. As ATC são atividades realizadas pelos estudantes na área de Farmácia e áreas afins, cujos objetivos são complementar a formação, possibilitar a aquisição de habilidades específicas não contempladas nas demais atividades acadêmicas do curso e valorizar o envolvimento dos acadêmicos em atividades extracurriculares.

CAPÍTULO 2 - DA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 4º A coordenação das ATC será de responsabilidade de um docente designado pelo Coordenador do Curso de Farmácia.

Art. 5º Compete ao Coordenador das ATC:

I. Divulgar as ATC e as normas dispostas neste regulamento para cada uma das turmas do curso.

II. Avaliar a documentação exigida para validação das atividades.

III. Auxiliar os acadêmicos no cumprimento de suas obrigações relacionadas com as ATC.

IV. Preencher os formulários com as horas validadas de ATC e encaminhar aos Auxiliares de Ensino para alimentação no sistema, para posterior registro no histórico escolar do aluno.

CAPÍTULO 3 - DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 6º As ATC compreendem atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme descrição contida no Anexo 1 deste regulamento.

Art. 7º A validação das atividades deverá ser feita pelo Coordenador das ATC, mediante entrega da documentação comprobatória pelo acadêmico junto à secretaria do curso de Farmácia.

Parágrafo único. A documentação comprobatória deverá ser entregue sempre na primeira quinzena de junho e de novembro de cada ano.

Art. 8º As atividades desenvolvidas pelos acadêmicos nos estágios curriculares supervisionados obrigatórios não serão consideradas para efeito de cumprimento das ATC.

CAPÍTULO 4 - DA CARGA HORÁRIA

Art. 9º O estudante deve realizar no mínimo 120 horas (144 horas/aula) de ATC, sendo que sua integralização deve acontecer ao longo do curso.

Art. 10. As cargas horárias máximas elencadas no Anexo 1 foram instituídas para estimular o acadêmico a participar do maior número de atividades diversas evitando, desta forma, a concentração em apenas um tipo de ATC.

Art. 11. O aluno que deixar o Curso de Farmácia da UNIVILLE, mediante processo de transferência para outra instituição de ensino, terá anotada em seu histórico escolar a carga horária de ATC por ele, até então, computadas no sistema.

Parágrafo único. No caso de transferência de outra instituição de ensino para o curso de Farmácia da Univille, o aluno poderá ter horas de ATC validadas referente ao período anteriormente cursado, desde que atendam aos critérios de validação constantes neste regulamento e nenhuma dessas atividades constem no histórico escolar.

CAPITULO 5 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Será considerado APROVADO nas ATC, o acadêmico que cumprir o disposto neste regulamento integralizando o mínimo de 120 horas (144 horas/aula) de ATC.

Art. 13. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Coordenador das ATC e Coordenador do Curso de Farmácia, respeitadas as suas competências.

Art. 14. Este regulamento aplica-se aos acadêmicos que ingressarem no curso a partir do período letivo de 2020.

Art. 15. Este regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação perante o Conselho Universitário da Univille, revogando todas as disposições em contrário.

ANEXO 1

Descrição das atividades complementares, pontuação, carga horária máxima permitida para cada atividade e documentos necessários para validação.

Atividades	Pontuação	Carga horária máxima permitida	Documentos necessários para validação
Participação voluntária em projetos de extensão	Conversão das horas de atividade	50 horas	Declaração emitida pela Área de Projetos comprovando carga horária
Participação voluntária em projetos de pesquisa	Até 50 horas/ano	100 horas	Declaração emitida pela Área de Projetos comprovando carga horária
Bolsista em projetos de ensino, pesquisa ou extensão	Até 50 horas/ano	100 horas	Declaração emitida pela Área de Projetos (pesquisa e extensão) ou PROEN (ensino) comprovando carga horária
Monitoria de graduação	Até 50 horas/ano	50 horas	Certificado emitido pela Univille
Estágio curricular não obrigatório nas áreas de atuação do profissional farmacêutico **(A)**	04 horas/mês de estágio (até 50 horas/campo)	100 horas	Declaração do local de estágio e cópia do termo de compromisso fornecido pelo setor de Escritório de Empregabilidade e Estágio
Atividade profissional nas áreas de atuação do farmacêutico (trabalho) **(B)**	04 horas/mês de trabalho (até 50horas/atividade)	100 horas	Declaração do local de trabalho e cópia do registro na carteira de trabalho
Atividade como bolsista em estágio interno em área afim (bolsa de trabalho)	Até 50 horas/ano de ATIVIDADE	100 horas	cópia do registro no Escritório de Empregabilidade e Estágio
Participação em congresso da área da saúde	15 horas por congresso	-	Certificado oficial de participação
Participação em Simpósio/Seminário da área da saúde	Conversão real das horas comprovadas até limite de 8h	-	Certificado oficial de participação
Palestra **(C)**	2 horas por palestra	50 horas	Certificado oficial de participação
Curso de atualização - modalidade presencial **(D)**	Conversão real das horas comprovadas	100 horas	Certificado oficial de participação com carga horária e conteúdo programático

Curso de atualização na Área farmacêutica- modalidade a distância (EAD) com duração inferior a 5 horas	1 hora por curso	30 horas	Certificado oficial de participação com carga horária e conteúdo programático
Curso de atualização na Área farmacêutica - modalidade a distância (EAD) com duração superior a 5 horas	20% da carga horária do curso		
Publicação de trabalhos (resumos, poster) em eventos da área da saúde	5 horas por trabalho	50 horas	Certificado oficial de participação ou cópia do resumo publicado
Publicação de artigos em revistas científicas	15 horas por artigo	-	Cópia do artigo publicado com dados da revista ou aceite do artigo
Organização de eventos **(E)**	15 horas por participação como organizador e 10 horas como monitor	-	Certificado oficial de participação
Membro do Centro Acadêmico de Farmácia e de outras representações discentes eletivas	10 horas por semestre	20 horas	Cópia do registro da Ata de posse fornecida pela instituição
Membro da Comissão de Formatura	10 horas por semestre	20 horas	Declaração do Coordenador do curso
Representante e vice-representante de turma	10 horas por semestre	20 horas	Cópia de declaração fornecida pela instituição
Representação em Comissão eleitoral na Univille	3 horas/pleito eleitoral	-	Declaração da comissão eleitoral ou portaria de nomeação
Eventos da área da Saúde vinculados à Univille **(F)**	3 horas por evento	50 horas	Declaração de participação
Ouvinte em apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	1 hora por TCC	20 horas	Declaração de participação emitida pela coordenação do curso

(A) Estágio realizado em campos diferentes de atuação. Ex.: um estágio em Farmácia de manipulação e um estágio em farmácia de dispensação.

(B) Refere-se a diferentes atividades de trabalho. Não pontua se mudar de local de trabalho e continuar com a mesma atividade (ex.: atendente)

(C) Na atividade “Palestras” estão incluídas aquelas promovidas pela instituição ou não, e que tenham relação com atuação profissional do farmacêutico, além de reuniões do Conselho Municipal de Saúde e plenárias do Conselho Regional de Farmácia. Não estão inclusas neste item palestras vinculadas a congressos e outros eventos (seminários, jornadas, simpósios, entre outros) já pontuados nas ATC.

(D) Refere-se a cursos na área farmacêutica. Cursos que não se enquadram na área serão analisados pelo Núcleo Docente Estruturante do curso de Farmácia.

(E) Exemplos: congressos, jornadas, eventos de extensão, simpósios, colóquios e outros eventos científicos.

(F) Neste item estão incluídas participações na Semana da Comunidade, campanhas de saúde e eventos comunitários. Não serão pontuadas, para alunos extensionistas, atividades que já foram previstas nos projetos de extensão.

Anexo III

Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório

Matriz Curricular Implantada em 2020

Carmen Diamantina Teixeira Heyder

Heidi Pfutzenreuter Carstens

Januária Ramos Pereira Wiese

Luciano Soares

Luiz Paulo de Lemos Wiese

Melissa Zétola

Silvia Aparecida Ramos

Vivia Buzzi

Aprovado pelo Colegiado do Curso de Farmácia em 25/06/2019. Aprovado pelo Conselho Universitário em 01/08/2019, conforme Parecer nº 086/19.

O Colegiado do curso de Farmácia da Univille, considerando que a Supervisão Geral do Estágio Curricular na Univille compete à Pró-Reitoria de Ensino e à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, e em conformidade com disposto na Resolução nº 45/18 do Conselho Universitário, aprova o seguinte regulamento:

Art. 1.º O presente Regulamento normatiza as atividades dos Estágios Curriculares Obrigatórios (ECO) do curso de graduação em Farmácia da Univille, tendo sido elaborado de acordo com as regulamentações internas da Univille e a legislação nacional vigentes, devendo para a conclusão do curso, ser seguido por todos os acadêmicos.

Art. 2.º Os ECO compreendem as atividades de aprendizagem profissional, social e cultural proporcionadas aos estudantes pela participação em situações reais de vida e de trabalho no meio farmacêutico, junto de pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da Univille.

Art. 3.º A carga horária mínima dos ECO está determinada no Projeto Pedagógico do curso de Farmácia, atendendo ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Art. 4.º Os ECO compreendem cinco etapas:

I. ECO I, realizado no 3° semestre, totalizando no mínimo 36 h/a (30 horas);

II. ECO II, realizado no 6° semestre, totalizando no mínimo 120 h/a (100 horas);

III. ECO III, realizado no 7° semestre, totalizando no mínimo 120 h/a (100 horas);

IV. ECO IV, realizado no 9° semestre, totalizando no mínimo 288 h/a (240 horas);

V. ECO V, realizado no 10° semestre, totalizando no mínimo 396 h/a (330 horas).

Parágrafo único. As ementas dos ECO estão descritas no anexo 1.

Art. 5.º A coordenação do ECO é de responsabilidade do coordenador do curso de Farmácia, cujas atribuições são:

I. Instituir a Comissão Orientadora de Estágio Curricular Obrigatório do curso de Farmácia (COECO) para o período letivo vigente;

II. Coordenar as atividades da COECO;

III. Encaminhar à Pró-Reitoria de Ensino propostas de alteração do Regulamento aprovadas pelo Colegiado do curso de Farmácia.

Art. 6.º A COECO é constituída pelo coordenador do curso de Farmácia e por professores orientadores de ECO.

Art. 7.º Compete à COECO:

I. Cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento;

II. Elaborar propostas de alteração do Regulamento quando se fizerem necessárias;

III. Realocar o estagiário quando houver descumprimento, pelo local de estágio, dos termos estabelecidos neste Regulamento e/ou no Termo de Compromisso assinado entre o estagiário, a Univille e o local de estágio;

IV. Resolver os casos omissos a este Regulamento.

DO DESENVOLVIMENTO DO ECO

Art. 8.º O acadêmico deverá realizar:

I. ECO I: estágio na área de fármacos, medicamentos ou Assistência Farmacêutica, de acordo com a organização da COECO.

II. ECO II: estágio em Farmácia Comunitária de Dispensação de direito público, nas Unidades Básicas de Saúde ou na Farmácia-Escola SUS/Univille (FAE);

III. ECO III: estágio em Farmácia Comunitária de Dispensação de direito público, nas Unidades Básicas de Saúde ou na FAE;

IV. ECO IV: estágio em laboratórios de análises clínicas, genéticas ou toxicológicas, ou na área de alimentos, dependendo da opção do estudante ou da disponibilidade de vagas.

V. ECO V: estágio em Farmácia Comunitária de Dispensação de direito público ou privado, farmácia hospitalar, farmácia magistral, farmácia clínica, vigilância sanitária, indústria farmacêutica ou indústria cosmética, dependendo da opção do estudante ou da disponibilidade de vagas.

§ 1.º A Univille, por intermédio da COECO do curso de Farmácia, resguarda-se no direito de avaliar e negar pedidos de convênios para realização de ECO de seus acadêmicos.

§ 2.º A COECO poderá oferecer e validar outros campos para o ECO IV e o ECO V mediante abertura de edital.

§ 3.º Entende-se por redes de farmácias privadas conveniadas aquelas empresas sob a mesma razão social que apresentam um padrão de processos e de aprendizado que possa ser reproduzido em filiais fora de Joinville.

§ 4.º O ECO II ou III deve, obrigatoriamente, ser realizado na FAE.

§ 5.º ECO II ou III, complementar ao ECO na FAE, obedecerá a seguinte ordem de ocupação das vagas:

a) ECO na FAE;
b) ECO na Unidade Básica de Saúde (UBS) Jardim Paraiso;
c) ECO em UBS em Joinville credenciada.

Art. 9.º Os ECO II, III e IV devem ser realizados em um período diferente daquele que o acadêmico cursa as disciplinas, respeitado o plano de atividades.

§ 1.º A carga horária nos ECO II, III e IV será de, no máximo, 6 horas diárias, não podendo exceder 30 horas semanais.

§ 2.º A carga horária do ECO V será de no máximo 8 horas diárias, não podendo exceder 40 horas semanais.

Art. 10. As cargas horárias totais do ECO II ao ECO V serão consonantes às necessidades e especificidades dos locais de estágio, podendo superar a carga horária mínima determinada no Projeto Pedagógico do Curso e neste Regulamento.

Parágrafo único: As cargas horárias excedentes do ECO II ao ECO V serão registradas no histórico escolar do acadêmico.

Art. 11. O estágio efetuado pelo acadêmico não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que atendidos todos os requisitos da legislação nacional vigente.

Art. 12. São condições para a realização dos ECO:

I. ECO II: aprovação no ECO I;

II. ECO III: aprovação no ECO II;

III. ECO IV: aprovação no ECO III;

IV. ECO V: aprovação em todos os componentes curriculares obrigatórios da matriz curricular do curso de Farmácia, excetuando as ATC e a disciplina eletiva.

Parágrafo único. O ECO V deve ser realizado no semestre imediatamente subsequente ao cumprimento do disposto no item III deste artigo.

DO SISTEMA DE CREDENCIAMENTO DE LOCAIS DE ECO

Art. 13. Os critérios para o credenciamento de locais para a realização do ECO I ao ECO V são:

I. a existência de infraestrutura e materiais adequados;

II. a existência de responsável técnico farmacêutico nos campos de âmbito privativo e de responsável técnico de nível superior nos campos de atuação não privativos;

III. a disponibilidade de um farmacêutico para a supervisão local dos estagiários no âmbito privativo e de profissional de nível superior em âmbito não privativo, em tempo integral da realização do ECO;

IV. a conformidade da situação legal da empresa com as exigências previstas na legislação vigente;

V. a submissão ao regulamento de ECO do curso de Farmácia e às normas vigentes da Univille.

§ 1.º O descumprimento dos critérios estabelecidos neste artigo implica o descredenciamento do local de estágio.

§ 2.º A Univille, por intermédio do curso de Farmácia, poderá, de forma fundamentada, negar credenciamento ou descredenciar o local de estágio caso julgue não ser ideal para a realização do ECO do acadêmico, mesmo que o local preencha os requisitos constantes no *caput* do presente artigo.

Art. 14. Compete ao local de realização do ECO:

I. firmar convênio com a Univille e termo de compromisso com o estagiário e a Univille;

II. estabelecer o plano de atividades de ECO em conjunto com o professor orientador;

III. apresentar ao estagiário a estrutura organizacional do local de estágio, fornecendo informações sobre normas internas e funcionamento;

IV. proporcionar ao estagiário o desenvolvimento do plano de atividades de ECO.

DA ORIENTAÇÃO DO ECO

ECO I a V

Art. 15. A orientação da atuação do estagiário no local de ECO será realizada pelo professor orientador de forma presencial e/ou contato telefônico/internet, para os ECO em locais fora de Joinville.

Art. 16. A supervisão do ECO I ao V será desenvolvida conjuntamente por:

I. professor orientador de ECO do curso de Farmácia, obrigatoriamente farmacêutico;

II. supervisor local de ECO, nomeado no local de estágio para acompanhar as atividades do estagiário.

Art. 17. Compete aos professores orientadores de ECO:

I. realizar o credenciamento de locais de estágio;

II. organizar o ECO, segundo Regulamento interno e a legislação vigente na Univille;

III. verificar se os acadêmicos atendem aos pré-requisitos para cursar o ECO, previstos no artigo 12;

IV. elaborar, analisar e implementar o plano de atividades de ECO;

V. apresentar este Regulamento e a sistemática do ECO para o acadêmico;

VI. providenciar, por meio da Central de Relacionamento com o estudante (CRE), os convênios e termos de compromisso entre as partes;

VII. acompanhar o ECO, orientando e supervisionando as atividades de estágio;

VIII. verificar a frequência dos estagiários;

IX. acompanhar periodicamente a atuação dos estagiários no ECO por meio de portifólio;

X. elaborar os registros descritivos quanto ao desempenho do acadêmico no ECO, mantendo-os arquivados no curso;

XI. avaliar o desempenho do estagiário;

XII. relatar ao coordenador do curso qualquer problema existente no estágio.

Parágrafo único. O plano de atividades é o planejamento a ser cumprido pelo estagiário no ECO referente às atividades que, impreterivelmente, devem ser realizadas no local de estágio, visando contemplar integralmente a formação técnica relativa à área, no âmbito da formação farmacêutica.

Art. 18. Compete ao supervisor local:

I. estar ciente da sistemática do ECO;

II. conhecer o plano de atividades do acadêmico;

III. supervisionar a atuação do estagiário, orientando-o no desenvolvimento do plano de atividades do ECO;

IV. discutir estratégias de aperfeiçoamento do ECO;

V. controlar a frequência do estagiário;

VI. avaliar e registrar a atuação do estagiário;

VII. informar ao professor orientador de ECO, por escrito, problemas decorrentes do não cumprimento das atribuições do estagiário.

Art. 19. Compete ao estagiário:

I. estar ciente deste Regulamento e da sistemática de ECO;

II. submeter-se ao processo de seleção de ECO, quando aplicável;

III. cumprir o plano de atividades;

IV. manter sigilo sobre assuntos referentes ao ECO, discutindo-os apenas com os professores orientadores de ECO;

V. respeitar as normas e os procedimentos do local de ECO;

VI. recorrer ao professor orientador de ECO sempre que surgirem dificuldades ou dúvidas não resolvidas no local de ECO;

VII. preencher formulário de frequência (anexo 2) no ECO I ao V;

VIII. justificar as faltas ao supervisor local de ECO (I a V) antecipadamente ou até um dia útil após sua ocorrência;

IX. relatar ao professor orientador do estágio qualquer problema existente no estágio.

DA AVALIAÇÃO, FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO NO ECO

Art. 20. O desempenho do acadêmico nos ECO I a V será avaliado levando-se em conta os seguintes itens:

I. avaliações realizadas pelo professor orientador da atuação do estagiário no local de ECO, avaliações realizadas pelo professor orientador em encontro(s) presencial(is) na Univille e avaliações através dos portfólios de ECO (peso 4);

II. avaliação realizada pelo supervisor local (anexo 3), sendo a pontuação convertida pelo professor orientador (anexo 4) (peso 6).

Art. 21. A frequência no ECO deve obedecer ao cumprimento de no mínimo 90% da carga horária constante do termo de compromisso para os ECO I a V.

Parágrafo único. A reposição de faltas nos ECO I a V deve ser acordada entre estagiário e supervisor local, respeitando o período de ECO previsto no termo de compromisso e a legislação nacional de estágio.

Art. 22. A aprovação do acadêmico em cada ECO está condicionada à obtenção de no mínimo nota final 7,0 numa escala de zero a 10, considerando o disposto nos artigos 20 e 21.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. O acadêmico que deixar o curso de Farmácia da Univille mediante processo de transferência para outra instituição de ensino terá anotada em seu histórico escolar a carga horária de ECO cumprida e aprovada.

Art. 24. Alunos transferidos de outras instituições para Univille devem submeter-se a este Regulamento.

Art. 25. O acadêmico ou seu responsável legal é responsável, único e exclusivo, por qualquer contravenção legal ou administrativa que cometer em relação à instituição de ensino ou ao local de estágio, ficando sujeito às penalidades previstas no Regimento da Univille e responsabilizando-se por ações civis e criminais.

Art. 26. É vedada a realização de ECO em locais/empresas de propriedade do acadêmico ou de seus familiares, em qualquer grau de parentesco.

Art. 27. Não caberão recursos nem exame final no ECO.

Art. 28. Os casos omissos a este Regulamento serão solucionados pela COECO, em não havendo consenso, serão submetidos à Pró-Reitoria de Ensino.

Art. 29. O presente Regulamento se aplica aos acadêmicos ingressantes a partir da matriz curricular implantada em 2020.

Anexo 1

Etapa, período de realização, carga horária e ementa dos ECO

Etapa	Período de realização	Carga horária	Ementa
ECO I	3º semestre	36 h/a	Aplicação prática dos conhecimentos e vivência de situações do exercício profissional na área de atuação em Farmácia Comunitária de Dispensação de direito público.
ECO II	6º semestre	120 h/a	Aplicação prática dos conhecimentos e vivência de situações do exercício profissional na área de atuação na FAE, Farmácia Comunitária de Dispensação de direito público.
ECO III	7º semestre	120 h/a	Aplicação prática dos conhecimentos e vivência de situações do exercício profissional na Farmácia Comunitária de Dispensação de direito privado em Joinville, farmácia hospitalar, farmácia magistral, FAE, Farmácia Comunitária de Dispensação de direito público e redes de farmácia privadas conveniadas.
ECO IV	9º semestre	288 h/a	Aplicação prática dos conhecimentos e vivência de situações do exercício profissional nas áreas de análises clínicas, genéticas ou toxicológicas, ou na área de alimentos.
ECO V	10º semestre	396 h/a	Aplicação prática dos conhecimentos e vivência de situações do exercício profissional estágio em Farmácia Comunitária de Dispensação de direito público ou privado, farmácia hospitalar, farmácia magistral, farmácia clínica, vigilância sanitária, indústria farmacêutica ou indústria cosmética.

Anexo 2

Controle de frequência do estagiário no ECO

Estagiário:

Supervisor do local:

Local de ECO:

Campo de ECO:

Período:

Horário:

Data	**Atividade**	**Entrada**	**Saída**	**Assinatura do estagiário**	**Carga horária total** (horas)
				Total	

Observações

Joinville, ____ de _____ de ____.

_____

Assinatura e carimbo do supervisor local

Anexo 3

Avaliação do estagiário no ECO

Estagiário:

Supervisor local:

Local de ECO:

Campo de ECO:

1. O estagiário demonstrou disposição para aprender?
☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

2. O estagiário demonstrou iniciativa para realizar as atividades do estágio?
☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

3. O estagiário atendeu prontamente quando solicitado a realizar suas atividades?
☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

4. O estagiário demonstrou conhecimento teórico?
☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

5. O estagiário demonstrou conhecimento prático?
☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

6. O estagiário demonstrou habilidade na realização das atividades?
☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

7. O estagiário demonstrou atitude ética (ética interpessoal, profissional e sigilo)?
☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

8. O estagiário demonstrou adequado relacionamento interpessoal (equipe de trabalho, usuários do serviço e outros)?
☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

9. O estagiário respeitou as normas de funcionamento do local de estágio?
☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

10. O estagiário apresentou pontualidade?
☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

11. O estagiário apresentou postura e comportamento adequados (vestuário, higiene, equipamentos de proteção individual)?
☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

Descreva o desempenho do estagiário:

Assinatura e carimbo do supervisor local **Joinville, ____ de _____ de ____.**

Obs.: O supervisor do local de estágio deve apontar sempre uma resposta em cada item avaliado e descrever o desempenho do estagiário.

Anexo 4

Critérios para conversão da avaliação do supervisor local em nota

CONCEITO	NOTA
Nunca	0
Raramente	2,5
Às vezes	5,0
Frequentemente	7,5
Sempre	10